



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



ROBSON SANTOS SILVA

**A TOPONÍMIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM
SERGIPE:
DENOMINAÇÃO, MEMÓRIA E IDEOLOGIA**

São Cristóvão
2024

ROBSON SANTOS SILVA

**TOPONÍMIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM
SERGIPE:
DENOMINAÇÃO, MEMÓRIA E IDEOLOGIA**

Versão preliminar da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Linguagem, Usos e Tecnologias.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos.

São Cristóvão
2024

ROBSON SANTOS SILVA

**TOPONÍMIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM
SERGIPE:
DENOMINAÇÃO, MEMÓRIA E IDEOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Linguagem, Usos e Tecnologias.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos.

Aprovada em: 06 de fevereiro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos (Orientador)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof.^a Dr.^a Roana Rodrigues (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof.^a Dr.^a Karylleila dos Santos Andrade (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586t Silva, Robson Santos
Toponímia dos assentamentos rurais em Sergipe :
denominação, memória e ideologia / Robson Santos Silva ;
orientador Cesar Alexandre Neri Santos – São Cristóvão, SE,
2024.
225 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal
de Sergipe, 2024.

1. Literatura brasileira. 2. Toponímia. 3. Assentamentos
humanos. 4. Memória. 5. Ideologia e literatura. 6. Sergipe. I.
Santos, Cesar Alexandre Neri, orient. II. Título.

CDU: 81'373.21(813.7)

Aos meus familiares, pelo carinho e apoio incondicionais.
À minha mãe, guerreira, sem sua garra não teria chegado até aqui.
Ao MST pelos 40 anos de luta pela Reforma Agrária no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao bom Deus, criador de todas as coisas, pela vida. E aos meus pais, o Sr. Miguel, que o tempo que esteve comigo em vida me ensinou questões que vieram a ser muito importantes na do meu caráter; e a Sra. Josefina, mãe – e pai durante muito tempo da minha vida – que sempre se mostrou uma guerreira em todos os aspectos e que batalhou para que eu e meus irmãos tivéssemos a oportunidade de estudar.

Um agradecimento especial a minha esposa, cujo companheirismo e paciência foram vitais durante todo o período dedicado à pesquisa. Aos meus filhos, Wikelliny e Bernardo, pela inspiração e motivação necessária. Sem vocês, nada disso seria possível.

No plano acadêmico, esta pesquisa não seria possível sem a intervenção de algumas pessoas para as quais deixo minha eterna gratidão: ao meu Orientador, o Dr. Cezar Alexandre Neri Santos, que outrora me mostrara a paixão pelo Latim e pelas línguas Clássicas e que também foi o responsável por me introduzir na área da Toponímia, me mostrando a beleza e fascínio do estudo dos nomes de lugares. Aos colegas de pesquisa, Beatriz, Marcos e Jovane, pela troca de ideias, por compartilhar angústias, por ser uma equipe unida e companheira. Aos professores Dona Geralda, Roana, Hadinei e Rene Alain, cujas aulas contribuíram bastante para a da minha percepção e observação dos fenômenos linguísticos. Também aos professores que durante minha jornada, desde a infância, sempre me incentivavam a estudar fazendo com que eu notasse em mim um olhar observador e questionador fundamental na atividade de pesquisa.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 - Abordagens Temáticas na Gênese da Toponímia Crítica	28
Quadro 02 - Taxonomias toponímicas segundo Dick (1990)	30
Quadro 03 - Proposta de Classificação Taxonômica em Campos Motivacionais	33
Quadro 04 - Elementos Predominantes na denominação de Alguns Assentamentos Rurais sergipanos (Topofilia x Topofobia)	43
Quadro 05 - Notícias sobre Assentamentos Rurais promotores da ideologia “invasores de terras alheias”	46
Quadro 06 - Notícias sobre Assentamentos Rurais promotores da ideologia “ocupantes de terras improdutivas”	41
Quadro 07 – Espécies de Assentamentos segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário	55
Quadro 08 – Fases dos Projetos de Assentamentos segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário	56
Quadro 09 – Fases dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe	57
Quadro 10 – Modalidades de Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA na atualidade	59
Quadro 11 – Modalidades de Áreas reconhecidas pelo INCRA na atualidade	61
Quadro 12 – Modalidades de Assentamentos Rurais em Sergipe	62
Quadro 13 – Mecanismos de obtenção de Terra Agrária na atualidade	63
Quadro 14 – Formas de Obtenção de Terras dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe	66
Quadro 15 – Assentamentos Rurais pertencentes ao Território de Planejamento Agreste	74
Quadro 16 – Classificação dos Topônimos dos Assentamentos Rurais pertencentes ao Território de Planejamento Agreste Central	75
Quadro 17 – Nomes dos Topônimos do Campo Motivacional da Topofilia (Recorte)	82
Quadro 18 – Assentamentos Rurais em Sergipe: Topofilia	88
Quadro 19 – Topofilia e Topofobia na vida dos Acampados da Fazenda Queimada Grande	94
Quadro 20 - Acontecimentos Bons e Ruins na vida dos Acampados da Fazenda Queimada Grande (Dados Refinados)	95
Quadro 21 – Formação Morfológica dos Topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Topofilia em Sergipe	96
Quadro 22 – Assentamentos Rurais em Sergipe: topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x Topofobia que conservam parcialmente os nomes da terra improdutiva de origem	100

Quadro 23 – Formação Morfológica dos topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x Topofobia que preservam parcialmente o nome da terra improdutivo de origem	103
Quadro 24 – Lexicogênese dos Assentamentos Rurais pertencentes ao Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x Topofobia que preservam parcialmente o nome da terra improdutivo de origem	104
Quadro 25 – Comunidades Remanescentes Quilombolas Reconhecidas Assentadas e Não Assentadas em Sergipe	107
Quadro 26 – Trajetória de Legalização da RTRQ TQ Lagoa dos Campinhos	112
Quadro 27 - Trajetória de Legalização da RTRQ TQ Serra da Guia	112
Quadro 28 - Trajetória de Legalização da RTRQ TQ Brejão dos Negros	113
Quadro 29 – Assentamentos Rurais em Sergipe: Topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Ancestralidade e Topofilia (-fobia)	115
Quadro 30 – Lexicogênese dos Topônimos dos Assentamentos Remanescentes Quilombolas em Sergipe Pertencentes ao Campo Motivacional da Ancestralidade e Topofilia (-fobia): Aspectos Morfológicos	119
Quadro 31 – Semântica de palavras-chaves dos Topônimos Pertencentes ao Campo Motivacional da Ancestralidade e Topofilia (-fobia) nos Assentamentos Remanescentes Quilombolas em Sergipe	119
Quadro 32 – Topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe: Simbolismo e Topofilia (-fobia)	132
Quadro 33 – Lexicogênese dos topônimos dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: Simbolismo e Topofilia (-fobia)	136
Quadro 34 – Símbolos do MST	137
Quadro 35 – Relações simbólicas na letra do Hino do MST	139
Quadro 36 – Topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe: Memória e Identidade dos Meus	144
Quadro 37 – Elementos Não Pertencentes ao Ortônimo	150
Quadro 38 – Assentamentos Rurais Sergipanos do Campo Motivacional da Memória e Identidade I: Estrutura Nominal	151
Quadro 39 – José Emídio dos Santos: Nomes de Assentamentos em Sergipe	155
Quadro 40 – Luiz Beltrame: Nomes de Assentamentos em Sergipe	156
Quadro 41 – Formação Lexical dos Topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe	159

pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade dos Meus

Quadro 42 – Assentamentos Rurais Sergipanos do Campo Motivacional da Memória e Identidade dos Nossos	162
Quadro 43 – Assentamentos Rurais Sergipanos do Campo Motivacional da Memória e Identidade dos Nossos: Estrutura Lexical	164
Quadro 44 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Memória e Identidade dos Outros	167
Quadro 45 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Memória e Identidade dos Outros	168
Quadro 46 – Assentamentos Rurais Sergipanos do Campo Motivacional da Memória e Identidade dos Mártires	170
Quadro 47 – Estrutura Lexical dos Topônimos dos Assentamentos Rurais Pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade dos Mártires	172
Quadro 48 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Memória, Identidade e Marcos Históricos	176
Quadro 49 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Memória, Identidade e Marcos Históricos	178
Quadro 50 - Práticas Religiosas dos Cristianismos Sociais	180
Quadro 51 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Religiosidade e Ação Social	183
Quadro 52 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Religiosidade e Ação Social	185
Quadro 53 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Religiosidade e Mística	186
Tabela 01 – Localização dos Acampamentos Rurais em Sergipe	86

LISTA DE CARTAS LEXICOGRÁFICAS

Carta Lexicográfica 01 – Assentamentos Rurais em Sergipe do Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x topofobia que conservam o nome da terra improdutivo de origem	93
Carta Lexicográfica 02 – Assentamentos Rurais em Sergipe: topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x Topofobia que conservam parcialmente o nome da terra improdutivo de origem	205
Carta Lexicográfica 03 - Assentamentos Rurais em Sergipe: Topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Ancestralidade e Resistência	206
Carta Lexicográfica 04 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: Simbolismo e Topofilia (-fobia)	207
Carta Lexicográfica 05 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade dos Meus	208
Carta Lexicográfica 06 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade dos Nossos	209
Carta Lexicográfica 07 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade dos Outros	210
Carta Lexicográfica 08 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: Memória, Identidade e Marcos Históricos	211
Carta Lexicográfica 09 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: Religiosidade e Ação Social	212
Carta Lexicográfica 10 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: Religiosidade e Sentimento Utópico	213
Carta Lexicográfica 11 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Religiosidade e da Fé II	214

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Pirâmide das Necessidades de Maslow	42
Figura 02 – Gênese de um Assentamento Rural de Reforma Agrária	50
Figura 03 – Planilha da SR-23 na plataforma do INCRA	68
Figura 04 – Portaria de Criação do Assentamento Luiza Mahim, em Itaporanga D’Ajuda-SE	70
Figura 05 – Panfleto disponível em um blog em Homenagem ao militante Thiago Soares	71
Figura 06 – Mapa das Propriedades Rurais do município de Canindé de São Francisco-SE	72
Figura 07 – Linhas Ideológicas do Pensamento do MST e Campos Motivacionais	78
Figura 08 – Topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe: Campo Motivacional da Topofilia e Resistência	81
Figura 09 – Esquema Expositivo da Estrutura Morfológica dos Nomes de Assentamentos Rurais	83
Figura 10 – Formação Lexical: Assentamento Cajueiro	84
Figura 11 – Esquema do Elo Afetivo entre Lugar e Agrupamentos Humanos	90
Figura 12 – Esquema de Transposição do Nome Genérico do Lugar na Trans do Lugar	91
Figura 13 – Transformação do Lugar: Fazenda Queimada Grande/Assentamento Queimada Grande	95
Figura 14 – Formação Lexical: Assentamento Flor do Mucuri	98
Figura 15 – Formação Lexical: Assentamento Santa Maria da Lage	99
Figura 16 – Esquema de Conservação dos Nomes dos Locais de Origem	101
Figura 17 – Transformação do Lugar: Fazenda Lagoa do Zé Cajueiro/ Assentamento Cajueiro	102
Figura 18 – Formação Lexical: Assentamento Vitória de São Roque	105
Figura 19 – Formação Lexical: Assentamento Cajueiro	106
Figura 20 – Centro comunitário de RTRQ TQ Brejão dos Negros, em Brejo Grande – Sergipe	113
Figura 21 – Fachada com Localização do RTRQ TQ Lagoa dos Campinhos/Pontal dos Crioulos	114
Figura 22 – Transposição do Nome Específico do Assentamento da Modalidade RTRQ TQ	114
Figura 23 – Fenômeno de Formação Lexical	
Figura 26 – Esquema de Transformação do Nome da Terra Improdutiva	

Figura 27 – Esquema de Transformação do Nome da Terra Improdutiva	149
Figura 28 – Assentamento Marcelo Déda: Expansão da Memória Campesina	160
Figura 29 – Ideologia do Movimento Campesino	164

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PAR – Projeto de Assentamento Rural
PA – Modalidade Projeto de Assentamento Federal
CM – Campo Motivacional
CF – Constituição Federal
PE – Modalidade Projeto de Assentamento Estadual
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
DOU – Diário Oficial da União
RB – Relação de Beneficiários
SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAE – Modalidade Projeto de Assentamento Agroextrativista
PSD – Modalidade Projeto de Assentamento com Desenvolvimento Sustentável
PAF – Modalidade Projeto de Assentamento Florestal
PCA – Modalidade Projeto de Assentamento Casulo
PDAS – Modalidade Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável
PAM – Modalidade Projeto de Assentamento Municipal
RESEX – Modalidade Reservas Extrativistas
TRQ – Modalidade Território Remanescente Quilombolas
PFP – Modalidade Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto
PRB – Modalidade Reassentamento de Barragem
FLONA – Modalidade de Assentamento em Floresta Nacional
RDS – Modalidade Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RTRQ TQ – Modalidade Reconhecimento de Território Remanescentes Quilombola
DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra
NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
SE – Sergipe
SR -23 – Superintendência Regional 23 – Sergipe
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

Prep. – Preposição

Art. – artigo

n/e – não encontrado

> – o elemento à esquerda deu origem ao elemento à direita ou é diacronicamente anterior ao elemento da direita

~ - o elemento à esquerda ocorre sincronicamente ao elemento da direita

Adj. – Adjetivo

PC – Projetos de Colonização

PAC - Projetos de Assentamento Conjunto

PIC - Projetos Integrados de Colonização

PAQ - Projetos de Assentamento Quilombola

PAD - Projetos de Assentamento Dirigido

n/e – Não encontrado

RESUMO

No processo de ocupação dos espaços geográficos por parte das comunidades humanas, a memória e ideologia vão se constituindo e se materializando nos diversos atos de linguagem, entre os quais a capacidade de dar nomes aos lugares ocupados. Por meio do léxico constitutivo dessas denominações, cada sociedade atribui características que lhe são próprias e que podem ser compreendidas à luz da Toponímia, ramo da Onomástica que tem por objeto os nomes dos lugares e suas motivações. O presente trabalho consiste em uma abordagem descritiva e analítica dos nomes dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe. Nosso objetivo é mostrar como o processo de denominação desses espaços – ação democrática e coletiva no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – traz em seu léxico aspectos *sui generis* a estes lugares. Dessa forma, procuramos evidenciar de que forma é possível perceber no léxico as marcas dessas características que nos servem para um entendimento melhor sobre o *modus vivendi* e *modus cogtandi* desses aglomerados humanos e que nos sirvam de base para uma reinterpretação da história contada tradicionalmente sobre essa população. Como aporte teórico para o estudo desses topônimos, nos servimos das metodologias de pesquisa em Toponímia Crítica – área emergente dos estudos toponímicos que visa um olhar interior para o espaço, em busca de características que evidenciem relações identitárias e ideológicas, bem como relações de poder -, sobretudo os estudos de Vuolteenaho e Berg (2016) e Rose-Redwood e Aldernan (2011), sem, contudo, deixar de levar em consideração as contribuições de Dick (1990; 1998) sobre os topônimos e suas características exteriores e interiores. Para a análise do Corpus, composto pelo nome de 236 Assentamentos Rurais (além de nomes paralelos), cada nome atrelado ao estudo de suas portarias de desapropriação de terra e de criação do assentamento, procedemos com a identificação de afinidades entre os nomes (com base na sócio-história de cada nome) a fim de encaixá-los de Campos Motivacionais que refletem uma linha da ideologia de esquerda presente no movimento camponês. Assim, conseguimos identificar entre os topônimos, três campos Motivacionais principais – Campo Motivacional da Topofilia (Tuan, 2012), Campo Motivacional da Memória e da Identidade (Le Goff, 2013; Rossi, 2010; Candau, 2021) e Campo Motivacional da Religiosidade e da Fé (Neto, 2014) –, que por sua vez se dividem em Campos Motivacionais menores, e dessa forma conseguimos apresentar uma análise da composição desses nomes, a forma como a ideologia se apresenta na composição de cada

nome, além de apresentar esses dados através de ferramentas diversas, como quadros, esquematizações e cartas lexicográficas.

Palavras-chaves: *Toponímia Crítica; Assentamentos Rurais; Memória; Ideologia.*

ABSTRACT

In the process of occupation of geographic spaces by human communities, memory and ideology are constituted and materialized in the various acts of language, including the ability to give names to occupied places. Through the constitutive lexicon of these denominations, each society attributes characteristics that are its own and that can be understood in the light of Toponymy, a branch of Onomastics whose object is the names of places and their motivations. The present work consists of a descriptive and analytical approach to the names of Rural Agrarian Reform Settlements in Sergipe. Our objective is to show how the process of naming these spaces – democratic and collective action within the Landless Rural Workers Movement – brings sui generis aspects to these places into its lexicon. In this way, we seek to highlight how it is possible to perceive in the lexicon the marks of these characteristics that serve us to a better understanding of the *modus vivendi* and *modus cogtandi* of these human clusters and that serve as a basis for a reinterpretation of the story traditionally told about this population. . As a theoretical contribution to the study of these toponyms, we use research methodologies in Critical Toponymy – an emerging area of toponymic studies that aims to take an internal look at space, in search of characteristics that highlight identity and ideological relationships, as well as power relations - , especially the studies by Vuolteennaho and Berg (2016) and Rose-Redwood and Aldernan (2011), without, however, taking into account the contributions of Dick (1990; 1998) on toponyms and their exterior and interior characteristics. To analyze the Corpus, composed of the names of 236 Rural Settlements (in addition to parallel names), each name linked to the study of their land expropriation and settlement creation ordinances, we proceeded with the identification of affinities between the names (based on in the socio-history of each name) in order to fit them into Motivational Fields that reflect a line of left-wing ideology present in the peasant movement. Thus, we were able to identify among the toponyms, three main Motivational fields – Motivational Field of Topophilia (Tuan, 2012), Motivational Field of Memory and Identity (Le Goff, 2013; Rossi, 2010; Candau, 2021) and Motivational Field of Religiosity and da Fé (Neto, 2014) –, which in turn are divided into smaller Motivational Fields, and in this way we are able to present an analysis of the composition of these names, the way in which ideology is presented in the composition of each name, in addition to presenting this data through various tools, such as tables, diagrams and lexicographic maps.

Keywords: *Critical Toponymy; Rural Settlements; Memory; Ideology.*

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	20
1	TOPONÍMIA CRÍTICA: ESTADO DA ARTE E APORTE TEÓRICO	25
1.1	BREVE HISTÓRICO DA TOPONÍMIA CRÍTICA	25
1.2	TAXONOMIAS TOPONÍMICAS: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES	30
1.3	TOPONÍMIA CRÍTICA: CONCEITOS RELACIONADOS	35
1.3.1	Topofilia, Ideologia e Relações de Poder	35
1.3.2	Toponímia Rebelde/de Resistência, Memória e Esquecimento	37
1.3.3	Os conceitos de Topofilia e Topofobia	39
1.3.4	O conceito de Balança Mental Ideológica	40
1.3.5	A ocupação da terra em sergipe: breve histórico do MST	42
2	O MST E OS ASSENTAMENTOS RURAIS: CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR E POLÍTICA TERRITORIAL	45
2.1	MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: FUNÇÃO SOCIAL, ASPECTOS LEGAIS, CRENÇAS E ESTEREÓTIPOS	45
2.2	POLÍTICA TERRITORIAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS	49
2.2.1	Organização interna dos acampamentos e assentamentos	53
2.2.2	Espécies e modalidades de assentamentos rurais	55
2.2.3	Mecanismos de obtenção dos territórios dos assentamentos rurais	62
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	67
3.1	COLETA DE DADOS E SELEÇÃO DE FONTES DE PESQUISA	67
3.2	CODIFICAÇÃO DE DADOS E CAMPOS MOTIVACIONAIS	72
3.3	CARTOGRAFAÇÃO	79
3.4	TRATAMENTO DOS DADOS	82
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: A LEXICOGÊNESE DOS NOMES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SERGIPE	85
4.1	(RENOMEAÇÃO) DO LUGAR E O CAMPO MOTIVACIONAL DA DICOTOMIA TOPOFILIA/TOPOFOBIA	85
4.1.1	Ancestralidade e topofilia (-fobia)	106
4.1.2	Símbolo e topofilia (-fobia)	132
4.2	O CAMPO MOTIVACIONAL DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE	140
4.2.1	Memória e Identidade dos meus	143
4.2.2	Memória e identidade dos nossos	160

4.2.3	Memória e identidade dos outros e dos mártires	166
4.2.4	Memória, identidade e marcos históricos	174
4.3	O CAMPO MOTIVACIONAL DA RELIGIOSIDADE E DA FÉ	180
	CONCLUSÕES	188
	REFERÊNCIAS	192
	APÊNDICES	203
	ANEXOS	217

1. INTRODUÇÃO

A Toponímia é uma subárea da Lexicologia que tem por objeto o estudo dos nomes dos lugares na busca pela descrição e compreensão de motivações marcadas pela relação homem, ambiente e língua(gem).

As pesquisas toponímicas sobre nomes no território de Sergipe, especialmente em Linguística, são recentes, mas têm crescido exponencialmente. É possível identificar, além de A Toponímia em Sergipe: descrição e análise, de Santos (2019), três produções com corpora toponímicos no âmbito do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe, todas em nível de Mestrado: (1) De Cirigype a Sergipe Del Rey: os topônimos nas cartas de sesmarias (1594-1623), também de Cezar Alexandre Neri Santos (2012); (2) Os onomásticos em documentos da freguesia de São Cristóvão quando pertencente à província eclesiástica da Bahia, de Melânia Lima Santos (2015); e (3) Região da Jabotiana, anos 2000: história e discurso no processo de nomeação, de Eluzia Lisboa da Cruz (2016).

A delimitação desta pesquisa se apresentou como lacuna na Tese de Santos (2019): segundo este autor, os nomes dos Projetos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária necessitariam de estudos que pudessem descrever e compreender as motivações para o batismo desses espaços. De acordo com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – doravante, INCRA –, um Projeto de Assentamento Rural é um “conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo INCRA em um imóvel rural, na qual cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural” (INCRA, 2022). Há um total de 236 (duzentos e trinta e seis) assentamentos rurais de Reforma Agrária em Sergipe, com dados atualizados pelo Instituto em 2023.

Para além da questão lacunar supracitada, na condição de professor que há mais de 12 anos exerce o magistério com alunos de comunidades rurais, muito deles oriundos de terras formadas através da política da Reforma Agrária, na forma de Assentamentos, venho acompanhado o silenciamento e a tentativa de dar voz a narrativa dessa população, sua forma de ver e entender o mundo e as políticas sociais. Desse contato, surgiu o desejo de ajudar, através de um trabalho de análise do léxico denominativo dos Assentamentos, a por em evidência aspectos do *modus vivendi* desse grupo social pouco escutado.

Santos (2019) descreve trinta nomes dos assentamentos sergipanos e chega a uma consideração particular: 80% dessa nomenclatura indicam elementos léxico-semânticos “de natureza *sui generis*, com escolhas denominativas de caráter grupal vinculados a movimentos de luta pela terra” (SANTOS, 2019, p. 27). Essa tese atesta a existência, em Sergipe, de “batismos de locais não apenas com nomenclatura de sujeitos diretamente ligados a esses movimentos, mas também intelectuais e educadores, militantes e líderes sociais, religiosos” (SANTOS, 2019, p. 175), entre outros.

Considerando que o quantitativo analisado naquela pesquisa constitui, como o próprio pesquisador afirma, um número que não permitia aprofundamentos, nosso problema assim se materializou: o que podemos afirmar após a análise extensiva dos nomes dos 236 assentamentos rurais em Sergipe? Além dessa pergunta, essencial na definição do nosso problema de pesquisa, também analisamos de forma mais abrangente a parcela dos 20% analisados na Tese de Santos para entender como os aspectos encontrados dialogam ou não com a característica *sui generis* encontrada pelo pesquisador e, dessa forma, encontrar um dos caminhos possíveis para a análise da totalidade dos topônimos dos assentamentos rurais presentes no território sergipano.

A primeira a considerar as especificidades desse tipo de nomes foi Dick (1998), para quem nomes dos projetos de assentamentos rurais (PAR) mostram uma tendência semântico-lexical particular, a saber: aspectos identitários e ideológicos dificilmente encontrados em nomes de outros tipos de elementos geográficos físicos e humanos. A pesquisadora atesta que o tratamento desse léxico demonstra aspectos intrínsecos do modo de viver de comunidades que habitam tais PAR. Conforme Dick (1998, p. 99), “a Onomástica interessa (...) as formas denominativas que expressam traços ideológicos, não diretamente percebidos como tabunizações.” Baseado nisso, esta pesquisa toma a Toponímia Crítica como base teórico-metodológica, a exemplo do preconizado por Vuolteenaho e Berg (2016).

Cientes de que o estudo toponímico apresenta esses aspectos intrínsecos aos signos, parte-se da questão: O que podem desvelar as denominações dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária do Estado de Sergipe para uma interpretação sócio-histórica e cultural do modo de vida dessas comunidades?

Nossa Dissertação, portanto, apresenta dados linguísticos e extralinguísticos que respondam essa questão baseados no seguinte objetivo geral: compreender os signos toponímicos de Assentamentos Rurais no Estado de Sergipe, seus aspectos linguísticos e extralinguísticos (sócio-histórico-culturais e ideológicos) e marcas identitárias e ideológicas

que permitam (re)interpretar os processos de denominação de agrupamentos humanos no Estado de Sergipe. Para tanto, o diálogo interdisciplinar é sempre tecido em busca de um aporte teórico suficientemente denso que possa nos dar respostas para a questão levantada por meio dos objetivos específicos a seguir:

Nossa Dissertação, portanto, apresenta dados linguísticos e extralinguísticos que respondam essa questão baseados no seguinte objetivo geral: compreender os signos toponímicos de Assentamentos Rurais no Estado de Sergipe, seus aspectos linguísticos e extralinguísticos (sócio-histórico-culturais e ideológicos) e marcas identitárias e ideológicas que permitam (re)interpretar os processos de denominação de agrupamentos humanos no Estado de Sergipe. Para tanto, o diálogo interdisciplinar é sempre tecido em busca de um aporte teórico suficientemente denso que possa nos dar respostas para a questão levantada por meio dos objetivos específicos a seguir:

- Descrever o léxico toponímico dos Assentamentos Rurais no Estado de Sergipe, seus aspectos intralinguísticos, que considera os elementos léxico-gramaticais do corpus, e extralinguísticos, que abrange fatores sócio-histórico-culturais, identitários e ideológicos;

- Compreender a política territorial dos Assentamentos Rurais sergipanos, pela qual a geo-sócio-histórica dessas comunidades interfere na forma de batizar tais espaços geográficos;

- Relacionar os aspectos identitários e ideológicos estão presentes no léxico denominativo desses lugares, que a priori não é possível identificar, mas que por uma análise de natureza intrínseca - possibilitada pelas metodologias em Toponímia Crítica - ficam mais evidentes.

Conforme assinalado, encontramos nos nomes dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária nomenclaturas não tão comuns noutros agrupamentos humanos – nomes não-tradicionais –, se valendo de uma *Toponímia Rebelde*¹, na terminologia de Netto (2007). Carentes de uma descrição extensa e uma análise e interpretação, justificamos ser oportuno e significativo o diálogo entre a Linguística e outros saberes, como a História, a Sociologia e a Política, a Antropologia e a Geografia.

Conforme assinalado, encontramos nos nomes dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária nomenclaturas não tão comuns noutros agrupamentos humanos – nomes não-tradicionais –, se valendo de uma *Toponímia Rebelde*, na terminologia de Netto (2007).

¹ Sobre a terminologia usada por Vargas Netto (2007) – *Toponímia Rebelde* –, trataremos no capítulo de análise do corpus de forma mais detalhada. Aqui, optamos por apenas usar a terminologia para marcar a diferenciação das formas de batismo para esses aglomerados humanos.

Carentes de uma descrição extensa e uma análise e interpretação, justificamos ser oportuno e significativo o diálogo entre a Linguística e outros saberes, como a História, a Sociologia e a Política, a Antropologia e a Geografia.

Segundo Tales Ab’Sáber (2021, p. 54), “estamos diante de uma luta pela historicidade, pela dissolução de sentido – ou dos sentidos – que a história tem”, o que nos leva a refletir que vivemos uma era de reconstrução de conceitos e de ressignificação de ideias na qual há um total engajamento pela quebra de preconceitos de todas as naturezas. Indicação similar traz Jacques Le Goff (2013, p. 25), quando defende que “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”. Portanto, nossa hipótese é que a análise dos 236 nomes de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária presentes no Estado de Sergipe irá nos mostrar marcas linguísticas de traços ideológicos e identitários frutos da forma particular de e vivência dessas comunidades.

Ao propor um olhar interdisciplinar da toponímia sobre esses espaços, estamos contribuindo para os debates acerca das formas de compreensão político-espacial de um grupo social historicamente estigmatizado, conforme veremos na seção que trata do entendimento das políticas territoriais que envolvem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as políticas de Reforma Agrária no Brasil. O tratamento dos dados, portanto, se dará pela compreensão de conceitos tomados da Geografia, da História e da Psicologia Social para atestar como categorias como memória e identidade motivam a denominação desses espaços.

Nossa dissertação apresenta a seguinte estrutura:

Na seção 1, faremos uma breve caracterização da Toponímia Crítica, traçando o caminho teórico que levou os estudos em Toponímia se inclinar para uma vertente dos estudos do léxico que passou a levar em consideração aspectos ideológicos intrínsecos ao signo linguístico, a partir de uma análise sócio-história e cultural dos povos que habitam determinada comunidade. Também neste capítulo, apresentaremos alguns conceitos fundamentais para a nossa análise: toponímia rebelde, topofilia, relações de poder, resistência, memória e esquecimento.

Na seção 2, trazemos um percurso histórico e social do Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil, desde o surgimento do movimento, passando pelo estudo da de um Assentamento Rural, suas espécies e modalidades, até a apreciação de aspectos legais que viabilizam o entendimento da luta pela posse da terra no Brasil.

Na seção 3, especificamos a forma como a nossa pesquisa se realizou: desde a coleta dos dados, a partir de planilha informada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da plataforma do INCRA, até a seleção de fontes secundárias para a análise do referido corpus, bem como a codificação dos dados, a escolha pela metodologia com base em Campos Motivacionais, além das formas de tratamento, análise e descrição dos dados.

Na seção 4, fazemos a descrição e a análise do corpus, divididos por Campos Motivacionais: Topofilia (-fobia), Memória e Identidade, e Religiosidade e Fé.

1. TOPONÍMIA CRÍTICA: ESTADO DA ARTE E APORTE TEÓRICO

1.1. BREVE HISTÓRICO DA TOPONÍMIA CRÍTICA

Esta seção apresenta, de forma concisa, questões fundamentais sobre o estado da arte dos estudos da Toponímia Crítica, sua origem dentro do campo da Geografia e as questões que influenciaram a criação da sua agenda de investigação, além de sua chegada ao Brasil.

A Toponímia Crítica é uma área emergente dos estudos onomásticos que tem origem no diálogo interdisciplinar dessa ciência linguística com outras áreas dos estudos sociais e que vem se consolidando, sobretudo no exterior, como um campo produtivo, conforme já assinalado por outros pesquisadores da área, como podemos atestar em Carvalhinhos (2022. p.16) “o olhar proposto pela Toponímia Crítica proporciona ferramentas (...) já que uma das grandes críticas é a inadequação do estudo apenas linguístico quando o que está em jogo é o modo de denominar (...) por questões políticas e ideológicas.”

Nas últimas quatro décadas, certas pesquisas toponímicas no Brasil têm se orientado pela Toponímia Crítica, mesmo quando tal filiação não é declarada.

A Onomástica, área da Lexicologia que estuda os nomes próprios, surge no século XIX como uma disciplina específica. Contudo, desde sua origem que esta disciplina mantém diálogo com outras áreas das Humanidades.

Os estudos toponímicos chegam ao Brasil no início do século XX e há, sobretudo na primeira metade deste século, uma tendência a uma abordagem tradicional de estudos, i.e, os estudos dos nomes de lugares buscavam descrever os léxicos denominativos dos lugares com base apenas em aspectos formais, desconsiderando questões extralinguísticas não perceptíveis na forma linguística denominativa para os lugares.

No final do século XX, um grande avanço nos estudos de Toponímia ocorre como a publicação da obra *Motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos* – refinamento da tese de doutoramento de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990). A tese da Dick se debruçava sobre a lacuna apontada pelo professor Drumond (1965), seu orientador no Doutorado, em obra de sua autoria publicada quinze anos antes: era preciso apresentar uma classificação para a toponímia do Brasil.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos no país sobre os nomes de lugares, partem, desde então, não somente dessa forma tradicional de analisar o léxico, mas sobretudo de uma filiação necessária com as ideias de Dick (1990).

Contudo, sua famosa classificação taxonômica não dá conta de suprir a necessidade de estudo de todos os lugares ocupados pelas pessoas. A mesma Dick já reconhecia a inaplicabilidade em determinados espaços.

Em 1997, Dick apresenta um trabalho sobre a toponímia de São Paulo no qual sugere um novo modelo de classificação para a toponímia urbana via referenciais toponímicos. No artigo *Nomes como marcadores ideológicos*, Dick destaca que, no ato denominativo, “ocorrem os interditos de marcas, cujas causas originam-se nos próprios costumes e hábitos do grupo, definidores da macrovisão de sua cultura.” (DICK, 1998, p.92). Conforme explica a autora, as formas denominativas trazem “traços ideológicos não diretamente percebidos”, mas cuja análise do léxico pode vir a revelar (DICK, 1998, p. 99).

Para Faggion (2013, p. 12), “os estudos sobre toponímia no Brasil também apontam a presença de ideologias”.

Os estudos geográficos já abordavam a perspectiva crítica desde a década de 1970 (RODRIGUES; BARROSO; SILVA; VIEIRA, 2014, p. 2). Por isso, haverá um intervalo de duas décadas nas quais os estudos toponímicos de base tradicional vão exercendo menos interesse pela Geografia. Será na Geografia, que no início do século XXI a abordagem crítica será introduzida dentro dos estudos dos nomes de lugares.

Para Zanatta et alli (2022), “o campo de estudos sobre toponímia cresceu e chamou a atenção de geógrafos, que, junto de pesquisadores de outras áreas, ajudam a desenvolver uma série de pesquisas nesta área.”

O interesse por topônimos pela Geografia renasce de forma intensa esta área do conhecimento foi responsável pelo desenvolvimento das primeiras pesquisas toponímicas com base em uma abordagem crítica de análise dos nomes dos lugares.

Claval (2011) destaca que a Geografia Clássica floresceu com base na relação entre natureza e sociedade, havendo, portanto, um privilégio das questões físico-naturais e de distribuição populacional sobre uma agenda de investigação de elementos culturais, históricos, simbólicos e ideológicos.

Rose-Redwood e Aldernan (2011) assinalam “um conjunto de mudanças epistemológicas na Geografia e nas demais ciências humanas” responsáveis pela nova

inclinação dos estudos dos topônimos para a análise de questões ideológicas inerentes aos nomes dos lugares. Segundo Zanatta et alii (2022), essa nova orientação trouxe discussões socioculturais como elemento fundamental para os estudos geográficos, cujo olhar ressignificou a noção de cultura, adicionando a esse conceito “elementos simbólicos, identitários, de comunicação, entre outros” (ZANATTA *et al*, 2022, p. 325). Com isso, o diálogo entre Geografia e Toponímia passa a “privilegia[r] questões simbólicas, discursivas e políticas, além de incorporar questões teórico-metodológicas de outras áreas, como a Linguística e a História” (ZANATTA *et al*, 2022, p. 325).

A obra *Critical Toponymies*, publicada em 2009, reivindica ser a primeira coletânea que traz estudos críticos de topônimos partindo da ideia de que “levar a linguagem a sério pode aproximar o material e o discursivo em uma relação produtiva” (VUOLTEENAHU; BERG, 2016, p. 15). Na defesa de uma agenda nova para os estudos toponímicos, encontramos a seguinte argumentação:

os capítulos deste volume também representam uma vitrine de pesquisa toponímica ‘crítica’ recentemente revitalizada, trabalho que estende um campo que tem sido tradicionalmente caracterizado pela inocência política para dizer o mínimo, este trabalho crítico mais recente sobre nomeação de lugares baseia-se em teorias sociais e culturais recentes que ajudam a entender o caráter sempre carregado do poder de nomear lugares. (VUOLTEENAHU; BERG, 2016, p. 15, tradução nossa).

Vemos que essa obra postula uma preocupação com noções como identidade, poder econômico e ideologia nos estudos toponímicos, visto que estudos toponímicos tradicionais, conforme Vuolteenaho e Berg (2016), têm a atenção voltada para os dos nomes de lugares como “pistas para as marcas de culturas passadas na paisagem e para a compreensão da cronologia” (LIGHT; YOUNG, 2015, p. 436-437, tradução nossa).

A Toponímia Crítica tem aberto caminho para uma série de investigações sobre topônimos urbanos, dada a necessidade de se “avaliar criticamente a mercantilização dos direitos de nomeação de lugares como parte de uma crítica mais ampla dos *espaços do neoliberalismo*” (BRENER; TEODORE, 2002 apud REDWOOD; ALDERMAN, 2011, p. 3, tradução nossa). Exemplos internacionais, como, nos Estados Unidos e na África, onde ocorre a (tentativa de) neutralização ideológica dos nomes de alguns lugares por setores da administração pública urbana, que passaram a numerar ruas e avenidas nessa tentativa de criar lugares “neutros” ou “apolíticos” e que camuflam a

relação de poder existente entre os grupos sociais têm reflexos visíveis no léxico, mostram a necessidade de um olhar crítico para as formas denominativas dos lugares.

Algumas questões chamaram a atenção dos estudiosos da toponímia crítica: (a) a já referida falsa produção ou pelo menos a tentativa de produção de um ambiente que não reflita a ideologia de um grupo dominante sobre um grupo dominado, por exemplo. Essa estratégia é utilizada no meio político como “um meio eficaz de tirar a ‘política’ do processo de nomeação das ruas”. (REDWOOD, R; ALDERMAN, D., 2011, p. 3, tradução nossa); b) o fato de esta ação política ter um efeito, a priori, de apagamento do interesse pelo estudo do lugar, pois o ato de nomeação por numeração cria uma *banalização* dos nomes desses lugares” (REDWOOD; ALDERMAN, 2011, p. 3, tradução nossa). Nada mais falso, porém. Pois, é esta ação que atraiu o interesse dos estudiosos dos nomes dos lugares, identificando na prática da numeração uma ação política e ideológica.

Em pouco tempo, uma série de temas já se evidenciava na agenda de interesse da toponímia crítica, embora o termo propriamente dito não fosse usado nesses trabalhos. Light e Young (2015) nos traz alguns desses episódios e a ligação temática entre essas situações e a agenda crítica que vinha se desenvolvendo algumas décadas antes:

Quadro 01 - Abordagens Temáticas na Gênese da Toponímia Crítica

Abordagem Temática	Descrição da centralidade da abordagem
Governabilidade nos Centros Urbanos	“uma abordagem se concentrava no papel de nomear lugares urbanos dentro de práticas da governabilidade moderna” (LIGHT, D.; YOUNG, C., 2015, p. 437, tradução nossa);
Memória e Comemoração nos espaços geográficos	“outro tema relacionava-se a uma agenda interdisciplinar mais ampla que se concentra na memória e comemoração” (LIGHT, D.; YOUNG, C., 2015, p. 437, tradução nossa);
Renomeação dos Espaços e Criticidade	Uma terceira abordagem temática com vista aos estudos críticos de nomes de lugares para as ações de “renomear a paisagem urbana em tempos de mudança política radical para que esta esteja de acordo com as aspirações políticas e agenda do novo regime”(LIGHT, D.; YOUNG, C., 2015, p. 438, tradução nossa);
Relação entre Nomeação e a dimensão econômica	Outra abordagem temática com o objetivo de discutir as “dimensões econômicas das práticas de nomeação e ligando-as ao contexto socioeconômico mais amplo”(LIGHT, D.; YOUNG, C., 2015, p. 438, tradução nossa);

Relação de Poder marcado pela contestação/aceitação das denominações dos espaços	Alguns trabalhos com abordagem de estudos focada na política de “contestação da nomeação de lugares” (LIGHT, D.; YOUNG, C., 2015, p. 438 <i>tradução nossa</i>).
--	---

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de Light; Young, 2015.

A emergente terminologia *Toponímia Crítica* tem sido mais comumente usada na Geografia do que na Onomástica. Enquanto Vuolteenaho e Berg (2016) creditam a Toponímia Crítica como um campo dentro da Toponímia, Redwood e Alderman (2011) a tem como uma forma de análise – uma abordagem crítica – dentro de outra área, a Toponímia Política.

Nesta pesquisa, certamente há o entendimento de que a toponímia é um material político, com ideologias inseridas nas nomeações dos aglomerados humanos descritos.

No Brasil, também nas duas primeiras décadas do século XXI (embora já mencionado desde o final da década de 1990 por Dick), começam a surgir pesquisas toponímicas de base crítica, mesmo que na maioria das vezes não fique claro que determinada pesquisa se insira no campo dos estudos críticos em toponímia.

Dentre os estudos toponímicos brasileiros de base crítica que pudemos identificar – quer pelo objeto de investigação, quer pela abordagem praticada na análise dos dados de seus *corpora* –, há uma agenda que pode ser recuperada ou, pelo menos, assinalar temas gerais, nem sempre com filiação explícita à Toponímia Crítica:

- Estudos gerais que abordam a existência de ideologias no ato de nomear espaços, com vista à explanação das relações de poder e linguagem;
- Estudos sobre judicialização de questões que envolvem a nomeação de espaços;
- Estudos que versam sobre as ações de nomeação de espaços por formas não usuais, como o apelidamento e a toponímia rebelde (esta última será abordada em momento específico, por ser um conceito fundamental neste trabalho).

Observamos como nas primeiras décadas do século XXI, a vertente crítica criou uma agenda de temas e diálogos que alimentaram o surgimento de uma linha de investigação em Toponímia Crítica dentro da Geografia e dos estudos da linguagem.

1.2. TAXONOMIAS TOPONÍMICAS: INSUFICIÊNCIA E LIMITAÇÕES

A taxonomia proposta por Dick (1990) para a toponímia nacional, que tem guiado os estudos dos nomes de lugares no país é dividida em nomes de natureza semântica física e antropocultural, apresentando 27 classes, conforme pode ser visualizado no Quadro 02 abaixo:

Quadro 02 - Taxonomias toponímicas segundo Dick (1990)

TAXONOMIAS DE NATUREZA FÍSICA	
TAXONOMIA	RELATIVO A EXEMPLO
Astrotopônimos	corpos celestes em geral
Cardinotopônimos	posições geográficas em geral
Cromotopônimos	escala cromática
Dimensiotopônimos	dimensões dos acidentes geográficos
Fitotopônimos	elementos vegetais
Geomorfotopônimos	formas topográficas
Hidrotopônimos	acidentes hidrográficos
Litotopônimos	elementos minerais e constituição do solo
Meteorotopônimos	fenômenos atmosféricos
Morfotopônimos	formas geométricas
Zootopônimos	índole animal
TAXONOMIAS DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL	
Animotopônimos (ou nootopônimos)	vida psíquica, à cultura espiritual
Antropotopônimos	nomes próprios individuais
Corotopônimo	nome de cidades, países, estados, regiões e continentes
Axiotopônimos	aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais
Cronotopônimos Dirrematopônimos frases ou enunciados linguísticos	indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a)
Dirrematopônimos	frases ou enunciados linguísticos
Ecotopônimos	habitações em geral

Ergotopônimos	elementos da cultura material
Etnotopônimos	elementos étnicos isolados ou não
Hierotopônimos	nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto
i. Hagiotopônimos	nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano
ii. Mitotopônimos	entidades mitológicas
Historiotopônimos	movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas Hodotopônimos vias de comunicação urbana ou rural
Numerotopônimos	adjetivos numerais
Poliotopônimos	vocábulo vila, aldeia, cidade, povoação, arraial
Sociotopônimos	atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos
Somatotopônimos	relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal

Fonte: Adaptado de Dick (1990).

Contudo, pesquisadores têm percebido as limitações dessa classificação: Isquierdo (1996), por exemplo, propõe a subdivisão dos *animotopônimos* em *eufóricos* (os que marcam uma impressão agradável, como em Bonsucesso, e *disfórico* (os que marcam uma impressão desagradável, como em Seringal Solidão); Lima (1997) propõe a divisão dos *hagiotopônimos* em *autênticos* (nomes de inspiração religiosa que recuperam um santo ou santa aceitos e aprovados pelos dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana, como em Santo Antonio) *aparentes*, nomes de inspiração política que prestam tributos a um fundador ou uma pessoa influente da localidade, como em Fazenda Santa Elina (MT), em homenagem à proprietária desse imóvel rural; Francisquini (1998) propõe a inclusão das seguintes taxes: *acronimotopônimos*– relativos às siglas, como em CIANORTE (AH PR); *estematotopônimos* – os percebidos pelos sentidos, como em Ribeirão Doce; *grafematopônimos*- os que apresentam entre os elementos distintivos letras do alfabet; *higietopônimos*– relativos à saúde, à higiene, ao estado de bem-estar físico, como em Saúde; e *necrotopônimos*- os que se referem ao que não é são ou que está morto, a restos mortais, como em Córrego Caveira (PR). Na mesma linha, Carvalho (2010) propõe a inclusão da taxie *igneotopônimo*, cujas unidades lexicais se referem ao fogo, abrangendo todos os produtos resultantes de sua ação direta,

quando usadas para denominar acidentes físicos e acidentes antrópicos, como em Morro do Fogo. Além desses, outros estudiosos tentaram suprir as lacunas existentes para as taxonomias toponímicas quando se depararam com espaços geográficos nomeados com lexias que não podiam simplesmente serem encaixadas na classificação tradicional. É o caso de Anjos (2012), que considerando a especificidade do corpus *hidronímico*, o autor propõe a reorganização das taxes dos *numerotopônimos*, para quem os casos não seguem uma coerência interna esperada em relação à ordem dos numerais, sugerindo, nos casos em que houver a presença de determinado numeral, o acréscimo da expressão ‘por quantificação’ após a classificação semântica do núcleo do sintagma nominal; e *cronotopônimos*, para quem são cronotopônimos casos análogos a Lagoa Velha, mas não Lagoa da Velha; Carvalho (2014), que propõe a realocação da taxe *mitotopônimos*, por serem elementos de religiões não-cristãs, como subtaxe dos *hierotopônimos*. Àqueles caberiam apenas entidades mitológicas, tais como Hércules, Pégasus etc, considerando etnocêntrica a categorização de entidades religiosas não cristãs como *mitotopônimos*, como procede Dick (1990b) em relação a Exu; b) Inclusão da subtaxe *mariotopônimos*, relativa aos nomes referentes às múltiplas invocações da Virgem Maria; Pereira e Nadin (2017), que propõe uma classificação de topônimos iniciados com a lexia padre como *hierotopônimos*, entendendo-os como parte do campo semântico das autoridades religiosas em geral, não como título ou dignidade tampouco como profissão; além da proposta de inclusão da taxe *parentistopônimo*, relativa para nomes de lugares que referenciam parentescos.

Na nossa pesquisa, percebemos desde o início as limitações da taxonomia tradicional para classificar os topônimos:

(i) alguns nomes eram classificados de uma maneira, mas ao confrontar com a sócio-história do lugar percebemos que a classificação já não se encaixava e classificá-lo dentro do mesmo paradigma taxonômico não supria a necessidade. Por exemplo: o *PA Cruiri*, pela classificação toponímica de Dick (1990), seria encaixado entre os *fitotopônimos*, pois há uma denominação de índole vegetal. Contudo, a sócio-história mostrou que esse Assentamento foi erguido onde antes havia terras improdutivas de uma fazenda de mesmo nome - Fazenda Cruiri. Ocorre que o batismo da fazenda provavelmente teve motivações de índole vegetal, o cruiri é uma planta muito utilizada na medicina popular, principalmente em comunidades originais. Mas, a mesma

motivação não parece ter sido esta para denominação do lugar. A manutenção do nome do lugar original tinha algum motivo que precisava ser averiguado. A toponímia tradicional não contemplava essa investigação.

(ii) alguns nomes de Assentamentos Rurais simplesmente não se encaixavam nas categorias toponímicas propostas por Dick (1990). Por exemplo: Em PA *Jacaré-Curituba II*, temos aparentemente um topônimo com índole animal (zootopônimo) ou vegetal (fitotopônimo). Porém, a sócio-história tem mostrado que a motivação para o nome vem do Projeto de Irrigação existente na região. Mais uma vez, as ferramentas de classificação da toponímia tradicional limitavam nossa descrição do corpus.

Chamou a atenção o fato de os Assentamentos Rurais serem espaços geográficos que surgem sempre pela trans de outro espaço geográfico - normalmente uma fazenda improdutiva, mas sempre no contexto relativo a terras improdutivas -, diferentemente de uma cidade, um povoado, que podemos dizer são espaços primários. O Assentamento será sempre um espaço secundário, pois é necessária a existência de uma terra improdutiva para que haja o contexto de luta pela terra, a ação das políticas de Reforma Agrária, para que o Assentamento venha a existir.

Por esta razão, com base na Toponímia Crítica, escolhemos classificar os Topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe em Campos Motivacionais pensados para este fim, compreendendo conjuntos de nomes de Assentamentos Rurais com características motivacionais e ideológicas comuns:

Quadro 03 - Proposta de Classificação Taxonômica em Campos Motivacionais

Campos Motivacionais de Denominação Toponímica - Ideologia do MST		
Campo Motivacional (CM)	Subgrupo do Campo Motivacional	Crítérios de Inserção dos Nomes dos Assentamentos
Campo Motivacional da Topofilia	Cultura e Topofilia (-fobia)	Lugares que conservam o nome da terra de origem, com ou sem alteração em sua grafia, em virtude de um sentimento de afeição com a terra

	Ancestralidade e Topofilia (-fobia)	Lugares que conservam o nome da terra de origem sem alteração em sua grafia para além de um sentimento de afeição com a terra, mas cujo simbolismo com a terra se manifesta em aspectos étnicos e identitários.
	Simbolismo e Topofilia (-fobia)	Lugares que possuem uma relação simbólica com a terra, fazendo de sua denominação uma espécie um indicativo de modelo a ser seguido na construção de novos lugares.
Campo Motivacional da Memória e da Identidade	Memória e Identidade dos Meus	Nomes que homenageiam militantes dos Movimentos Campesinos por suas ações dentro da luta pela terra.
	Memória e Identidade dos Nossos	Nomes que reconhecem a atuação de pessoa de fora do Movimento Campesino, mas cujas ações ajudaram a ampliar a narrativa de construção de sociedades mais igualitárias.
	Memória e Identidade dos Outros	Nomes que reconhecem a atuação de personalidades de diversos campos do saber cujas ideologias aliadas ao marxismo/socialismo exerceram grande influência dentro do movimento.
	Memória, Identidade e Marcos Históricos	Nomes compostos por datas importantes dentro do Movimento Campesino.
	Memória e Identidade dos Mártires	Nomes que homenageiam os mártires das causas sociais alinhadas à ideologia do Movimento Campesino.
Campo Motivacional da Religiosidade e da Fé	Religiosidade e Ação Social	Nomes que homenageiam religiosos pelas suas ações dentro do Catolicismo Popular (Teologia da Libertação, Teologia da Enxada, Teologia pé-no-chão).
	Religiosidade e Sentimento Utópico	Nomes que remetem a santos católicos alinhados a uma ideologia de resistência e de sentimento utópico.
	Religiosidade e Mística	Nomes compostos por frases nominiais que indicam a presença da mística do MST dentro de uma religiosidade herdada da influência católica no interior do movimento.

Fonte: Elaboração própria

1.3. TOPONÍMIA CRÍTICA: CONCEITOS RELACIONADOS

Nesta seção apresentaremos alguns dos conceitos com os quais trabalharemos dentro da Toponímia Crítica. Embora o trabalho com Toponímia tradicional também permita um olhar interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, a abordagem crítica abrange uma série de contatos com outros campos do saber, dos quais se serve de conceitos e abordagens.

Apresentaremos a seguir, os conceitos que serão fundamentais para a nossa análise.

1.3.1. Topofilia, Ideologia e Relações de Poder

Alguns conceitos da Geografia Crítica (LEFEBRE, 1976; TUAN, 2012) são muito importantes para a nossa pesquisa. Entre os quais podemos citar a noção de lugar e espaço. Para esta vertente dos estudos geográficos, o espaço não é apenas aquele local que sofreu interferência humana, como quer a Geografia Tradicional, mas como o local que “desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (LEFEBRE, 1976, p.29). Ou seja, não basta que tenha havido interferência humana, mas que o mesmo tenha desempenhado um papel dentro daquela sociedade que o modificou. Também para a Geografia Crítica, a noção de lugar é diferente da Geografia Tradicional, que o entende como uma porção do espaço geográfico na qual o ser humano mantém uma relação direta com o meio ambiente. Para Tuan (2012), o lugar possui uma “personalidade” que se manifesta pelos “sentidos através de uma longa vivência”. Com este conceito Tuan (2012) indica que para além da interação com o lugar, é necessário que para uma comunidade, o lugar seja marcado por características que individualize aquela sociedade.

Outros conceitos importantes da Geografia Crítica são: Topofilia e Topofobia. Esses dois conceitos serão abordados melhor na seção que trata da análise dos topônimos classificados no Campo Motivacional da Dicotomia Topofobia X Topofilia. Porém, podemos ainda fazer uma breve apresentação para eles. Para Tuan (2012), a topofilia se caracteriza pela ligação afetiva entre o homem e o meio ambiente; enquanto para o mesmo autor (TUAN, 2006) a topofobia se caracteriza pelo medo que ocorre em função do que pode-se encontrar no lugar.

Diversas concepções de ideologia circulam nas diversas áreas das Humanidades. Entre elas, a noção marxista de ideologia – segundo a qual, nossa forma de entendimento de mundo

é uma ferramenta de ocultação do que se tem por realidade – se encaixa aos propósitos de nosso trabalho por ser a que mais se assemelha ao pensamento do movimento camponês; é ela que melhor define o modo de viver dos habitantes dos Assentamentos Rurais em Sergipe, pois esse grupo social encara sua forma de viver de forma, senão contrária, mas adversa à forma como a classe dominante – aquela que possui o poder – pensa e age. Tal constatação pode atestar-se quando avaliamos o conteúdo dos materiais internos produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais, que visam à promoção de uma cultura de trans social:

Desde seu surgimento o MST tem buscado criar e cultivar uma Mística da luta da Reforma Agrária. Hino, bandeira, palavras de ordem, canções, gestos, são alguns exemplos.

Em nossas escolas, também estamos sentindo a necessidade de desenvolver os valores, os princípios e os sentimentos que sustentam a luta do MST. Só assim estaremos contribuindo para dar continuidade e qualidade cada vez maior ao nosso Movimento, através das novas gerações (BOLETIM, 1993, p. 1).

Este fragmento mostra como existe, dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais, uma produção voltada para a educação das pessoas, sobretudo das crianças, com vista à promoção dos ideais do movimento. Há uma necessidade de fortalecer o movimento e essas produções servem como cartilhas de alfabetização ideológica. Dessa forma, observamos como o espectro ideológico circula no interior do MST e que por sua vez terá sua parcela de influência no ato denominativo do lugar. Da mesma forma, encontramos em outras localidades movimentos de denominação dos espaços que podem ser observados através de espectros ideológicos. A existência, por exemplo, de uma placa com o nome Marielle Franco², apenas para citar um caso recente, e toda ação de desdobrou por parte de ideólogos da extrema direita, nos faz perceber como a ideologia está presente nos atos de batismo dos espaços.

Além do conceito de Ideologia, outra contribuição da Sociologia para o aporte teórico da Toponímia Crítica importante para essa pesquisa é o conceito de (relação de) poder.

Claval (2007, p. 201) explica que “o poder apropria-se das terras fazendo constar nos registros, planos ou mapas, as coleções de nomes de lugares”. Nessa ação, o grupo exerce poder ou exerce relação de poder; e este poder está revestido de carga político-ideológica. Não à toa, Claval (2007, p. 201) assinala que “nomear um lugar é sempre um ato inserido em

² Na história recente das lutas sociais, sobretudo no Brasil, evidencia-se casos como o da morte de Marielle Franco: a denominação de espaços com o antropônimo revela o viés ideológico do grupo social que reivindica a homenagem do nome no batismo do lugar. Por outro lado, as narrativas e ações contrárias – como a quebra da placa que sinalizava o nome da rua contendo a homenagem à vereadora – mostram facetas de ideologias contrárias, próprias de grupos antagonistas e de movimentos sociais distintos.

um contexto social mais amplo, que envolve relações de poder”. Nessa perspectiva, vale verificar, em nosso *corpus*, quando o exercício do poder se dá de dentro para fora do movimento dos trabalhadores rurais, quando o nome representa algum símbolo de luta; ou – a título de exemplo –, quando a nomeação visa manter o nome do antigo espaço ocupado, como uma fazenda ou um projeto de irrigação que fora importante para a subsistência das famílias. Todas essas motivações denominativas para o nome dos lugares implica uma relação de poder entre os grupos sociais que interagem naquele meio.

Por isso, iremos observar nos nomes desses lugares, algumas marcas ideológicas no sentido, por exemplo, de criação de uma memória coletiva para o movimento do homem do campo, uma vez que “a luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento” (CARVALHINHOS, 2022, p.14).

1.3.2 Toponímia Rebelde/de Resistência, Memória e Esquecimento

A expressão *Toponímia Rebelde* aparece em textos de Netto (2011; 2018) e se refere ao uso de nomeações não usuais em topônimos, marcados também pelo seu viés de movimento separatista histórico, ou seja, o topônimo rebelde traz para o espaço um nome que normalmente as tensões políticas e relações de poder existentes em outros espaços normalmente não trariam para o seu batismo, mas também ao fazê-lo tem o objetivo de reescrever a versão histórica ou o ponto de vista contado acerca daquele lugar e de sua população.

Netto (2018) aplica a terminologia aos atos de nomeação proferidos pelos grupos sociais latinoamericanos zapatistas e movimento dos trabalhadores sem-terra. Há, entre os topônimos dos espaços ocupados por esses movimentos, uma marca de toponímia rebelde, que por sua vez reflete uma ideologia de esquerda presente no interior do movimento campesino.

No capítulo de análise dos topônimos que tratam especificamente das homenagens a pessoas ligadas aos movimentos de esquerda voltaremos a tratar da terminologia usada por Netto, bem como da nossa preferência por outra terminologia - *Toponímia de Resistência*. Essa outra terminologia, utilizada por Alencar (2017) nos parece mais adequada por julgarmos o termo “Rebelde” como uma palavra que talvez expresse uma visão de fora do movimento para dentro, enquanto o termo “de Resistência” indica, a nosso ver, uma visão interna ao movimento. Evidentemente, que a palavra *rebelde* tem mais de uma acepção,

porém, se levarmos em conta a acepção mais usual, a do senso comum, veremos que para os fins deste texto, a segunda terminologia se mostra mais adequada.

Além desse conceito, para entendermos a importância para esses grupos sociais o ato de homenagear sua própria luta através da nomeação do seu espaço, e com isso, dar exposição a nomes que normalmente não encontramos em outros espaços ocupados pelos seres humanos, precisamos refletir o conceito de memória.

Para Netto (2018), os grupos sociais estão preocupados com a memória de suas ações: há forte ligação com o passado e o culto deste, no qual se procura registrar a memória de fatos e de pessoas importantes para a história de seu movimento. Contrastando com a nomeação de outros espaços, veremos que as motivações de uso da toponímia como agente marcador da memória terão outras referências. O nome de um assentamento rural que homenageia um mártir do movimento social dos trabalhadores rurais, por exemplo, expressa uma visão de memória interior ao movimento camponês. Já a nomeação de uma praça com o nome de um imperador brasileiro está relacionada à memória das personagens historicamente construídas e cultuadas pela elite. Há nessas ações denominativas duas ideologias diferentes, mas ambas, para cada sociedade que a praticou, expressam a necessidade existente no interior dessas comunidades de cultivo da memória.

Para Dosse (2001, p. 43) “essa nova orientação implica levar a sério a *guinada lingüística* e atentar aos discursos sobre a ação, à narração, à trans das ações em ‘enredo’, mas sem fechar-se na discursividade”. Para a Ciência da História, isso significou pensar no viés sob o qual a História Oficial vem sendo contada. Entre os pensadores que influenciaram essa nova concepção da História está o francês Paul Ricoeur. Para Ricoeur (1994, p. 65), “se a ênfase deve ser colocada na disposição, então a imitação ou a representação deve ser de ação, mais que de homens”, ou seja, a interpretação da História precisa levar em consideração o predicado aliada à valorização do sujeito.

O Movimento Camponês é um forte exemplo dessa luta narrativa pela edificação de um ponto de vista que possa dialogar, conviver paralelamente, com a história oficial. Quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por exemplo, atribui nomes de mártires do movimento ao espaço ocupado, há ali uma ação de inscrição na história daquele povo, um ponto de vista dos acontecimentos que irá se configurar na edificação de parte da memória daquele povo, ao passo que não fazê-lo é poder cair em esquecimento e deixar que o outro

conte a sua versão da história é deixar que o outro - a parcela dominante da sociedade, por exemplo – crie a sua versão da memória na História daquela população.

Para Netto (2018), “a dualidade memória/esquecimento é uma das oposições essenciais que estruturam o vocabulário dos movimentos sociais latino-americanos”. Vemos, então, por trás de ações encomiásticas a reivindicação de espaços de vivência e a criação de memórias, para que se evite o esquecimento das ações do movimento, o que gera uma versão histórica. Por vezes, uma tensão discursiva se estabelece nesta ação: há um resgate de uma história não contada ou de um ponto de vista inédito.

Esses são os conceitos que são tomados emprestados de outras Ciências pela Toponímia Crítica e por esta pesquisa. Outros também são importantes, como o conceito da Pirâmide de Maslow (Cavalcanti et al, 2019), emprestado da psicologia, o de Balança Mental, adaptado também da psicologia (Cavalcanti et al, 2019), o conceito de Cristianismo Popular (Neto, 2014), entre outros. Contudo, é nossa escolha apontar aqui os conceitos norteadores da nossa pesquisa em toponímia Crítica apenas de forma breve, para discorrer sobre eles em momento oportuno. Da mesma forma, é escolha nossa não apresentar conceitos menores e pontuais, ainda que importantes, nessa seção; o faremos, porém, em seção oportuna.

1.3.3. Os conceitos de Topofilia e Topofobia

As sociedades agrárias têm um modo de pensar associado a um modo de viver pré-capitalista, onde o mundo natural interfere nas ações humanas, por estas serem dependentes diretas dos recursos disponíveis no espaço para as diversas tarefas em sociedade (DIEGUES, 1996). As formas de preparar a terra para o plantio – deixando-a de repouso, adubando, regando, como área de pasto –, bem como as ações de preservação – retirando apenas aquilo que é para a sua subsistência, replantando, conservando –, irão influenciar o pensamento das pessoas que vivem no campo. Por isso, entender as ações humanas dentro do movimento campesino implica conhecer uma série de ações pelas quais podemos observar o viés do pensamento das pessoas que habitam este lugar.

Para entendermos como a relação do homem com a natureza, ou com o espaço cultivado pode influenciar as ações humanas, entre as quais a ação de dar nomes aos lugares, iremos discorrer brevemente sobre os conceitos de *topofilia* e *topofobia* com base em Tuan (2012). Para Tuan (2012), topofilia “é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico.” Nessa concepção, podemos entender que para o homem do campo, acostumado ao ambiente diferente da cidade, sem suas tecnologias, “o ambiente físico é o teto protetor da

natureza e sua miríade de conteúdos” (TUAN, 2012, p. 116) e por isso, a sua relação com este lugar de proteção será crucial na formulação de um modo de pensar e de agir.

Ainda segundo Tuan (2012, p.116), “o meio ambiente natural e a visão de mundo estão estreitamente ligadas: a visão de mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída de elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo”. Dessa forma, quando o indivíduo não possuía trabalho e viu na ocupação de uma terra improdutiva uma semente de uma nova vida, que brotaria literalmente do cultivo da terra, este passa a estabelecer com o ambiente uma relação que terá um valor muito grande no seu inconsciente. É nesta terra que aparecerá o espaço temporário do *acampamento*. É neste ambiente que ele irá passar por grandes alegrias: ter o que plantar, ter sonhos de uma vida melhor, poder dar o sustento para sua família; mas também é neste espaço que ele irá passar por grandes dificuldades: enfrentará a ira de fazendeiros, as armações de grileiros, a dureza do clima e do desmatamento promovido pela modernização das cidades.

Por isso, não apenas o conceito de topofilia nos será importante para o entendimento da relação do homem do campo com o lugar, mas também o conceito de *topofobia*. Conforme Tuan (2006), “se refletirmos, a vida no campo – despojada do artifício amortecedor e das sofisticções da civilização – deve muitas vezes ser dura e cruel” (TUAN, 2006, p.222) É aqui que o autor desenvolve o conceito de *topofobia*, ou o medo do espaço, pois “a população do campo vive perto da violência”, uma vez que “a fazenda é frequentemente um lugar para matar.” (TUAN, 2006 ,p.222)

1.3.4. O Conceito de Balança Mental Ideológica

Balança mental, termo emprestado da Psicologia (MASLOW, 1954; CAVALCANTI, 2019), refere-se às ações inconscientes que agem sobre o ser humano. No caso de posseiros, ocupantes de terras improdutivas, há pontos que são colocados na balança, ainda que inconscientes, que influenciam a escolha de um nome para o lugar ocupado. Na balança mental do posseiro – isso podemos verificar pela análise do léxico denominativo dos assentamentos rurais –, irá pesar em alguns casos os valores da relação criada pela terra (*topofilia* x *topofobia*), refletindo na manutenção, modificação, supressão, do nome do espaço ocupado. Uma terra improdutiva denominada *Fazenda X* irá se transformar em um lugar denominado *Assentamento X*, onde *X* pode ser o mesmo nome específico dado ao novo topônimo, e a razão da manutenção do nome pode ser entendida pelo desequilíbrio desta

balança mental, na qual a valorização da terra (a terra que tirou o posseiro da situação de miséria) e outros bons momentos vividos naquele lugar serão mais importantes do que os momentos ruins passados neste espaço. Mas também, o nome específico dado ao novo lugar poderá sofrer influência dos momentos ruins (topofobia) e dessa forma se materializar no léxico por uma modificação da denominação anterior desse lugar.

O fenômeno retratado pela dicotomia *topofilia/topofobia* é responsável pela forma como os acampados/assentados vêem o espaço cultivado e razão pela qual procuram cuidar dele, como quem cuida de quem também lhe protege. Porém, essa relação também se manifesta de forma diversa. O espaço pode ser cuidado porque é dele que se retira o alimento, mas também porque é ele que produz proteção. Ou seja, há algumas razões pelas quais o lugar será valorizado. Cada razão irá resultar em uma maneira de atuar nele, e conseqüentemente, uma maneira de nomeá-lo/renomeá-lo.

Se pensarmos que o motivo primeiro que leva uma pessoa a seguir um acampamento de MST é a total falta de segurança alimentar ou a falta de esperança de um futuro melhor, iremos perceber que inicialmente, antes mesmo de o MST ser um movimento organizado, consciente de seus direitos e das particularidades das leis de terra no Brasil, a valorização do lugar se dará porque será deste que retiram seus alimentos, e será neste lugar que depositaram suas esperanças de futuro e segurança e esperança. Também se evidencia que dentre os estágios de *acampamento* e *assentamento* muitos anos podem se passar, e no curso natural do tempo, outros valores podem pesar mais na *balança mental* do acampado/assentado, motivando-o a dar determinado nome ao assentamento. Por isso, alguns topônimos podem ser incluídos do Campo Motivacional da Topofilia, enquanto outros não.

Baseado na taxonomia proposta por Abraham Maslow (1943), tentamos entender as razões pelas quais a terra improdutiva é valorizada a ponto de dar seu nome de empréstimo ao futuro assentamento. Para esse psicólogo, existe uma hierarquia de necessidades que motivam as ações humanas, esquema piramidal apresentado na Figura abaixo:

Figura 01 – Pirâmide das Necessidades de Maslow



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da teoria das Necessidades de Maslow, 1954.

Notemos que, por este esquema, é visível que as necessidades básicas que motivam primeiramente as ações humanas são as instintivas, as necessidades ligadas à sobrevivência. Por isso, para o posseiro, o nascimento de uma ligação forte entre ele e o lugar é providencial, pois é deste lugar que ele irá retirar seu alimento, sua água, poder dormir, poder respirar, etc. Notemos também como o segundo degrau na pirâmide de Maslow diz respeito a condições de segurança. As ações violentas dos fazendeiros, a desocupação, a falta de assistência social são questões que assombram os ocupantes desse lugar. Daqui, retiramos os motivos pelos quais o nome da fazenda que lhe deu o sustento irá migrar para a composição do nome do novo assentamento, quando este se concretiza, nessa eterna relação topofilia x topofobia. Somente pela análise desses dois estágios dentro da Pirâmide de Maslow já nos é possível refletir acerca de motivações que pesam na *balança mental dos atos de nomeação/renomeação* do acampado/assentado. A seguir, exploraremos melhor como se dá esse fenômeno de manutenção ou modificação do nome do espaço geográfico que surge no lugar de outro homônimo ou heterônimo.

1.3.5. A ocupação da terra em sergipe: breve histórico do MST

A luta pela terra, em Sergipe, tem seus primeiros conflitos ocorridos na década de 1980. Nesse período, uma série de acontecimentos irá marcar o início de conflitos que irão culminar no surgimento dos primeiros assentamentos rurais e colocar em pauta o tema da

reforma agrária na agenda do movimento campestre. Segundo Lopes (2007), a “história recente da luta pela terra em Sergipe tem sido marcada, na maioria dos casos, pela violência, seja dos jagunços contratados pelos latifundiários que tiveram suas terras ocupadas, seja pela polícia, em obediência à decisão judicial de reintegração de posse reclamada pelo dono da terra.” Aqui, mais uma vez se evidencia que para os ocupantes de terra improdutivo em Sergipe, desde os primórdios dos conflitos sociais agrários, é na base da pirâmide de Maslow que estão as respostas para as ações nesses lugares. Lopes (2007) nos traz dados referentes a alguns conflitos ocorridos em 1985 aqui em Sergipe.

Naquele ano, ocupantes da fazenda Barra da Onça, no município de Poço Redondo, foram expulsos violentamente da terra por mais de uma vez, tiveram seus barracos derrubados e suas principais lideranças (Guido e Rubens) foram presas e torturadas pela polícia do município de Nossa Senhora da Glória, para onde foram levadas. No dia 25 de março de 1991, na fazenda Lagoa Nova, em Pacatuba, jagunços contratados por um fazendeiro e ex-deputado federal deram um tiro na boca no dirigente sindical Deusdeth Santos e agrediram fisicamente o teólogo José Martins da Rocha e a freira Hermínia Pereira Chaves, ambos da CPT/SE. Na fazenda Santa Clara, município de Capela, um acampado foi assassinado no dia 14 de abril de 1996, com tiros de escopeta e até agora não se sabe quem foi o autor do crime. Dirigentes estaduais do MST/SE, entre os quais Zé Roberto e Zenaide, foram presos pela polícia, enquanto os outros ocupantes eram retirados à força da área da Fazenda Tingui. (LOPES, 2007, p. 10)

No quadro abaixo, sintetizamos os acontecimentos apresentados por Lopes (2007) com base nos dois primeiros degraus da pirâmide de Maslow. Nosso objetivo é demonstrar como, em alguns casos, há fatores que se sobressaem e são preponderantes para o ato denominativo do que outros. Não há uma regra geral dada pelo léxico para a desse léxico denominativo, como estamos acostumados a ver nos estudos em toponímia tradicional. Contudo, analisando as condições sócio-históricas que levaram cada assentamento a conservar ou não o nome do imóvel improdutivo/lugar de origem iremos perceber que há uma regularidade nos nomes dados a estes lugares.

Quadro 04 – Elementos Predominantes na denominação de Alguns Assentamentos Rurais sergipanos (Topofilia x Topofobia)

Pirâmide de Maslow – Degraus Fisiologia/Segurança				
Nome da terra improdutivo de origem	Nome Oficial ³ do Novo Assentamento	Toponímia Paralela ⁴ do Assentamento	Condições de insegurança/luta pela terra	Elementos predominantes no ato denominativo

³ Por Nome Oficial entendemos o nome do Assentamento, escolhido em Assembleia pelos assentados e oficializado através de portaria governamental.

⁴ A toponímia paralela se configura pela existência de um segundo nome pelo qual o lugar é conhecido, embora não seja o nome oficial do mesmo.

Fazenda Barra da Onça	Assentamento Barra da Onça	n/e	- expulsão; - barracos derrubados; - prisão e tortura de lideranças.	+ valorização da terra - outros fatores
Fazenda Lagoa Grande	Assentamento Independência Nossa Senhora do Carmo	n/e	- agressão com arma de fogo; - agressão de lideranças religiosas.	- valorização da terra + outros fatores
Fazenda Santa Clara	Assentamento Josenilton Santos	Assentamento Santa Clara	- morte por arma de fogo;	+ valorização da terra - outros fatores
Fazenda Tingui	Assentamento Marcelo Déda	n/e	- expulsão violenta	- valorização da terra + outros fatores

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados de Lopes, 2007.

O quadro acima destaca a valorização da terra, conforme evidenciada na pirâmide de Maslow e na teoria da topofilia de Tuan (2012), é um elemento que pesou mais na balança mental ideológica⁵ do movimento de denominação dos assentamentos rurais, no caso do Assentamento Barra da onça em seu nome oficial, e no caso do Assentamento Santa Clara, em seu nome paralelo. Isso acontece porque as pessoas que vivem na situação na qual se encontram esses agricultores se apegam aos aspectos positivos que os fazem continuar na jornada. Neste caso, quando têm de dar nome a um lugar, por exemplo, mesmo que inconscientemente, estes aspectos irão predominar sobre outros. Evidente que não é uma regra. Há casos onde a religiosidade irá imperar. Em outros, a memória de pessoas importantes será o fator preponderante no ato denominativo. Cada lugar seguirá uma linha ideológica por trás do batismo do espaço. Nossa tarefa nesta pesquisa é a de reunir processos denominativos e causais com as características semelhantes e categorizá-los.

⁵Aqui modificamos o termo original balança mental para balança mental ideológica por julgarmos que nesse momento já temos elementos suficientes para que a ideologia está relacionada à essas escolhas sociais, que por sua vez, podem ser inconscientes, mas que podem ser recuperadas e entendidas a partir da análise da produção dos sujeitos sociais.

2. O MST E OS ASSENTAMENTOS RURAIS: CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR E POLÍTICA TERRITORIAL

Nesta seção apresentamos um panorama de elementos ideológicos, culturais e sociais que envolvem o nosso *corpus* de análise. Em um primeiro momento, apresentamos aspectos legais de Assentamento Rural de Reforma Agrária e contrapomos tal definição a visões de senso comum sobre esse tipo de aglomerado humano. Tal ação é julgada aqui importante para que discutamos as motivações de base ideológicas presentes no léxico denominativo desses lugares, considerando a visão de mundo relativa à população habitante dos assentamentos. A seguir, discorreremos sobre o processo de dos Assentamentos Rurais, considerando as transformações ocorridas no espaço ao longo desse processo e tratamos da inserção dos assentamentos rurais dentro da política territorial contemporânea no Brasil, com destaque para processos de nomeação coletiva e democrática, ação idiossincrática desses agrupamentos. Por fim, apresentamos alguns conceitos fundamentais para o entendimento da dinâmica de dos Assentamentos Rurais, bem como a forma de denominação desses lugares.

2.1 MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: FUNÇÃO SOCIAL, ASPECTOS LEGAIS, CRENÇAS E ESTEREÓTIPOS

Com o objetivo de problematizar a constituição de movimentos de luta pela terra no Brasil, especialmente nas últimas décadas, partimos do pressuposto de que na sociedade contemporânea – seja pela reprodução em veículos sociais de comunicação, seja por uma cultura que tem origens no processo histórico de ocupação do brasileiro, colocando sempre a visão do conquistador sobre a visão das minorias – existem estereótipos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra, seus membros e simpatizantes. Por isso, é esperado que ações internas do Movimento tentem trazer para o debate coletivo crenças não hegemônicas. Para testar essa observação, apresentamos um experimento prático: no buscador do *Google News*, listamos dois pares de palavras-chaves, a saber: *ocupação/MST*; e *invasão/MST*. Tal escolha se justifica pela síntese no senso comum relativo às atividades de um movimento de luta por terras. Uma ou outra prevalece a depender da crença do veículo de comunicação, cujo discurso influencia percepções e atitudes ideológicas.

Para o par *invasão/MST*, os primeiros cinco resultados encontrados estão expostos no quadro abaixo:

Quadro 05 - Notícias sobre Assentamentos Rurais promotores da ideologia “invasores de terras alheias”

N.	TÍTULO DA NOTÍCIA	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	DATA DA NOTÍCIA
1	Retomada de invasões? O que esperar do MST no novo governo Lula?	Gazeta do Povo online	16 de novembro de 2022
2	MST anuncia a invasão de duas fazendas na Bahia	Revista Veja online	15 de novembro de 2022
3	Justiça nega reintegração de posse após invasão do MST no Núcleo Rural Rio Preto, em Brasília	G1	05 de maio de 2022
4	MST acena com retomada de invasões de terras em caso de vitória de Lula	Revista Veja online	05 de setembro de 2022
5	Suzano diz ter seis fazendas invadidas no Maranhão; MST nega envolvimento	CNN Brasil online	06 de julho de 2022

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no buscador Google News, 2022

Notemos como em 4 das 5 primeiras entradas para notícias relacionadas à palavra “invasão” da relação ocupação x invasão indicam narrativas de cunho ideológico contrário às ações do MST, tais perfis ideológicos refletem um ponto de vista antagônico, diferente do perfil das pessoas ligadas ao MST. Tais marcas são evidenciadas pelas escolhas lexicais, aqui evidenciado pela preferência pelo termo “invasão”.

Em contraponto, os primeiros cinco resultados encontrados para o par *ocupação/MST* estão expostos no quadro abaixo.

Quadro 06 - Notícias sobre Assentamentos Rurais promotores da ideologia “ocupantes de terras improdutivas”

	TÍTULO DA NOTÍCIA	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	DATA DA NOTÍCIA
1	MST anuncia ocupação de duas fazendas na Bahia	Portal R7	16 de novembro de 2022
2	MST ocupa latifúndios no RN e no CE no marco dos 26 anos do Massacre de Eldorado do Carajás	Brasil de Fato	18 de abril de 2022

3	PB: MST retoma ocupação de terras dentro da jornada de lutas “Por Terra, Teto e Pão”	Brasil de Fato	19 de abril de 2022
4	Famílias são despejadas de ocupação do MST na Bahia e ficam na beira da estrada	Página da Cut na internet	19 de julho de 2022
5	MST invade ou ocupa? Entenda a luta pela terra no Brasil	Site Jornalistas Livre	26 de agosto de 2022

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no buscador Google News, 2022

Notemos como a escolha da palavra “ocupação” para tratar das ações do MST mostra um perfil ideológico diferente daquele ligado às pessoas do MST. Na amostragem do quadro 5, por exemplo, quatro dos cinco veículos de comunicação são de pequeno porte e por conseguinte têm um poder de alcance menor.

Nesta guerra de narrativa editorial, chega à maioria da população uma visão pessimista sobre o movimento campestre, pois “a linguagem exposta pela mídia junto aos movimentos sociais no Brasil é a que os desqualifica e legitima sua criminalização, apontando que suas reivindicações não somente seriam ilegítimas, como à margem da lei” (VIEIRA; ARAÚJO, 2017, p. 4). Em relação ao MST, é comum retratá-lo como grupo social que *invade* terras alheias para tomar posse, com “[...] a certeza que as táticas, as demandas e a própria existência de determinados sociais representam uma afronta ao estado de direito, na medida em que, questionam a ordem sócio-jurídica existente. Trata-se, então, de criminalizar esses movimentos e seus atores.” (VIEIRA; ARAÚJO, 2017, p. 4).

Partir dessa experimentação é importante para que o leitor desse trabalho perceba que segundo a lei, a prática do MST de ocupação de uma terra improdutiva não pode ser confundida com a prática de invasão de terra particular, conforme quer determinados veículos de comunicação. Para esta pesquisa importa, conforme veremos, que a Constituição Federal indica que existe uma função social para a terra e que ela não pode ser improdutiva e em caso de ser está propícia a ser revertida (com as devidas indenizações) em objetos de políticas de Reforma Agrária.

Quanto a esta questão, analisemos o que rege a Constituição Federal em seus artigos 12 e 13:

Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei.

Art. 13. O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social. (BRASIL, 1988)

Por mais que se legitime a aquisição de terras, nenhuma pessoa ou instituição privada pode, pela Constituição Federal, ter posse de uma terra e deixá-la sem uma função social, cabendo ao Poder Público fazer valer a lei. A própria Constituição Federal informa como tal impasse deveria ser resolvido – uma política de Reforma Agrária, a saber: “Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.” (BRASIL, 1988).

Quando o MST ocupa uma terra improdutiva ele está com essa ação sinalizando para os setores públicos a existência de uma terra que não cumpre a função social da terra em contraste com a presença de um grupo de trabalhadores que não têm terra para trabalhar. Segundo Marés (2003), “A propriedade é um direito criado, inventado, construído. Ao construí-lo, a Constituição lhe deu *condições de existência*, de reconhecimento social e jurídico”, por isso, não há do ponto de vista legal razões para alegar que o MST invade uma terra que pertence a outro. Dessa forma, segundo Marés (2003) quando o detentor de determinada terra não cumpre a lei dando à sua propriedade sua função social, este não pode exclamar à lei a proteção com vista à permanência da condição de descumprimento das preconizações legais.

Sob condições jurídico-legais, reconhece-se que ocupações capitaneadas por movimentos como o MST, isso costuma se dar – por conhecimento de causa – em terras improdutivas e que, portanto, pode ser sinalizada para que se cumpra a Constituição Federal. Uma vez constatada a existência de terra improdutiva, inicia-se a luta pela Reforma Agrária, que significa uma reorganização da terra, na qual uma grande propriedade é dividida em porções menores e distribuída para pessoas que possam fazer com que ela cumpra sua função social. A lei que regulamenta a Reforma Agrária no Brasil é a lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que por sua vez detalha o que já há no Capítulo III da Constituição Federal:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (CF, 1988).

Essa instrução atesta que o Governo Federal não se vale de ação confiscatória para distribuição de terra. Embora a lei diga que a propriedade tenha que cumprir sua função social, o processo de desapropriação – ou outra forma, que será explicitado em subseção a seguir – da terra improdutiva⁶, até a consolidação de um Assentamento Rural de Reforma Agrária é complexo e não costuma se dar nem de forma rápida nem pacífica entre acampados e proprietários. As razões para os conflitos são diversas e serão abordadas apenas na medida em que cabe para o entendimento do florescimento de um modo de viver – e de nomear. Contudo, é imperativo explicitar que, em muitos casos, as terras improdutivas são terrenos nos quais os donos não têm condições de fazê-lo produtivo, quer por má gestão, quer por se tratar de terreno de herança, faltando-lhes recursos para investimento. Não à toa, em muitos casos existe interesse para que tais terras sejam compradas pelo Governo Federal e distribuídas para os trabalhadores rurais.

2.2. POLÍTICA TERRITORIAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Nesta seção iremos discorrer as formas pelas quais se dão as políticas territoriais na perspectiva de de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. Sua inclusão aqui se justifica por acharmos importante que se conheça as formas pelas quais a legislação trata e reconhece esses lugares. Além disso, a forma de criação, a modalidade e outras formas de classificação aqui apresentadas são importantes para o entendimento de como esses fatores influenciam as motivações. Se um Assentamento Rural, por exemplo, é formado através de *desapropriação* é provável que os conflitos pela terra sejam mais intensos do que aquele formado por *compra e venda*. Ou seja, a forma de obtenção da terra, para citar apenas um exemplo irá influenciar nas ações de topofilia e topofobia existente no lugar e portanto motivar determinada ação de denominação dentro desse meio social. Da mesma forma, para citar outro exemplo, quando um Assentamento é da Modalidade PE é mais comum que sua denominação procure homenagear um militante local, enquanto os da Modalidade PA procure homenagear pessoas que estão mais afastadas do interior do movimento, mas que compartilha com ele mesma ideologia. Todas essas questões poderão ser compreendidas quando passarmos a analisar os

⁶Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe. Por isso, nossa escolha por trazer tais conceitos em seção própria.

Entre a indicação de uma propriedade como improdutivo até a edificação do Assentamento Rural, existe uma etapa muito importante: o acampamento. O esquema a seguir sintetiza o processo de de um Assentamento Rural:

Figura 02 – Gênese de um Assentamento Rural de Reforma Agrária



Fonte: Elaboração própria, 2022

Usamos aqui a oposição nome original/nome oficial para se referir a fases diferentes dos lugares: o nome original ao qual nos referimos é o nome da terra improdutivo de origem (exemplo: Fazenda Santana do Cruiri), enquanto nome oficial ou legal é o nome que o Assentamento ganha após ser legalizado na forma de portaria de implementação (Exemplo: Assentamento Cruiri).

O esquema ilustrado na Figura 01 permite compreender como se dá a gênese de um Assentamento Rural: um lugar oficial, reconhecido por mecanismos legais, originado de um lugar anterior, também oficial. Há entre eles, um estágio intermediário, o de *Acampamento*, etapa importante para o entendimento das ações ideológicas presentes na comunidade dos assentados/acampados, pois os trâmites para a efetivação de um Assentamento costumam ser morosos. Da ocupação da *terra improdutivo* (lugar sedentário) até a legalização de um *Assentamento* (lugar sedentário), são anos em que a população habita o *Acampamento* (lugar nômade).

Outro aspecto importante do *Acampamento*⁷ é sua característica de lugar nômade, isto é, que pode ser deslocado. Quando há a ocupação de uma terra improdutiva – uma fazenda por exemplo – havendo conflito bélico por esta posse, é natural que o Acampamento seja deslocado para um espaço próximo da terra improdutiva, para que a indicação da terra ainda seja possível. Muitas vezes esse local é uma estrada fronteiriça com o espaço improdutivo; outras vezes a ocupação simplesmente muda de lugar em procura de novos espaços onde não haja perda de vida e de trabalho na luta pela terra. Esse caráter nômade do acampamento faz com que sua população sofra ações ideológicas diversas pelo contato com pessoas que habitam ou passam a habitar esses lugares. Dessa forma, quando nasce, o Assentamento traz consigo a história de vida dos acampados e essa história de vida traz a sua ideologia, de modo que, quando os assentados estão na posição de deliberar sobre o nome do lugar, há nessa ação traços ideológicos que remontam ao período de acampamento.

Com isto, embora a ocupação da terra – montagem do Acampamento – esteja amparada em lei, o início de uma Política de Reforma Agrária que vise transformar aquele lugar improdutivo em Assentamento não dá segurança jurídica para os acampados, que convivem com adversidades jurídico-legais. Explicaremos cada etapa, pois a identificação do lugar de onde extraímos o *corpus* é relevante para o tratamento do material.

De acordo com o INCRA (2022), “A Política de Reforma Agrária é o conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais”, para atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme disposto na Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra). A negociação para que a Reforma Agrária exista começa quando já há um acampamento montado em uma terra improdutiva. Seus habitantes estão submetidos a toda sorte de adversidades, desde a própria questão da fome e da pobreza até atos de violência por parte dos proprietários dos imóveis ou de seus serviçais. Como o processo é burocrático, há normalmente o envolvimento de grupos sociais – Associações, Institutos, Igrejas, Fundações, entre outras – que servem de intermediários. São essas agremiações que costumam elaborar o Projeto de Assentamento, e seu credenciamento também se dá pela publicação de edital de chamamento público.

Para o INCRA, a criação do Assentamento tem início com a publicação de um edital: “A criação é feita por meio da publicação de uma portaria, na qual constam os dados do

⁷ Para uma compreensão melhor das fases de constituição de um Assentamento Rural, bem como sua fase anterior – o acampamento – sugerimos a leitura do artigo de Figueiredo e Pinto (2014), disponível no seguinte endereço: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ykySVmhYVqbSS5xLY7TrtRmh/?format=pdf&lang=pt>.

imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para sua implantação.” (INCRA, 2022). Qualquer pessoa⁸ pode participar destes editais, sendo a prioridade, segundo o INCRA, em ordem crescente: (i) o indivíduo desapropriado; (ii) o trabalhador rural no imóvel desapropriado na data da vistoria de classificação; (iii) o trabalhador rural desintrusado de outra área, em virtude de ações de interesse público, localizada no mesmo município do assentamento para o qual se destina a seleção; (iv) o trabalhador rural sem-terra em situação de vulnerabilidade social inscrito no CadÚnico; (v) o trabalhador rural vítima de trabalho análogo à escravidão; (vi) a quem trabalhe como posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário em outros imóveis rurais; e (vii) o ocupante de área inferior à fração mínima de parcelamento.

Criado o Assentamento⁹ - “conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural” (INCRA, 2022) - cada lote dentro do assentamento é “uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural.” (INCRA, 2022), sendo condição necessária que a “família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas”. Este processo chama-se Implantação. É na fase de Implantação que os lotes são criados, as famílias são assentadas e os primeiros créditos são liberados. A fase é a Estruturação, marcada pela implementação de políticas de infraestrutura nos assentamentos.

De acordo com o INCRA, a criação do Assentamento não dá direito de posse imediato ao agricultor sobre aquele lote de terra:

Os agricultores que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Até a emissão do título de domínio, o lote pertence ao Incra. Portanto, sem o documento o beneficiário

⁸Embora o INCRA (2022) assinala que “qualquer pessoa possa participar”, há restrições indicadas pelo próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a serem consideradas: ocupante de cargo, emprego ou função pública remunerada: I) quem tiver sido excluído ou se afastado de programa de reforma agrária, de regularização fundiária ou de crédito fundiário sem consentimento do seu órgão executor; II) quem for proprietário rural, exceto o desapropriado do imóvel para o qual ocorre a seleção e o agricultor cuja propriedade seja insuficiente para o sustento próprio e o de sua família; III) quem for proprietário, quotista ou acionista de sociedade empresária em atividade; IV) quem for menor de dezoito anos não emancipado na forma da lei civil; ou V) quem tem renda proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais ou a um salário mínimo per capita.

⁹“A quantidade de lotes ou parcelas num assentamento é definida a partir de estudo de capacidade de geração de renda do imóvel. O estudo aponta a destinação agropecuária dos lotes, a quantidade de famílias assentadas, a viabilidade econômica da exploração, a disponibilidade de água e outras condições com impacto na capacidade produtiva.” (INCRA, 2022).

não pode vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros. (INCRA, 2022).

Outra questão importante é a de que os assentados não recebem lotes em forma de doação, mas pagam pelo lote que recebem do INCRA e pelos créditos contratados¹⁰ aos quais têm direito na condição de assentado.

2.2.1 Organização Interna dos Acampamentos e Assentamentos

No Brasil, a primeira reivindicação de Reforma Agrária se dá na década de 1940, com Luiz Carlos Prestes, quando, em 1946, esse a apresenta na Assembleia Nacional Constituinte, na qual, tinha como principal objetivo modificar o conceito de propriedade, para ele um obstáculo para a realização da Reforma Agrária. (SILVA; RODRIGUES; MOREIRA; TARGINO, 2013, p. 3-4). Desde então, debates e projetos acerca da promoção da Reforma Agrária em solo brasileiro têm sido promovidos. Sumariamente, “muitas ficaram no papel ou foram postos em prática muito mais como política agrária para a resolução de conflito”, ao passo em que “políticas de fortalecimento do agronegócio e do latifúndio” se consolidaram, marcando ainda mais a oposição e a luta entre grandes donos de terras e trabalhadores rurais sem terra. (SILVA; RODRIGUES; MOREIRA; TARGINO, 2013, p. 4).

A luta pela posse da terra acaba complementando os problemas sociais já existentes na sociedade brasileira, como a aglomeração nas periferias das cidades, ocasionadas pela expulsão de famílias do campo; e a conseqüente expansão exponencial da pobreza. Em outra linha, a luta pela posse da terra também acaba intensificando os conflitos rurais. Esses cenários acabaram se tornando pauta social dos governos a partir da década de 1980 (SILVA; RODRIGUES; MOREIRA; TARGINO, 2013, p. 4). Naquela década surgiu o primeiro texto governamental que apresenta uma definição para acampamento:

O acampamento é a greve do trabalhador rural, que se encontra destituído de tudo. É uma greve catalítica pela sua própria presença: eu estou aqui, incômodo, causo um choque com a minha presença, mas existo”. Os acampamentos são uma forma de pressão política e ordeira que os agricultores exercem sobre as autoridades e toda a sociedade para garantirem seus direitos. (LISBOA, 1988, p. 93).

De acordo com Lisboa (1988), essa definição foi elaborada pelo ex-ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário Nelson de Figueiredo Ribeiro durante o governo de José

¹⁰As famílias recebem os primeiros créditos no período da instalação do assentamento. Em seguida, podem acessar as linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para investimento em infraestrutura e atividades produtivas. (INCRA, 2022).

Sarney, em fala registrada em julho de 1986 durante a 38ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, ocorrida em Curitiba. Essa definição governamental dialoga com as ideias do próprio movimento dos trabalhadores rurais. Para Diego Carvalho Belo (2012), “a dinâmica de luta pela reforma agrária, estabelecida a partir do surgimento do MST em 1984, é de que todos que participam de movimentos devem montar um acampamento”. Da mesma forma, para o mesmo autor, “é apontado como sendo um espaço de expressão e organização política coletiva.” (BELLO, 2012, p. 51).

Paradoxal o fato de que o governo reconhece que o acampamento é uma forma de pressão pessoal pela promoção de políticas sociais de reforma agrária, mas nada foi feito durante aquele governo para mudar tal situação. Durante o Governo Sarney foi elaborado o primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que não chegou a sair do papel por pressão da União Democrática Ruralista (SILVA; RODRIGUES; MOREIRA; TARGINO, 2013, p. 4). Já o termo assentamento apareceu pela primeira vez no contexto da luta pela Reforma Agrária na Venezuela, assim definido por Begamasco e Norder (1996):

[...] os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e a vida comunitária (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 07).

Desta definição, retiramos uma importante diferenciação entre acampamento e assentamento. Enquanto o primeiro é a fase inicial da luta pela posse da terra, o segundo se manifesta como o resultado bem sucedido desta luta. Em termos governamentais, o assentamento aparece conceituado na portaria nº 80 de 24 de abril de 2002, em redação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, publicada no Diário Oficial da União:

uma unidade territorial obtida pelo programa de reforma agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados e Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso a terra. (DOU, 2002, p. 127).

Entendemos *acampamento* e *assentamento* como dois instantes na história da luta pela posse da terra, sendo o acampamento a sinalização inicial do desejo pela posse da terra e o assentamento como lugar criado como resultado desta reivindicação. Da mesma forma, ambos se configuram como lugares, sendo o primeiro um lugar provisório, que desde o princípio tem

por finalidade deixar de existir e vir a ser assentamento; e o segundo, sendo o lugar de fixação do homem ao campo, para que possa viver dos recursos retirados do trabalho na terra.

Certamente há, nesses ambientes, conjunturas linguístico-políticas diversas, mesmo que se constate coesão na estrutura interna do movimento. Alves (2006, p. 112) assinala que “A criação de uma identidade cultural nos assentamentos rurais é difícil, pelas diferentes origens das famílias, mas todas têm um elemento em comum, a (re)conquista da terra, esse elemento é que diferencia o espaço dos assentamentos rurais.” Vê-se, portanto, que, embora exista uma heterogeneidade nos assentamentos, pois as origens são diversas territorialmente e socialmente, há na convivência o nascimento de um sentimento de pertencimento, sendo as associações exemplos disso. Nas três últimas décadas, o espaço agrário brasileiro tem passado por transformações profundas. Onde predominavam latifúndios, propriedades rurais com grandes dimensões, tem-se observada a criação de acampamentos dos trabalhadores rurais sem terra e de assentamentos rurais de reforma agrária (SILVA; RODRIGUES; MOREIRA; TARGINO, 2013).

2.2.2 Espécies e Modalidades de Assentamentos Rurais

Embora existam classificações diversas para os assentamentos rurais, aqui trabalharemos com as classificações presentes em documentos oficiais governamentais, como a classificação apresentada nesta portaria de nº 80, de 24 de abril de 2002, do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, que definiu termos para fins de trabalhos com políticas públicas de reforma agrária. A partir de então, assentamentos passaram a ser classificados conforme sua espécie, assim estabelecido:

Quadro 07 – Espécies de Assentamentos segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário

ESPÉCIES DE ASSENTAMENTOS	CONCEITUAÇÃO
Assentamento em Terras Públicas Arrecadadas	Projeto criado em terras públicas arrecadadas pelo INCRA, para instalação de candidatos selecionados, inseridos no SIPRA [1], cabendo concessão dos créditos de instalação, dotação de infra-estrutura básica, e créditos de apoio à estruturação da produção PRONAF-A.
Assentamento em Parceria com Estados e Municípios	Projeto criado por Estado ou Município, reconhecido pelo INCRA, cujos beneficiários, uma vez selecionados pelos programas de acesso à terra, passam a ter os mesmos benefícios de assentados dos programas do Governo Federal, sendo devidamente identificados no INCRA através do SIPRA.

Assentamento em Terras Desapropriadas	Projeto criado em terras desapropriadas pelo INCRA, para instalação de candidatos selecionados, inseridos no SIPRA ¹¹ , bem como ex-empregados, agregados, pequenos posseiros e arrendatários do imóvel, identificados e classificados como beneficiários do programa de reforma Agrária, por ocasião do processo inicial de fiscalização do imóvel, cabendo concessão dos créditos de instalação, dotação de infra estrutura básica, e créditos de apoio a estruturação da produção PRONAF-A. ¹²
Assentamento em Terras Particulares Adquiridas por Compra	Criado em terras particulares adquiridas por compra efetuada pelo INCRA, cabendo concessão dos créditos de instalação, dotação de infra-estrutura básica, e créditos de apoio a estruturação da produção PRONAF-A, ou por compra diretamente pelos beneficiários do assentamento, cabendo nesse caso, financiamento de infra-estrutura e créditos de apoio a estruturação da produção PRONAF-A.

Fonte: Adaptado de DOU, 2002, p. 127

Considerando os dados oficiais do INCRA, essa Portaria traz ainda outra classificação para os assentamentos, conforme suas fases de evolução, indo desde a fase do pré-projeto de assentamento até a fase de consolidação do projeto de assentamento:

Quadro 08 – Fases dos Projetos de Assentamentos segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário

FASE DO ASSENTAMENTO	CONCEITUAÇÃO
Pré-Projeto de Assentamento	Fase em que os imóveis já se encontram selecionados e decretados para a desapropriação, ou pré-selecionados para a aquisição pelos programas de crédito fundiário, sendo preparados sob os aspectos técnicos e jurídicos para receber as famílias classificadas como pré-assentados selecionados para projetos em elaboração.
Assentamento em Criação	Aquele cuja clientela encontra-se já selecionada pelos programas de acesso à terra, aguardando a elaboração da Relação do Beneficiário-RB, para ser assentada em imóvel já devidamente identificado, em vias de desapropriação, arrecadação ou aquisição, cujos cadastros estejam disponíveis nos bancos de dados de identificação do INCRA (SIPRA).
Assentamento Criado	Imóvel já sob o domínio ou posse do INCRA, na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação das mesmas, com a assinatura de respectivos contratos de assentamento.

¹¹De acordo com o mesmo documento, SIPRA significa Sistema informatizado do INCRA que armazena todos os dados dos Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA, contendo informações referentes às seguintes categorias: Assentamentos em Criação; Assentamentos Criados; Assentamentos em Instalação; Assentamentos em Estruturação, Assentamentos em Consolidação, e Assentamentos Consolidados, com respectivas formas de Obtenção das Terras, e de Gestão se única ou compartilhada com Estados ou Municípios.

¹²Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O Pronaf-A (Grupo A) possibilita ao produtor rural assentado ou ao agricultor familiar os seguintes financiamentos: implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção; e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.

Assentamento em Instalação	Projeto criado, cujos beneficiários encontram-se em instalação no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação.
Assentamento em Estruturação	Aquele em que se inicia a fase de implantação de infra-estrutura básica: abastecimento de água; eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias.
Assentamento em Consolidação	Aquele cujos beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infra-estrutura básica, e acesso ao PRONAF-A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições sócio-econômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF;
Assentamento Consolidado	Aquele que tenha mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao Município ou Estado (Núcleos urbanos, etc.).

Fonte: Adaptado pelo autor de DOU, 2002, p. 127.

Por esta classificação, os assentamentos rurais localizados no Estado de Sergipe podem ser encaixados da seguinte forma, em 2022:

Quadro 09 – Fases dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe

ORDEM	FASE DO ASSENTAMENTO	QUANTIDADE
00	Em Obtenção	-
01	Pré-projeto de Assentamento	-
02	Assentamento em Criação	-
03	Assentamento Criado	124
04	Assentamento em Instalação	49
05	Assentamento em Estruturação	9
06	Assentamento em Consolidação	31
07	Assentamento Consolidado	23
08	Assentamento Cancelado	1
09	Assentamento Revogado	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de INCRA, 2022.

Conforme quadro acima, as planilhas do INCRA retratam essas fases com uma classificação maior: acrescenta a fase “em obtenção” antes da fase “pré-projeto de

assentamento” e acrescenta ainda as fases “assentamento cancelado” e “assentamento revogado” após a fase “assentamento consolidado”. É estranha a forma como as fases são apresentadas nestas planilhas, pois o termo *fase* implica uma evolução natural, mas as fases “assentamento revogado” e “assentamento cancelado” extinguem o assentamento. Soa mais estranha ainda pois nas planilhas, as fases são tratadas em ordem numérica crescente: 00 – em obtenção; 01 – pré-projeto de assentamento; 02 – assentamento em criação; 03 – assentamento criado; 04 – assentamento em instalação; 05 – assentamento em estruturação; 06 – assentamento em consolidação; 07 – assentamento consolidado; 08 – assentamento cancelado; e 09 assentamento revogado¹³.

Os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária podem ser classificados, segundo o INCRA, em duas modalidades, com base na forma de obtenção da terra: (i) os assentamentos criados por meio da obtenção de terra pelo Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária, (ii) os assentamentos implantados por instituições governamentais e reconhecidos pelo INCRA. Os assentamentos criados a partir da obtenção de terra pelo INCRA poder ser subdivididos em alguns tipos: (i) Projeto de Assentamento Federal – PA; (ii) Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE; (iii) Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS; (iv) Projeto de Assentamento Florestal – PAF; (v) Projeto de Assentamento Casulo – PCA; e (vi) Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável – PDAS¹⁴. Esses tipos de assentamentos podem ser melhor caracterizados no quadro abaixo:

¹³ Ao ser criado, o assentamento passa a ter valor legal e como tal segue a legislação vigente. Em termos jurídicos e governamentais, um ato pode ser *revogado* quando constatado a existência de fato superveniente lesivo ao interesse público, ou seja, quando posteriormente surge um fato de fere a legislação; ou pode ser *cancelado* quando da existência de vício de legalidade, isto é, violação às normas legais.

¹⁴ Ainda segundo informações do INCRA, além das modalidades citadas, o órgão já criou e tem cadastrado em seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) Projetos de Colonização (PC), Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) e Projetos de Assentamento Quilombola (PAQ). Todas essas modalidades deixaram de ser criadas a partir da década de 1990, quando entraram em desuso.

Quadro 10 – Modalidades de Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA na atualidade

MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Federal	PA	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; • Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; • Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; • Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; • Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.); • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; • Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Não há individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	<ul style="list-style-type: none"> • É uma modalidade de assentamento voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região Norte; • A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do Ibama para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; • Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso (CCU); • O Incra, em conjunto com Ibama - órgãos estaduais e a sociedade civil organizada - indicarão áreas próprias para implantação dos PAFs.

<p>Projeto de Assentamento Casulo</p> <p>(Modalidade revogada pela Portaria Incra nº 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017)</p>	<p>PCA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União; ● A União pode participar com recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União; ● Aporte de recursos de Crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; ● Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e municipal; ● Diferencia-se pela proximidade a centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; ● Titulação de responsabilidade do município.
<p>Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável</p>	<p>PDAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Modalidade descentralizada de assentamento destinada ao desenvolvimento da agricultura familiar pelos trabalhadores rurais sem-terra no entorno dos centros urbanos, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas, de caráter inclusivo e ecologicamente sustentáveis; ● As áreas serão adquiridas pelo Incra por meio de compra e venda ou ainda doadas ou cedidas pelos governos estaduais e municipais; ● Os lotes distribuídos não podem ter área superior a dois módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento em cada município; ● O desenvolvimento das atividades agrícolas deve garantir a produção de hortifrutigranjeiros para os centros urbanos; ● O Incra e o órgão estadual ou municipal de política agrária, ou equivalente, deverão firmar Acordo de Cooperação Técnica visando garantir as condições mínimas necessárias para que as famílias assentadas tenham acesso às políticas públicas para o desenvolvimento do futuro projeto de assentamento.

Fonte: INCRA (2022).

Já os assentamentos criados pela modalidade de áreas reconhecidas pelo INCRA se subdividem da seguinte forma: (i) Projeto de Assentamento Estadual – PE; (ii) Projeto de Assentamento Municipal – PAM; (iii) Reservas Extrativistas – RESEX; (iv) Território Remanescente Quilombolas – TRQ; (v) Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto – PFP; (vi) Reassentamento de Barragem – PRB; (vii) Floresta Nacional – FLONA; e (viii) Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS. Esses tipos de assentamentos podem ser melhor caracterizados no quadro abaixo.

Quadro 11 – Modalidades de Áreas reconhecidas pelo INCRA na atualidade

Modalidade	Sigla	Características
Projeto de Assentamento Estadual	PE	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas; • Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (Pronaf A e C) mediante convênio; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; • O Incra reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; • Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.
Projeto de Assentamento Municipal	PAM	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios; • Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade dos municípios; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (Pronaf A e C) mediante convênio; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; • O Incra reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; • Titulação de responsabilidade dos municípios.
Reservas Extrativistas	RESEX	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento pelo Incra de áreas de Reservas Extrativistas (Resex) como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; • A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelos órgãos ambiental federal ou estadual quando da criação das RESEX.
Território Remanescentes Quilombola	TRQ ¹⁵	<ul style="list-style-type: none"> • Decretação da área pela União visando a regularização e o estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos; • Aporte de recursos para a obtenção de terras, créditos e infraestrutura feito pela União por meio de ações integradas com a Fundação Palmares e outras instituições.
Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto	PFP	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos criados pelos estados ou municípios; • Esses projetos são reconhecidos pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao Pronaf A.

¹⁵Nas tabelas do INCRA, em atualização de 2022, essa modalidade de Assentamento é mostrada com as seguintes siglas: TQ (Território Quilombola) e RTRQ TQ (Reconhecimento de Território Remanescente Quilombola Território Quilombola).

Reassentamento de Barragem	PRB	<ul style="list-style-type: none"> • A implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e Pronera.
Floresta Nacional	FLONA	<ul style="list-style-type: none"> • A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelos órgãos ambiental federal quando da criação das FLONAS.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS	<ul style="list-style-type: none"> • De competência do Ibama; • São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (Pronaf A); • O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das RESEX.

Fonte: INCRA (2022).

Em Sergipe, os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária são das seguintes modalidades:

Quadro 12 – Modalidades de Assentamentos Rurais em Sergipe

Modalidade	Sigla	Quantidade
Projeto de Assentamento Federal	PA	181
Projeto de Assentamento Casulo	PCA	3
Projeto de Assentamento Estadual	PE	32
Reconhecimento de Território Remanescentes Quilombola	RTRQ TQ	17
Território Quilombola	TQ	1
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	1
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	1

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do INCRA (2022).

2.2.3 Mecanismos de obtenção dos territórios dos assentamentos rurais

Por fim, para melhor entender a dinâmica espacial dos territórios geográficos em estudo convém tratar nos mecanismos de obtenção desses territórios conforme legislação nacional. Para tanto, nos servimos dos dados fornecidos pelo DATALUTA - Banco de Dados

da Luta pela Terra, um projeto desenvolvido pelo NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária da FCT/UNESP.

A sistematização feita pelo DATALUTA acerca das informações sobre as formas de obtenção das terras dos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil permitiu a identificação de 12 mecanismos de obtenção de territórios, conforme pode ser vista no quadro abaixo:

Quadro 13 – Mecanismos de obtenção de Terra Agrária na atualidade

Mecanismo de obtenção	Características	Referências
Adjudicação	Ato judicial em que é transmitida a propriedade de uma determinada coisa de uma pessoa para outra. Esta terá todos os direitos de domínio e posse. É o caso, por exemplo, da adjudicação dos bens penhorados como forma de pagamento ao credor no processo de execução por quantia certa contra devedor solvente.	Arts. 708, 714 a 715 do Código de Processo Civil.
Arrecadação	A arrecadação se dá por duas formas: 1- Arrecadação de terras devolutas: é o ato de incorporar ao patrimônio público as terras devolutas não cobertas por título de domínio particular, ou que sob elas não pese contestação ou reclamação administrativa ou promovida por terceiros, quanto ao seu domínio ou posse. É o ato de incorporar ao Patrimônio Público (União, estados e municípios) as terras discriminadas e consideradas como devolutas. 2- A Arrecadação sumária: é o procedimento que incorpora, por portaria, terras públicas identificadas como devolutas.	Art. 28 da Lei 6.383/76.
Cessão	É feita a transferência dos direitos de uso de terras pertencentes ao Poder Público para comunidades nativas ou organizações profissionais de coletores, tendo por fim a reforma agrária.	Decreto nº 59566 de 14 de novembro de 1966.
Compra e venda	O artigo 1.º do Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992, autoriza o INCRA a adquirir imóveis rurais, por compra e venda para fins de reforma agrária, forma esta também prevista na alínea "c", do artigo 17, da Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964. O art. 2.º do mencionado Decreto prevê que o processo de aquisição de terras terá início mediante proposta de compra do imóvel rural de propriedade de particular, apresentado pelo INCRA, estado ou município que tenha celebrado convênio para esse fim.	Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992; Artigo 17, da Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964.

Confisco	<p>Caracteriza-se pela apreensão e integração compulsória ao patrimônio público de bem particular, ou, teoricamente, bem de outras pessoas jurídicas de direito público. O Confisco tem, portanto, o sentido de apoderamento do patrimônio alheio, seja por apreensão ou por adjudicação, ocorrente quando o ex-proprietário é destituído de seus bens, sem nenhuma indenização. O art. 243 da Constituição Federal prevê: "As glebas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei". Determinação legal reforçada pelo contido no art. 1º, da Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991: "As glebas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, conforme o art. 243 da Constituição Federal".</p>	<p>Art. 243 da Constituição Federal; Art. 1º, da Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991.</p>
Desapropriação	<p>A desapropriação de terras para fins de reforma agrária é prevista nos artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal e se aplica aos imóveis rurais que não cumprem com sua função social. É o principal instrumento utilizado até aqui para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais.</p> <p>O texto constitucional autoriza a União a propor a ação de desapropriação, a partir de decreto presidencial, declarando o imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária.</p> <p>Expropriar ou desapropriar, nessa situação, se refere ao fato de transferir bens particulares para o domínio público. O amparo legal para a promoção da desapropriação por interesse social utilizada pelo INCRA é Lei n.º 4.132 de 10 de setembro de 1962 e a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 2003 que permite a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.</p>	<p>Artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal; Lei n.º 4.132 de 10 de setembro de 1962; Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 2003.</p>
Discriminação	<p>A discriminação precede a arrecadação de terras. Discriminação é o procedimento utilizado para saber quais terras estão sob o domínio público e quais estão sob o domínio particular, permitindo que possam ser arrecadadas. O art. 18 da Lei 6.383, de 7 de dezembro de 1976 confere poderes ao INCRA para representar a União nas ações de discriminação judicial de terras devolutas. O processo discriminatório administrativo é instaurado por comissões especiais constituídas de três membros, de acordo com o art. 2º da mencionada Lei. As comissões especiais criadas por atos do presidente do INCRA e com jurisdição e sede estabelecidas no ato da criação, ficando os seus presidentes revestidos de poderes da União, para promover o processo discriminatório previsto nessa Lei.</p>	<p>Art. 18 da Lei 6.383, de 7 de dezembro de 1976</p>

Doação	<p>É o contrato pelo qual uma pessoa, física ou jurídica, (doador), por liberdade, transfere um bem de seu patrimônio para o de outra (donatário), que o aceita. É um contrato civil fundamentado na vontade do doador, embora possa incidir encargos para o donatário. A doação só se aperfeiçoa com a aceitação do donatário, seja pura ou sem encargo.</p> <p>Em qualquer caso depende de lei estabilizadora que estabeleça as condições para sua efetivação. O imóvel a ser doado deve ser previamente avaliado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo.</p>	Arts. 538 e seguintes, do Código Civil (Lei 10.406/2002).
Incorporação	<p>É uma medida adotada pelo governo federal com finalidade de integrar a União o imóvel rural como forma de pagamento de dívidas tributárias. Em alguns casos essas áreas passam a compor os programas de reforma agrária.</p>	Lei 4730/20; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Reconhecimento	<p>O reconhecimento é uma medida adotada pelo governo federal para incorporar projetos de assentamentos rurais criados pelos governos estaduais e municipais. Em alguns casos são áreas regularizadas pelos governos estaduais e municipais que passam a compor os programas de reforma agrária.</p>	DATALUTA; II PNRA; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.
Transferência	<p>Transferência é o ato de transferir o direito de propriedade de um imóvel, de uma para outra pessoa, física ou jurídica, por qualquer das formas, por leis aceitáveis e reconhecidas.</p>	Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.
Reversão de Domínio	<p>Ato ou efeito de reverter, voltar ao primeiro dono, devolução, reversão de um direito. Regresso a um primitivo estado. O instituto da reversão está, pois, ligado à realização de um razoável equilíbrio entre o interesse público e os interesses particulares e ao respeito por exigências de proporcionalidade na realização do interesse público quando este exija a intervenção forçada no direito de propriedade. A reversão na expropriação por utilidade pública constitui, assim, um instituto de realização de equilíbrio entre os interesses públicos e privados e, por isso, um mecanismo de tutela da própria com e realização do interesse público pressuposto à intervenção expropriativa.</p>	Instrução Normativa/ n.º 2, de 20 de Março de 2001.

Fonte: Adaptado de DATALUTA, 2020.

Os assentamentos rurais de reforma agrária presentes no Estado de Sergipe até o ano de 2022 surgiram das formas apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 14 – Formas de Obtenção de Terras dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe

Formas de Obtenção da Terra	Quantidade de Assentamentos
Desapropriação	167
Compra e venda	14
Doação	2
Reconhecimento	52
Adjudicação	1

Fonte: Adaptado de INCRA, 2022.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção descreveremos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, tomando como norte as etapas de coleta de dados, seleção de fontes de pesquisa, a codificação e processos de tratamento desses dados.

3.1. COLETA DE DADOS E SELEÇÃO DE FONTES DE PESQUISA

A matéria-prima dos estudos toponímicos é a nomenclatura das diversas localidades geográficas habitadas pelo ser humano, cujo registro normalmente é encontrado fixado em suportes cartográficos. A partir desses repositórios, é possível a análise, a interpretação e a descrição de suas formas lexicais e sintáticas, bem como a extração das motivações que levaram um agrupamento humano a dar determinada nomenclatura para um espaço e não outra. Por isso, a fase de coleta de dados, compreendida como a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de efetuar a coleta dos dados previstos.” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 197), é muito importante.

Embora os bancos de dados em estudos toponímicos tenham se expandido, englobando documentos jurídicos, obras ficcionais e não ficcionais, suportes multimodais, relatos orais, dentre outros, esta pesquisa tem como dado primário o Mapa de Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação, gerado e mantido pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que por sua vez engloba a Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento e que, por sua vez, tem estes dados gerados pela Coordenação-Geral de Implementação. Quanto às fontes de dados, esta pesquisa pode ser tomada como de base secundária, visto que “utiliza dados de pesquisas já divulgadas” (PAIVA, 2019, p. 11). Quanto à abordagem, é uma pesquisa mista ou quali-quantitativa, pois “se utiliza de métodos qualitativos e quantitativos para a coleta de dados, de forma a oferecer melhor compreensão do fenômeno estudado” (PAIVA, 2019, p. 13).

Os dados deste mapa se apresentam na forma de uma planilha, disponível nas extensões *.pdf* e *.xml*. no site do INCRA e compreendem os dados referentes aos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária localizados na Superintendência Regional do Estado de Sergipe – SR 23, apresentados no Relatório Rel 0227, cujo período de criação dos

projetos vai de 01 de janeiro de 1900 a 19 de maio de 2022, época de extração do mapa para análise.

Esses dados estão disponível no endereço eletrônico <www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>, cuja data de atualização à época de escrita desse texto foi de 19 de maio de 2022¹⁶, traz a exclusão dos nomes de assentamentos pertencentes a municípios baianos e acrescenta os assentamentos rurais criados após o ano de 2017, trazendo um perfil mais satisfatório à nossa pesquisa. Segue registro da segunda planilha na Figura 03.

Figura 03 – Planilha da SR-23 na plataforma do INCRA

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento											
Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD											
Coordenação-Geral de Implantação - DDI - Sistema SIPRA											
Sistema: SIPRA											
Fonte: SDM											
Usuário:											
Relatório: Rel_0227											
Data: 05/12/2022											
Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação											
Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 05/12/2022											
UF: SE											
SE0130000	PA MADRE TEREZA DE CALCUTÁ	POCO REDONDO	196,7279	8	8	03	POR	016	11/05/2005	Desapropria	23/09/2004
SE0131000	PA TIAGO SOARES SANTOS RIBEIRO	TOBIAS BARRETO	198,6374	10	8	03	POR	21	01/06/2005	Desapropria	23/09/2004
SE0132000	PA BELO MONTE	TOBIAS BARRETO	366,7405	25	25	03	POR	22	01/06/2005	Desapropria	10/09/2004
SE0133000	PAE AGROEXTRATIVISTA FEDERAL SÃO SEBASTIÃO	PIRAMBU	610,3120	30	30	03	POR	023	08/07/2005	Desapropria	07/08/2001
SE0134000	PA JOELIA LIMA	INDIAROBA	507,4000	45	44	03	POR	24	19/07/2005	Desapropria	23/09/2004
SE0135000	PA NOVO MARIMBONDO	TOBIAS BARRETO	1.359,2455	76	76	03	POR	25	19/10/2005	Desapropria	29/12/2004
SE0136000	PA ZUMBI	TOBIAS BARRETO	413,9683	27	27	03	POR	26	19/10/2005	Desapropria	14/04/2004
SE0137000	PA IRMÃ MARIA JOANA HERMINIA	SAO FRANCISCO	239,3578	15	15	03	POR	27	20/10/2005	Desapropria	26/04/2004
SE0138000	PA ESPECIAL LAGOA GRANDE	NOSSA SENHORA DAS DORES	364,9107	250	247	06	POR	068	27/12/2005	Doação	14/06/2002
SE0139000	PA DARCI RIBEIRO	ITAPORANGA D'AJUDA	452,0522	40	35	03	POR	84	12/12/2005	Desapropria	25/05/2005
SE0140000	PA CAIO PRADO	ESTANCIA	1.009,0939	90	90	03	POR	85	12/12/2005	Desapropria	13/01/2005
SE0141000	PA JOSÉ EMÍDIO DOS SANTOS	CAPELA	3.130,8421	280	277	03	POR	86	12/12/2005	Desapropria	10/10/1996
SE0142000	PA ROSA DE LUXEMBURGO	ESTANCIA	266,7889	26	26	03	POR	087	19/12/2005	Desapropria	29/07/2005
SE0143000	PA SÃO JOÃO BATISTA	CEDRO DE SAO JOAO	199,8142	14	13	03	POR	088	19/12/2005	Desapropria	25/05/2005
SE0144000	PA HUGO HEREDIA	SANTO AMARO DAS BROTAS	312,1541	24	24	03	POR	89	15/02/2006	Desapropria	13/01/2005
SE0145000	PA CHEGUEVARA	POCO REDONDO	649,1572	33	32	03	POR	90	15/02/2006	Desapropria	13/01/2005
SE0146000	PA IRMÃ DOROTHY	LAGARTO	471,9073	28	28	03	POR	92	30/03/2006	Desapropria	10/09/2004
SE0148000	PA NOVA ALEGRIA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	490,1482	23	23	03	POR	93	30/03/2006	Desapropria	01/06/2005
SE0150000	PA PADRE JOSIMO TAVARES	ITAPORANGA D'AJUDA	307,1926	10	10	03	POR	95	02/10/2006	Desapropria	02/10/2006
SE0151000	PA JOSENILTON ALVES II	GARARU	598,9595	16	16	03	POR	96	09/10/2006	Desapropria	09/10/2006
SE0152000	PA DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO	POCO REDONDO	909,1831	41	37	03	POR	97	20/12/2006	Desapropria	12/04/2006
SE0153000	PA SÃO JOSÉ DA QUIXABEIRA	PEDRA MOLE	853,3394	35	35	03	POR	98	20/12/2006	Desapropria	20/12/2006
SE0154000	PA CANAÃ	TOBIAS BARRETO	389,3088	20	16	03	POR	001	12/04/2007	Desapropria	05/07/2006
SE0155000	PA BISPO DOM HELDER CÂMARA	ESTANCIA	236,6782	28	28	03	POR	002	23/04/2007	Desapropria	03/10/2006

Fonte: INCRA, 2022.

A planilha apresenta as seguintes informações dispostas em colunas:

(1) Na coluna 1, denominada Código do Projeto, é apresentado o código de identificação de cada Projeto de Assentamento, cuja arquitetura gráfica segue a seguinte exposição SE0000000, sendo SE a referência à Superintendência Regional de Sergipe e a

¹⁶ Na imagem, atualizamos a data de extração dos dados para 11 de setembro de 2023, porém, as informações continuam as mesmas, uma vez que para a SR-23 não houve qualquer mudança no número de assentamentos rurais ou na suas fases de implementação.

sequência de sete números serve de diferenciação destas dentre os demais projetos de assentamento;

(2)Na coluna 2, é dado o nome do Projeto de Assentamento que segue a seguinte fórmula toponímica Px Nome, onde Px representa a sigla referente à modalidade do assentamento, conforme vista no Quadro 5, na seção 2 deste projeto de pesquisa seguido do nome de batismo do Assentamento Rural de Reforma Agrária;

(3)Na coluna 3, denominada Município Sede, é apresentada a localização geográfica, dentro do espaço sergipano, do Assentamento Rural de Reforma Agrária;

(4)Na coluna 4, denominada Área (ha), é apresentada a extensão territorial com a qual o assentamento rural fora criado;

(5)Nas colunas 5 e 6, respectivamente, são apresentados o número de famílias assentada, em sua capacidade máxima e o total de famílias assentadas nessa localidade;

(6)Na coluna 7 é apresentada uma numeração referente a fase ¹⁷em que se encontra cada assentamento rural, conforme descrita no quadro 3, na seção 2 deste projeto de pesquisa, e apresentado na forma de legenda nesta planilha;

(7)A coluna 8 é denominada Ato de Criação e está ramificado em três outras colunas – a saber, tipo, nº e data. Na primeira, encontramos o tipo de criação, seja por portaria ou resolução. Na segunda, encontramos o número da resolução ou da portaria de criação. Na terceira, encontramos a data da portaria ou da resolução;

(8)A coluna 9 é denominada Obtenção e também está ramificada em duas colunas – a saber, forma e data. Na primeira, encontramos a forma de obtenção da terra, conforme descrita no quadro 8, na seção 2 deste projeto de pesquisa. Na segunda, temos a data da obtenção da terra pelo INCRA.

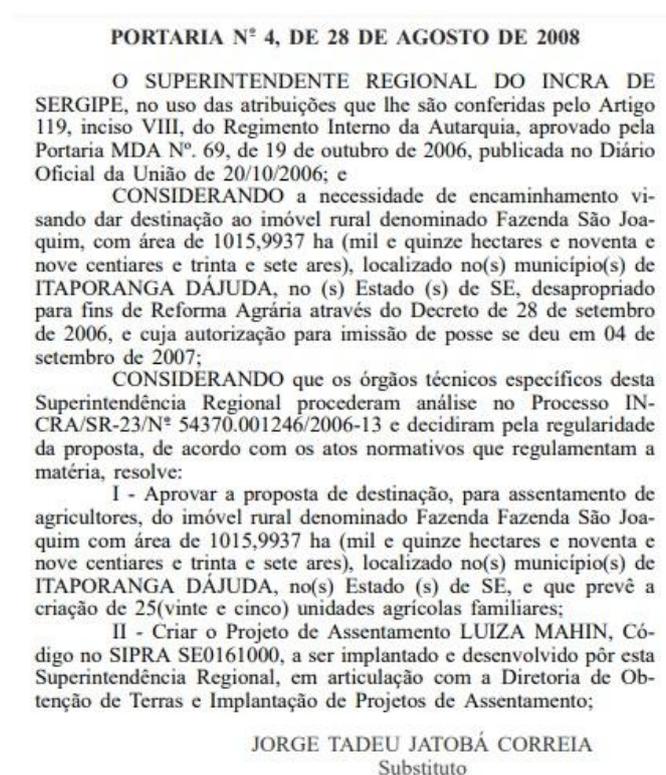
Quanto à etapa da seleção de informações dos dados, ou seja, na separação das fontes que auxiliaram na análise, consultamos as seguintes:

- (1) Resoluções e Portarias – são documentos legais pelos quais um projeto de assentamento passa a existir, bem como na desapropriação das terras improdutivas para fins de Reforma Agrária. São estes documentos que validam a existência deste espaço geográfico, antes edificado na forma de uma terra improdutiva (latifúndio e minifúndios) ou acampamento. A planilha do INCRA nos forneceu

¹⁷ Citamos anteriormente as fases por quais passam um Assentamento Rural desde a obtenção da terra pelo INCRA para fins de Reforma Agrária. Essas fases, conforme vistas anteriormente no quadro 08 estão identificadas na tabela do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

dados precisos sobre a resolução e/ou portaria e ano de publicação no Diário Oficial da União ou Diário Oficial de Sergipe, para cada assentamento rural presente na SR-23. Em geral, nomes da fazenda de origem do assentamento rural e seu contraste com o nome batizado pelo assentamento rural originário daquele lugar nos mostram o campo motivacional da origem do batismo deste novo lugar. Para a análise dos topônimos do Campo Motivacional da Topofilia, o uso dessas informações foi mais intenso e necessário.

Figura 04 – Portaria de Criação do Assentamento Luiza Mahim, em Itaporanga D’Ajuda-SE



Fonte: DOU, 2008.

- (2) Matérias Jornalísticas em suporte virtual e páginas da mídia alternativa – o jornalismo virtual, bem como as plataformas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outras, são fontes importantes de informações. Entre os dados que estes suportes podem nos fornecer estão a extração dos nomes de origem da fazenda da qual surgira um projeto de assentamento, a história da luta pela terra naquela região, bem como as motivações para a denominação destes espaços geográficos. Essas plataformas também trazem jornais e periódicos

digitalizados desde a década de 1990 referente às ações do MST. Como em alguns casos, a portaria de criação do Assentamento Rural não traz o nome da terra improdutiva de origem, a busca através de materiais disponíveis através dos veículos comunicativos tornou-se útil para nossa pesquisa.

Figura 05 – Panfleto disponível em um blog em Homenagem ao militante Thiago Soares Santos Ribeiro que dá nome ao Assentamento homônimo

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
Assentamento "Tiago Soares Santos Ribeiro"
Tobias Barreto - SE

BIOGRAFIA

Brasileiro, solteiro, nascido em Lagarto (SE) em 05 de julho de 1982, residente em Simão Dias (SE), filho dos professores Udilson Soares Ribeiro e Maria do Carmo Santos Ribeiro, irmão único de Davi Soares Santos Ribeiro, com escolaridade de nível médio obtido no Colégio Estadual "Dr. Milton Dortas" (Simão Dias), protestante tradicional em Teologia e Liturgia, de denominação presbiteriana e socialista revolucionário em economia e política.

Militou no PT desde os dez anos de idade, tendo-se filiado, oficialmente ao Partido, quando atingiu a maioridade, sempre defendendo alianças de esquerda com o PSB e o PCdoB e com movimentos sociais, especialmente o MST.

Combateu a opressão sobre as classes trabalhadoras e o descaso pela escola pública, dentro dos seus limites, pois sofria de problemas neurológicos graves (atrofia cerebelar, irritação das têmporas e miastemia grave com incordenação motora) e usando como arma somente a Palavra e como espaço a Escola (onde estudava) e os contatos pessoais. Conquanto adotasse posições radicais e definidas, era de todos querido.

Os problemas de saúde que o perseguiram desde a mais tenra infância o levaram à cadeira de rodas, e mais tarde à prostração, mas nunca lhe tiraram a condição de amante fervoroso da vida, plantador de sonhos e de esperanças, sem jamais se entregar ao desânimo.

Nos eventos finais de sua transferência para a outra dimensão, recebeu o carinho de amigos e admiradores, de lideranças políticas, religiosas e sociais. Faleceu aos 45 minutos do dia 02 de janeiro de 2003.

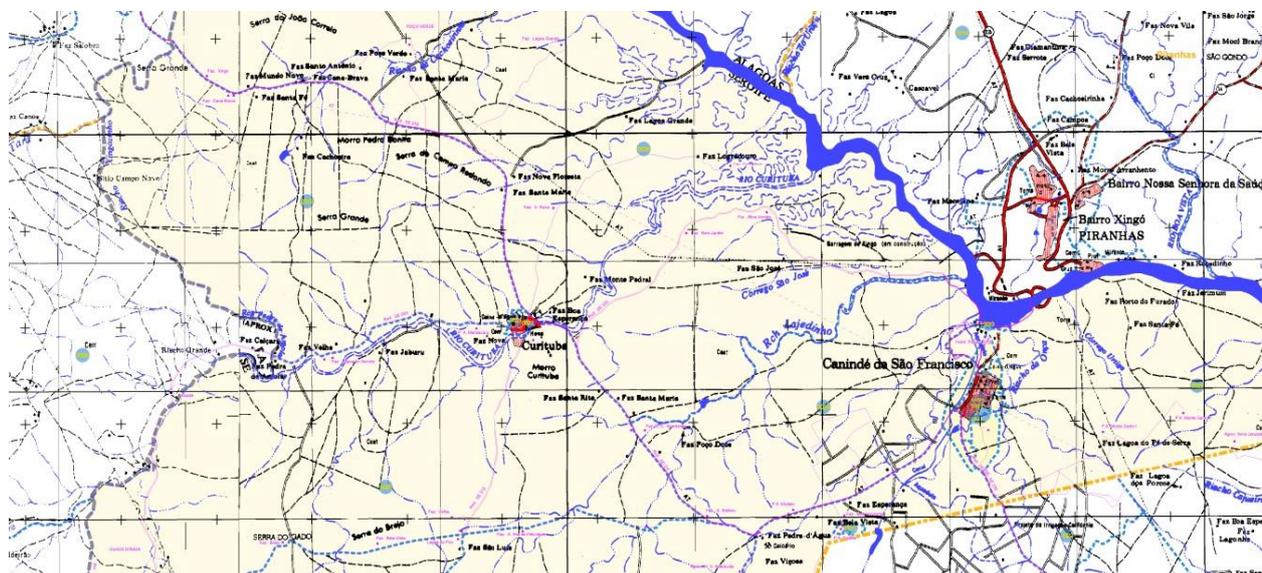
"Tiago foi uma prova de que é possível ser feliz, lutar e sonhar, apesar dos contratempos da vida".

Fonte: Disponível em: <https://encr.pw/qi1rV>, acesso em 12 de março de 2022

(3) Teses, dissertações e artigos – embora existam poucos trabalhos toponímicos que versem sobre os assentamentos rurais de reforma agrária, o tema é bastante recorrente em publicações de outras áreas do conhecimento, notadamente da História, da Sociologia e da Geografia. Esses materiais nos serviram de base teórica e conceitual para a análise do nosso *corpus*, bem como para a escrita do texto deste projeto de pesquisa;

- (4) Dicionários etimológicos – o dicionário é um elemento muito importante para o trabalho toponímico. Cada signo toponímico exige do pesquisador primeiramente um olhar etimológico na tentativa de perceber no léxico a escolha feita pelos habitantes de certo espaço geográfico para a denominação deste lugar;
- (5) Livros, e obras lexicográficas (enciclopédias) – da mesma forma, é indispensável aos estudiosos da toponímia, livros da área da toponímia, obras lexicográficas (enciclopédias), sobretudo para o intuito de criação de fichas toponímicas para os topônimos em análise. Neste trabalho, não fizemos usos de fichas lexicográficas, porém os dados que apareceriam nesse instrumento foram disponibilizados em quadros diversos mais adequados à forma de exposição dos dados apresentadas aqui;
- (6) Mapas – Foram utilizados na pesquisa os mapas do IBGE disponíveis para a identificação das fazendas sergipanas e os projetos de assentamentos rurais, a fim de verificar a existência de fazendas em cujas terras surgiram assentamentos que conservaram ou que modificaram o nome original do lugar.

Figura 06 – Mapa das Propriedades Rurais do município de Canindé de São Francisco-SE



Fonte: IBGE, 2022.

3.2. CODIFICAÇÃO DE DADOS E CAMPOS MOTIVACIONAIS

Etapa indispensável no trabalho de pesquisa científica, a *Codificação* pode ser entendida como a separação do conjunto de dados as partes que serão fundamentais para a sua

pesquisa. Para Dörney (2007), a codificação é composta de três fases distintas entre si: a codificação aberta, a codificação axial e a codificação seletiva.

Creswell (1998) entende a codificação aberta como a fase na qual “o pesquisador, segmentando informações, forma categorias iniciais sobre o fenômeno de estudo” (CRESWELL, 1998, p. 57). A codificação axial é a fase na qual se procura “identificar as diferenças entre os itens agrupados em uma categoria e identificar subcategorias” (STRAUSS; CORBIN, 1990, p. 14). A terceira etapa é a Codificação Seletiva, etapa na qual “todas as categorias são unificadas em torno de uma categoria ‘principal’ e são incluídos mais detalhes nas categorias que precisam de mais explicações.” (STRAUSS; CORBIN, 1990, p. 14).

Na etapa de Codificação aberta, extraímos do banco de dados do INCRA, os nomes dos Assentamentos Rurais pertencentes à SR-23, ou seja, os nomes de todos os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária localizados no Estado de Sergipe. Com base na divisão geográfica de Sergipe em Territórios de Planejamento, alocamos as informações em quadros que servem de repositório das informações em análise.

O quadro, composto inicialmente de três colunas, traz as seguintes informações: na coluna 1, o Território de Planejamento, segundo classificação da Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe (2017); na coluna 2, os municípios que fazem parte dos Territórios de Planejamentos; e na coluna 3, os assentamentos rurais localizados em cada município, conforme exemplificado no quadro 16 abaixo:

Quadro 15 – Assentamentos Rurais pertencentes ao Território de Planejamento Agreste Central

Território de Planejamento	Município	Assentamento Rural
Agreste Central	Nossa Senhora Aparecida	-
	Carira	PA LUIZ CARLOS PRESTES
		PA MANOEL MARTINHO
		PA EDIMILSON OLIVEIRA
		PA SÃO CRISTOVÃO
		PA JACINTO FERREIRA
		PE COLONIA AGRICOLA ROSELI NUNES
		PA NOVA ESPERANCA II
	Pinhão	PA VAZA BARRIS
	Pedra Mole	PA SÃO JOSÉ DA QUIXABEIRA
	Frei Paulo	-
	Macambira	PA ZUMBI DOS PALMARES
	Campo do Brito	-
	São Domingos	-
	Areia Branca	-
	Malhador	PA MARCELO DÉDA
	Itabaiana	-
Moita Bonita	-	
Ribeirópolis	-	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do INCRA, 2022.

Esses quadros foram construídos no início da pesquisa, sobretudo para ajudar na etapa de cartografia das informações.

Na fase de Codificação Axial, uma nova coluna fora acrescentada, buscando classificar os topônimos dos assentamentos rurais, inicialmente, fazendo apenas uso das categorias taxonômicas da Dick (1990). Essa nova coluna possibilitou a identificação de semelhanças e diferenças entre as denominações dos assentamentos rurais em estudo, conforme pode ser exemplificado no quadro 17 abaixo:

Quadro 16 – Classificação dos Topônimos dos Assentamentos Rurais pertencentes ao Território de Planejamento Agreste Central.

Território de Planejamento	Município	Assentamento Rural	Taxionomia Toponímica
Agreste Central	Nossa Senhora Aparecida	-	-
	Carira	PA LUIZ CARLOS PRESTES	Antropotopônimo
		PA MANOEL MARTINHO	Antropotopônimo
		PA EDIMILSON OLIVEIRA	Antropotopônimo
		PA SÃO CRISTOVÃO	Hagiotopônimo
		PA JACINTO FERREIRA	Antropotopônimo
		PE COLONIA AGRICOLA ROSELI NUNES	Antropotopônimo
		PA NOVA ESPERANCA II	Animotopônimo
	Pinhão	PA VAZA BARRIS ¹⁸	Hidrotopônimo
	Pedra Mole	PA SÃO JOSÉ DA QUIXABEIRA ¹⁹	Hagiotopônimo
	Frei Paulo	-	-
	Macambira	PA ZUMBI DOS PALMARES	Historiotopônimo
	Campo do Brito	-	-

¹⁸ Aparentemente, seríamos levados aqui a classificar, segundo a Toponímia Tradicional esse topônimo como hidrotopônimo, pois o Rio Vaza-Barris indica uma índole hídrica que teria motivado a nomeação. Contudo, o referido Assentamento se criou em terras improdutivas de uma antiga fazenda não nomeada localizada às margens do referido rio.

¹⁹ Aqui a Toponímia Tradicional já começa a indicar dificuldades para a classificação segundo as taxes de Dick (1990). O elemento “da Quixabeira” põe em cheque a classificação deste topônimo como apenas um hagiotopônimo.

São Domingos	-	-
Areia Branca	-	-
Malhador	PA MARCELO DÉDA	Antropotopônimo
Itabaiana	-	-
Moita Bonita	-	-
Ribeirópolis	-	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do INCRA, 2022.

Nesta fase, apenas fazendo uso da taxonomia da Dick (1990), já podemos compreender quais formas de nomeações predominam na região, o que forneciam pistas para pesquisa da história de luta pela posse de terra na região. Embora a pesquisa tenha revelado uma necessidade de reclassificação dos topônimos pelos quais podemos dividir os nomes dos assentamentos rurais sergipanos, a direção inicial foi dada a partir da inclusão dessa nova coluna nesta fase da codificação. Também dessa fase de codificação, saíram as bases para a elaboração de quadros diversos mapas cartográficos. É oportuno dizer que e, embora tenhamos feito quadros como os mostrados acima, sua construção apenas nos ajudou a concluir que seu uso era limitador para nossa pesquisa. Era necessário seguir a mesma metodologia, porém, compondo quadros com base na Toponímia Crítica.

Na fase de Codificação Seletiva, uma nova coluna foi acrescentada a este quadro. A coluna *Taxionomia Toponímica* foi renomeada para *Taxionomia Aparente* e a nova coluna foi nomeada *Taxionomia Emergente*, o que se deu pela verificação de que a Taxonomia tradicional, baseada na natureza semântica dos itens lexicais não era total em relação à natureza do objeto de pesquisa e a consequente filiação à Toponímia Crítica.

Durante a Codificação Seletiva, nos deparamos com nomes de Assentamentos que não se encaixavam na classificação da Dick (1990). O Assentamento Jacaré-Curituba I, por exemplo, gerou a dúvida que fez com que toda a pesquisa fosse redimensionada para uma abordagem cada vez mais abrangente no campo da Toponímia Crítica. O nome *Jacaré-Curituba* não poderia ser classificado nem como zootopônimo, nome dado a topônimos de índole animal, nem como hidrotopônimo, dado a topônimos de índole hídrica. A motivação mais provável para essa denominação seria o Projeto de Irrigação Jacaré-Curituba, ou as terras desse lugar, que, conforme veremos na seção de análise, serviram de base para a do referido assentamento. Essa verificação fez com que abandonássemos a criação de quadros

com base na toponímia tradicional e passássemos a construí-los com base na Toponímia Crítica.

Para poder criar esses quadros, era importante entender a ideologia de vida do movimento campestre, manifestada no léxico, procuramos fazer associações de sentidos entre eles. De acordo com Henriques (2018), “A associação entre palavras pode ser feita a partir de ligação de sentidos, mas também pode acontecer por razões puramente formais ou até por uma combinação entre forma e significado”. Embora, nossa análise foque no sentido do léxico, buscando os caminhos da ideologia do movimento campestre, podemos observar também ligações que se manifestam na forma dos nomes dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária, principalmente quando uma mesma parcela grande de terra deu origem a mais de um assentamento. Isso se dará pela associação de sentidos ideológicos estabelecidos entre os nomes dos Assentamentos Rurais. Pode parecer desconexa a relação entre os signos que formam o léxico toponímico. Contudo, a análise crítica fará emergir o conteúdo, a substância que liga essas palavras pela ideologia presente no ato de nomear os espaços.

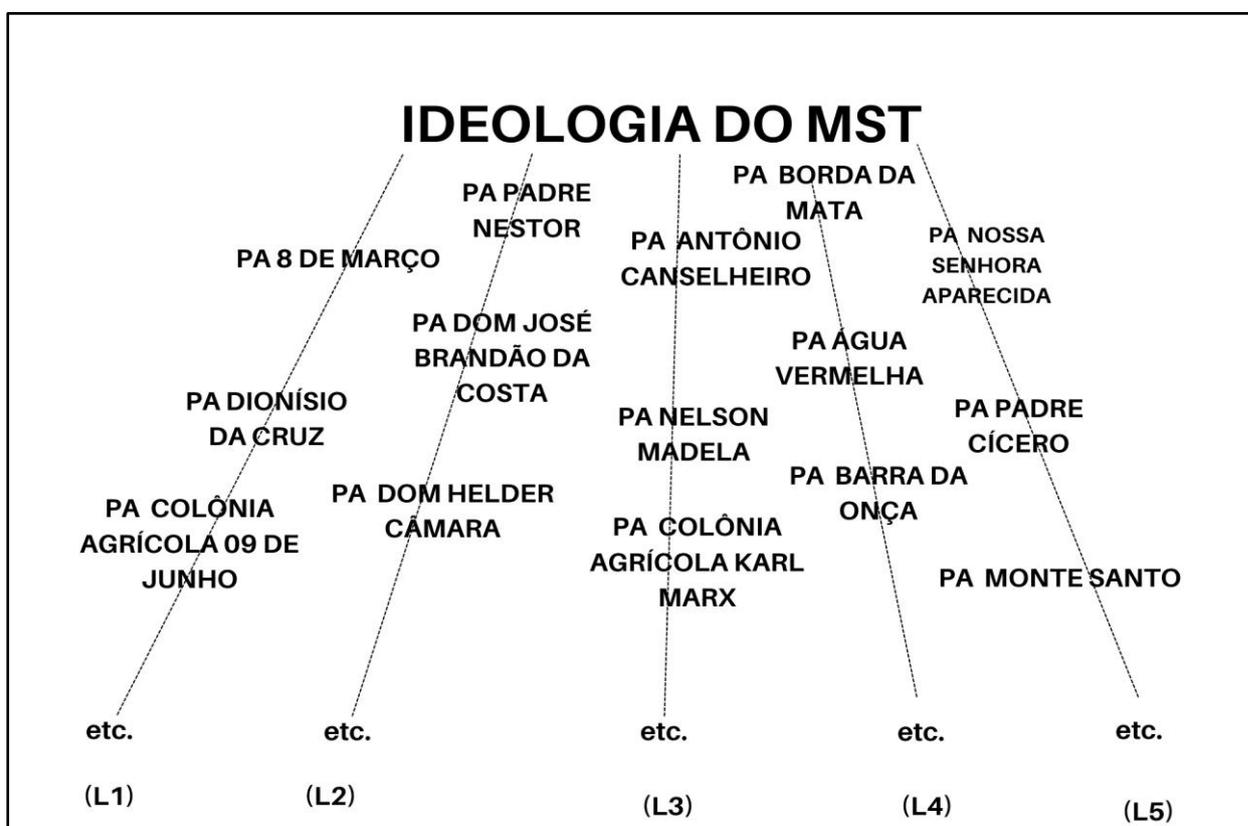
Quando analisamos os nomes dos assentamentos percebemos como a ideologia se ramifica em *campos motivacionais* do ato de nomeação dos lugares.

A nossa sistematização dos topônimos em quadros de análise teve que passar pelo processo de identificação dos *Campos Motivacionais* pelos quais o ato denominativo de lugar se ramificavam dentro de uma ideologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para tanto, adaptamos o esquema criado por Henriques (2018) para a nossa finalidade.

Henriques (2018) usa o esquema de linhas para criar campos associativos de palavras a partir de um léxico qualquer, montando o que ele chama de “constelação” das palavras, ou seja, conjunto de palavras que se associam a outras. Usamos o mesmo princípio para unir as palavras que formam o léxico denominativo dos Assentamentos Rurais levando em consideração as similaridades ideológicas percebidas neste léxico a partir do estudo sócio-histórico e social de de cada assentamento.

A tentativa inicial é ilustrada na imagem abaixo:

Figura 07 - Linhas Ideológicas do Pensamento do MST e Campos Motivacionais



Fonte: Adaptado de Henriques, 2018.

A imagem acima mostra como foi o processo inicial de identificação dos Campos Motivacionais.

Em (L1), temos nomes de Assentamentos que expressam um desejo de inserção histórica. Entre os objetivos do movimento, temos a “luta pela terra”. Não há luta sem que haja o desejo de que esta luta entre para os anais da História. Todos os nomes de Assentamentos listados em (L1) trazem ou datas significativas dentro do movimento campestino ou nome de pessoas importantes dentro da luta pela terra, que normalmente não são lembrados pela História oficial.

Em (L2), temos nomes de pessoas que foram importantes, através de suas ações, em defesa da luta pela terra e pelos ideais sociais do movimento campestino. Há na nomeação, uma espécie de reconhecimento. Observe que o que na Toponímia Tradicional poderiam ser interpretados apenas como Antropotopônimos, aqui vemos que não se dá o nome de qualquer pessoa, há razão de ser dado um nome e não outro

Em (L3), os Antropotopônimos sinalizam pessoas que se tornaram mártires dos mesmos ideais defendidos pelo movimento camponês. Há uma filiação, uma apropriação desses símbolos para a construção de uma memória de luta.

Em (L4), um caso particular. Poderíamos estar tentados a classificar Borda da Mata como *Fitopopônimos*, Água Vermelha como *Hidrotopônimo* e Barra da Onça como *Geomorfotopônimo* ou *Zootopônimo*. Mas essa abordagem limita nossa análise. A história sócio-cultural desses lugares irá indicar que Borda da Mata, Água Vermelha e Barra da Onça são nomes das fazendas improdutivas de origem dos assentamentos, retirando qualquer índole vegetal, hídrica, geomorfológica ou animal da motivação para os nomes desses lugares. Alguns alegariam, então, se tratar de *Ecotopônimos*, nomes cuja motivação é uma habitação humana de qualquer natureza.

Por fim, em (L5), temos um sentimento religioso motivando a nomeação. Este exemplo é bem interessante para evitar a falsa impressão de que a Toponímia Crítica quer se sobrepor à Toponímia Tradicional. Nesse ponto, as duas irão concordar. O que não impede de, mesmo nesse caso – e veremos em momento oportuno – haver uma contribuição ainda maior da Toponímia Crítica.

Esse foi o raciocínio seguido para a construção de Campos Motivacionais de Análise. Após, refinarmos os dados, chegamos a postulação dos seguintes Campos Motivacionais: Topofilia (-fobia), Memória e Identidade e Religiosidade e Fé, que por sua vez, dividem-se em campos motivacionais menores, conforme apresentados no Quadro 03 (página 33 desta dissertação).

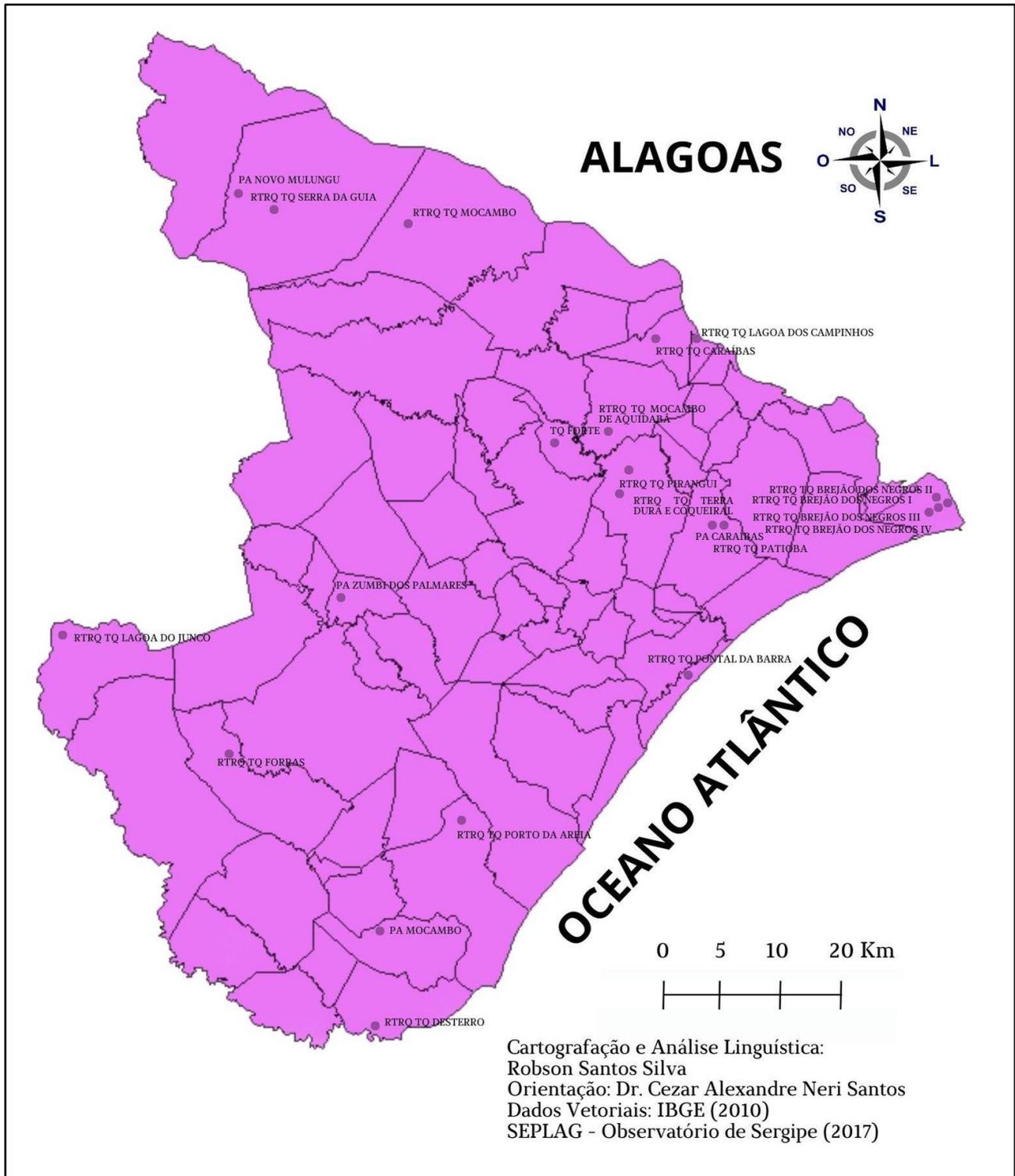
3.3 CARTOGRAFAÇÃO

A técnica de Cartografia é usada em Geografia e nos Estudos Toponímicos, além de outras áreas do conhecimento, para permitir ao leitor visualizar em um território aquela in apresentada em gráficos, quadros ou tabelas, ou mesmo descrita no corpo de um texto. Conforme o IBGE (1998), podemos entender o mapeamento como:

aplicação do processo cartográfico, sobre uma coleção de dados ou informações, com vistas à obtenção de uma representação gráfica da realidade perceptível, comunicada a partir da associação de símbolos e outros recursos gráficos que caracterizam a linguagem cartográfica. (IBGE, 1998, p. 88).

Nessa pesquisa, optamos por elaborar cartas lexicográficas que melhor ilustrem os dados analisados, conforme exemplo da Figura 09. Cada carta lexicográfica levará em consideração os subgrupos de cada Campo Motivacional, ou seja, será composto por nomes que estão inseridos dentro de um mesmo conjunto: apresentam no léxico palavras que remetem à certos pontos da ideologia do MST.

Figura 08 – Topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe: Campo Motivacional da Topofilia e Resistência



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

3.4. TRATAMENTO DOS DADOS

A etapa de tratamento dos dados compreende os processos de classificação, análise, descrição e interpretação dos dados. Nesta parte da pesquisa, o pesquisador em toponímia visa procurar generalizações e especificidades. Tais generalizações, conforme Dick (1996) têm como foco fatores linguísticos (fono-ortográficos, morfossemânticos, lexicais e multimodais) e extralinguísticos (geohistóricos e socioculturais). A exposição dos resultados tratados dar-se-á na seção 4 desta dissertação.

O processo de nomeação dos lugares não ocorre em um ato isolado: muito pelo contrário, ele ocorre em um contexto maior (ROSE-REDWOOD, ALDERMAN, 2011). Compreendemos que os atos de batismos dos espaços geográficos também não podem ser compreendidos apenas como inseridos em um ato meramente cultural, posto que este deve abranger outros aspectos, tais quais a luta de forças discursivas atreladas ao ato de nomear, ações sociais, econômicas, e ideológicas.

Por esse aspecto, nossa pesquisa debate o fenômeno de nomeação dos assentamentos rurais em Sergipe. Conforme Tent (2015), a abordagem de investigação aqui proferida pode ser identificada como *extensiva*, pois, para este autor, a extensiva se preocupa com questões gerais, como o estabelecimento de padrões, generalizações e especificidades; e busca compreender minimamente a origem e os significados dos nomes. Faremos uso de quadros, tabelas, figuras, mapas cartográficos e gráficos, visto que essas ferramentas possibilitam o entendimento das considerações tecidas acerca das abordagens linguísticas e extralinguísticas concernentes ao *corpus* deste trabalho.

Cada Campo Motivacional necessitou de um mecanismo de análise que desse conta da abordagem específica para cada caso em análise. Descreveremos na seção 4 cada um desses mecanismos. Abaixo, mostramos um quadro utilizado na análise dos topônimos do Campo Motivacional da Topofilia:

Quadro 16 – Nomes dos Topônimos do Campo Motivacional da Topofilia (Recorte)

Nome do Lugar de Origem	Nome paralelo do Lugar de Origem	Nome do Assentamento Rural	Nome Paralelo do Assentamento Rural
Fazenda Borda da Mata	n/e	PA Borda da Mata	n/e
Fazenda São João Batista	n/e	PA São João Batista	n/e

Fazenda Três Cancelas	n/e	PA Três Cancelas	n/e
Fazenda Água Vermelha	n/e	PA Água Vermelha	n/e
Fazenda Sambambira	n/e	PA Sambambira	n/e
Fazenda Cuiabá	n/e	PA Cuiabá	n/e
Fazenda Mandacaru	n/e	PA Mandacaru	n/e
Fazenda Monte Santo	n/e	PA Monte Santo I	n/e
Fazenda Santa Maria	n/e	PA Santa Maria	Assentamento Sonho Novo

Fonte: elaborado pelo autor, com base em INCRA, 2022

Note como nesse exemplo, algumas informações são necessárias e por este motivo são expostas aqui: a) os nomes das terras de origem e os nomes dos assentamentos rurais criados nesses lugares a partir da desapropriação dessas terras por parte do INCRA para fins de Reforma Agrária, conforme preconiza a Constituição Federal. Trazer aqui os nomes dos imóveis improdutivos de origem foi muito importante para que a Teoria da Topofilia pudesse ser aplicada e justificada a sua aplicação para a análise do corpus. Outro ponto importante é a existência de colunas para nomes paralelos. Dessa forma, temos uma ampliação da quantidade de nomes compostas em nosso corpus inicial, pois tanto os nomes paralelos ampliam esse quantitativo, como é imprescindível em uma análise sólida desses lugares considerar a trans do espaço geográfico: um imóvel improdutivo ou terra improdutivo que se transforma, por força de lei, em outro espaço geográfico. Essa forma de exposição foi utilizada em todos os subgrupos deste Campo Motivacional.

Na análise interna desses signos toponímicos, foram consideradas a extração e exposição da estrutura morfológica de cada um, conforme modelo abaixo:

Figura 09 – Esquema Expositivo da Estrutura Morfológica dos Nomes de Assentamentos Rurais

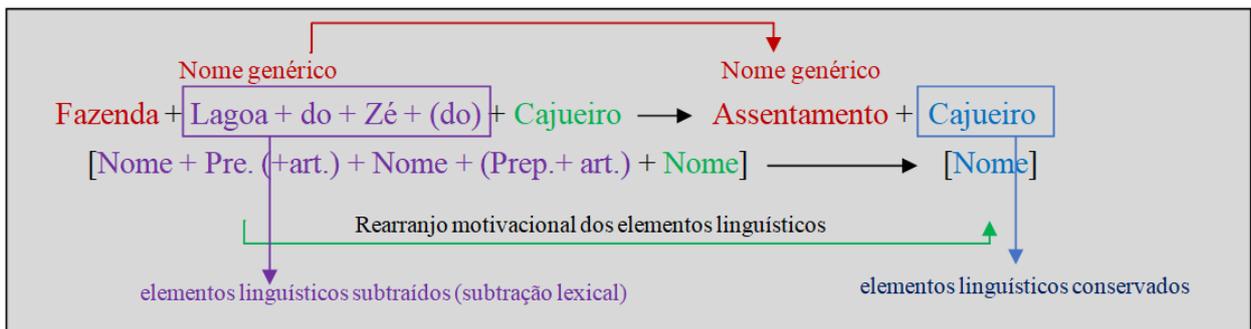
Nome do Assentamento Rural	Estrutura Morfológica dos Nomes	Estrutura Nominal (Desconsiderando a Sigla)
PA Borda da Mata	Sigla (PA) + nome (Borda) + preposição (de) + nome (Mata)	Composto

Fonte: Elaborado própria.

Com isso, conseguimos perceber os elementos que constituem cada signo. Há sempre a existência de uma sigla que indica a modalidade do Assentamento conforme classificação do INCRA, que para outros fins é substituído pelo termo *Assentamento*, seguido das palavras que compõem o nome deste topônimo. Percebe-se, por exemplo, nesse tipo de abordagem a ocorrência de palavras de classes gramaticais como: presença de substantivo (nome), adjetivo, preposição, conjunção e numeral; e ausência de palavras de outras classes gramaticais: pronomes, verbos, advérbios, artigo, interjeição; além de outros elementos como prefixos e sufixos.

Outra forma de analisar a estrutura interna desses topônimos foi com o uso de estruturas que mostram o processo de rearranjo lexical na do nome do Assentamento a partir do nome da terra improdutiva de origem, para os casos dos nomes dos assentamentos do Campo Motivacional da Topofilia, conforme ilustrada abaixo.

Figura 10 – Formação Lexical: Assentamento Cajueiro



Fonte: Elaboração própria

Observemos neste exemplo, como a Fazenda Lagoa do Zé Cajueiro passou por um processo de esvaziamento motivacional ao ter o lugar transformado em outro. O nome genérico *fazenda* transforma-se em outro nome genérico (*assentamento*) indicativo de uma trans geográfica do lugar (terra improdutiva que se transforma em assentamento). Os elementos *Lagoa*, *de(o)*, *Zé* [- Lagoa; - de(o); - Zé] são subtraídos no processo de nomeação do novo lugar, ressignificando, através de novas motivações, o nome deste assentamento.

Para os demais topônimos, o uso de quadros e esquematizações foram suficientes para a visualização dos dados apresentados. Todos os dados, ainda, foram usados como recursos linguísticos na construção de cartas lexicográficas apresentadas sempre que um Campo Motivacional e suas subdivisões eram analisados.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: A LEXICOGÊNESE DOS NOMES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SERGIPE

Nesta seção, iremos tratar da descrição e análise dos dados. Para tanto, faremos algumas observações iniciais com foco na relação entre o homem e o ambiente, de forma breve, para na sequência partir dessa reflexão para a postulação de questões analíticas dos nomes dos assentamentos rurais.

4.1. (RE)NOMEAÇÃO DO LUGAR E O CAMPO MOTIVACIONAL DA DICOTOMIA TOPOFILIA/TOPOFOBIA

Com elementos que permitem categorizar o que vem a ser balança mental ideológica dos atos de denominação/renomeação, descrevemos os elementos preponderantes e sobressalentes como indícios para uma classificação desses topônimos. Tomemos como exemplo o nome Fazenda Santa Clara, terra improdutiva que deu origem ao Assentamento Santa Clara. Numa análise exclusivamente semântica, há aí um topônimo relativo à religiosidade. Uma questão posta é: uma vez que a fazenda se torna improdutiva e dá lugar a uma terra ocupada que posteriormente dará lugar a um novo espaço geográfico – o assentamento –, a motivação para o nome desse novo lugar que surge em substituição a um outro conserva as mesmas motivações, ou a vivência sociocultural, as crenças e valores, as ideologias, e toda uma série de fatores extralinguísticos já manifestada, com papel na tarefa de denominação desse lugar? Ou seja, quando rebatizado, por exemplo, de Assentamento Santa Clara, esse lugar passou por outras vivências que influenciaram o batismo do mesmo e apenas pela análise linguística não somos capazes de firmar motivações no campo da religiosidade, sendo outras leituras possíveis e necessárias.

A valorização da terra – esta que deu, ao ocupante, razões para voltar a esperar –, por exemplo, pode ser a explicação para a manutenção do nome, uma vez que, neste caso, seria muita coincidência a devoção entre os ocupantes originais da fazenda e os futuros ocupantes do assentamento, em um mesmo santo. Nem sempre os Acampamentos do MST, futuros Assentamentos Rurais de Reforma Agrária, se formam em terras de fazendas improdutivas. Assim, os topônimos cuja nomeação se observa no Campo Motivacional da dicotomia toponímia/topofobia preservam os nomes dos lugares de origem, e não necessariamente esse lugar será uma fazenda improdutiva. Essa classificação, embora para encaixar nomes de assentamentos rurais cuja classificação da toponímia tradicional não dá

conta ou limita a interpretação, não se restringe a esse espaço de aglomeração humana. Para ratificar que nem sempre o acampamento se dá em terra de fazenda improdutivo, apresentamos a Tabela 01 a seguir, com dados do INCRA (1999) a respeito do tipo de localização dos acampamentos rurais.

Tabela 01 – Localização dos Acampamentos Rurais em Sergipe

Local	Quantidade	Porcentagem
Dentro do imóvel	28	60,9
Próximo ao imóvel	9	19,6
Povoado	5	10,9
Dentro de Assentamento	1	2,2
Área cedida	2	4,3
Beira da Rodovia	1	2,2
Total	46	100

Fonte: INCRA, 1999 *apud* Lopes, 2007

Os dados apresentados acima são do final da década de 1990, mas servem ao nosso propósito de refletir sobre esta natureza dos acampamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, primeiro por retirar a falsa impressão de que sempre o acampamento é montado em terra de uma fazenda improdutivo, que pode ocasionar em retaliação envolvendo armas de fogo; segundo, porque mostra que a natureza de do acampamento evidencia motivos pelos quais a convivência nesse período pode ser mais ou menos bélica nestes conflitos envolvendo os proprietários dos lugares ocupados. Quando temos duas ocupações A e B, sendo A uma ocupação realizada próxima a um imóvel improdutivo e B uma ocupação realizada dentro do imóvel improdutivo, as condições de vida nesses lugares serão diferentes. Poderá haver questões ligadas à retaliação por arma de fogo envolvendo a ocupação de B, mas não em A, por exemplo. A relação com a terra, em ambos os casos, será diferente. E a nomeação do futuro assentamento nos traz pistas que nos levam a entender, se analisados esses contextos sócio-históricos, os motivos que levaram o lugar a adotar/preservar um determinado nome.

Com base na dicotomia *topofilia* x *topofobia*, criamos o conceito do Campo Motivacional da Topofilia: são os nomes de lugares batizados por influência da afeição que se tem com o lugar. O espaço ocupado e cultivado representa algo para a comunidade e é dele que vem o elemento presente na nomeação. No caso dos assentamentos rurais, os topônimos costumam preservar o nome da terra improdutiva de origem do acampamento dos trabalhadores rurais sem terra. Essa preservação é uma marca de valorização da terra, mas pode ocorrer de diversas formas, por isso, entendemos que o Campo Motivacional da Topofilia compreende Campos Motivacionais Menores, cujos valores podemos perceber pela relação que cada comunidade formada tem com a terra ocupada.

Para determinar um nome de um lugar como pertencente ao campo motivacional da Topofilia, toma-se como evidência um item lexical que não pode ser explicado apenas pela toponímia tradicional. Esses topônimos precisam de uma análise sociocultural que explique a presença deste elemento no léxico denominativo e essa explicação tem como base algum fator ligado à afeição do indivíduo com o ambiente.

Considerando a inclinação da balança mental das ações da população desse aglomerado, podemos perceber uma subclassificação para o Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x Topofobia: (a) Cultura e Topofilia(-fobia), (b) Ancestralidade e Topofilia(-fobia), e (c) Simbolismo e Topofilia(-fobia). Explicaremos cada uma desses subgrupos à medida que analisarmos e descrevermos sua presença nos nomes dos assentamentos rurais em Sergipe.

No processo de (re)nomeação, a balança mental dos ocupantes dos assentamentos rurais manifesta-se para a topofilia ou para a topofobia. O primeiro, quando sentimentos positivos se sobressaem aos sentimentos negativos diante da ocupação da terra improdutiva; o segundo, quando, para além dos sentimentos positivos, se sobressaem pensamentos negativos resultantes dos conflitos durante o período de ocupação da terra. Esses sentimentos, ora pendendo para a topofilia, ora para a topofobia, serão o fator motivacional da denominação para alguns assentamentos rurais.

Pertencem a este Campo Motivacional os topônimos que preservam o nome do lugar de origem (uma fazenda improdutiva, terra de uma usina desativada, um lugar não nomeado, com ou sem nome paralelo, um campo pertencente ao poder público, etc.), considerando os laços afetivos e culturais criados com a terra em razão de uma subtração emocional resultante

da situação de vida dos habitantes de um lugar ao chegar neste espaço em relação à mesma situação de vida desses habitantes após um tempo de convivência nele.

No caso dos assentamentos rurais, esta subtração emocional considera a situação de vida desses camponeses anterior a sua fixação neste espaço com a situação de vida deles após começarem a trabalhar a terra ocupada para retirar dali o seu sustento. Ou seja, a subtração emocional considera as fases pré-ocupação, ocupação e assentamento. A resultante dessa subtração emocional se sobrepõe, na balança mental ideológica, às fatalidades que a memória do nome poderia trazer e se materializa pela permanência do nome do espaço conforme anteriormente denominado.

Abaixo, apresentamos um quadro com os topônimos dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe pertencentes a este subgrupo. Neste quadro, trazemos os topônimos que preservaram o nome da terra improdutiva de origem.

Quadro 18 – Assentamentos Rurais em Sergipe: Topofilia

Nome do Lugar de Origem	Nome paralelo do Lugar de Origem	Nome do Assentamento Rural	Nome Paralelo do Assentamento Rural
Fazenda Borda da Mata	n/e	PA Borda da Mata	n/e
Fazenda São João Batista	n/e	PA São João Batista	n/e
Fazenda Três Cancelas	n/e	PA Três Cancelas	n/e
Fazenda Água Vermelha	n/e	PA Água Vermelha	n/e
Fazenda Sambambira	n/e	PA Sambambira	n/e
Fazenda Cuiabá	n/e	PA Cuiabá	n/e
Fazenda Mandacaru	n/e	PA Mandacaru	n/e
Fazenda Monte Santo	n/e	PA Monte Santo I	n/e
Fazenda Santa Maria	n/e	PA Santa Maria	Assentamento Sonho Novo
Fazenda Santa Rita	n/e	PA Santa Rita	n/e
Fazenda Barra da Onça	n/e	PA Barra da Onça	n/e
Fazenda Pedras Grandes	n/e	PA Pedras Grandes	n/e

Imóveis rurais do povoado Curralinhos	n/e	PA Curralinhos	n/e
Fazenda Queimada Grande/Fazenda Santa Maria	n/e	PA Queimada Grande	n/e
Fazenda Bom Jardim	n/e	PA Bom Jardim	n/e
Fazenda Ilha do Ouro	n/e	PA Ilha do Ouro	n/e
Fazenda Nova Esperança	n/e	PA Nova Esperança	n/e
Fazenda Fortaleza	n/e	PA Fortaleza	n/e
Fazenda no povoado Caípe	n/e	PA Caípe	n/e
Fazenda Flor do Mucuri, Fazenda Salobro, Fazenda Bomfim e Fazenda Cassange	n/e	PA Flor do Mucuri ²⁰	n/e
Fazenda Sete Brejos	n/e	PA Sete Brejos	n/e
Fazenda Bela Vista	n/e	PA Bela Vista	n/e
Fazenda Jacurici	n/e	PA Jacurici	n/e
Fazenda Santa Maria da Lage	n/e	PA Santa Maria da Lage	n/e
Fazenda Barroca Funda	n/e	PA Barroca Funda	n/e
Fazenda São José do Nazaré	n/e	PA São José de Nazaré	n/e
Fazenda Campo Alegre	n/e	PA Campo Alegre	n/e
Fazenda Caraíbas	n/e	PA Caraíbas	n/e
Fazenda Mocambo	n/e	PA Mocambo	n/e
Fazenda Sol Nascente	n/e	PA Sol Nascente	n/e
Fazenda Flor da Serra	n/e	PA Flor da Serra	n/e

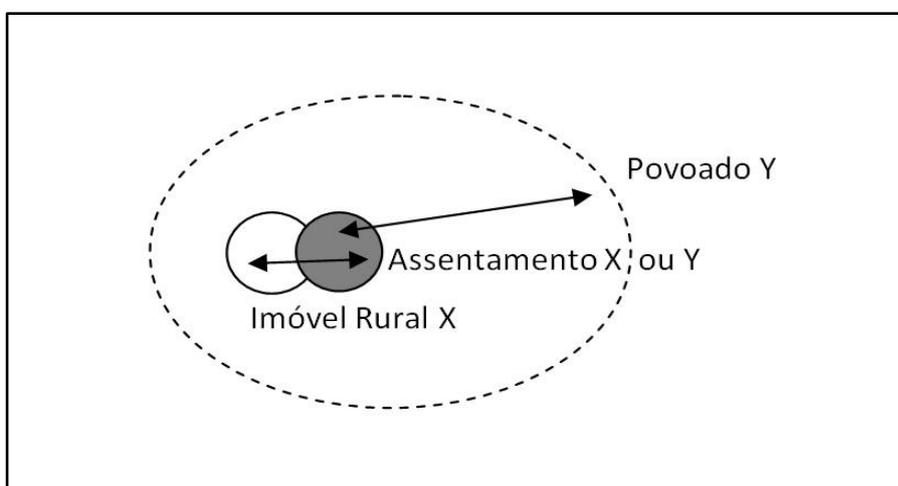
²⁰Flor do Mucuri trata-se de um caso a parte, pois é formado em um processo que estamos chamando de Subtração Lexical pelo fato de alguns nomes dos antigos lugares de origem ter sido totalmente absorvidos por um nome dominante. Esse processo, conforme será visto posteriormente, é muito comum nos nomes de Assentamentos que se formaram em área remanescentes quilombolas.

Localidade Caldeirão	n/e	PA Caldeirão	n/e
Terras improdutivas às margens do Rio Vaza-Barris	n/e	PA Vaza Barris	n/e
Localidade Palmeiras	n/e	PCA Palmeiras	n/e
Localidade Mangabeira	n/e	PA Mangabeira	n/e
Localidade Rita Cacete	n/e	PA Rita Cacete	n/e
Localidade Tapera do Nico	n/e	PA Tapera	n/e
Localidade Estrada do Crioulo/da Cabocla	n/e	PA Cabocla	n/e

Fonte: Elaboração própria

Os topônimos dos assentamentos rurais sergipanos no quadro que todos são PA, e preservam os antigos nomes do local, sendo que na maioria dos casos, o nome da fazenda é transferido para o nome do assentamento rural. São exceções os PA Curralinhos, PA Caípe e PA Ilha do Ouro que levam o nome do povoado de origem. Não foi possível encontrar nesses três casos se derivam de algum imóvel que também conservam o nome do povoado, o que é uma hipótese interessante, ou se o imóvel se quer chegou a ter um nome. Porém, mesmo nestes casos, existe a manutenção do nome do lugar de origem, ainda que em uma noção macro ao invés de uma visão microcós mica. Tentemos sintetizar essa abordagem no esquema abaixo:

Figura 11 – Esquema do Elo Afetivo entre Lugar e Agrupamentos Humanos

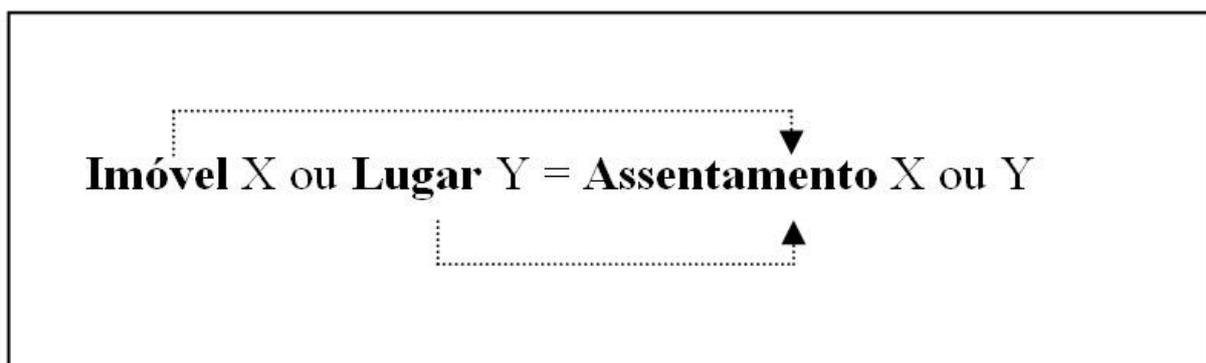


Fonte: elaboração própria

Nesse esquema, a seta indica o elo da ligação afetiva entre os lugares e o agrupamento humano. Ele pode ocorrer entre os posseiros e o imóvel rural improdutivo de origem ou entre os posseiros e o povoado no qual está localizado o imóvel rural (mesmo que de denominação desconhecida). Notemos que na transferência dos nomes, de um imóvel improdutivo para um assentamento, ocorre inicialmente um *esvaziamento motivacional* do nome da terra improdutiva e em seguida novas motivações (topofilia/topofobia, neste casos) orientam a renomeação do lugar.

A lexicogênese dos nomes desses assentamentos rurais pode ser exemplificada pelo esquema abaixo:

Figura 12 – Esquema de Transposição do Nome Genérico do Lugar na Trans do Lugar



Fonte: elaboração própria

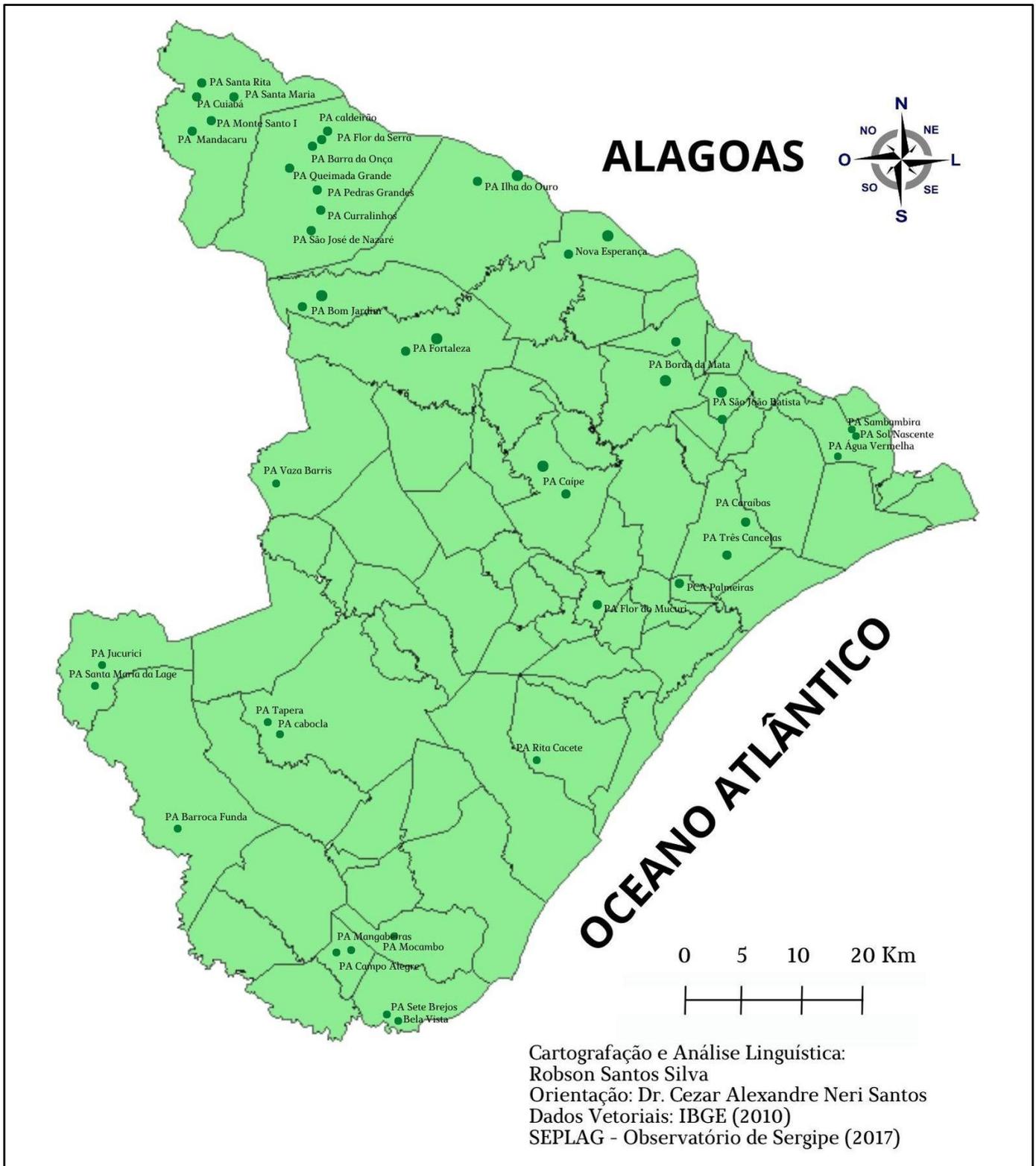
Neste esquema, o nome do imóvel ou do lugar de origem, que é formado por dois nomes, um *genérico* e outro *específico* (Fazenda Pedras Grandes), é transferido para o nome do novo assentamento, sendo que o *nome genérico* é substituído por outro *nome genérico*, que passa a identificar assentamentos rurais de reforma agrária. Há, portanto, uma *regra de modificação* e uma *regra de manutenção*:

Regra de modificação (nome genérico)	<i>fazenda, usina, sítio, etc. > assentamento</i>
Regra de Manutenção (nome específico)	<i>da antiga fazenda > nome do novo assentamento</i>

Fonte: elaborado pelo autor, 2022

A análise da história do movimento campesino mostra que não dá para perceber ligações entre o nome de um assentamento rural e outro apenas tendo por base a lexia usada para a denominação. É preciso investigar, na sócio-história, indícios das razões denominativas. A partir dessa identificação é que é possível classificar os topônimos desses lugares. A carta lexicográfica abaixo mostra o dimensionamento desses topônimos em assentamentos rurais sergipanos:

Carta Lexicográfica 01 – Assentamentos Rurais em Sergipe do Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x topofobia que conservam o nome da terra improdutiva de origem



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

A carta lexicográfica cima nos permite ver de que forma os nomes dos assentamentos rurais sergipanos que mantêm a denominação da antiga fazenda improdutivo/antigo lugar de origem se dimensionam no território deste Estado. Em cada um dos casos, embora tenham histórias particulares, aconteceu, para o ato denominativo, mais ou menos o cálculo mental que ilustraremos abaixo para o caso do *Assentamento Queimada Grande*:

Quadro 19 – Topofilia e Topofobia na vida dos Acampados da Fazenda Queimada Grande

Fazenda Queimada Grande	
Acontecimentos bons/positivos	Acontecimentos ruins/negativos
<p>Segundo o relatório apresentado pelo INCRA, além da fazenda ser considerada improdutivo, também havia a reivindicação dessa propriedade pelo Movimento Sem Terra. O INCRA, por sua vez, em seu relatório técnico recomendou a desapropriação parcial da Fazenda alegando que os proprietários residiam na localidade e necessitavam daquela atividade como fonte de renda. No mesmo sentido, residia na Fazenda 5 famílias com aproximadamente 30 pessoas sobrevivendo das atividades agropecuárias da propriedade, sendo que nenhuma dessas tinha carteira assinada. (DANIEL, 2018, p. 48, grifo nosso).</p>	<p>Queima de barracos aconteceu na fazenda Queimada Grande, em Canindé do São Francisco, onde jagunços contratados pelo latifundiário tocaram fogo nos barracos de 150 sem-terra que ocupavam a área. (CURADO; LOPES; SANTANA, 2008, p. 18, grifo nosso)</p> <p>No mesmo sentido, residia na Fazenda 5 famílias com aproximadamente 30 pessoas sobrevivendo das atividades agropecuárias da propriedade, sendo que nenhuma dessas tinha carteira assinada. (DANIEL, 2018, p. 48, grifo nosso).</p>

Elaborado pelo autor, com base em CURADO; LOPES;SANTANA, 2008; DANIEL,2018

Analisando o quadro 23 acima, notamos que, em relatório de observação, o INCRA confirma a existência de uma fazenda improdutivo. É possível observar os acontecimentos bons e ruins para a vida dos agricultores deste lugar neste dado tempo histórico: os agricultores foram surpreendidos com a queima das lonas que formavam suas habitações/trabalhavam sem carteira assinada na região – *acontecimento ruim*; os trabalhadores passaram a plantar e criar animais na terra improdutivo – *acontecimento bom*. É possível refinar os dados apresentados no quadro 04 abaixo:

Quadro 20 - Acontecimentos Bons e Ruins na vida dos Acampados da Fazenda Queimada Grande (Dados Refinados)

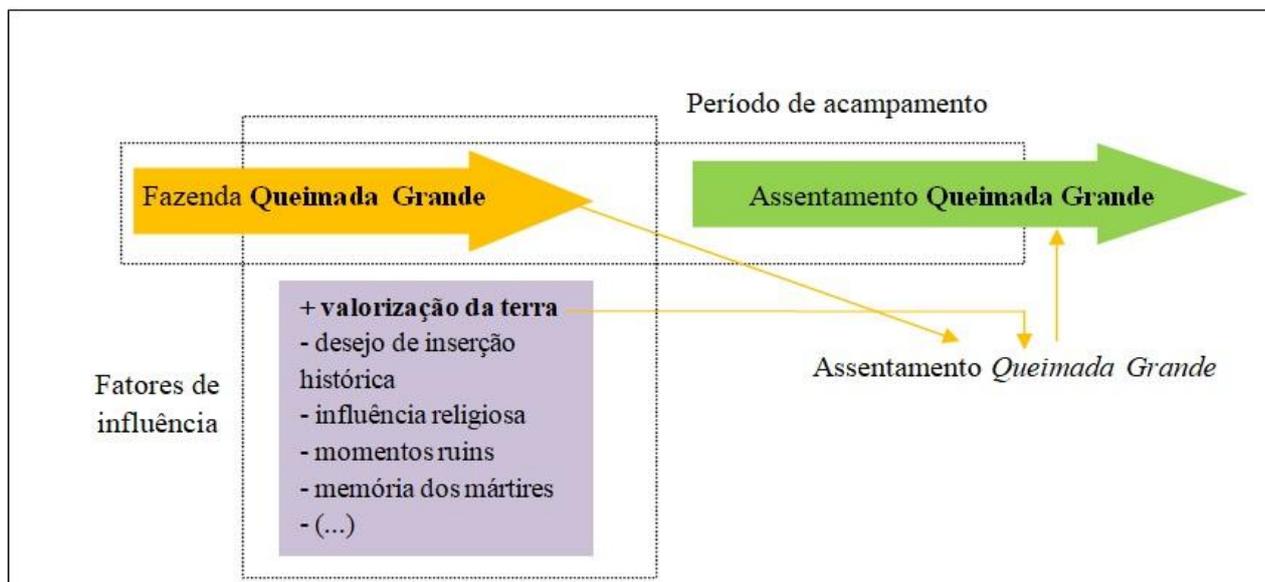
Fazenda Queimada Grande	
Acontecimentos bons/positivos	Acontecimentos ruins/negativos
- 30 pessoas (5 famílias) viviam nas terras e sobreviviam das atividades agropecuárias da propriedade.	- Queima de barracos dos agricultores; - 30 pessoas sem carteira assinada.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Durante o tempo de acampamento, uma série de fatores atua sobre a mentalidade dos acampados na fazenda *Queimada Grande*. Entre eles, sobressaiu, no cálculo da balança mental, a satisfação em ter um lugar onde morar, de onde retirar seu sustento e de seus filhos.

Note como ilustramos esse fenômeno no esquema abaixo:

Figura 13 – Transformação do Lugar: Fazenda Queimada Grande/Assentamento Queimada Grande



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Do ponto de vista Morfológico, a lexicogênese dos nomes dos Assentamentos Rurais sergipanos classificados como pertencentes ao Campo Motivacional da Topofilia pode ser compreendida pela da expressão que dá nome ao lugar. Até a escrita dessa dissertação, entre os 236 assentamentos rurais sergipanos, todos são da modalidade PA (Projeto de

Assentamento Federal). Na lista oficial do INCRA (2022), esses nomes estão descritos com a *Sigla PA* iniciando o nome de todos. Nas placas de localização dos espaços, faixas, entre outros *suportes indicativos de lugar*, a Sigla ora permanece, ora é substituída pelo nome *Assentamento*. Há entre eles a existência de uma correlação, que pode ser descrita da seguinte forma: [Sigla (PA) +...], que pode ser igualmente substituída por [Nome Genérico (Assentamento) +...]. Há entre eles nomes compostos (20 nomes) e os simples (7 nomes). Os simples são formados pela inscrição Sigla (PA) + nome e os compostos apresentam uma diversificação considerável:

- [Sigla (PA) + Nome + Prep. (± Art.) + Nome]
- [Sigla (PA) + Nome + Adjetivo]
- [Sigla (PA) + Numeral + Nome]
- [Sigla (PA) + Nome + Adjetivo]
- [Sigla (PA) + Adjetivo + Nome]
- [Sigla (PA) + Nome + Prep. (± Art.) + Nome]
- [Sigla (PA) + Nome + Sufixo]
- [Sigla (PA) + Adjetivo + Nome + Prep. + Nome]

Esta diversificação pode ser melhor visualizada no quadro abaixo:

Quadro 21 – Formação Morfológica dos Topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Topofilia em Sergipe

Nome do Assentamento Rural	Estrutura Morfológica dos Nomes	Estrutura Nominal (Desconsiderando a Sigla)
PA Borda da Mata	Sigla (PA) + nome (Borda) + preposição (de) + art. (a) + nome (Mata)	Composto
PA São João Batista	Sigla (PA) + Adj (São) + nome (João) + Adj (Batista)	Composto
PA Três Cancelas	Sigla (PA) + numeral (Três) + nome (Canelas)	Composto
PA Água Vermelha	Sigla (PA) + nome (Água) + Adjetivo (Vermelha)	Composto
PA Sambambira	Sigla (PA) + nome (Sambambira)	Simple
PA Cuiabá	Sigla (PA) + nome (Cuiabá)	Simple
PA Mandacaru	Sigla (PA) + nome (Mandacaru)	Simple

PA Monte Santo I	Sigla (PA) + nome (Monte) + Adjetivo (Santo) + numeral romano (I)	Composto
PA Santa Maria	Sigla (PA) + Adjetivo (Santa) + nome (Maria)	Composto
PA Santa Rita	Sigla (PA) + Adjetivo (Santa) + nome (Rita)	Composto
PA Barra da Onça	Sigla (PA) + nome (Barra) + prep. (de) + art. (a) + nome (onça)	Composto
PA Pedras Grandes	Sigla (PA) + nome (Pedras) + Adjetivo (Grandes)	Composto
PA Curralinhos	Sigla (PA) + nome (Curral) + sufixo (-inhos)	Simple
PA Queimada Grande	Sigla (PA) + nome (Queimada) + Adjetivo (Grande)	Composto
PA Bom Jardim	Sigla (PA) + Adjetivo (Bom) + nome (Jardim)	Composto
PA Ilha do Ouro	Sigla (PA) + nome (Ilha) + prep. (de) + art. (o) + nome (Ouro)	Composto
PA Nova Esperança	Sigla (PA) + Adjetivo (Nova) + nome (Esperança)	Composto
PA Fortaleza	Sigla (PA) + nome (Fortaleza)	Simple
PA Caípe	Sigla (PA) + nome (Caípe)	Simple
PA Flor do Mucuri	Sigla (PA) + nome (Flor) + prep. (do) + nome (Mucuri)	Composto
PA Sete Brejos	Sigla (PA) + numeral (Sete) + nome (Brejos)	Composto
PA Bela Vista	Sigla (PA) + Adjetivo (Bela) + nome (Vista)	Composto
PA Jacurici	Sigla (PA) + nome (Jacurici)	Simple
PA Santa Maria da Lage	Sigla (PA) + adj. (Santa) + nome (Maria) + prep. (de) + art.(a) + nome (Lage)	Composto
PA Barroca Funda	Sigla (PA) + Nome (Barroca) + Adjetivo (Funda)	Composto
PA São José de Nazaré	Sigla (PA) + Adj. (São) + nome (José) + prep. (de) + nome (Nazaré)	Composto
PA Campo Alegre	Sigla (PA) + nome (Campo) + adjetivo (Alegre)	Composto

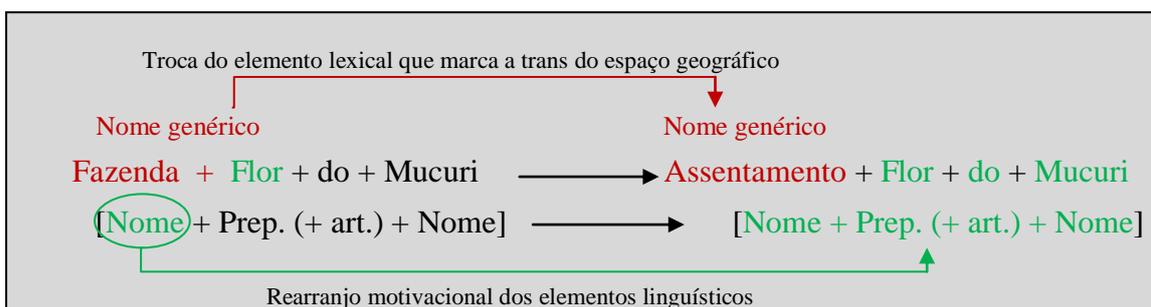
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Conforme dissemos anteriormente, os Assentamentos Rurais desse subgrupo não passam por um momento de nomeação comum a outros espaços de aglomeração humana. Há aqueles cuja ação de batismo na verdade é uma renomeação. Acreditamos que no caso desses lugares renomeados, há o apagamento da motivação do nome do espaço original

(esvaziamento motivacional), e mesmo quando há a permanência da mesma forma escrita para o nome, ao analisar a sócio-história percebemos que de fato a motivação para a manutenção da mesma denominação é outra diferente da contida no espaço original.

Vamos exemplificar esse desaparecimento da motivação inicial através de um esquema que mostre o rearranjo das palavras no processo de lexical. Vejamos o caso da trans geográfica da Fazenda Flor do Mucuri que deu origem ao Assentamento Flor do Mucuri:

Figura 14 – Formação Lexical: Assentamento Flor do Mucuri



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

A terra improdutiva de origem, Fazenda Flor do Mucuri, pode ser classificada como um fitotopônimo, pois há um elemento de índole vegetal motivando a denominação do lugar. O mucuri é uma planta nativa do Brasil, cujo nome científico é *Astroniummacrocalyx* e que cresce bastante, podendo alcançar até 40 metros de altura. Devido sua estatura, é compreensível que a árvore ou até mesmo sua flor – como é o caso -, de aspecto avermelhado, tenha motivado a denominação da fazenda na qual posteriormente se formou o assentamento rural. Contudo, embora pela taxonomia tradicional possamos encaixar esse nome entre os fitotopônimos, o mesmo não podemos dizer do Assentamento Flor do Mucuri, cuja motivação é o próprio lugar. Com árvore ou sem árvore, esse assentamento preservou o nome original pelo fato de ter sido a terra da Fazenda Flor do Mucuri aquela terra que permitiu ao trabalhador rural sem condições retirar dali o seu sustento. Por isso, percebemos que houve um esvaziamento motivacional do nome anterior. Na lexical, percebemos como a motivação inicial, marcada em verde na palavra **flor** desaparece, renascendo na expressão **flor do Mucuri**, que simboliza o lugar.

Notemos como o mesmo fenômeno acontece com o Assentamento Santa Maria da Lage:

trabalhador da condição de não ter de onde conseguir seu sustento para outra condição da qual a terra lhe dá razões para sobreviver, há na memória coletiva traços de períodos ruins dentro do acampamento (um assassinato, por exemplo) que vai interferir no ato denominativo, fazendo com que aquele lugar seja valorizado como um *novo lugar* ou como uma *nova fase na história* daquele lugar, uma *nova fase da vida* dos acampados naquele lugar.

Abaixo, trazemos um quadro com os topônimos dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe pertencentes ao Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x Topofobia que conservam parcialmente os nomes dos lugares de origem:

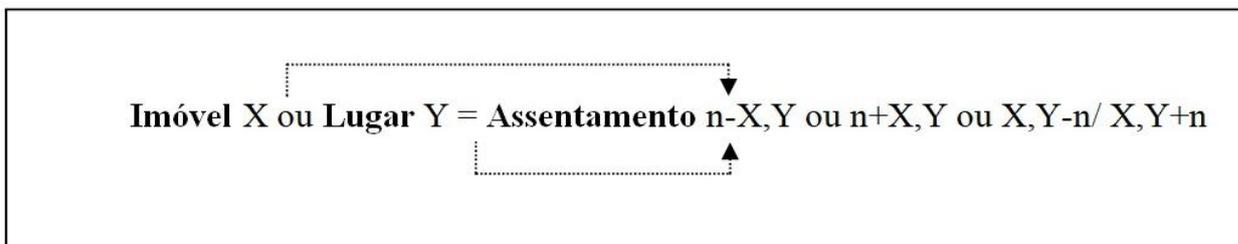
Quadro 22 – Assentamentos Rurais em Sergipe: topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x Topofobia que conservam parcialmente os nomes da terra improdutiva de origem

Nome do Lugar de Origem	Nome paralelo do Lugar de Origem	Nome do Assentamento Rural	Nome Paralelo do Assentamento Rural
Fazenda Bela Vista	n/e	PE Colônia Agrícola Alto da Bela Vista	n/e
Fazenda da Barriguda	n/e	PE Colônia Agrícola Morro da Barriguda	n/e
Fazenda Terra da Cachoeirinha	Fazenda Cachoeirinha	PA Cachoeirinha	n/e
Fazenda Alegria	n/e	PA Nova Alegria	n/e
Fazenda Esperança	n/e	PA Nova Esperança II	n/e
Fazenda Lagoa Grande	n/e	PA Especial Lagoa Grande	n/e
Fazenda São Roque	n/e	PA Vitória de São Roque	n/e
Fazenda Lagoa do Zé Cajueiro	n/e	PA Cajueiro	n/e
Fazenda Santana do Cruiri	n/e	PA Cruiri	Assentamento Nova Cruiri

Fonte: elaborado pelo autor , com base em INCRA, 2022 e outros dados da pesquisa

Seguindo os moldes dos outros topônimos que conservam em sua totalidade os nomes das terras improdutivas de origem, vejamos como a lexicogênese desses topônimos pode ser esquematizada:

Figura 16 – Esquema de Conservação dos Nomes dos Locais de Origem



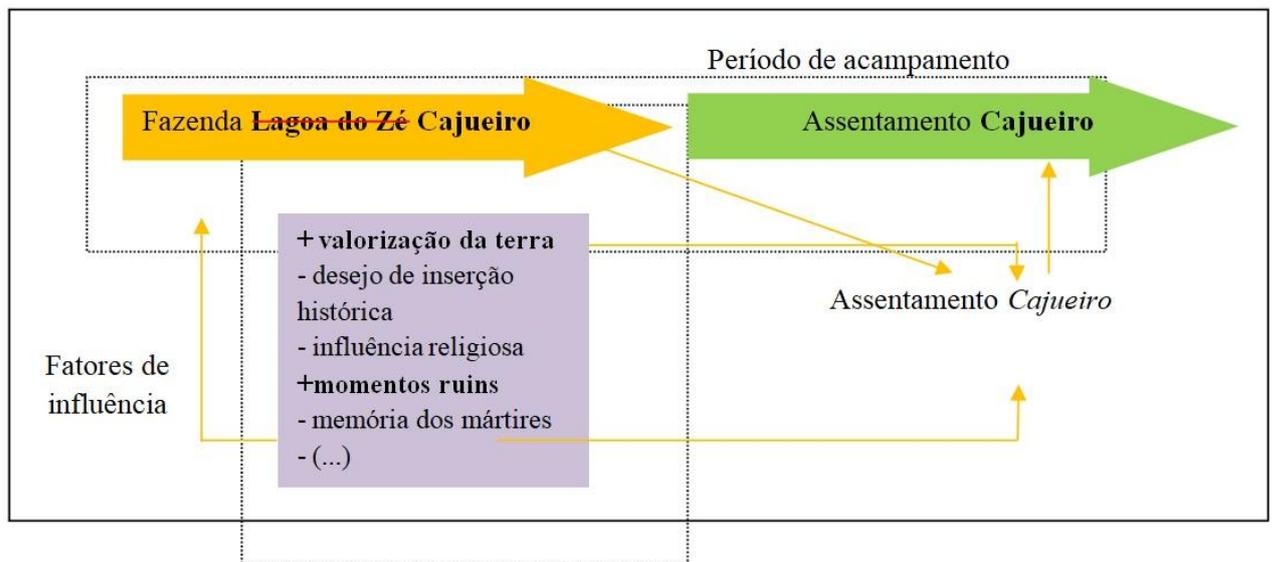
Fonte: elaboração própria

Entendamos o nome do novo assentamento como o mesmo do antigo lugar de origem, marcado pelas letras X e Y, cujo nome terá um acréscimo de termo (+n) ou subtração de termo (-n) marcado antes ou depois do nome central do original.

Percebemos que, pela quantidade, até a data da escrita dessa dissertação, a distribuição espacial dos topônimos desse subgrupo é bem restrita a poucas localidades (apenas nove assentamentos). Na carta lexicográfica 02 presente no Apêndices poderemos visualizar a distribuição espacial desses topônimos.

Notemos que nestes assentamentos, a supressão de várias palavras do nome original dificulta bastante a identificação da terra improdutiva de origem, uma vez que nem sempre essa in é de fácil acesso. É o caso, por exemplo, do *PA Cajueiro* que preservou apenas uma palavra do nome original Fazenda *Lagoa do Zé Cajueiro*. Nesse exemplo, acreditamos que os aspectos negativos, na *balança mental de denominação*, tendem a ser subtraídos junto com a diminuição de palavras do nome original. A partir da criação do assentamento, aquele lugar, agora apenas Cajueiro, será um lugar novo, cujo nome é motivado pelas dinâmicas sociais vivenciadas no período de ocupação deste lugar. Observamos, portanto que na *subtração emocional* houve influência e *adição emocional*, representada por dificuldades de diversas naturezas que a população deste lugar pode ter vivenciado. Note como ilustramos esse fenômeno no esquema abaixo:

Figura 17 – Transformação do Lugar: Fazenda Lagoa do Zé Cajueiro/ Assentamento Cajueiro



Fonte: elaboração própria

Neste esquema, há a adição de *+momentos ruins* na balança mental dos acampados e esta se manifesta durante o ato denominativo como o desejo de representar um lugar novo, mas que ainda conserva algo do nome anterior, simbolizando que ainda há laços de afeto com o lugar. Como não temos indícios suficientes para especificar quais momentos ruins devem ter vivenciado os acampados desse lugar, tomamos o cuidado apenas de indicá-los apenas como *+ momentos ruins*. Esses elementos atuaram no apagamento (representado pelo corte vermelho) de palavras do nome do lugar de origem.

No léxico, esses nomes apresentam algumas formas específicas. Entre os topônimos identificados há os que são formados pela sequência linguística [Sigla (PE) + expressão Colônia Agrícola +...] e os que são formados pela sequência linguística [Sigla (PA) +...], sendo que a parte inicial *PE Colônia Agrícola* é encontrada na categorização do INCRA (2022), mas é facilmente substituída por *Assentamento* ou *Colônia Agrícola* em faixas, placas e outros suportes de identificação desses lugares. Os topônimos deste segundo grupo cuja parte inicial é formada pela sigla PA tem esta parte substituída da mesma forma que os topônimos do grupo anterior, ou seja, a sigla dá lugar ao termo genérico *Assentamento*. A morfologia desses nomes está apresentada no quadro abaixo.

Quadro 23 – Formação Morfológica dos topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x Topofobia que preservam parcialmente o nome da terra improdutiva de origem

Nome do Assentamento Rural	Estrutura Morfológica	Estrutura Nominal (Desconsiderando a Sigla)
PE Colônia Agrícola Alto da Bela Vista	Sigla (PE) + Expressão (Colônia Agrícola) + nome (Alto) + prep. (de) + art. (a) + adj. (Bela) + nome (Vista)	Composto
PE Colônia Agrícola Morro da Barriguda	Sigla (PE) + Expressão (Colônia Agrícola) + nome (Morro) + prep. (de) + art. (a) + nome (Barriguda)	Composto
PA Cachoeirinha	Sigla (PA) + nome (Cachoeira) + sufixo (-inha)	Simples
PA Nova Alegria	Sigla (PA) + Adjetivo (Nova) + nome (Alegria)	Composto
PA Nova Esperança II	Sigla (PA) + Adjetivo (Nova) + nome (Esperança) + numeral romano (II) ²¹	Composto
PA Especial Lagoa Grande	Sigla (PA) + Adjetivo (Especial) + nome (Lagoa) + adj. (Grande)	Composto
PA Vitória de São Roque	Sigla (PA) + nome (Vitória) + prep. (de) + adj. (São) + nome (Roque)	Composto
PA Cajueiro	Sigla (PA) + nome (Cajueiro)	Simples
PA Cruiri	Sigla (PA) + nome (Cruiri)	Simples

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

O quadro mostra que os topônimos pertencentes a este subgrupo variam entre nomes simples e compostos, sendo os simples formados pela expressão [Sigla (PE) + expressão (Colônia Agrícola) + nome] ou [Sigla (PA) + nome]. Já os compostos apresentam certa variação:

- Sigla (PE) + Expressão (Colônia Agrícola) + Nome + Prep. (± art.) + Adj + Nome
- Sigla (PE) + Expressão (Colônia Agrícola) + Nome + Prep. (± art.) + Nome
- Sigla (PA) + Adjetivo + Nome
- Sigla (PA) + Adjetivo + Nome + Adjetivo
- Sigla (PA) + Nome + Prep. (± art.) + Adjetivo + Nome

²¹Assim como no caso dos topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x Topofobia que preservam totalmente o nome da terra improdutiva de origem, não estamos considerando a presença no número romano um elemento morfológico, pois sua função aqui é distintiva.

Sabendo que esses nomes perderam alguns termos na mudança do nome do lugar de origem para o nome do novo assentamento, a visualização dessa mudança lexical está indicada no quadro a seguir:

Quadro 24 – Lexicogênese dos Assentamentos Rurais pertencentes ao Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x Topofobia que preservam parcialmente o nome da terra improdutiva de origem

Nome do Lugar de Origem (- Fazenda)	Nome do Assentamento (- Assentamento)	Acréscimo	Subtração
Adj. (Bela) + nome (Vista)	Nome (Alto) + prep. (da) + adj. (Bela) + nome (Vista)	+ Alto +da	-
Prep. (da) + nome (Barriguda)	Nome (Morro) + prep. (da) + nome (Barriguda)	+ Morro	-
Nome (Terra) + Prep. (da) + nome (Cachoeira) + sufixo (-inha)	Nome (Cachoeira) + sufixo (-inha)	-	- Terra - da
Nome (Alegria)	Adjetivo (Nova) + nome (Alegria)	+ Nova	-
Nome (Esperança)	Adjetivo (Nova) + nome (Esperança) + numeral romano (II)	+ Nova	-
Nome (Lagoa) + Adj (Grande)	Adjetivo (Especial) + nome (Lagoa) + adj. (Grande)	+ Especial	-
Adj. (São) + nome (Roque)	Nome (Vitória) + prep. (de) + adj. (São) + nome (Roque)	+ Vitória +de	-
Nome (Lagoa) + prep. (do) + nome abreviado (Zé) + nome (Cajueiro)	Nome (Cajueiro)	-	- Lagoa - do - Zé
Nome (Santana) + prep. (do) + nome (Cruiri)	Nome (Cajueiro)	-	- Santana - do

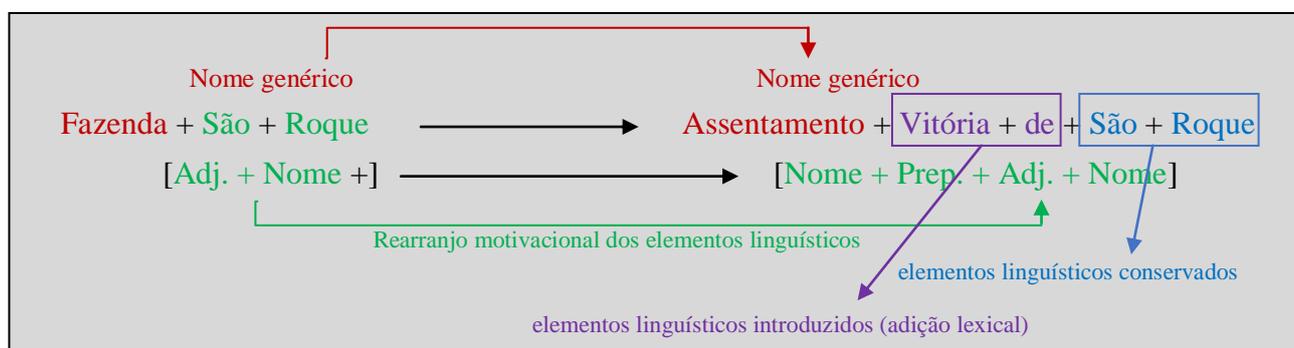
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Notemos também como, embora nem todos manifestem no léxico a ideia de *lugar novo*, em alguns casos isso fica evidente. São os casos dos acréscimos das palavras *Vitória e Especial*, mas que quando levado em consideração o contexto sócio-cultural, a ideia de novidade se mantém com o acréscimo desses termos.

Perceba, entretanto que nos casos omissos, é a própria subtração a forma de dizer que aquele é um lugar novo. Quanto aos assentamentos cujo léxico recebeu o acréscimo das palavras *Morro e Alto (da)*, essa adição expressa no léxico uma distinção local, pois são elementos presentes em assentamentos que originalmente se formaram em áreas específicas de uma determinada terra improdutivo.

Através do esquema de rearranjo lexical é possível visualizar o apagamento dos elementos ou a reestruturação através do acréscimo de novos elementos na desses topônimos. Vamos ilustrar com dois exemplos abaixo. Novamente, será necessário considerar o nome do espaço original e o nome do novo assentamento.

Figura 18 – Formação Lexical: Assentamento Vitória de São Roque



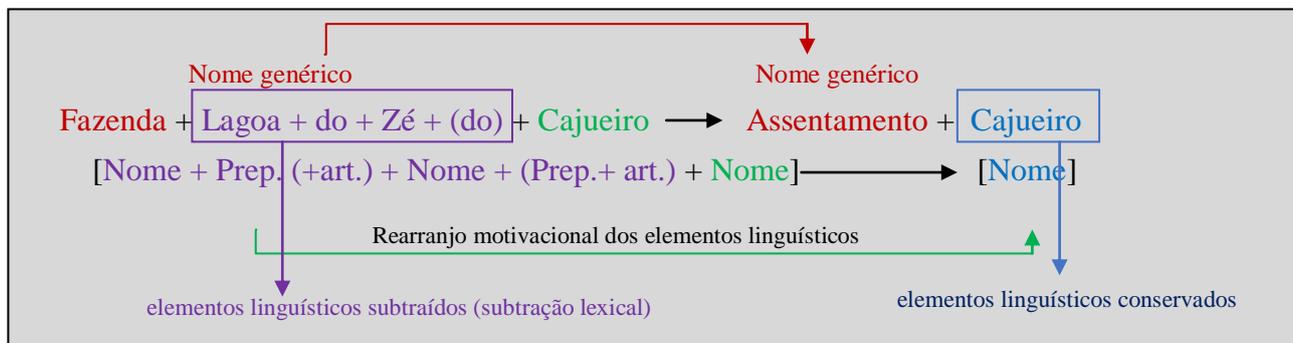
Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Na figura acima, a cor verde representa o rearranjo dos elementos linguísticos na lexical que transformou o nome da Fazenda São Roque no nome do Assentamento Vitória de São Roque. A cor vermelha marca a substituição de um nome genérico por outro, indicando a trans do espaço geográfico. A cor azul mostra os elementos linguísticos preservados do nome do imóvel improdutivo de origem. A cor roxa mostra os elementos introduzidos (adição lexical) na do nome do assentamento.

A mesma ocorrência é percebida em todos os nomes do quadro 28, sendo que alguns podem ser esquematizados conforme o modelo que mostra a formação lexical do nome do Assentamento Vitória de São Roque, onde há adição lexical; outros podem ser

esquemáticos conforme o esquema de lexical do nome do Assentamento cajueiro, como na figura 14 abaixo, onde há subtração lexical na do nome do lugar.

Figura 19 – Formação Lexical: Assentamento Cajueiro



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

4.1.1. Ancestralidade e topofilia (-fobia)

Pertencem ao Campo Motivacional Ancestralidade e Topofilia (-fobia) aqueles que preservam a denominação do nome do lugar tanto pela valorização da terra, em virtude desta ter sido muito importante na sobrevivência, como pelos laços culturais e étnicos criados entre a população deste lugar. Em Sergipe, no contexto da Reforma Agrária, fazem parte dessa classe de topônimos os assentamentos rurais formados em terras remanescentes quilombolas ou ocupado por seus descendentes. Esta não é uma categoria para encaixar as comunidades quilombolas, afinal, nem toda terra quilombola é reconhecida na forma de assentamento rural.

De acordo com o INCRA (2017, p. 4), “são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

Fazemos esse esclarecimento porque haverá assentamentos aqui exemplificados que fazem parte dos territórios quilombolas sergipanos, mas há territórios quilombolas em Sergipe que não entrarão na nossa lista. Isso se dá pelo fato de nem todo território quilombola ter sido formado e reconhecido na forma da lei por uma política de Reforma Agrária. Embora estejam

sob a jurisdição do INCRA, há outras formas de constituição legal desses espaços. Consideraremos aqui aqueles cuja forma de legalização foi a de assentamentos²².

Quadro 25 – Comunidades Remanescentes Quilombolas Reconhecidas Assentadas e Não Assentadas em Sergipe

Nome do Lugar	Comunidade Remanescente Quilombola Reconhecida e Não Assentada	Comunidade Remanescente Quilombola Reconhecida e Assentada
Lagoa dos Campinhos		x
Pontal do Crioulo		x
Mocambinho	x	
Maloca	x	
Massombro	x	
Pontal da Barra		x
Brejão dos Negros		x
Caraíbas		x
Cafumba	x	
Piranguí		x
Terra Dura e Coqueiral		x
Povoado Forte		x
Assungue	x	
Canta Galo	x	
Cassungue	x	
Curuanha	x	
Catuabo	x	
Moanoel Bernardes	x	
Maria Preta	x	

²²Há uma lacuna aqui que necessita olhares de estudiosos da toponímia: a ausência de pesquisas com foco no estudo dos nomes das comunidades quilombolas sergipanas. Acreditamos que para esta comunidade, o olhar da Toponímia Crítica poderá mostrar grande contribuição para a compreensão do modo de pensar e de agir – entre as quais a ação denominativa – dos membros desta comunidade.

Negro	x	
Bongue	x	
Desterro		x
Patioba		x
Ladeiras	x	
Matamba	x	
Campo do Crioulo	x	
Matembe	x	
Mussuca	x	
Quintale	x	
Cambaza	x	
Matumbo	x	
Alagamar		
Marimbondo		x
Serra da Guia		x
Zumbi		
Mocambo		x
Santo Antônio Canafístula	x	
Forras	x	
Quebra Chifre Povoado Bela Vista	x	
Bode e Butequim/Luziense	x	
Cajazeiras/Luziense	x	
Pedra d'Água/ Luziense	x	
Pedra Furada/ Luziense	x	
Povoados da Rua da Palha/Luziense	x	
Taboa/Luziense	x	
Quibonga	x	

Fonte: INCRA (2023).

Para esse povo, o lugar de da povoação deveria ser estratégico (de difícil localização, ou com visibilidade privilegiada de dentro para fora do espaço, entre outros), “geralmente estratégico, ocupando regiões de topografia acidentada (chapadas e serras) e/ou vales florestados e férteis com sistema de vigilância nas áreas mais altas.” (ANJOS, 2001, p. 141). Por isso, o lugar ainda é importante. Daí a manutenção de um nome anterior.

Diferenciam-se dos *etnotopônimos* por não somente sinalizar uma etnia – coisa que, aliás, pelo léxico nem sempre é possível visualizar –, mas simbolizar a valorização do lugar e dos laços culturais com o seu povo. Essa lógica denominativa e ideológica está presente em outros agrupamentos étnicos e culturais em nosso Estado, como as comunidades ciganas, outras comunidades de remanescentes quilombolas não assentadas e até mesmo na comunidade dos índios Xocós. Contudo, farão parte da nossa abordagem apenas aqueles que estão inscritos como assentamentos rurais de Reforma Agrária.

Classificamos estes topônimos dentro desse Campo Motivacional por haver uma ligação entre a comunidade, o ato denominativo e a terra em que estas comunidades se desenvolveram. Resolvemos criar uma classe própria porque, como veremos a seguir, a ligação da terra com os moradores desses lugares ultrapassa a linha da subsistência e entra na linha da ancestralidade.

É preciso, antes de tudo, recorrer um pouco no tempo para analisar alguns fatos históricos. Os quilombos se formaram no Brasil como comunidades de apoio e resistência para os escravos fugidos ou renegados da sociedade. Essa situação acabou por projetar na narrativa histórica brasileira uma conotação pejorativa. Findada a legalidade da escravidão no Brasil, em 1888, os quilombos vão se transformando em comunidades de remanescentes quilombolas. Isso, porque o fim da escravidão no Brasil não significou a integração da população afrodescendente na sociedade. Pelo contrário, a Lei da Terra²³ fazia com que cada vez mais a população mais pobre e mesmo os pequenos produtores não tivessem o direito à aquisição de terra. A população recém libertada não tinha como se manter, de onde retirar o seu sustento. Alguns irão migrar para os morros, originando as primeiras favelas; outros buscarão refúgios nos territórios remanescentes quilombolas.

²³ A Lei da Terra, de 1850, dividia o mundo rural brasileiro em Latifúndios, deixando de lado as pequenas propriedades. Por esta lei, a terra passa a ser, desde então, comprada e não mais concedida pelo Governo. Com isso, apenas quem tinha posses podia comprar terra no país.

Somente em 1988, conforme nos relatam Lacerda e Silva (2015), que a palavra quilombo irá ganhar uma nova concepção:

O termo quilombo passou a assumir um novo significado a partir da Constituição Federal de 1988 (art.68) (Brasil, 1988), quando a titulação dos territórios tradicionais foi reconhecida como dever do Estado e um direito coletivo inalienável da comunidades quilombolas no Brasil, estabelecendo no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal: Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (LACERDA; SILVA. p. 242).

Podemos perceber como a lacuna de cem anos entre o fim da escravidão e o reconhecimento da legalidade da posse da terra terá impacto na luta dessas comunidades em proporções diferentes daquelas defendidas pelos trabalhadores rurais sem terra. Estamos falando de comunidades que possuíam a terra, ainda que em lugares estratégicos, escondidos, mas que as tinham na condição de foras da lei. Temos uma distância temporal entre as duas formas de lutas e essa distância irá se refletir na relação destas comunidades com a terra. Enquanto para o MST a terra é a fonte da resistência, da sobrevivência, para os remanescentes quilombolas a terra é tudo isso e muito mais: “a terra, para essas comunidades, tem uma simbologia e representação muito mais significativa que envolve não apenas espaços físicos, mas território vivo que constrói uma identidade quilombola.” (LACERDA; SILVA, p. 242).

Por isso, esta classe de topônimos foi incluída entre dentro do Campo Motivacional da Ancestralidade e Topofilia, porque a relação com a terra aqui marca uma questão identitária e étnica, e lá, será uma questão de ideologia de luta, de bandeira de luta social.

Outra razão pela qual escolhemos classificar esse tipo de lugar com essa denominação é por acharmos que qualquer classificação da toponímia tradicional é insuficiente para nos fazer entender as motivações do batismo destes lugares. Citemos como exemplo o Assentamento Remanescente Quilombola Lagoa dos Campinhos. Ainda a toponímia tradicional possa classificá-lo como um hidrotópônimo – e não há nada de errado nisso – acreditamos que esta análise é incompleta. A região de Lagoa dos Campinhos acolheu a população de remanescentes quilombolas e com o tempo passou a ser sinônimo de um lugar de resistência e acolhimento. Se escolhermos, por exemplo, o elemento *lagoa* para tentar entender a denominação teremos apenas uma visão parcial da história desse povo. Provavelmente, o nome do lugar quando criado tenha levado em consideração a localização geografia da lagoa. Porém, ao adotar a denominação pela comunidade que ali passou a

habitar, nome, povo e lugar se misturam e a motivação inicial se perde, resultando em uma denominação que qualifica um lugar habitado por um povo específico.

Diferentemente dos outros topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Topofilia dos Assentamentos Rurais, os pertencentes a este subgrupo não surgiram em terras onde anteriormente havia (somente) uma terra improdutiva privada. No passado, a população afrodescendente desprovida de terra para o cultivo acabou se infiltrando em terrenos de difícil acesso a fim de criar uma resistência capaz de proporcionar-lhes a sobrevivência. Todavia, com a expansão da agricultura e da pecuária, as terras quilombolas passaram a ser invadidas e anexadas às terras de fazendas vizinhas. (SANTOS, 2016, p. 2).

Os problemas da comunidade começaram com a expansão da pecuária sobre as suas terras. Com o intuito de formar grandes pastagens, os fazendeiros fizeram compras questionáveis de grande parte do território em Caraíbas. Como resultado, a comunidade se viu sem terras para cultivar, sem poder criar o seu gado livremente, sem água de boa qualidade e em constantes confrontos com os vizinhos fazendeiros. (SANTOS, 2016, p. 2).

Na atualidade, as políticas agrárias acabaram por reconhecer a legalidade de pertencimento à terra por povos originários (embora isso não signifique que os conflitos cessaram) e muitas vezes reconhecem terras improdutivas que outrora fizera parte do território quilombola e as coloca dentro da política de Reforma Agrária. Há comunidades quilombolas sendo reconhecidas e recebendo o título de reconhecimento, e outras que se edificam na forma de projeto de assentamento de uma modalidade específica, mas que não exclui a concessão de reconhecimento através de título de reconhecimento. Por isso, quando terras improdutivas são incorporadas aos territórios quilombolas o ato denominativo reflete uma ação de nomeação desse novo lugar fazendo referência à terra ou ao grupo da fixação original daquela comunidade, fazendo desaparecer o nome das fazendas. Exemplo disso são as terras das fazendas *Calembe*, *Serraria* e *Sítio Amparo*, localizadas no município de Amparo do São Francisco. Essas terras foram anexadas às terras do Assentamento de Remanescente Quilombola Lagoa dos Campinhos, cujo nome paralelo é Pontal dos Crioulos. Veja no quadro abaixo a trajetória de legalização desse espaço:

Quadro 26 – Trajetória de Legalização da RTRQ TQ Lagoa dos Campinhos

Ano	Conquista da população
2004	Reconhecido pela Fundação Cultural Palmares como Remanescente Quilombola
2005	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da terra publicado pelo Incra.
2018	Portaria de Reconhecimento do Assentamento de Remanescente Quilombola
2022	Incorporação das terras das antigas fazendas Calembé, Serraria e Sítio Amparo.

Fonte: Comissão Pró-índio de São Paulo (2022) INCRA (2022)

Neste caso, o reconhecimento como território remanescente quilombola ocorreu antes da criação do projeto de assentamento na modalidade RTRQ TQ. A incorporação das fazendas ao território em nada muda a denominação do lugar e também não há o surgimento de novas localidades. O nome Lagoa dos Campinhos absorve os nomes das antigas fazendas mencionadas. Observe que processo semelhante ocorre com o Assentamento RTRQ TQ Serra da Guia, localizado em Poço Redondo, e no Assentamento Remanescente Quilombola Brejão dos Negros, em Brejo Grande:

Quadro 27 - Trajetória de Legalização da RTRQ TQ Serra da Guia

Ano	Conquista da população
2005	Reconhecido pela Fundação Cultural Palmares como Remanescente Quilombola
2010	Portaria de Reconhecimento do Assentamento de Remanescente Quilombola
2012	Portaria de desapropriação das terras do Assentamento de Remanescente Quilombola para fins de Reforma Agrária.
2015	Emissão de Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo pelo INCRA.
2022	Incorporação das terras da antiga fazenda Angélica I.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Comissão Pró-índio de São Paulo, 2022; e do INCRA, 2022

Quadro 28 - Trajetória de Legalização da RTRQ TQ Brejão dos Negros

Ano	Conquista da população
2005	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da terra publicado pelo Inca.
2015	Reconhecido pela Fundação Cultural Palmares como Remanescente Quilombola
2018	Portaria de Reconhecimento do Assentamento de Remanescente Quilombola
2022	Incorporação das terras da Ilha da Criminosa.

Fonte: Comissão Pró-índio de São Paulo, 2022; INCRA, 2022

No uso do léxico denominativo ocorre um fenômeno diferente dos demais topônimos do Campo Motivacional da Topofilia. Enquanto lá, normalmente a Sigla PA ou PE acabam sendo substituídas na fala e nos suportes indicativos de lugar pela expressão Assentamento, os topônimos do Campo Motivacional da Topofilia e têm a sigla inicial, indicada na categorização oficial do INCRA, ora substituída pelo termo Assentamento, ora é substituída pelos termos comunidade ou comunidade quilombola ou ainda pela supressão de um elemento indicativo.

Figura 20 – Centro comunitário de RTRQ TQ Brejão dos Negros, em Brejo Grande – Sergipe



Fonte: disponível em: <https://bityli.com/Hf1wMS>. Acesso em 16 de março de 2013.

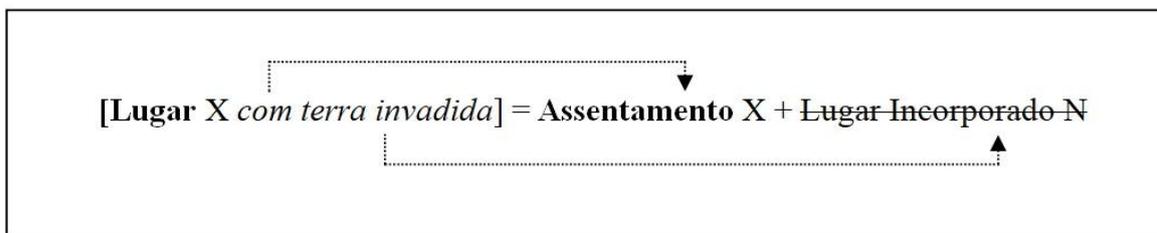
Figura 21 – Fachada com Localização do RTRQ TQ Lagoa dos Campinhos/Pontal dos Crioulos



Fonte: Disponível em: <https://bityli.com/g3lACM>. Acesso em 16 de março de 2023.

Podemos ilustrar a lexicogênese dos nomes dos topônimos pertencentes ao campo Motivacional da Topofilia e através do esquema abaixo:

Figura 22 – Transposição do Nome Específico do Assentamento da Modalidade RTRQ TQ



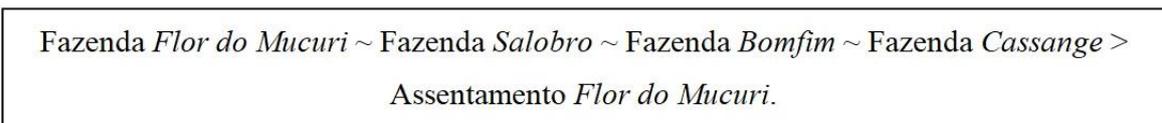
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Neste esquema, um Lugar ocupado X no passado (tendo terras invadidas por fazendeiros posteriormente) forma um Assentamento X que incorpora as terras invadidas anteriormente, por força de lei. O nome criado para a comunidade de remanescente quilombola é preservado após a legalização do lugar, e terras que venham a fazer parte por determinação legal do assentamento, mesmo que já tenham pertencido outrora ao lugar, são incorporadas.

Esse fenômeno, no qual, terras de diferentes nomes formam um Assentamento, e um deles serve de base para a nomeação do todo pode ser compreendido de forma ilustrativa a

partir do caso do *Assentamento Flor do Mucuri*, que iremos mostrar a seguir. Havia o nome de quatro fazendas que poderiam ter dado nome ao Assentamento Flor do Mucuri, mas apenas um deles prevaleceu. Esse nome dominante concentrava o centro das ocupações de acampamentos e tal é a razão para sua dominância frente aos demais. Podemos ilustrar o caso com o esquema abaixo:

Figura 23 – Fenômeno de Formação Lexical



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Durante a história de resistência da população desses lugares, como vimos, muitas vezes operou-se a compra duvidosa de terras pertencentes aos quilombolas. Essas terras eram anexadas à terras de fazendas que com o tempo e com a improdutividade acabaram sendo conduzidas por processo de Reforma Agrária e uma vez reconhecida que originalmente pertenciam a estes lugares, a absorção é feita na forma da lei. Este é o caso em que no ato da denominação do lugar não havia nomes concorrendo, a concorrência é posterior. Essas terras improdutivas incorporadas não formam nova comunidade ou assentamento e passam a fazer parte de outro assentamento já existente. Mas há os casos em que no ato do reconhecimento da terra quilombola, terras improdutivas são englobadas e concorrem entre si, pesando no ato denominativo o nome pelo qual o lugar já era conhecido.

Abaixo, listamos os topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Ancestralidade e Topofilia localizados no Estado de Sergipe:

Quadro 29 – Assentamentos Rurais em Sergipe: Topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Ancestralidade e Topofilia (-fobia)

Nome do Lugar de Origem	Nome do Assentamento Remanescente Quilombola	Nome Paralelo do Ass. Remanescente Quilombola
Região conhecida como Caraíbas	RTRQ TQ Caraíbas	-

Território da Lagoa dos Campinhos	RTRQ TQ Lagoa dos Campinhos	Assentamento Pontal dos Crioulos ²⁴
Povoado Brejão/Brejão dos Negros	RTRQ TQ Brejão dos Negros I Brejo Grande	-
Povoado Brejão/Brejão dos Negros	RTRQ TQ Brejão dos Negros II Resina	-
Povoado Brejão/Brejão dos Negros	RTRQ TQ Brejão dos Negros III Santa Cruz	-
Povoado Brejão/Brejão dos Negros	RTRQ TQ Brejão dos Negros IV Carapatinga	-
Região da Serra da Guia	RTQ TQ Serra da Guia	-
Fazendas Araticum, Mocambo, Jaciobá e Floresta	RTRQ TQ Mocambo	-
Povoado Forte	TQ Forte	Comunidade Povoado Forte
Povoado Mocambo	RTRQ TQ Mocambo de Aquidabã	-
Fazenda Piranguí	RTRQ TQ Piranguí	-
Povoados Terra Dura e Coqueiral	RTRQ TQ Terra Dura e Coqueiral	-
Povoado Patioba	RTRQ TQ Patioba	-
Bairro do Porto da Areia	RTRQ TQ Porto da Areia	Quilombo Bairro Porto d'Areia
Região de Pontal da Barra	RTRQ TQ Pontal da Barra	-
Região da Lagoa do Junco	RTRQ TQ Lagoa do Junco	-
Povoado Forras	RTRQ TQ Forras	-

²⁴Este nome paralelo não se trata de um nome popular, mas o nome oficial segundo a regularização de reconhecimento feito pela Fundação Palmares para esta localidade. O nome Pontal dos Crioulos é uma combinação do nome de dois povoados em cujas terras estão circunscritas as delimitações do assentamento.

Lugar ao redor da Antiga Capela de N. Sra. do Desterro	RTRQ TQ Desterro	-
--	------------------	---

Fonte: elaborado pelo autor, com base em INCRA,2022

Esses dados do quadro podem ainda ser visualizados de forma panorâmica através da técnica de cartografiação, na qual informações codificadas são impressas na forma de carta lexical, conforme se verá a seguir. A cartografiação desses dados nos dá a distribuição espacial desses topônimos no espaço sergipano, conforme pode ser visto na carta lexicográfica 03 do Apêndices.

Do ponto de vista lexical, a denominação desses espaços nos reserva algumas observações. Segundo Almeida (2005, p. 21), “a Portaria n.06 de 1º de março de 2004 da Fundação Cultural Palmares, que instituiu o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da FCP nomeando-as de ‘terras de preto’, ‘mocambos’, ‘comunidades negras’ e ‘quilombos’.” O autor ressalta que tal diversidade na forma de classificação desses espaços resulta da luta pela territorialização e da evidente força que tem mostrado o Movimento Quilombola nos últimos anos. Para ele, “Os locativos em torno do termo ‘preto’ parecem ganhar uma importância afirmativa, num momento em que o próprio termo denota uma maior força de expressão étnica refletida inclusive nos resultados do censo demográfico.” (ALMEIDA, 2005, p. 21-22). Por isso, nos será útil extrair da análise desses nomes, aqueles que fazem referência à cultura afrodescendente, pois neste léxico está inscrito a forma de atuação da afirmação étnica dessa população. Por isso, a apresentação da análise dos topônimos desse subgrupo a seguir se dará em dois quadros, o primeiro evidenciando a sequência morfológica de criação de cada nome, e a segunda mostrando o significado dos termos principais e sua ligação com a cultura originária, seja dos índios ou dos afrodescendentes.

Morfologicamente, esta modalidade de assentamento rural é marcada pela presença da sigla RTRQ TQ ou TQ, e podemos compreender deles a seguinte estrutura toponímica: Sigla RTRQ ou TQ + nome específico. O nome específico se mostra bem diverso, entre nomes simples e compostos; e variável com as seguintes estruturas:

- Sigla (RTRQ TQ) + nome;
- Sigla (RTRQ TQ) + nome + prep. + nome + sufixo;

- Sigla (RTRQ TQ) + nome + sufixo + prep. + nome + numeral + nome + adjetivo;
- Sigla (RTRQ TQ) + nome + sufixo + prep. + nome + numeral + nome;
- Sigla (RTRQ TQ) + nome + sufixo + prep. + nome + numeral + adj. + nome;
- Sigla (RTRQ TQ) + nome + prep. + nome.
- Sigla (RTRQ TQ) + nome + adj. + conj. + nome + sufixo.

A diversidade dessa realidade morfológica pode ser visualizada no quadro abaixo:

Quadro 30 – Lexicogênese dos Topônimos dos Assentamentos Remanescentes Quilombolas em Sergipe Pertencentes ao Campo Motivacional da Ancestralidade e Topofilia (-fobia): Aspectos Morfológicos

Nome do Assentamento Remanescente Quilombola	Estrutura Morfológica dos Nomes	Estrutura Nominal (Desconsiderando a Sigla)
RTRQ TQ Carabças	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Carabças)	Simple
RTRQ TQ Lagoa dos Campinhos	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Lagoa) + prep. (dos) + Nome (Campos) + sufixo (-inho)	Composto
RTRQ TQ Brejão dos Negros I Brejo Grande	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Brejo) + sufixo (-ão) + prep. (dos) + Nome (Negros) + numeral (I) + nome (Brejo) + Adj. (Grande)	Composto
RTRQ TQ Brejão dos Negros II Resina	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Brejo) + sufixo (-ão) + prep. (dos) + Nome (Negros) + numeral (II) + nome (Resina)	Composto
RTRQ TQ Brejão dos Negros III Santa Cruz	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Brejo) + sufixo (-ão) + prep. (dos) + Nome (Negros) + numeral (III) + Adj. (Santa) + Nome (Cruz)	Composto
RTRQ TQ Brejão dos Negros IV Carapatinga	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Brejo) + sufixo (-ão) + prep. (dos) + Nome (Negros) + numeral (IV) + nome (Carapatinga)	Composto
RTQ TQ Serra da Guia	Sigla (RTRQ TQ) + Nome (Serra) + prep. (da) + nome (Guia)	Composto
RTRQ TQ Mocambo	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Mocambo)	Simple
TQ Forte	Sigla (TQ) + nome (Forte)	Simple
RTRQ TQ Mocambo de Aquidabã	Sigla (RTRQ TQ) + Nome (Mocambo) + prep. (de) + nome (Aquidabã)	Composto
RTRQ TQ Piranguí	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Piranguí)	Simple

RTRQ TQ Terra Dura e Coqueiral	Sigla (RTRQ TQ) + Nome (Terra) + Adj. (Dura) + conj. (e) + Nome (Coqueiro) + sufixo (-al)	Composto
RTRQ TQ Patioba	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Patioba)	Simple
RTRQ TQ Porto da Areia	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Porto) + prep. (da) + nome (Areia)	Composto
RTRQ TQ Pontal da Barra	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Pontal) + prep. (da) + nome (Barra)	Composto
RTRQ TQ Lagoa do Junco	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Lagoa) + prep. (do) + nome (Junco)	Composto
RTRQ TQ Forras	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Forras)	Simple
RTRQ TQ Desterro	Sigla (RTRQ TQ) + nome (Desterro)	Simple

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Do ponto de vista semântico (significado de palavras-chaves) e ideológico (narrativa de pertencimento das comunidades quilombolas), é perceptível nesses nomes alguma palavra com relação direta com a marcação identitária desse grupo, sempre na correlação entre nome que marca o lugar e/ou nome que marca a cultura, como em *terra de preto*, no qual *terra* marca o lugar de resistência e *de preto* marca a identidade afrodescendente construída. Estes aspectos lexicais observáveis são descritos no quadro abaixo:

Quadro 31 – Semântica de palavras-chaves dos Topônimos Pertencentes ao Campo Motivacional da Ancestralidade e Topofilia (-fobia) nos Assentamentos Remanescentes Quilombolas em Sergipe

Nome do Assentamento Remanescente Quilombola	Informações Enciclopédicas	Considerações sobre a Relação semântica
--	----------------------------	---

<p>RTRQ TQ Caraíbas</p>	<p>“A comunidade quilombola se formou a partir da chegada da família Piloto à região de Caraíbas. Lá encontrou uma cobertura de mata apropriada para o refúgio, solo adequado para o cultivo e liberdade para produzir a sua alimentação. Depois de estabelecidos, os Pilotos acolheram no seu território a família Sertão, vinda de Pernambuco. As uniões conjugais entre as famílias Piloto e Sertão formaram ‘a raiz velha’ da comunidade de Caraíbas, que hoje soma cerca de 140 famílias.” (SANTOS, 2016, p.1-2).</p> <p>Algumas acepções para Caraíba(s):</p> <p>1. <i>Caraíbas</i> - etnônimo masculino que se aplica ao povo indígena das Antilhas e topônimo feminino nas designações ilhas Caraíbas e mar das Caraíbas. (GONÇALVES, 1966)</p> <p>2. <i>Caraíbas</i> - palavra utilizada pelos Caraíbas para designar os invasores espanhóis, pois significando <i>estrangeiro</i>. (MACHADO, 2003).</p> <p>3. <i>Caraíbas</i> – palavra de origem tupi (<i>karáywa</i>) significando <i>européu, pessoa de respeito, santo</i>.</p> <p>4. <i>Caraíba</i> – palavra do tupi antigo que significa <i>homem valente, corajoso, herói</i>. (CUNHA, 1982).</p> <p>5. <i>Caraíba</i> – pode ser o nome dado ao grande cacique tupinambá da região sergipana. (SANTOS, 2016).</p>	<p>A denominação Caraíba para a região é anterior à ocupação deste espaço pelos quilombolas. Acreditamos que entre as acepções apresentadas, as que mais se encaixam com a provável motivação para o nome original desse lugar sejam as 4 e 5. É possível que a significação apontada na acepção 4 tenha sido absorvida pela comunidade quilombola ocupante posterior do espaço, pois nela está contida a ideia de heroísmo para o povo que procurava refúgio em uma região quilombola.</p> <p>“Um alvará de 1704 atesta a antiguidade da ocupação marginal do sertão sergipano. O documento determinava ‘extinguir os mocambos, aprisionar os negros e reduzir os índios Macaz, Cucuriás, e Caboclos’ da região.” (SANTOS, 2016, p. 3) Esta citação comprova a relação existente e o contato entre indígenas e afrodescendentes quilombolas que viviam em situação semelhante no século XVIII, em Sergipe.</p>
-------------------------	--	---

<p>RTRQ TQ Lagoa dos Campinhos</p>	<p>“Boa parte das terras apropriadas por estes fazendeiros são terras públicas da União que sempre serviram como base das atividades de subsistência dessa e de outras comunidades.” (MAPA DE CONFLITOS, 2023, p.1).</p> <p>“A provável do Quilombo Pontal dos Crioulos ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, com a fuga da escrava Carlota, proveniente de um dos cativeiros no município sergipano de Porta da Folha. A comunidade Pontal dos Crioulos é formada pelos povoados de Crioulo, Pontal, Serraria e Lagoa Seca.” (GOVERNO DE SERGIPE, 2023, p.1).</p> <p>“As jurisprudências selecionadas seguem com grifos nossos destacando posicionamentos que firmam a salvaguarda dos direitos fundamentais das comunidades quilombolas. Justiça Federal – Sergipe. Ação Ordinária nº 2008.85.00.001626-6. Autor: José João Nascimento Lima. Réu: Incra. Data da sentença: 14/05/11. Pedido: a) suspensão do procedimento administrativo nº. 54370.000520/2004-75, instaurado pela autarquia agrária, com a finalidade de identificar e delimitar terras dos remanescentes da Comunidade Quilombola Lagoa dos Campinhos, em cujo bojo de reconhecimento suas propriedades – ‘Fazenda Viúva’ e ‘Fazenda Serraria’ estão englobadas, conforme Relatório Técnico constante dos autos. (FREITAS, 2018, p. 6).</p>	<p>O nome original do espaço levou em consideração elementos do ambiente físico – o campo e a lagoa. Este nome permaneceu na denominação oficial do assentamento remanescente quilombola e se sobrepôs a outros nomes de espaços localizados na mesma região e que vieram a ser reconhecidos como pertencentes ao território: as fazendas Viúva e Serraria.</p> <p>O nome paralelo Pontal dos Crioulos também é antigo e concorre em paralelo desde as origens do lugar, servindo de denominativo para dois povoados localizados na região. A denominação segue a fórmula toponímica muito comum no desígnio desse tipo de comunidade: étimo relativo à terra (Pontal) + étimo relativo aos negros (dos Crioulos).</p>
------------------------------------	---	--

<p>RTRQ TQ Brejão dos Negros I Brejo Grande</p>	<p>“Segundo alguns moradores mais antigos, o povoado sempre foi conhecido como Brejão dos Negros. E a explicação para essa referência era a ideia de que na localidade só moravam pessoas negras” (BOMFIM, 2017, p. 111).</p>	<p>Acreditamos que é uma junção entre os dois termos, significando o lugar onde foi possível semear a terra para sobreviver. Na atualidade, a renomeação do lugar para <i>Brejão</i> emula as ações de preconceito racial vivenciada pela população, ao passo que marca uma tentativa de esquecimento desse passado sofrido. (BOMFIM, 2017, p. 111).</p> <p>Acreditamos que a motivação venha do lugar de resistência, o pouco usual brejo no qual se concentraram os negros para morar, uma vez que o nome é recuperado do locativo Brejão (povoado) + o genitivo identitário (dos negros). Novamente, a fórmula toponímica de identificação desses lugares se mostra verdadeira: étimo relativo à terra (Brejão ou terras do Brejão) + étimo relativo aos negros (dos Negros).</p> <p>O nome específico Brejo Grande se refere ao locativo distintivo entre os demais assentamentos de mesmo nome.</p>
<p>RTRQ TQ Brejão dos Negros II Resina</p>	<p><i>Resina</i> – do latim <i>resina</i>, goma, substância grumosa de certas árvores. (BUENO, 2010).</p>	<p>O nome específico Resina se refere ao locativo distintivo: povoado Resina.</p>
<p>RTRQ TQ Brejão dos Negros III Santa Cruz</p>	<p><i>Santa</i> – do latim <i>sanctus</i>, tornado inviolável, santo. (BUENO, 2010).</p> <p><i>Cruz</i> – do latim <i>crux</i>, <i>crucis</i>, instrumento de sofrimento e martírio; símbolo do Cristianismo. (BUENO, 2010).</p>	<p>O nome Santa Cruz se refere ao locativo distintivo: povoado Santa Cruz, que por sua vez foi motivado pela existência de antigo engenho homônimo. Não restando no novo nome (para o assentamento)</p>

		qualquer relação religiosa que possa ter existido inicialmente.
RTRQ TQ Brejão dos Negros IV Carapatinga	<i>Carapatinga</i> – do tupi <i>akara-pytánga</i> , significando peixe de nadadeiras vermelhadas. (MICHAELIS, 2023).	O nome específico Carapatinga se refere ao locativo distintivo: povoado Carapatinga, não restando qualquer ligação na motivação do nome do assentamento com uma provável motivação inicial para o nome do lugar (alusão ao peixe).
RTQ TQ Serra da Guia	<p>“A Serra da Guia, que dá nome à comunidade, faz parte do complexo da Serra Negra, cadeia de morros situada na divisa entre os estados de Sergipe e Bahia.” (GONÇALVES, 2016).</p> <p>“Quem é do Quilombo Serra da Guia reconhece que seu nome faz referência ao passado de resistência à escravidão. A Serra é chamada “da Guia” porque foi usada pelos escravizados como marcação de uma rota de fuga. “Da Guia” também serve para identificar o grupo, adjetivando os nomes dos moradores ou daqueles originários do Quilombo, como no caso de D. Zefa da Guia.” (GONÇALVES, 2016).</p>	O nome geral para o lugar era Serra Negra, tendo uma parte dele sendo denominado de Serra da Guia em virtude da ação quilombola. Como a expressão “da Guia” é um indicativo de identificação do grupo quilombola, percebemos aqui a fórmula toponímica comum a estes lugares: étimo relativo à terra (terras da Serra) + étimo relativo aos negros (moradores da Guia). Esse genitivo é muito comum em comunidades antigas como diferenciador entre pessoas homônimas.

RTRQ TQ Mocambo

“O local era reconhecido, inclusive em documentos oficiais, como uma “terra de refúgio”, onde escravizados fugidos, negros livres e libertos, pardos e grupos indígenas procuravam estabelecer uma vida livre e autônoma. A história do nome da comunidade é composta por uma sucessão de alusões ao termo de origem quimbundo, *mukambu*, usado no Brasil para denominar povoações de negros fugidos. A primeira alusão concerne propriamente aos grupos de negros que ocuparam a região nos séculos 17 e 18. Em referência a esses grupos, o nome foi dado a um riacho: Mocambo. Mais tarde, o nome foi dado à primeira fazenda de gado instalada na área, a Fazenda Mocambo. O povoado que permaneceu dentro da Fazenda Mocambo passou a ser especificamente conhecido como Mocambo. Já no século 20, o nome Mocambo passou a se referir a uma comunidade quilombola mais extensa, reunindo moradores de outros povoados.” (CARVALHO, 2016. p.2-3)

“A história do Quilombo de Mocambo é extraordinariamente rica e importante porque demonstra a solidariedade entre os negros e os indígenas Xocó na luta pela terra e por seus direitos.” (CARVALHO, 2016. p.2) Este fragmento corrobora a postulação da ligação entre indígenas e negros no passado de resistência.

Em terra de refúgio temos novamente a formulação toponímica, embora de forma paralela, onde temos o étimo relativo à terra (terra, o lugar) + étimo relativo aos negros (de refúgio[dos negros]. Na oficialização, a escolha deveu-se à habitação comum aos quilombolas, que inicialmente batiza o rio principal, posteriormente uma fazenda e permanece com a mesma designação após a do assentamento remanescente quilombola.

<p>TQ Forte</p>	<p>“A comunidade é formada por cerca de 80 famílias que se dividem em dois grupos locais conhecidos como Forte e Coité. Todos fazem questão de ressaltar que, mesmo que existam hoje essas duas localidades, trata-se de um quilombo só. Nos tempos antigos, todos os habitantes do quilombo moravam em Coité e a localidade de Forte seria mais recente.”</p> <p>(CAMPOS, 2016, p.1)</p> <p>“Todos os moradores de Forte narram a história de da comunidade a partir da fusão de um grupo de indígenas migrantes – vindos de Palmeira dos Índios, no estado de Alagoas – com o núcleo familiar de negros que já vivia na região do povoado Forte.” (CAMPOS, 2016, p.3)</p>	<p>Percebemos que o nome da comunidade provém do nome de um dos dois povos tradicionais da região: os Forte, sendo inicialmente usado para designar a comunidade formada. posteriormente o povoado (assim como o Coité) e mais recentemente passou de denominar o assentamento remanescente quilombola.</p>
<p>RTRQ TQ Mocambo de Aquidabã</p>	<p>“Desde o século XVII, a região do Morgado de Porto da Folha, principalmente as matas fechadas da Serra Negra, serviu como esconderijo para os fugidos da escravidão. Registros históricos indicam que a posse da terra na região era disputada por colonos, indígenas, negros libertos e fugidos. As fontes históricas indicam também que desde o século XVII existiam vários mocambos – como também eram chamados os quilombos – na região do Sertão de Poço Redondo. Marca dessa presença é a denominação de três localidades no interior de Sergipe com o nome de Mocambo: uma no município de Aquidabã, outra em Porto da Folha e outra em Frei Paulo.” (FRIZERO, 2016, p.2)</p>	<p>As razões para a denominação original da comunidade são as mesmas já apontadas no RTRQ TQ Mocambo – a existência de mocambos que deram origem e empréstimo para o nome do lugar. A permanência do nome quando do surgimento do assentamento remanescente quilombola se deu pela valorização cultural do termo. O distintivo <i>de Aquidabã</i> é apenas um termo locativo.</p>

RTRQ TQ Pirangui

“No começo da década de 1990, algumas famílias afrodescendentes se uniram para formar uma Associação Agrícola e lutar por uma terra onde pudessem realizar sua vocação. A escassez de terras para o plantio de subsistência era um problema que compartilhavam ao longo de sua história. A memória da escravidão motivou a mudança da Associação Agrícola para Comunidade Quilombola Pirangi, por meio da qual refizeram a sua luta, agora uma demanda por um território quilombola. Uma das fazendas históricas do município, a Fazenda Pirangi, teve um percurso particular que possibilitou a comunidade a dar início ao seu pleito. Abandonada por muitos anos, passou ao domínio público e, nesse contexto fundiário mais favorável à concessão de terras, os moradores puderam ver a sua reivindicação encaminhada. Ao invés de demandar lotes individuais nos moldes de uma reforma agrária tradicional, os quilombolas preferiram requerer a titulação coletiva como território quilombola, adequando o perímetro para garantir a sobrevivência das famílias.” (FRIZERO, 2016, p. 2).

“A maioria das atuais famílias do Quilombo de Pirangi descende de escravizados de dois antigos engenhos de Capela, localizados próximos um ao outro: o Engenho Saco da Lagoa (parte do qual passou a se chamar Fazenda Pirangi) e o Engenho Saco do Rio (que passou a se chamar Fazenda Palmeira). Nessas atuais fazendas ainda é possível ver as ruínas das senzalas usadas na época da escravidão. Conta-se que nas terras do antigo Engenho Saco do Rio existia um rancho de quilombolas conhecido como ‘os negros de

Não há nada em Pirangui que justifique sua inclusão entre os resistereotopônimos se olharmos apenas para o étimo do lugar, pois o nome vem da fazenda de origem. Este topônimo poderia ser incluído facilmente entre os cultotopônimos – e não há problema em se fazer isso. Porém, preferimos colocá-lo aqui em virtude de uma particularidade desse tipo de topônimo relativo aos assentamentos rurais: o termo simplificado *RTRQ TQ*. Diferentemente dos cultotopônimos, os assentamentos remanescentes quilombolas possuem em sua sigla inicial um elemento distintivo, capaz de por si só já a sua filiação à classe dos resistereotopônimos. Notemos como a constituição do núcleo de reivindicação com o qual foi possível iniciar a luta teve o tipo de organização fundada motivada pela memória e conscientização das origens étnicas de seu povo. Esta memória pode ser compreendida na permanência do nome do lugar histórico onde viveram seus antepassados: engenho Saco da Lagoa > fazenda Pinagui> RTRQ TQ Pirangui.

Rufino'." (FRIZERO, 2016, p. 2).

<p>RTRQ TQ Terra Dura e Coqueiral</p>	<p>O município de Capela é formado por fazendas, originárias de engenhos coloniais, usinas de açúcar, também sucessoras dos antigos engenhos, e mais de 40 povoados, formados a partir do processo de perambulação dos trabalhadores sem terra. Vários povoados são reconhecidos por sua negra, como Cantinhos, Barracas, Igrejinha, Cantagalo, Tamanduá, Pedras, Cuminho e Terra Dura. (FRIZERO, 2016, p. 6).</p> <p>“A existência do território do Quilombo Terra Dura e Coqueiral remonta ao século XIX, quando os ex-escravos que trabalhavam na fazenda Coqueiral, passaram a ocupar as terras que beiravam a fazenda” (SANTOS, 2020, p.125)</p> <p>“Essas terras eram conhecidas por serem ‘ruins’, ‘duras’ não prosperam para o plantio decorrente da pouca disponibilidade de acesso à água. O termo: <i>pedra mole, pedra dura, tanto bate até que fura</i>, denomina as características fisiográficas do território da Terra Dura e Coqueiral. (SANTOS, 2020, p.127-128)</p>	<p>Notemos como os nomes Terra Dura e Coqueiral estão ligados a antigas fazendas coloniais de mesmo nome e como há motivação de natureza física motivando a nomeação original dos espaços. Contudo, ao herdar o nome das antigas fazendas, a motivação passa a ser a história de resistência dessa comunidade.</p>
<p>RTRQ TQ Patioba</p>	<p>“Patioba era um refúgio de escravos onde existiam engenhos. Hoje em dia não tem mais nenhum indício de engenhos, o nome Patioba é de origem indígena que significa ‘serpente peçonhenta’, a comunidade é formada de aproximadamente 800 pessoas.” (SANTANA, 2014, p.104)</p> <p>“Convém afirmar que essas comunidades tiveram grande influência de seu principal ancestral Zumbi dos Palmares na luta pela liberdade e pela assunção da identidade cultural.” (SANTANA, 2014, p.105)</p>	<p>Notemos como o nome Patioba, de origem indígena, deu origem a um lugar de refúgio de negros, posteriormente o nome é dado ao povoado no qual se fundou a comunidade. A motivação inicial pode ter sido denotativa, se referindo a algum animal ou conotativa se referindo ao “temperamento” dos negros refugiados. Contudo, ao passar para a comunidade de assentados, a motivação é a evocação da luta de resistência que o</p>

		<p>nome traz a motivação para a manutenção dos mesmos.</p>
<p>RTRQ TQ Porto da Areia</p>	<p>“A comunidade do Bairro porto D’Areia, em 2011, passou por um profundo estudo das suas origens e descobriu-se que possui remanescentes de quilombos. (...) O processo de luta para o reconhecimento como comunidade quilombola começou dia 20 de novembro de 2011, por ocasião da data alusiva ao Dia Nacional da Consciência Negra e contou com o apoio do Movimento Quilombola de Sergipe.” (MAXIMO, 2023, p.1)</p> <p>“No bairro Porto d’Areia, os saberes tradicionais são passados de geração para geração. As histórias contadas, bem como as narrativas que trazem as restrições impostas pelos mais velhos, foram também repassadas para outros, sendo assim algumas delas também nos foram passadas. (...) dentre as memórias, aquelas relacionadas ao Trapiche Antigo como sendo uma das referências daquele bairro.” (CHARLOT, 2021, p.6)</p>	<p>Embora a memória da condição de remanescente quilombola seja recente, o nome do lugar, que outrora deu nome a um engenho trapiche passou para o bairro e para a comunidade e mesmo sem a conscientização da população atual do significado do termo “comunidade remanescente quilombola”, a manutenção do nome se deu ao fato de este lugar ter sido no passado um lugar de resistência, embora a população atual até pouco tempo não tenham tido essa noção, a redescoberta do lugar tem mostrado isso.</p>

<p>RTRQ TQ Pontal da Barra</p>	<p>“Conforme o relato dos moradores mais velhos de Pontal da Barra, a origem da comunidade remonta ao antigo povoado de Porto Grande e a processos migratórios de núcleos familiares desfavorecidos e marginalizados. (...) De acordo com os quilombolas, o fundador da comunidade foi o sr. Piroca, que construiu sua moradia em Pirambu, onde desenvolveu atividade pesqueira e extrativista. Segundo contam, o sr. Piroca também era de Porto Grande e, apesar de ter sido um sujeito ‘fechado’ e ‘sisudo’, era muito generoso e ajudou muita gente a se estabelecer no quilombo. (SILVA, 2016, p.2)</p> <p>“Segundo os moradores de Pontal da Barra, o principal motivo que levou e até hoje leva as pessoas a se mudar para a comunidade são os recursos naturais do lugar, suficientes para o digno sustento das famílias.” (SILVA, 2016, p. 2)</p> <p>“Mais tarde, em meados do século 20, com o declínio econômico de Porto Grande, as camadas mais pobres da população local tiveram de se mudar em busca de condições mais favoráveis de vida. Entre essas pessoas, estavam o sr. Piroca e os primeiros moradores do Quilombo de Pontal da Barra. Ao longo das décadas seguintes, muitas outras pessoas foram acolhidas pelo sr. Piroca no território de Pontal da Barra, o que resultou no crescimento da comunidade quilombola, constituída em grande parte por descendentes de ex-escravizados.” (SILVA, 2016, p.5)</p>	<p>Notemos como embora a motivação inicial para o nome do lugar – Pontal da Barra – tenha índole de natureza física (Pontal + Barra), a da comunidade se deu por um contexto de luta pela sobrevivência, como por exemplo, quando relata (SILVA 2016, p. 7) que “a chegada de Dona Rosa à comunidade de Pontal da Barra está diretamente relacionada à luta pela sobrevivência.”. Daí, retiramos a postulação de que a manutenção do nome para o assentamento quilombola é motivada pela história de resistência experimentada pela comunidade.</p>
<p>RTRQ TQ Lagoa do Junco</p>	<p>O nome do assentamento vem da região ocupada pela população para fugir da escravidão – a região da Lagoa do Junco.</p>	<p>A manutenção do nome do lugar original para a comunidade ali formada se dá pela ligação existente entre os membros da comunidade e a</p>

		luta pela sobrevivência.
RTRQ TQ Forras	O nome do assentamento vem do nome do povoado homônimo. Porém, a origem da palavra nos dá a indicação do caminho de luta de resistência trilhado pela comunidade que originou o lugar: forra: livre, liberta, sem obrigações, do árabe <i>hurr</i> , significando livre, nascido de pais livres.	O étimo <i>forras</i> nos levou a incluir este topônimo entre os <i>resistereotopônimos</i> , contudo, o mesmo pode ser encaixado entre os <i>utopotopônimos</i> , pois a condição de alforria alusiva ao nome se dá em contexto utópico e não na condição de ter sido formada por pessoas que receberam esta condição legal no passado.
RTRQ TQ Desterro	“O nome ‘Desterro’ é relacionado com a antiga capela da comunidade que era um lugar sagrado para os quilombolas e tinha por padroeira a Nossa Senhora do Desterro - santa zeladora daqueles que tiveram que sair de sua terra, sem alternativa, e reconstruir suas vidas em outro lugar. Essa capela é do tempo dos antigos e não restaram vestígios dela no território atual a não ser nas lembranças dos moradores mais idosos.” (COSTA, 2016, p.1)	Esse <i>resistereotopônimo</i> pode ser classificado também como um <i>theotopônimo</i> . O encaixamos aqui em virtude de a manutenção do nome ter, além da ligação religiosa evidente, uma ligação com a cultura de resistência vivenciada pela comunidade local.

Fonte: elaborado pelo autor com base em COSTA, 2016 et al.

Em todos os nomes de Assentamentos mostrados no Quadro acima percebemos que há, no léxico, termos que remetem à identidade da população desse lugar, seja pela preservação do nome original do lugar pelo fato de ter sido esse um lugar de resistência, ou pela mesma razão somada ao fato de o nome original do lugar já conter alguma palavra que identificava a população desses lugares. Além disso, diferentemente dos nomes de Assentamentos de outros subgrupos do Campo Motivacional da Topofilia, não temos aqui os nomes fazendas improdutivas se tornando Assentamento. Temos terras improdutivas (que podem ou não ter sido anexadas por fazendas) que foram usadas como forma de resistência no passado e que hoje marcam uma nova fase do lugar.

4.1.2. Símbolo e toponímia (-fobia)

Para finalizar a descrição e análise dos topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Toponímia(-fobia) apresentamos uma classe que estamos denominando de pertencente ao subgrupo *Simbolismo e Toponímia (-fobia)*. Estes topônimos se caracterizam pela manutenção do nome do lugar de origem motivado pelo desejo de marcar no léxico um espaço que possa servir de modelo para a causa defendida pela classe social responsável pelo ato de batismo.

O símbolo nasce como um sinal associativo, na qual se vê um elemento A representado em B. daí, percebermos como os nomes de alguns assentamentos rurais, bem como de outros lugares, marcam no léxico a tentativa de ser um reflexo, um modelo a ser seguido por outros agrupamentos que levantam a mesma bandeira de luta.

Embora exista relação simbólica em todos os topônimos estudados, escolhemos este termo – símbolo – para se referir a esta classe por acreditarmos que a relação simbólica com o lugar aqui se diferencia dos demais casos, uma vez que é perceptível o desejo de fazer do lugar um símbolo a ser seguido por outros. Vejamos, por exemplo, o que diz Melo (2010) sobre as edificações encontradas no Assentamento Pioneira, em Poço Redondo: “Apesar de todas as residências possuírem, no início do assentamento, estrutura padronizada, hoje, algumas se encontram reformadas, mesmo que a média de cômodos não passe de cinco ou seis em cada casa.” (MELO, 2010, p. 91)

Ainda em relação ao Assentamento Pioneira, a fim de reforçar nossa postulação terminológica, há a ação de conquista da terra em virtude da luta dos trabalhadores rurais sem terra e há a simbologia projetada no nome do lugar. “Os moradores afirmam ter conquistado a posse da terra por meio da luta junto ao MST, quando muitas famílias, hoje assentadas acamparam por algum tempo nas proximidades da fazenda.” (CURADO; LOPES; SANTANA, 2008, p.95)

Abaixo listamos os topônimos pertencentes ao subgrupo Símbolo e Toponímia (-fobia) nos assentamentos rurais de Reforma Agrária existentes em território sergipano:

Quadro 32 – Topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe: Simbolismo e Toponímia (-fobia)

Nome do Assentamento Rural	Data de criação	Relação Ideológica
PA Jacaré Curitiba I PA Jacaré Curitiba II PA Jacaré Curitiba III PA Jacaré Curitiba IV	24 de novembro de 1997	A ocupação do Jacaré-Curitiba representou um marco na história da Luta do MST. A manutenção do nome aqui é significativa e simbólica.
PA Modelo	13 de janeiro de 1998	No étimo <i>modelo</i> encontramos a ideia de espelhamento.
PA Pioneira	31 de dezembro de 1997	No étimo <i>pioneira</i> encontramos a ideia de espelhamento.
PA Vitória da Conquista	27 de dezembro de 2012	No étimo <i>vitória</i> encontramos a ideia de conquista que precisa ser replicada por outros agentes do movimento camponês. Embora <i>Vitória da Conquista</i> tenha sido criado nas terras da antiga Fazenda <i>Camaçari</i> descartamos qualquer relação com as cidades baianas homônimas. A fazenda <i>Camaçari</i> em questão teve seu nome herdado do tupi, pois Itaporanga D'Ajuda é terra de antigos índios <i>abaüis tupinambás</i> , conforme Sebrão Sobrinho, significando <i>árvore que chora</i> .

PA União dos Conselheiros	10 de novembro de 2000	No étimo <i>União</i> encontramos uma mensagem. Há, por vezes, diferenças ideológicas dentro do próprio movimento camponês. Tais diferenças podem ser encaradas como causas da não prosperidade das ações do movimento. Não acreditamos que haja relação do étimo <i>Conselheiros</i> com o beato Antônio Conselheiro por este estar no plural. É mais provável que se refira aos dirigentes ou às ideologias diferentes dentro do próprio movimento do MST.
PA Vitória da União	06 de julho de 1989	Os étimos <i>vitória</i> e <i>união</i> simbolizam ações decisivas na luta do movimento camponês. Ações que, se replicadas, poderão gerar novas conquistas.

Fonte: elaboração própria com base nos dados do INCRA, 2022.

Não há muitos topônimos desta classe referentes aos assentamentos rurais em Sergipe, por isso, a fim de comprovar a existência dessa classe – embora o pouco número encontrado já seja suficiente para fazê-lo – decidimos procurar pela existência dessa tendência denominativa em outros assentamentos rurais brasileiros. Não coletamos exaustivamente os dados de todos os assentamentos rurais do Brasil, mas trazemos um bom recorte que corrobora a nossa especulação a respeito dessa classe. Uma análise maior – e fica aqui a postulação da existência da lacuna – mostrará maiores detalhes acerca desses lugares e sua relação ideológica que pode ser apreendida pela análise do léxico. É preciso ter em mente que quando se trata de Toponímia Crítica, o exame das condições sócio-históricas que demandam relações de poder e marcação identitárias é primordial do que a simples análise da forma lexical utilizada para a denominação de um lugar. Contudo, os exemplos citados abaixo podem figurar entre aqueles cujo léxico denuncia uma filiação a esta classe de topônimo.

Quanto ao Assentamento *Pioneira*, há mais dois assentamentos rurais brasileiros com o mesmo nome – PA Pioneira, em Goiás, fundado em 1996 e PA Pioneira no Pará, fundado em 2005; e um nome com mesma raiz ideológica, PA Os Pioneiros, fundado em 09 de

outubro de 2000, no Rio Grande do Sul. Quanto ao *Assentamento Modelo* há mais quatro assentamentos rurais brasileiros com o mesmo nome – PA Modelo, em Minas Gerais, fundado em 2004; PA Modelo, no Paraná, fundado em 1992; PE Vila Rural Modelo Fitoterápicos, no Mato Grosso, fundado em 2005; e PA Modelo, no Rio Grande do Norte, fundado em 1995. O Assentamento *Jacaré-Curituba*²⁵ não há nomes duplicados em virtude de seu contexto histórico próprio. Os *Assentamentos Vitória da Conquista, Vitória da União e União dos Conselheiros* encontram alguns registros similares em algumas localidades brasileiras: Vitória da União, fundado em 08 de setembro de 2009, em Goiás; PE Fazenda Vitória da União, fundado em 21 de setembro de 1989, no Rio de Janeiro; PA Vitória da União do Pará, fundado em 15 de janeiro de 1986, no Pará; PA Vitória da Fronteira, fundado em 22 de dezembro de 2006, em Mato Grosso do Sul; Vitória da União, fundado em 25 de fevereiro de 1986, em Rondônia; e Vitória da Conquista (PA Cobras), fundado em 01 de janeiro de 1989, em Alagoas.

Em todos esses assentamentos encontramos refletidos no léxico o desejo de ser um modelo a ser seguido por outros movimentos dentro da mesma bandeira de luta. Apresentamos, para esses topônimos, as datas de fundação, pois elas nos dizem muito sobre como o pensamento ideológico é próprio não só de determinado grupo social, mas que ele encontra variedade temporal, ou seja, ele é próprio de uma época e pode sofrer alteração ao longo do tempo. Embora encontremos ecos nos nomes de assentamentos criados após os anos 2000, afinal a ideologia não se apaga, há muitos exemplos desse tipo de assentamento sendo criados nas décadas de 1980 e 1990. A resposta para este fenômeno denominativo está no fato de no passado, principalmente nas duas últimas décadas do século XX, o conceito de Reforma Agrária está mais em pauta do que na atualidade. Não se trata de fazer um levantamento histórico sobre qual época houve maior número de assentamentos criados com esse tipo de denominação, trata-se de constatar que o nascimento desse tipo de ideologia é próprio daqueles decênios, mas que a ideologia perdura nas primeiras décadas do século XXI.

Do ponto de vista morfológico, a ideia de modelo a ser seguido é essa através de uma forma toponímica composta tanto por uma terminologia de estrutura nominal simples, como por uma terminologia de estrutura nominal composta. Não há uma variedade devido aos

²⁵Trataremos do Jacaré-Curituba quando apresentarmos o Campo Motivacional da Memória e da Identidade para que a in apresentada não fique redundante e por fazer, a nosso ver, mais sentido apresentar lá a contextualização histórica do que aqui.

poucos exemplos encontrados em terras sergipanas, mas é possível compreender deles uma estrutura geral simples com um nome centralizando a denominação ou com dois nomes, intercalados ou não por uma preposição, centralizando a denominação:

- Sigla (PA) + nome
- Sigla (PA) + nome + nome
- Sigla (PA) + nome + prep. + nome

Abaixo, há uma visão geral da apresentação da lexicogênese desses topônimos:

Quadro 33 – Lexicogênese dos topônimos dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: Simbolismo e Topofilia (-fobia)

Nome do Assentamento Rural de Reforma Agrária	Estrutura Morfológica dos Nomes	Estrutura Nominal (Desconsiderando a Sigla)
PA Jacaré Curituba I	Sigla (PA) + nome (Jacaré) + nome (Curituba) + numeral diferenciador (I)	Composto
PA Jacaré Curituba II	Sigla (PA) + nome (Jacaré) + nome (Curituba) + numeral diferenciador (II)	Composto
PA Jacaré Curituba III	Sigla (PA) + nome (Jacaré) + nome (Curituba) + numeral diferenciador (III)	Composto
PA Jacaré Curituba IV	Sigla (PA) + nome (Jacaré) + nome (Curituba) + numeral diferenciador (IV)	Composto
PA Modelo	Sigla (PA) + nome (Modelo)	Simples
PA Pioneira	Sigla (PA) + nome (Pioneira)	Simples
PA Vitória da Conquista	Sigla (PA) + nome (Vitória) + prep. (da) + nome (Conquista)	Composto
PA União dos Conselheiros	Sigla (PA) + nome (União) + prep. (dos) + nome (Conselheiros)	Composto
PA Vitória da União	Sigla (PA) + nome (Vitória) + prep. (da) + nome (União)	Composto

PA Vitória do São Francisco	Sigla (PA) + nome (Vitória) + prep. (do) + adj. (São) + nome (Francisco)	Composto
-----------------------------	--	----------

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Essa tendência denominativa pode ser entendida quando analisamos a ideologia de vida do MST. Na plataforma oficial do movimento encontramos diversas publicações sobre as lutas da categoria, suas conquistas e histórias espelhadas em suas ações, entre as quais a denominação dos assentamentos rurais. Entre os símbolos do MST, há alguns que ecoam diretamente nos nomes apontados até aqui. É o que passaremos a descrever a seguir:

Quadro 34 – Símbolos do MST

Símbolo	Simbologia
Cor Vermelha	“Representa o sangue que corre nas nossas veias de cada trabalhadora e trabalhador e a disposição de lutar pela Reforma Agrária, pela trans da sociedade.” (MST, 2023, p.1)
Cor Branca	“Representa a paz, que somente será conquistada quando houver justiça social.” (MST, 2023, p.1)
Cor Preta	“Representa nosso luto e a nossa homenagem a todos as trabalhadoras e trabalhadores, que tombaram na luta pela nova sociedade.” (MST, 2023, p.1)
Cor Verde	“Representa a esperança das trabalhadoras e trabalhadores Sem Terra quanto à vitória de cada latifúndio que conquistamos” (MST, 2023, p.1)
Facão	“Representa a ferramenta de trabalho, de luta e de resistência. Ele ultrapassa o mapa para indicar que o movimento é internacionalista.” (MST, 2023, p.1)
Mapa do Brasil	“Representa a luta nacional dos Sem Terra e a necessidade de que a Reforma Agrária deve acontecer em todo o país.” (MST, 2023, p.1)
Trabalhadora e Trabalhador	“Representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras.” (MST, 2023, p.1)
Hino	É uma convocação de luta, de união para a luta.

Lona Preta	<p>“A lona preta é mais do que uma barraca, é um rito de passagem, um símbolo presente na transição entre o acampamento e o assentamento das famílias Sem Terra, o caminho para a conquista da terra.</p> <p>É símbolo da luta pela Reforma Agrária que as mais de 120 mil famílias acampadas em todo Brasil carregam. A lona preta é o retrato da luta cotidiana do Movimento contra o latifúndio, a segregação e as injustiças sociais que tanto castigam esse país.” (MST, 2023, p.1)</p>
------------	--

Fonte: MST (2023)

Há uma ligação entre os símbolos do MST, reflexo da ideologia, e cada categoria dos topônimos apresentados e a apresentar. A *cor verde*, por exemplo, significando a esperança de sobrevivência, está em uma relação direta com os cultotopônimos e os neocultotopônimos. O *facão* é diretamente ligado à simbologia da resistência dos topônimos pertencentes ao Campo Motivacional Resistereotopofílico (lembramos que embora nesta categoria encontremos em Sergipe assentamentos da modalidade RTRQ TQ, esta categoria não engloba somente esses espaços.). A cor preta representa a memória daqueles que contribuíram para a luta, como veremos mais adiante com os topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade. Já a cor branca representa a paz necessária, que podemos ligar ao sentimento de poder viver em um lugar livre e melhor, que veremos mais tarde quando apresentarmos os topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Religiosidade e da Fé. Já os topônimos pertencentes ao Campo Motivacional deste subgrupo (Simbolismo e Topofilia/-fobia) podem mesclar ideias presentes nos diversos símbolos do movimento. Mas, há uma ênfase maior para os versos da letra do hino do MST, conforme veremos abaixo:

Quadro 35 – Relações simbólicas na letra do Hino do MST

Letra/Estrofe	Relação simbólica
---------------	-------------------

<p>Vem teçamos a <i>nossa liberdade</i> <i>braços fortes</i> que <i>rasgam o chão</i> sob a <i>sombra de nossa valentia</i> desfraldemos a <i>nossa rebeldia</i> e <i>plantemos nesta terra</i> como irmãos!</p>	<p>Há alusão à união com finalidade à liberdade (<i>nossa liberdade/braços fortes</i>) e ao trabalho na terra de forma denotativa (<i>plantemos nessa terra</i>) e conotativa (<i>que rasgam a terra</i>).</p>
<p>Vem, <i>lutemos</i> punho erguido <i>Nossa força</i> nos faz a edificar <i>Nossa pátria livre e forte</i> <i>construída pelo poder popular</i></p>	<p>O Refrão do hino ressalta a força do (<i>lutemos</i>) movimento e conseqüentemente a união (<i>nossa força/ construída pelo poder popular</i>).</p>
<p>Braço erguido <i>ditemos nossa história</i> sufocando com força os opressores <i>hasteemos a bandeira colorida</i> despertemos esta pátria adormecida <i>o amanhã pertence a nós trabalhadores!</i></p>	<p>Há a exposição clara e evidente do desejo de inserção histórica presentes nos memóriotopônimos (<i>ditemos a nossa história</i>).</p>
<p>Repetição do refrão</p>	
<p><i>Nossa força</i> resgatada pela <i>chama</i> <i>da esperança</i> no triunfo que virá forjaremos desta luta com certeza pátria livre operária e camponesa <i>nossa estrela enfim triunfará!</i></p>	<p>A última estrofe reforça a união necessária para a vitória, para a vitória e as conquistas do movimento camponês (<i>chama da esperança/triunfo/pátria livre/triunfará</i>).</p>
<p>Repetição do refrão</p>	

Fonte: MST (2023), com interpretação do autor com base na pesquisa

A simbologia presente nos nomes desses assentamentos ecoa como faróis iluminando o caminho da luta do movimento camponês. Vemos essa experimentação através da carta abaixo, mostrando apenas os topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Topofilia,

pois são as categorias apresentadas até aqui. Porém, ao final da apresentação dos topônimos referentes aos assentamentos rurais de Sergipe, veremos esta ideologia ecoando as bandeiras de lutas nos demais topônimos apresentados e vindo, em especial nos topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade, um ressoar de novas bandeiras sendo levantadas.

Notemos como é possível ver estes grandes espelhos ou faróis que são os topônimos pertencentes ao subgrupo Simbolismo e Topofilia, espalhando uma ideologia para novos acampamentos e assentamentos que vão surgindo. Eles se tornam uma referência dentro do movimento a fim de proliferar uma ideia. Entendidos como faróis, estes topônimos têm por objetivo projetar em determinada região certos pontos da ideologia dos assentados quanto à finalidade daquela terra na luta pela igualdade social. É provável – pois apenas um estudo que vise ampliar a exposição aqui apresentada para todos os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária no Brasil – que esta mesma configuração se apresente em outros territórios brasileiros.

4.2. O CAMPO MOTIVACIONAL DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE²⁶

Se por um lado precisamos entender a de aglomerados humanos e a ação de nomeação dos espaços promovidos por eles como ações motivadas por razões que podem ser compreendidas à luz das duas primeiras linhas da base da pirâmide de Maslow, por outro, precisamos entender subindo as linhas dessa mesma pirâmide iremos encontrar razões para a existência de nomeações diferentes para lugares iguais. Isso ocorre pela geração do sentimento grupal, identitário e ideológico promovido pelo percurso histórico. No início, as primeiras aglomerações em torno de terras improdutivas tinham por base à subsistência (e até hoje há dentro dos movimentos camponeses de ocupações com esta natureza). Com o tempo, a convivência e a existência do movimento e dos êxitos conseguidos fez surgir uma consciência grupal, identitária, sob a qual novas formas de agir irão se configurar.

Cada vez mais, os membros das comunidades camponesas começaram a entender que aquele grupo social havia ganhado força e conseguido seus objetivos. Dessa forma, as

²⁶ A divisão em Campos Motivacionais é meramente didática. Há alguns nomes que mesclam características de mais de um Campo Motivacional, como por exemplo, o subgrupo dos Assentamentos Rurais formados em terras remanescentes quilombolas, que possuem, além da filiação com a terra, marcas identitárias no léxico denominativo.

motivações para suas ações passaram a ter outros nortes, que nascem dessa relação entre as pessoas que ali convivem, do sentimento de auto-confiança grupal, entre outros.

Para além da psicologia, a sociologia também nos serve para o entendimento deste modo de agir dessas populações, imersas em novas configurações sociais. Estamos falando de uma época na qual os movimentos camponeses já conseguiram conquistas e já têm noção do seu poder enquanto grupo social. A este respeito, Caudau (2021, p. 59) diz que “a perda da memória é, portanto, uma perda de identidade”. Com isto, Caudau (2021) nos faz refletir sobre o papel da consciência identitária como geradora de uma memória. Esta memória será muito importante para explicar todas as ações dentro de uma aglomeração humana, entre as quais a ação denominativa dos espaços. Não obstante, o mesmo autor nos diz que “o nome próprio (...) é uma das formas de controle social” (2021, p. 67).

Percebemos, então, como a ação denominativa dentro de alguns Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe está diretamente ligada a questões ligadas à memória e a identidade grupal desses indivíduos. Por esta razão, dizemos que encontramos no espaço sergipano assentamentos rurais cuja nomeação está ligada ao *Campo Motivacional da Memória e da Identidade*. Da mesma forma que os nomes de assentamentos circunscritos ao *Campo Motivacional da Topofilia*, esses apresentam subgrupos, que iremos apresentar a seguir. Cada um desses subgrupos se caracteriza, como veremos, pela forma como fatores identitários, memorialistas e ideológicos entram na balança mental dos habitantes desse lugar no espaço de tempo que vai desde antes da primeira ocupação. O movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, por exemplo, é um movimento cuja origem está na jornada em busca de terra para a subsistência, por isso o sentimento identitário e o sentido ideológico têm origem antes mesmo de a primeira lona ser fixada no chão.

Nessa peregrinação em busca de terras para viver, a população vai encontrando lugares onde as coisas acabaram dando certo para os grupos que em determinado espaço tentaram fixar acampamento e lugares onde os resultados foram negativos parcial ou totalmente (conseguiu-se, por exemplo, montar um acampamento que acabou se consolidando como Assentamento, mas no percurso, lideranças foram assassinadas). Sobre isso, Rossi (2010, p.23) diz que “o mundo em que vivemos há muito espaço cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que têm a função de trazer alguma coisa à memória”. Nesse sentido, entendemos a função de retroalimentação ideológica existente entre os assentamentos rurais, na qual, a existência de um alimenta as forças do movimento pela continuidade, e mesmo a

baixa, o fracasso de outro se configura em energia de alimentação do sentimento identitário e ideológico grupal.

É neste sentido que Caudau (2021, p. 35) irá refletir: “os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças, sem que por isso seja determinada a via que cada um vai seguir”. Quando, por exemplo, um grupo de acampados resolve dar o nome de Daniel Ricardo para um assentamento, ali está se delimitando um espaço de lembrança, na qual a memória do líder sindical precisa ser cultivada. Contudo, o Assentamento Daniel Ricardo ganha proporções maiores ao passo que aquele assentamento passa a simbolizar um elemento X dentro de uma identidade maior Y, a identidade do movimento do MST. Por isso, na mesma obra, Caudau (2021, p. 37) relata: “quando uma representação mental é comunicada de um indivíduo a outro (...) ela se transforma em representação pública”. Quando analisamos à luz da Toponímia Tradicional o Assentamento Daniel Ricardo dos Santos, em Canindé de São Francisco, por exemplo, e primamos pela sua classificação como *Antropotopônimo* estamos limitando uma interpretação que pode ser mais rica em detalhes quando analisada pelo olhar da Toponímia Crítica. Quando entendemos que este Antropotopônimo está inscrito dentro de um Campo Motivacional específico, em particular, o Campo Motivacional da Memória e da Identidade, iremos perceber como a memória deste componente do MST ao ser transmitido a outro acaba se transformando em uma representação pública da resistência do movimento dos Trabalhadores Rurais neste lugar, cuja ocupação da Fazenda Japão não resultou na criação de um **Assentamento Japão*, mas na criação de um Assentamento Daniel Ricardo dos Santos.

Outro aspecto a se considerar quando analisamos os topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade é a construção de uma narrativa paralela, uma história paralela à história oficial tradicionalmente ensinada nas escolas e vistas em meios de comunicação, que é uma marca identitária deste movimento. Veremos como a nomeação desses lugares acaba propagando no léxico um sentimento de pertencimento histórico negado à população camponesa ao longo do tempo. Seus heróis são outros heróis, suas datas históricas são outras datas históricas²⁷, e o cultivo desses elementos é para o movimento fundamental dentro da filosofia de vida de seus membros.

²⁷A percepção deste fenômeno não é difícil. Basta o simples contato com os materiais de divulgação dos movimentos camponeses, sejam as publicações impressas ou mais recentemente as produções virtuais para percebermos a existência dessas narrativas concorrendo com as narrativas histórias tradicionais, em uma batalha

Com razão, Le Goff (2013, p. 23) reflete: “o conceito de historicidade desligou-se das origens ‘históricas’, ligadas ao historicismo do século XIX, para desempenhar um papel de primeiro plano na renovação epistemológica da segunda metade do século XX”. A partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, no alvorecer do século XXI, há uma tendência reanalística da história. A história contada a partir dos vencedores os dos detentores de poderes políticos e sociais dá vez à história das minorias. Dessa forma, o momento atual torna-se o melhor entre os tempos históricos para discorrer acerca da marcação lexical da memória e da identidade das minorias materializadas através da denominação dos espaços dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

Abaixo listaremos os nomes de Assentamentos pertencentes a este Campo Motivacional. Para isso, vamos apresentá-los a partir de seus subgrupos.

4.2.1. Memória e Identidade dos meus

Valendo-se do discurso anteriormente apresentado seria normal dizer que nesses espaços todo *antropotopônimo* é um *historiotopônimo*, uma vez que para essa população um Daniel Ricardo, uma Maria Zenilde dos Santos, e tantos outros têm o mesmo valor histórico que um Pedro II ou um Duque de Caxias. Contudo, mesmo essa ação não é suficiente para externar a importância da valorização do nome de um membro do interior do movimento campesino.

Acreditamos que é mais frutífero apresentar que há nesses espaços nomes que buscam preservar a memória daqueles que foram importantes e decisivos dentro do movimento de busca pela terra. Observemos como a terra ainda entra aqui como elemento fundamental, mas que na balança mental dos ocupantes desse lugar, aspectos que estão mais distantes das duas primeiras linhas da pirâmide de Maslow começam a ser fundamentais na ação de batismo dos lugares.

Abaixo, trazemos os topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe cuja motivação toponímica é a valorização da memória dos membros internos ao movimento campesino e social da luta pela terra.

que vai além da simples guerra narrativa marcada pela oposição *ocupação* x *invasão* retratada aqui anteriormente.

Quadro 36 – Topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe: Memória e Identidade dos Meus²⁸

Assentamento Rural	Localização	Nome Paralelo	Informações Biográficas
PA Dionísio dos Santos	São Francisco	-	Manoel Dionísio dos Santos Cruz, (? – 2005) líder sindical, um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em Sergipe.
PA Margarida Alves	Japoatã		Margarida Maria Alves (1933-1983), primeira mulher sindicalista no Brasil. Seu nome inspirou a Marcha das Margaridas ²⁹ .
PA Maria Zenilde dos Santos	Neópolis	-	Maria Zenilde dos Santos, líder campezina.
PA João Pedro Teixeira	Canindé de São Francisco	-	João Pedro Teixeira ³⁰ (1918-1962), líder sindical, fundador das ligas camponesas da Paraíba, assassinado em 1962 por pistoleiros contratados por latifundiários.
PE Colônia Agrícola Sebastião Enéas	Canindé de São Francisco	-	Sebastião Enéas, líder campesino local.
PE Colônia Agrícola Ana Patrícia	Canindé de São Francisco	-	Ana Patrícia, líder campezina local.
PE Colônia Agrícola Manoel Dionísio Cruz	Canindé de São Francisco	Assentamento Quixabeira	Manoel Dionísio dos Santos Cruz, (? – 2005) líder sindical, um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em Sergipe.
PE Colônia Agrícola Valmir Mota Kenio	Canindé de São Francisco	-	Valmir Mota de Oliveira ³¹ (1973-2007), mais conhecido como “Companheiro Keno” foi assassinado por uma milícia contratada pela empresa transnacional Syngenta Seeds, em 2007.
PE Colônia Agrícola José Nogueira	Canindé de São Francisco	-	José Nogueira, líder campesino local.

²⁸ Subtraímos a partir deste subgrupo os nomes das fazendas/terras improdutivas de origem, pois este elemento só faz sentido ser mantido para tratar da relação de afeição com a terra.

²⁹ A Marcha das Margaridas é uma manifestação que ocorre no Brasil desde 2000, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por mulheres trabalhadoras rurais de todo o território nacional em busca dos direitos trabalhistas. O nome cultiva a memória de Margarida Alves, sindicalista assassinada em 1983, pela defesa desses ideais e dos direitos humanos no Brasil. Para maior conhecimento acerca da vida e importância de Margarida Alves vide a página alternativa Brasil de fato no endereço eletrônico: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/12/conheca-margarida-alves-simbolo-da-luta-por-direitos-para-as-trabalhadoras-do-campo>, acesso em 28 de junho de 2023.

³⁰ Para maior conhecimento sobre a vida, a luta e contextualização histórica sobre João Pedro Teixeira, consulte este verbete na página da Memória da Ditadura no endereço: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/joao-pedro-teixeira/>, acesso em 28 de junho de 2023.

³¹ Para mais informações sobre o caso, bem como as homenagens existentes, vide a página do MST no endereço: <https://mst.org.br/2022/10/21/keno-presente-15-anos-do-assassinato-de-valmir-mota-de-oliveira/>, acesso em 28 de junho de 2023.

PE Colônia Agrícola Adão Preto	Canindé de São Francisco	-	Adão Preto [6](1945-2009) foi um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Deputado federal pelo PT nas legislaturas 1990-1994; 1994-1998, 1998-2002, 2002-2006 e 2006-2010, falecendo antes do fim do mandato.
PE Colônia Agrícola Augusto Bezerra	Canindé de São Francisco	-	Augusto Bezerra de Souza (? -2010), mais conhecido como Pernambuco, líder campesino que dedicou sua vida ao MST e à questão da Reforma Agrária no Brasil
PE Colônia Agrícola Daniel Ricardo dos Santos	Canindé de São Francisco	Assentamento Japão	Daniel Ricardo dos Santos (? – 2013), foi uma liderança indireta do MST na região, tendo apoiado o movimento desde suas origens em seu município.
PA José de Jesus	Canindé de São Francisco	-	José de Jesus foi uma das lideranças indiretas que o MST teve na região.
PE Colônia Agrícola Emília Maria	Canindé de São Francisco/Poço Redondo	-	Maria Emília foi uma líder campesina local de muita atuação dentro do MST.
PA Emília Maria II	Porto da Folha	-	Maria Emília foi uma líder campesina local de muita atuação dentro do MST.
PA Maria Feitosa	Poço Redondo	-	Maria Feitosa foi uma líder campesina local.
PA Djalma Cesário	Poço Redondo	-	Djalma Cesário foi um líder campesino local.
PA Carlito Maia	Poço Redondo	-	Carlos Maia de Souza, mais conhecido como Carlito Maia, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Embora publicitário na época de fundação do PT teve origem humilde e simpatizante com as causas sociais e de luta pelos direitos trabalhistas e pela terra.
PE Colônia Agrícola Ronivaldo Farias	Poço Redondo	-	Ronivaldo Farias foi um líder campesino atuante na região.
PE Colônia Agrícola Manrique	Poço Redondo	-	Conhece-se apenas o que provavelmente é o sobrenome desse militante campesino da região.
PE Colônia Agrícola Ana Patrícia II	Poço Redondo	-	Ana Patrícia, líder campesina local.
PE Colônia Agrícola José Acácio	Poço Redondo	-	José Acácio, militante campesino local.
PA Raimundo Monteiro da Silva	Monte Alegre de Sergipe	-	Raimundo Monteiro da Silva, líder campesino local.
PA Josenilton Alves	Monte Alegre de Sergipe	-	Josenilton Alves, militante campesino local.
PA Raimundo Monteiro I	Monte Alegre de Sergipe	-	Raimundo Monteiro da Silva, líder campesino local.
PE Colônia Agrícola José Renilson de Menezes	Monte Alegre de Sergipe	-	José Renilson de Menezes, militante campesino local.

PA Colônia Agrícola José Unaldo de Oliveira	Porto da Folha	-	José Unaldo de Oliveira, militante campesino local.
PA Colônia Agrícola Maria Vitória	Gararu	-	Maria Vitória, militante campesino local.
PA Josenilton Alves II	Gararu	-	Josenilton Alves, militante campesino local.
PA José Ribamar	Nossa Senhora da Glória	-	José Ribamar dos Santos (1926 -2013, militante campesino e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores.
PA Luiz Beltrano	Nossa Senhora da Glória	-	Luiz Beltrame de Castro ³² (1908 - 2016)foi um militante e poeta campesino.
PA Zé Emídio	Nossa Senhora da Glória	-	José Emídio dos Santos, militante campesino assassinado durante o processo de ocupação da terra improdutiva.
PA Adão Preto	Nossa Senhora da Glória	-	Adão Preto ³³ (1945-2009) foi um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Deputado federal pelo PT nas legislaturas 1990-1994; 1994-1998, 1998-2002, 2002-2006 e 2006-2010, falecendo antes do fim do mandato.
PA José Félix de Sá	Aquidabã	-	José Feliz de Sá, militante campesino atuante da luta pela terra na região.
PA Manoel Martinho	Carira	-	Manoel Martinho, militante campesino atuante da luta pela terra na região.
PA Edimilson Oliveira	Carira	-	Edimilson Oliveira, militante campesino atuante da luta pela terra na região.
PA Jacinto Ferreira	Carira	-	Jacinto Ferreira, militante campesino atuante da luta pela terra na região.
PA José Emídio dos Santos	Capela	-	José Emídio dos Santos, militante campesino assassinado durante o processo de ocupação da terra improdutiva.
PA Ivan Ribeiro	Japarutuba	-	Ivan Ribeiro, liderança campesina local.
PA Manoel Ferreira	Estância	-	Manoel Ferreira, liderança campesina local.
PCA Nelson Emídio dos Santos	Estância	-	Nelson Emídio, militante campesino local.

³²Para mais informações acerca da atuação “militante poética” de Luiz Beltrame vide a página do MST no endereço eletrônico <https://mst.org.br/2016/10/10/luiz-beltrame-de-castro-o-poeta-sem-terra/>, acesso em 29 de junho e 2013.

³³Para conhecer mais sobre a vida legislativa de Adão Preto, acesse a sua bibliografia na página da Câmara dos Deputados no endereço eletrônico <https://www.camara.leg.br/deputados/73886/biografia>, acesso em 28 de junho de 2023.

PA Geraldo Garcia	Estância	-	Geraldo Garcia (1961 - 1998) foi um forte militante do MST/MS. Destacou-se com sua atuação dentro do Partido dos Trabalhadores, em especial na campanha pela Diretas Já.
PA Edmilson Evaristo	Estância	-	Edmilson Evaristo, militante campesino local.
PA Analício Araújo Barros	Estância	-	Analício Araújo Barros (? - 1998), mais conhecido como o “Fusquinha”, foi um dos militantes campesinos assassinados no chamado Caso Goiás II ³⁴ .
PA Cleonice Alves	Santa Luzia do Itanhy	-	Cleonice Alves, militante campesina assassinada na acampamento da fazenda que daria origem ao assentamento que leva seu nome. Houve outra pessoa homônima líder do MST no Pará que não deve ser confundida com esta.
PA Joelia Lima	Indiaroba	-	Joélia Lima, militante campesina local.
PA Nicacio Rodrigues	Indiaroba	-	Nicacio Rodrigues, militante campesino.
PDS Antônio Araújo da Silva	Itaporanga d’Ajuda	-	Antônio Araújo da Silva, militante campesino.
PA Francisco José dos Santos	Poço Verde	-	Francisco José dos Santos Oliveira, militante campesino no Piauí.
PA Ireno Alves	Poço Verde	-	Ireno Alves, militante campesino e líder sindical do MST no Centro-oeste.
PA Tiago Soares Santos Ribeiro	Tobias Barreto	-	Tiago Soares Santos Ribeiro, militante campesino do município de Lagarto, em Sergipe.
PA Wanderley Santos Prata	Riachão do Dantas	-	Wanderley Santos Prata, militante campesino.
PE Colônia Agrícola Salete Strozake	Poço Redondo	-	Salete Strozake (1969 – 1996) militante e educadora social Sem Terra, teve forte atuação em diferentes campos do MST.
PA José Gomes da Silva	Lagarto	-	José Gomes da Silva, militante campesino da região de Formoso, Goiás.

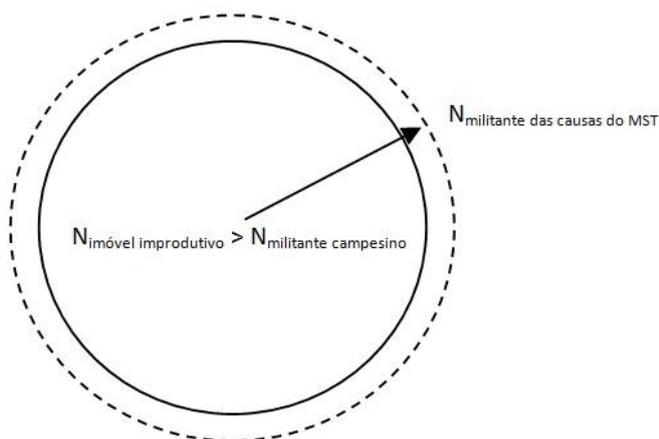
Fonte: Elaboração própria com base dos dados do INCRA, 2022, e em dados bibliográficos levantados durante a pesquisa.

Esses topônimos apresentam algumas características interessantes sobre as quais iremos discorrer. A primeira delas é a natureza do nome de batismo. Todos os nomes apresentados

³⁴Para mais informações acerca do Caso Goiás II vide a página do MST no endereço eletrônico <https://mst.org.br/2018/05/11/20-anos-depois-assassinato-de-fusquinha-e-doutor-podera-ser-levado-a-juri-popular/>, acesso em 28 de junho de 2023.

aqui tiveram em algum momento uma atuação militante dentro do movimento campestino, ainda que tenham enveredado por outros caminhos. Podemos, então, montar um esquema para encaixar os nomes pertencentes a este Campo Motivacional:

Figura 24 – Esquema de Transformação do Nome da Terra Improdutiva

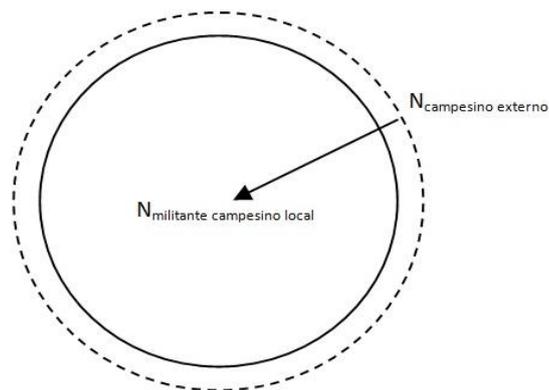


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Como veremos a seguir, este Campo Motivacional, à medida que o movimento campestino vai ganhando força, vai expandindo passando a englobar nomes de pessoas que não tenham uma ação direta no interior do movimento campestino, mas que tenham atuado de alguma forma na defesa das pautas sociais, em especial da Reforma Agrária. Da mesma forma, haverá uma ampliação, e também vemos esse fenômeno, para englobar homenagens a pessoas de diferentes áreas de atuação pela associação direta com a ideologia dos movimentos campestinos. Antes, porém, voltemos à análise desses topônimos levando em consideração o núcleo pioneiro dessa forma de nomeação.

Percebemos que quanto à Modalidade há entre os nomes dos Assentamentos Rurais sergipanos pertencentes a este Campo Motivacional uma variação: PA, PE, PCA e PDS. Quanto aos nomes, notamos que predominam nomes da militância local, com alguns nomes que homenageiam lideranças e militantes de outros lugares do país, que podemos simbolizar assim:

Figura 25 – Esquema de Transformação do Nome da Terra Improdutiva



Com isso, notamos que a expansão da ação de denominação por homenagem tem forte ligação com essa ação que amplia o reconhecimento daqueles que contribuíram para a história do movimento campesino local.

Para entendermos melhor a estrutura de dos nomes desses lugares que levam em seu léxico palavras que constituem um antropônimo, devemos lançar mão de breve conhecimento da Antroponímia, parte da Onomástica que estuda o nome de pessoas, acerca do nome civil e seus constituintes. De acordo com Amaral e Seide (2020, p. 80), encontramos no nome civil ou ortônimo os seguintes constituintes: *prenome* (ou duplo prenome), *sobrenome* (ou duplo sobrenome) e *agnome*. Além disso, segundo os mesmos autores encontramos em nomes de pessoas, por vezes, elementos que não pertencem ao nome civil de um indivíduo: *apelido* (cognome ou alcunha), *hipocorístico*, *codnome*, *heterônimo*, *nome artístico* (ou *nome de palco*), *nome de guerra*, *nome religioso*, *nome social*, *nome de urna* e *nome parlamentar*.

Embora cada denominação possua suas conceituações e divergências cujas discussões seriam amplas em um trabalho na área irmã da toponímia - a Antroponímia -, procuraremos aqui apresentar apenas uma definição básica que sirva ao nosso propósito: encontrar esses elementos na dos nomes desses lugares, que por sua vez que originam do nome de pessoas homenageadas. Dessa forma, buscaremos entender como se dá essa trans de um antropônimo (nomes de pessoas) em um antropotopônimo (lugares com nomes de pessoas), haja a vista que estamos estudando lugares geográficos que se originam de outros espaços geográficos e cujo ato de renomeação procura razões diversas, entre as quais a tentativa de inserção de nomes de pessoas importantes para aquele agrupamento histórico como forma de registrar na história a memórias destes.

Sintetizamos abaixo os elementos não pertencentes ao ortônimo para que haja um melhor entendimento quando da presença de um deles na nomeação dos Assentamentos em análise neste subgrupo.

Quadro 37 – Elementos Não Pertencentes ao Ortônimo

Elemento	Definição
Apelido	“O apelido (alcunha ou, mais raramente, cognome) é o antropônimo atribuído a um indivíduo geralmente por outra pessoa. Muitas vezes, alude a uma característica física” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 82)
Hipocorístico	“O hipocorístico pode ser compreendido como um item formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo, etc.) de outro antropônimo. (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 84)
Pseudônimo	“Por <i>pseudônimo</i> , considera-se o antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil, o qual pode ser ou não encoberto. Podemos diferenciá-lo do apelido pelo fato de que é escolhido pelo portador do nome próprio. (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 85)
Codinome	“é empregado para ocultar a identidade de um indivíduo.” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 86)
Heterônimo	“aquele tipo de antropônimo que é atribuído a um indivíduo fictício, criado pelo portador de outro antropônimo.” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 87)
Nome Artístico	“O nome artístico corresponde com o antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e pelo qual se faz conhecido em sua atividade profissional, especialmente em áreas como música, cinema, teatro, televisão e afins. (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 88)
Nome de Guerra	“o nome de guerra é empregado em ambientes restritos, isto é, não costuma ser usado em diferentes espaços sociais (familiar, profissional, meio de comunicação, etc.). (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 90)
Nome Religioso	“O nome religioso é aquele empregado por membros de comunidades religiosas em lugar do nome civil.” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 92)
Nome Social	“não está normatizado em nenhuma lei, mas é definido e reconhecido por um decreto”, (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 94) o decreto nº 8727/2016, no qual o nome social está descrito da seguinte forma: “designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida”.
Nome de Urna	“o nome de urna se origina de um ato jurídico no qual o candidato às eleições proporcionais, isto é, candidato a um dos órgãos legislativos estaduais ou municipais, deve indicar até três opções antroponímicas pelas quais deseja ser identificado.” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 97)

Nome Parlamentar	“Ao tomar posse, o candidato eleito a um cargo legislativo deve informar à respectiva casa legislativa o seu nome parlamentar.” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 97)
------------------	--

Fonte: AMARAL; SEIDE, 2020.

Nossa análise está focada, como sabemos, nos nomes dos Assentamentos Rurais sergipanos que trazem em seu léxico nomes de pessoas. Por se tratar de um movimento social cuja historiografia nunca fez questão de lembrar importante, é normal que muitos dos nomes desses assentamentos não possuam os nomes completos de seus homenageados. As razões são muitas, desde a falta de conhecimento de seus próprios membros dos nomes completos das pessoas homenageadas até a existência de uma espécie de pseudônimo, uma redução do próprio nome pelo qual o militante era conhecido em vida. Por esta razão, o estudo de como se dá a destes nomes, na trans de um antropônimo para um antropotopônimo, é muito importante para que possamos compreender a forma como a denominação/renomeação se dá no interior desse grupo social. Para iniciar, vamos tentar visualizar a presença ou não dos elementos principais dos ortônimos. Esse aspecto linguístico fica melhor evidente quando exposto, como no quadro abaixo:

Quadro 38 – Assentamentos Rurais Sergipanos do Campo Motivacional da Memória e Identidade I: Estrutura Nominal

Assentamento Rural	Estrutura Nominal do Topônimo	Ausência/Presença de elementos
PA Dionísio dos Santos	Sigla (PA) + Prenome (Dionísio) + Sobrenome (dos + Santos)	- Sobrenome (Cruz)
PA Margarida Alves	Sigla (PA) + Prenome (Margarida) + Sobrenome (Alves)	- Nome (Maria)
PA Maria Zenilde dos Santos	Sigla (PA) + Duplo Prenome (Maria + Zenilde) + Sobrenome (dos + Santos)	
PA João Pedro Teixeira	Sigla (PA) + Duplo Prenome (João + Pedro) + Sobrenome (Teixeira)	
PE Colônia Agrícola Eldorado dos Carajás ³⁵	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Nome (Eldorado) + Prep. (de) + Nome (Carajás)	
PE Colônia Agrícola Sebastião Enéas	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Duplo Prenome (Sebastião + Enéas)	- Sobrenome(s)

³⁵Este nome representa uma forma de nomeação diferente em virtude de apenas lembrar os nomes de pessoas importantes e interiores ao movimento campesino, sem citar os nomes.

PE Colônia Agrícola Ana Patrícia	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Duplo Prenome (Ana + Patrícia)	- Sobrenome(s)
PE Colônia Agrícola Manoel Dionísio Cruz	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Duplo Prenome (Manoel + Dionísio) + Sobrenome (Cruz)	- Sobrenome (Santos)
PE Colônia Agrícola Valmir Mota Kenio	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Nome (Valmir) + Sobrenome (Mota) + Apelido (Keno>Kenio)	- Sobrenome (de + Oliveira) + apelido (Keno>Kenio)
PE Colônia Agrícola José Nogueira	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Nome (José) + Sobrenome (Nogueira)	
PE Colônia Agrícola Adão Preto	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Nome (Adão) + Sobrenome (Preto > Preto)	
PE Colônia Agrícola Augusto Bezerra	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Nome (Augusto) + Sobrenome (Bezerra)	- Sobrenome (de + Souza)
PE Colônia Agrícola Daniel Ricardo dos Santos	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Duplo Prenome (Daniel + Ricardo) + Sobrenome (dos + Santos)	
PA José de Jesus	Sigla (PA) + Nome (José) + Sobrenome (de + Jesus)	
PE Colônia Agrícola Emília Maria	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] Duplo Prenome (Emília + Maria)	- Sobrenome(s)
PA Emília Maria II	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Duplo Prenome (Emília + Maria) + Número romano (II)	- Sobrenome(s)
PA Maria Feitosa	Sigla (PA) + Nome (Maria) + Sobrenome (Feitosa)	
PA Djalma Cesário	Sigla (PA) + Nome (Djalma) + Sobrenome (Cesário)	
PA Carlito Maia	Sigla (PA) + Nome (Carlos >Carlito) + Sobrenome (Maia)	- Sobrenome (de + Souza)
PE Colônia Agrícola Ronivaldo Farias	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Nome (Ronivaldo) + Sobrenome (Farias)	
PE Colônia Agrícola Manrique	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Sobrenome/Apelido (Manrique)	- Nome

PE Colônia Agrícola Ana Patrícia II	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Duplo Prenome (Ana + Patrícia) + número romano (II)	- Sobrenome(s)
PE Colônia Agrícola José Acácio	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Duplo Prenome (José + Acácio)	- Sobrenome(s)
PA Raimundo Monteiro da Silva	Sigla (PA) + Nome (Raimundo) + Duplo Sobrenome (Monteiro + da + Silva)	
PA Josenilton Alves	Sigla (PA) + Nome (Josenilton) + Sobrenome (Alves)	
PA Raimundo Monteiro I	Sigla (PA) + Nome (Raimundo) + Sobrenome (Monteiro) + número romano (I)	- Sobrenome (da + Silva)
PE Colônia Agrícola José Renilson de Menezes	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Duplo Prenome (José + Renilson) + Sobrenome (de + Menezes)	
PA Colônia Agrícola José Unaldo de Oliveira	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] + Duplo Prenome (José + Unaldo) + Sobrenome (de + Oliveira)	
PA Colônia Agrícola Maria Vitória	Sigla (PA) + Duplo Prenome (Maria + Vitória)	- Sobrenome(s)
PA Josenilton Alves II	Sigla (PA) + Nome (Josenilton) + Sobrenome (Alves) + número romano (II)	
PA José Ribamar	Sigla (PA) + Duplo Prenome (José + Ribamar)	- Sobrenome (dos + Santos)
PA Luiz Beltrano	Sigla (PA) + Nome (Luiz) + Sobrenome (Beltrame > Beltrano)	- Sobrenome (de + Castro)
PA Zé Emídio	Sigla (PA) + Duplo Prenome (José > Zé + Emídio)	- Sobrenome (dos + Santos)
PA Adão Preto	Sigla (PA) + Nome (Adão) + Sobrenome (Preto > Preto)	
PA José Félix de Sá	Sigla (PA) + Nome (José) + Duplo Sobrenome (Felix + de + Sá)	
PA Manoel Martinho	Sigla (PA) + Nome (Manoel) + Sobrenome (Martinho)	
PA Edimilson Oliveira	Sigla (PA) + Nome (Edimilson) + Sobrenome (Oliveira)	
PA Jacinto Ferreira	Sigla (PA) + Nome (Jacinto) + Sobrenome (Ferreira)	

PA José Emídio dos Santos	Sigla (PA) + Duplo Prenome (José + Emídio) + Sobrenome (dos + Santos)	
PA Ivan Ribeiro	Sigla (PA) + Nome (Ivan) + Sobrenome (Ribeiro)	
PA Manoel Ferreira	Sigla (PA) + Nome (Manoel) + Sobrenome (Ferreira)	
PCA Nelson Emídio dos Santos	Sigla (PCA) + Duplo Prenome (Nelson Emídio) + Sobrenome (dos + Santos)	
PA Geraldo Garcia	Sigla (PA) + Nome (Geraldo) + Sobrenome (Garcia)	
PA Edmilson Evaristo	Sigla (PA) + Nome (Edmilson) + Sobrenome (Evaristo)	
PA Analício Araújo Barros	Sigla (PA) + Nome (Analício) + Duplo Sobrenome (Araujo + Barros)	
PA Cleonice Alves	Sigla (PA) + Nome (Cleonice) + Sobrenome (Alves)	
PA Joelia Lima	Sigla (PA) + Nome (Joelia) + Sobrenome (Lima)	
PA Nicacio Rodrigues	Sigla (PA) + Nome (Nicacio) + Sobrenome (Rodrigues)	
PDS Antônio Araújo da Silva	Sigla (PA) + Nome (Antônio) + Duplo Sobrenome (Araújo + da + Silva)	
PA Francisco José dos Santos	Sigla (PA) + Duplo Prenome (Francisco + José) + Sobrenome (dos + Santos)	
PA Ireno Alves	Sigla (PA) + Nome (Ireno) + Sobrenome (Alves)	
PA Tiago Soares Santos Ribeiro	Sigla (PA) + Nome (Tiago) + Triplo Sobrenome (Soares + Santos + Ribeiro)	
PA Wanderley Santos Prata	Sigla (PA) + Nome (Wanderley) + Duplo Sobrenome (Santos + Prata)	
PE Colônia Agrícola Salete Strozake	[Sigla (PE) + Nome Genérico (Colônia + Agrícola)] Nome (Salete) + Sobrenome (Strozake)	
PA José Gomes da Silva	Sigla (PA) + Nome (José) + Duplo Sobrenome (Gomes + da + Silva)	

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Este quadro nos dá uma visibilidade de algumas ocorrências interessantes. Em alguns casos, a ausência de sobrenomes como elemento formador do topônimo nos revela tanto a

necessidade de manter a memória do militante viva entre os assentados, mesmo sem que se saibam seu real nome, quanto a dificuldade existente para o registro da memória quando o enredo pertence a uma história pouco contada. A narrativa dos acampados não dispõe das mesmas fontes de comunicação que a narrativa historiográfica oficial, por isso a memórias dos seus é mantida na oralidade (e a por vezes, em produções panfletárias no interior do movimento) e até se materializar na escrita (do nome do Assentamento) muitas coisas podem acontecer. A proximidade do assentamento criado com a narrativa de vida do homenageado pode ser percebida pela forma como o nome dele foi transposto para o assentamento criado. Da mesma forma, a solidificação da memória daquele também pode ser percebida pela mesma forma como seu nome é transposto para o topônimo.

Se analisarmos alguns casos, veremos como a tentativa de manter a memória dos militantes assentados se mantém próspera quando temos o mesmo nome para dois lugares diferentes, sendo que um deles guarda um registro mais próximo da narrativa oral e outro um registro mais próximo da forma escrita (como em um documento de identificação pessoal).

Quadro 39 – José Emídio dos Santos: Nomes de Assentamentos em Sergipe

Nome do Assentamento	Data de Criação
PA Zé Emídio	27 de agosto de 2008
PA José Emídio dos Santos	12 de dezembro de 2005

Fonte: INCRA, 2022

Observe que embora o Assentamento Zé Emídio tenha sido criado posterior ao Assentamento José Emídio dos Santos, a forma como o nome próprio do militante foi transposto para os topônimos pode nos mostrar algumas nuances importantes: *José Emídio dos Santos*, nome completo do atuante campesino, mostra que sua escrita está conforme sua documentação pessoal. Já a forma *Zé Emídio*, mais próxima da oralidade, nos revela que este nome atravessou a história dos acampamentos, chegando neste último como uma espécie de pseudônimo, um nome pelo qual esse personagem, histórico para o movimento, ficou conhecido.

Embora possamos dizer que a do nome do Assentamento Zé Emídio ocorreu por hipocorístico a partir do ortônimo José Emídio dos Santos, a contextualização apresentada

cima nos fornece mais ferramentas pelas quais podemos entender o processo de denominação deste lugar em específico.

Observe como essa transposição dos nomes dos militantes através de uma narrativa oral que busca cultivar a memória dos seus se mostra relevante no caso de outro lugar: o Assentamento Luiz Beltrano homenageia um poeta cuja atuação militante se deu pela sua poesia popular, com temas ligados ao movimento. É um dos casos de homenagem em vida, uma vez que seu homenageado faleceu muito tempo depois de criado o assentamento. Porém, a forma como o nome é registrado no topônimo mostra a força da oralidade na transposição de uma história a ser cultivada. A palavra “beltrano” no dicionário Aurélio é descrita como “pessoa indeterminada” e é muito comum o uso, inclusive em meios oficiais, como os cartoriais, seu uso quando não se sabe o nome real da pessoa relatada. Aqui, porém, o que ocorre é uma interferência da fala da escrita (do nome do topônimo), daí *Beltrame* se transformou em Beltrano. Não é o desconhecimento do nome da pessoa que gerou o nome de parte do topônimo, mas a proximidade sonora entre as palavras *Beltrame/Beltrano*, até porque entre os assentados Luiz Beltrame era conhecido apenas como “Seu Luiz” (MST, 2023).

Quadro 40 – Luiz Beltrame: Nomes de Assentamentos em Sergipe

Nome do Assentamento: Assentamento Luiz Beltrano	Data de Criação: 11 de abril de 2005
Nome do Homenageado: Luiz Beltrame	Data de Falecimento: 26 de julho de 2016

Fonte: INCRA, 2022; MST, 2023

Por fim, mesmo em casos como o Assentamento Manrique, mesmo tendo sobrado o registro apenas do que seria o sobrenome do homenageado e que muito provavelmente era a forma como ele era conhecido entre os militantes, esta única palavra foi suficiente para o registro da sua memória. Cada topônimo deste nos revela algo sobre a história de vida dessa população, sua forma de agir e sua tentativa de criar uma narrativa de memória dos seus membros.

Em síntese, o quadro abaixo pretende mostrar a lexical desses topônimos:

Quadro 41 – Lexical dos Topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade dos Meus

Assentamento Rural	Ortônimo de Origem	Lexical
PA Dionísio dos Santos	Manoel Dionísio dos Santos Cruz	Subtração de Prenome no ortônimo [- Manoel]
PA Margarida Alves	Margarida Maria Alves	Subtração de Prenome no ortônimo [- Maria]
PA Maria Zenilde dos Santos	Maria Zenilde dos Santos	Homonímia
PA João Pedro Teixeira	João Pedro Teixeira	Homonímia
PE Colônia Agrícola Sebastião Enéas	Sebastião Enéas	Homonímia
PE Colônia Agrícola Ana Patrícia	Ana Patrícia	Homonímia com subtração aparente de sobrenome.
PE Colônia Agrícola Manoel Dionísio Cruz	Manoel Dionísio dos Santos Cruz	Subtração de sobrenome no ortônimo [- dos Santos]
PE Colônia Agrícola Valmir Mota Kenio	Valmir Mota de Oliveira	Subtração de sobrenome no ortônimo [- de Oliveira] com acréscimo de apelido [Keno>Kenio]
PE Colônia Agrícola José Nogueira	José Nogueira	Homonímia
PE Colônia Agrícola Adão Preto	Adão Preto	Homonímia com mudança na escrita [Preto> Preto]
PE Colônia Agrícola Augusto Bezerra	Augusto Bezerra de Souza	Homonímia
PE Colônia Agrícola Daniel Ricardo dos Santos	Daniel Ricardo dos Santos	Homonímia
PA José de Jesus	José de Jesus	Homonímia
PE Colônia Agrícola Emília Maria	Maria Emília	Homonímia com subtração aparente do sobrenome.
PA Emília Maria II	Maria Emília	Homonímia com subtração aparente do sobrenome.
PA Maria Feitosa	Maria Feitosa	Homonímia
PA Djalma Cesário	Djalma Cesário	Homonímia

PA Carlito Maia	Carlos Maia de Souza	Hipocorístico [Carlos > Carlito] seguido de subtração de sobrenome [- de Sousa]
PE Colônia Agrícola Ronivaldo Farias	Ronivaldo Farias	Homonímia
PE Colônia Agrícola Manrique	Manrique	Subtração aparente de prenome
PE Colônia Agrícola Ana Patrícia II	Ana Patrícia	Homonímia com subtração aparente do sobrenome e acréscimo de numeral romano com função distintiva.
PE Colônia Agrícola José Acácio	José Acácio	Homonímia
PA Raimundo Monteiro da Silva	Raimundo Monteiro da Silva	Homonímia
PA Josenilton Alves	Josenilton Alves	Homonímia
PA Raimundo Monteiro I	Raimundo Monteiro da Silva	Homonímia com subtração aparente do sobrenome [- da Silva] e acréscimo de numeral romano com função distintiva.
PE Colônia Agrícola José Renilson de Menezes	José Renilson de Menezes	Homonímia
PA Colônia Agrícola José Unaldo de Oliveira	José Unaldo de Oliveira	Homonímia
PA Colônia Agrícola Maria Vitória	Maria Vitória	Homonímia
PA Josenilton Alves II	Josenilton Alves	Homonímia com acréscimo de numeral romano com função distintiva
PA José Ribamar	José Ribamar dos Santos	Subtração do sobrenome [- dos Santos]
PA Luiz Beltrano	Luiz Beltrame de Castro	Subtração de sobrenome [- de castro] com assimilação influenciando a escrita.
PA Zé Emídio	José Emídio dos Santos	Subtração de sobrenome [- dos Santos]
PA Adão Preto	Adão Preto	Homonímia com mudança na escrita [Preto> Preto]
PA José Félix de Sá	José Feliz de Sá	Homonímia

PA Manoel Martinho	Manoel Martinho	Homonímia
PA Edimilson Oliveira	Edimilson Oliveira	Homonímia
PA Jacinto Ferreira	Jacinto Ferreira	Homonímia
PA José Emídio dos Santos	José Emídio dos Santos	Homonímia
PA Ivan Ribeiro	Ivan Ribeiro	Homonímia
PA Manoel Ferreira	Manoel Ferreira	Homonímia
PCA Nelson Emídio dos Santos	Nelson Emídio	Subtração de sobrenome [- dos Santos]
PA Geraldo Garcia	Geraldo Garcia	Homonímia
PA Edmilson Evaristo	Edmilson Evaristo	Homonímia
PA Analício Araújo Barros	Analício Araújo Barros	Homonímia
PA Cleonice Alves	Cleonice Alves	Homonímia
PA Joelia Lima	Joélia Lima	Homonímia
PA Nicacio Rodrigues	Nicacio Rodrigues	Homonímia
PDS Antônio Araújo da Silva	Antônio Araújo da Silva	Homonímia
PA Francisco José dos Santos	Francisco José dos Santos Oliveira	Subtração de sobrenome [- Oliveira]
PA Ireno Alves	Ireno Alves	Homonímia
PA Tiago Soares Santos Ribeiro	Tiago Soares Santos Ribeiro	Homonímia
PA Wanderley Santos Prata	Wanderley Santos Prata	Homonímia
PE Colônia Agrícola Salete Strozake	Salete Strozake	Homonímia
PA José Gomes da Silva	José Gomes da Silva	Homonímia

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Podemos compreender como a consciência de criação de uma identidade para o povo habitantes dos acampamentos/assentamentos materializada através do léxico denominativo desses lugares a partir de uma transposição de um antropônimo para a renomeação de um

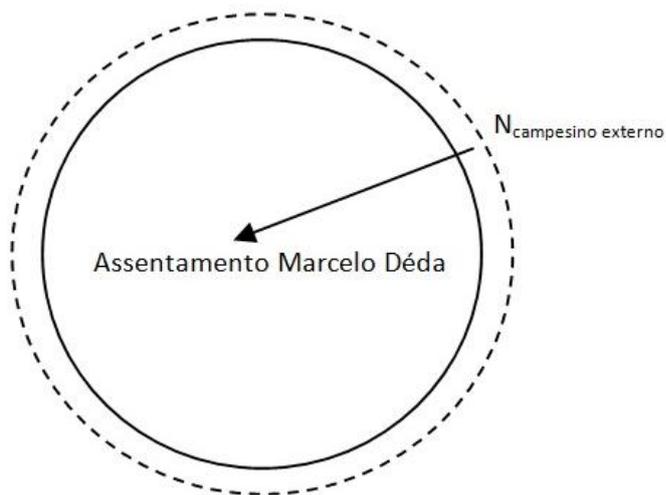
topônimo através das cartas lexicográficas. A carta lexicográfica 05, em Apêndices, mostra o dimensionamento dos topônimos expostos aqui em todo o território sergipano.

4.2.2. Memória e identidade dos nossos

Alguns topônimos que também buscam valorizar a memória do movimento campesino acabam por fazê-lo com nomes de pessoas cuja atuação não é tão interior ao movimento, mas que de alguma forma estão ligados ao movimento, seja por defender a mesmas causas dos militantes, seja por ter atuado dentro de suas áreas específicas na defesa dos interesses dos militantes ou por defenderem pautas semelhantes, embora sua atuação não tenha ligação com os movimentos do campo. É o caso, por exemplo, do Assentamento Marcelo Déda que homenageia o político sergipano, ex-governador, pela sua atuação dentro de movimentos de esquerda, sem, contudo ter sido um militante do movimento campesino. No Assentamento Marcelo Déda não encontramos uma homenagem ao político Marcelo Déda, mas ao militante Marcelo Déda, cuja vida pregressa à político-partidária fora marcada pela defesas de ideais comuns aos movimentos de esquerda.

Notemos como aquela expansão que mencionamos anteriormente se faz perceptível aqui.

Figura 28 – Assentamento Marcelo Déda: Expansão da Memória Campesina



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

O cultivo da memória dos militantes se transforma em uma necessidade de criação de outra história, paralela a oficial, uma história que mostre as realizações humanas do ponto de vista das minorias. Para tanto, os nomes dos Assentamentos nos servem de reflexão de como

este movimento ideológico ocorreu. Até sabemos que se deu pelo cultivo da memória dos militantes, cuja atuação significou muito para a história interna, e pelo reconhecimento das ações de pessoas externas ao movimento campestre, mas interna ideologicamente. Para Caudau (2021, p. 69), “chamar alguém por seu nome – e mesmo escrever corretamente seu sobrenome – é lembrar-se da atribuição e do reconhecimento social de uma identidade”. Dessa forma, quando o assentado transporta o nome daquela pessoa importante para o movimento para dar nome ao lugar, transporta para aquele local a memória de alguém, que não necessariamente será alguém local. Mas, inevitavelmente será alguém cujos ideais se venera. Ao expandir as homenagens para nomes de pessoas exteriores ao movimento, o campestre vai criando uma memória coletiva, uma identidade, uma ideologia sobre as quais seu *modus vivendi* irá se cultivar. O mesmo Caudau (2021, p. 69) irá dizer que “‘fazer o nome’ é agir para a posteridade, ter a esperança estéril de não desaparecer no esquecimento”. Com isso, evidenciamos que a ação denominativa presente neste Campo Motivacional age por meio de uma tentativa, ainda que inconsciente, de tentativa de inserção da memória dos seus na narrativa tradicionalmente contada, ou na tentativa de inscrição de uma narrativa paralela a esta tradicionalmente reconhecida, divulgada, ensinada e cultuada.

Apresentaremos a inserção desses nomes, e conseqüentemente, a expansão do movimento de criação de um sentimento de pertencimento histórico, da seguinte forma, ampliando o Campo Motivacional da Memória e da Identidade:

- Reconhecimento da atuação de pessoas externas ao movimento campestre, mas interno à ideologia do movimento campestre, cuja atuação ajudou a projetar a narrativa história dessa minoria em paralelo à narrativa da historiografia oficial;
- Culto à Memória dos Mártires dos ideais internos ao movimento campestre e sociais como um todo;
- Construção de uma narrativa histórica própria, com marcos históricos internos ao movimento campestre e às ideologias de esquerda;
- Reconhecimento da atuação de pessoas do campo ideológico, que em diferentes áreas de atuação, promoveram as mesmas bandeiras ideológicas defendidas pelo movimento campestre;
- E por fim, já em uma esfera de transição com o Campo Motivacional da Religiosidade, o reconhecimento da atuação de pessoas ligadas às igrejas, sobretudo à Teologia da Enxada.

Começamos pelo reconhecimento da atuação de pessoas externas ao movimento campestre, mas interno à ideologia do movimento campestre (os nossos). Os nomes dos Assentamentos Rurais, como já dissemos anteriormente, são decididos em discussão interna dentro do movimento, em assembleias deliberativas. Isso não impede que determinado militante proponha o nome de alguém que seja exterior ao movimento campestre para a denominação de um futuro assentamento. A relevância do nome, bem como sua ligação com a ideologia do movimento é que será crucial na aprovação ou não do nome sugerido. Abaixo listamos os topônimos que se encaixam neste Campo Motivacional.

Quadro 42 – Assentamentos Rurais Sergipanos do Campo Motivacional da Memória e Identidade dos Nossos

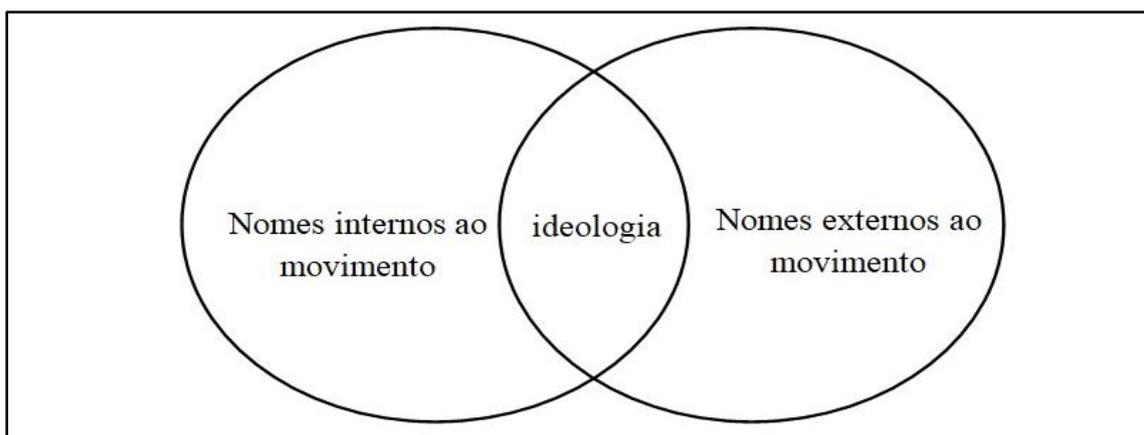
Nome do Assentamento	Localização	Informações Biográficas
PA João do Vale	Nossa Senhora da Glória	João Batista do Vale (1934-19960, cantor e compositor maranhense, famoso por suas letras que retratavam o drama dos desprovidos de terra.
PA Carlos Lamarca	Simão Dias	Carlos Lamarca (1937-1971) foi um dos principais opositores ao regime militar no Brasil.
PA Carlos Lamarca II	São Cristóvão	Carlos Lamarca (1937-1971) foi um dos principais opositores ao regime militar no Brasil.
PA Moacyr Wanderley	São Cristóvão/ Nossa Senhora do Socorro	Moacyr Wanderley, nome do primeiro Diretor da Estação Experimental em cujas terras surgiu o assentamento.
PA Hugo Herédia	Santo Amaro das Brotas	Hugo da Rosa Maria Silveira Herédia (? – 2006) foi um grande defensor da Reforma Agrária no Brasil e do direito dos trabalhadores.
PA Celso Furtado	Santo Amaro das Brotas	Celso Furtado (1920-2006), economista brasileiro que dedicou sua vida a entender o Brasil e produzir projetos de trans da nação.
PA Nelson Mandela	Poço Redondo	Nelson Rolinhlhla Mandela (1918 - 2013) foi um líder revolucionário e ex-presidente da África do Sul que tornou-se símbolo da defesa da liberdade racial, de uma sociedade justa e democrática.
PA Nelson Mandela II	Poço Verde	Nelson Rolinhlhla Mandela (1918 - 2013) foi um líder revolucionário e ex-presidente da África do Sul que tornou-se símbolo da defesa da liberdade racial, de uma sociedade justa e democrática.

PA Cleomar Brandi	Lagarto	Cleomar Ribeiro Brandi (1946 – 2011), jornalista sergipano que dedicou sua vida à denúncia dos latifundiários que promoviam a violência contra os militantes camponeses.
PA Marcelo Déda	Malhador	Marcelo Déda Chagas (1960 – 2013) foi um militante do Partido dos Trabalhadores e ex-governador do Estado de Sergipe.
PA Apolônio de Carvalho	Gararu	Apolônio de Carvalho (1912 – 2005) foi um militante comunista. Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e grande defensor da Reforma Agrária.
PCA Gov. Augusto Franco	São Cristóvão	Augusto do Prado Franco (1912 – 2003) foi um político, médico e empresário sergipano. Ex-governador de Sergipe conhecido pela sua atuação frente a viabilização da Adutora do São Francisco.

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Notemos que o que difere esses nomes dos anteriores é o campo de atuação dos mesmos. Enquanto os primeiros estavam reservados a pessoas que são internas ao movimento, cuja ações ficaram marcadas na memória por serem pessoas de dentro do movimento, aqui percebemos que houve uma necessidade de reconhecer a atuação de pessoas de fora do movimento cujas ações foram fundamentais para a divulgação dos anseios dessa população. Há em comum entre essas pessoas a defesa dos mesmos ideias, a concepção de uma mesma ideologia, conforme esquematizado abaixo:

Figura 29 – Ideologia do Movimento Camponês



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Outra diferença importante que iremos notar aqui está na escrita dos nomes desses assentamentos em relação ao ortônimo de origem. Se no grupo anterior havia uma dificuldade para a grafia do ortônimo, nome completo conforme o documento civil do memoriado, e por razões diversas, desde a dificuldade de identificação até ao movimento de transposição, de viagem deste nome de um lugar para outro, neste grupo essa dificuldade já não ocorrerá tão rotineiramente, pois os meios sociais nos quais a atuação desses indivíduos ocorre serão responsáveis pelo cultivo de sua representatividade. O quadro acima lista bem essa diferença.

Contudo, da mesma forma que no grupo anterior, a análise do corpus mostra que o nome da pessoa cuja memória é reforçada pela materialização no nome do assentamento não é grafado conforme seu nome civil. Em alguns casos, será aproveitado o pseudônimo pelo qual o homenageado é reconhecido. Em outros, por questões puramente distintas, o nome adotado poderá ser o nome completo da pessoa, ou ainda seu pseudônimo acrescido de um termo distintivo. É importante ressaltar que o próprio pseudônimo já se formou por um processo lexical. Há um aproveitamento desse pseudônimo, mas seu processo de é possível de ser visualizado quando exposto esquematicamente. É o que podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 43 – Assentamentos Rurais Sergipanos do Campo Motivacional da Memória e Identidade dos Nossos: Lexical

Nome do Assentamento	Ortônimo	Lexical
PA João do Vale	João Batista do Vale	Subtração de sobrenome na utilização de pseudônimo [- Batista]
PA Carlos Lamarca	Carlos Lamarca	Pseudônimo homônimo

PA Carlos Lamarca II	Carlos Lamarca	Pseudônimo homônimo com acréscimo de elemento distintivo (numeral romano II)
PA Moacyr Wanderley	Moacyr Wanderley	Homonímia
PA Hugo Herédia	Hugo da Rosa Maria Silveira Herédia	Subtração de sobrenomes na de pseudônimo. [- da Rosa; - Maria; - Silveira]
PA Celso Furtado	Celso Furtado	Homonímia
PA Nelson Mandela	Nelson Rolinhlahla Mandela	Subtração de sobrenome na do pseudônimo [-Rolinhlahla]
PA Nelson Mandela II	Nelson Rolinhlahla Mandela	Subtração de sobrenome na do pseudônimo [- Rolinhlahla] com acréscimo de elemento distintivo [numeral romano II]
PA Cleomar Brandi	Cleomar Ribeiro Brandi	Subtração de sobrenome na do pseudônimo [- Ribeiro].
PA Marcelo Déda	Marcelo Déda Chagas	Redução de sobrenome na do nome parlamentar/ pseudônimo [- Chagas]
PA Apolônio de Carvalho	Apolônio de Carvalho	Hominímia
PCA Gov. Augusto Franco	Augusto do Prado Franco	Redução de sobrenome na do nome parlamentar/ pseudônimo [- do Prado] e acréscimo de elemento distintivo para o nome próprio [+ Gov]

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Este quadro nos fazer ter uma visão mais ampla e detalhada da forma como ocorre a lexical do topônimo desses lugares, pelo aproveitamento de um nome público (pseudônimo e nome parlamentar no caso dos nomes de assentamentos existentes até o momento nesta localidade). Notemos que no caso de Marcelo Déda, o nome parlamentar já era o pseudônimo pelo qual o militante era conhecido antes de sua entrada na vida pública. E no caso de Augusto Franco, o nome parlamentar aproveitou o nome pelo qual o empresário já era conhecido, seu pseudônimo, e o nome do Assentamento acrescenta um elemento distintivo do nome próprio, a abreviação *gov.* que indica o cargo político ocupado pelo homenageado. Este é o único caso de lexical por acréscimo de elemento neste grupo de topônimos.

A distribuição desses topônimos no espaço geográfico sergipano pode ser visualizada de forma mais ampla através da carta lexicográfica 06 presente no Apêndice.

4.2.3. Memória e identidade dos outros e dos mártires

Uma vez conhecida essa ampliação das razões de nomeação dos assentamentos rurais por meio de nomes de pessoas e a forma pela qual um sentimento de identidade vai se consolidando, percebemos uma evolução natural dos nomes listados acima para a inserção de nomes que se tornam importante para o movimento campestre não apenas pela atuação fora do movimento da defesa de seus ideais, mas, sobretudo, para a inclusão de nomes que trazem para o movimento um aspecto conceitual, filosófico, reflexivo. Trata-se dos nomes dos assentamentos que são nomeados com o nome de pessoas importantes de diferentes campos do saber e que se tornaram importantes justamente por, na sua área de atuação, terem se destacado na defesa de questões que são as mesmas pautadas por estes movimentos minoritários.

Para Le Goff (2013, p. 432), “a memória coletiva, definida como ‘o que fica do passado vivido dos grupos, ou que os grupos fazem do passado’ pode, à primeira vista, opor-se quase termo a termo à memória histórica, como se opunham antes memória afetiva e memória intelectual”. Essa distância entre a memória social e história é diminuída quando diferentes personalidades de campos diferentes do saber passam a refletir o Brasil a partir de outros vieses para além do tradicionalista.

Nessa perspectiva, se hoje a narrativa criada e sustentada desde que a primeira bandeira por Reforma Agrária foi erguida no país é bem mais vista, divulgada e com força para duelar com formas tradicionais de narrar a história é porque intelectuais diversos abraçaram as causas das minorias em suas tentativas de entender a sociedade brasileira, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Quando o grupo social do MST batiza um espaço com o nome Assentamento Darci Ribeiro, por exemplo, está nos dizendo que suas ideias quando abraçadas pela figura importante e atuante de Darcy Ribeiro foram levadas a outro patamar. Daí a justa homenagem com a nomeação. A atuação deste intelectual e sociólogo é reconhecida como fundamental para a dinâmica de luta pela terra e para a criação de uma memória do movimento que precisa ser valorizada.

O estudo desses nomes vai nos mostrar essa expansão necessária para a identidade e ideologia desse agrupamento social. O processo de criação lexical não se difere dos anteriores, porém, seu estudo não é menos importante, sobretudo pelo que evidenciamos

acima. Abaixo, listamos os assentamentos rurais sergipanos que se encaixam neste campo motivacional.

Quadro 44 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Memória e Identidade dos Outros

Nome do Assentamento	Localização	Informações Biográficas
PA Florestan Fernandes	Canindé de São Francisco	Florestan Fernandes (1920 – 1995) foi um dos principais sociólogos brasileiros que revolucionou as análises das Ciências Sociais no Brasil por meio de uma reflexão social forte e teorias que explicam o <i>status quo</i> do Brasil.
PA Caio Prado	Estância	Caio da Silva Prado Junior (1907-1990), sociólogo, historiador, geógrafo, escritor, filósofo e político, é o introdutor de uma historiografia no Brasil de base marxista ligada aos anseios das massas.
PE Colônia Agrícola Karl Marx	Canindé de São Francisco	Karl Marx (1818 – 1883) foi um filósofo, historiador, sociólogo, teórico político e jornalista alemão criador de uma corrente de pensamento denominada marxista que pregava uma mudança social que pusessem fim às distinções de classes sociais.
PE Colônia Agrícola Florestan Fernandes	Poço Redondo	Florestan Fernandes (1920 – 1995) foi um dos principais sociólogos brasileiros que revolucionou as análises das Ciências Sociais no Brasil por meio de uma reflexão social forte e teorias que explicam o <i>status quo</i> do Brasil.
PE Colônia Agrícola Hebert de Souza	Poço Redondo	Herbert José de Souza (1935 – 1997), o Betinho, foi um dos principais sociólogos brasileiros, tendo forte atuação na defesa da população mais pobre do país.
PA Paulo Freire	Porto da Folha	Paulo Reglus Neves Freire (1921 – 1997) foi o maior educador social brasileiro e um dos maiores pensadores mundiais, responsáveis pela propagação de uma pedagogia crítica e de uma educação voltada para as minorias.
PA Paulo Freire II	Estância	Paulo Reglus Neves Freire (1921 – 1997) foi o maior educador social brasileiro e um dos maiores pensadores mundiais, responsáveis pela propagação de uma pedagogia crítica e de uma educação voltada para as minorias.
PE Colônia Agrícola Paulo Freire	Monte Alegre de Sergipe	Paulo Reglus Neves Freire (1921 – 1997) foi o maior educador social brasileiro e um dos maiores pensadores mundiais, responsáveis pela propagação de uma pedagogia crítica e de uma educação voltada para as minorias.
PE Colônia Agrícola Paulo Freire II	Nossa Senhora da Glória	Paulo Reglus Neves Freire (1921 – 1997) foi o maior educador social brasileiro e um dos maiores pensadores mundiais, responsáveis pela propagação de uma pedagogia crítica e de uma educação voltada para as minorias.
PA João Amazonas	Lagarto	João Amazonas de Souza Pedroso ³⁶ (1912 – 2002) foi um militante, escritor e político comunista, membro da ANL.
PA Karl Marx	Lagarto	Karl Marx (1818 – 1883) foi um filósofo, historiador, sociólogo, teórico político e jornalista alemão criador de uma corrente de pensamento denominada marxista que pregava uma mudança social que pusessem fim às distinções de classes sociais.

³⁶Para conhecer a vida e obra de João Amazonas consulte a página MarxistsInterntArchive, através do endereço <https://www.marxists.org/portugues/amazonas/index.htm>, acesso em 30 de junho de 2023.

PA Darci Ribeiro	Itaporanga D'Ajuda	Darcy Ribeiro (1922 – 1997) foi um dos mais importantes antropólogos, historiadores e sociólogo brasileiro, muito conhecido pelo seu foco na educação brasileira e na causa indígena.
------------------	--------------------	---

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

É importante notar que esses nomes nos mostram os diferentes campos do saber que acabaram ajudando a ampliar os ideais defendidos pelo movimento camponês. Este estudo se reserva ao estudo dos assentamentos rurais pertencentes ao território sergipano. Se ampliado – uma vez que não há estudo semelhante a nível nacional – para outros territórios poderíamos ter uma noção melhor dessa ampliação da ideologia do movimento para outras regiões ou mesmo em nível de território brasileiro. Embora exista essa lacuna, só no território sergipano já é possível perceber a existência de um compartilhamento de ideias afins em algumas áreas do conhecimento. O quadro abaixo buscará mostrar dois aspectos desses topônimos: a) a percepção do campo do saber que ajudou a ampliar a narrativa do movimento camponês e b) a lexical desses topônimos.

Quadro 45 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Memória e Identidade dos Outros

Nome do Assentamento	Campo do Saber	Lexical
PA Florestan Fernandes	Sociologia,	<i>Homonímia</i>
PA Caio Prado	Sociologia, História e Geografia	<i>Subtração de sobrenomes</i> [- da Silva] e <i>subtração de agnome</i> [- Junior]
PE Colônia Agrícola Karl Marx	Filosofia e Sociologia	<i>Homonímia</i> . O elemento distintivo neste topônimo é a sigla seguida do nome genérico Colônia Agrícola, característico dessa modalidade de assentamento.
PE Colônia Agrícola Florestan Fernandes	Sociologia	<i>Homonímia</i> . O elemento distintivo neste topônimo é a sigla seguida do nome genérico Colônia Agrícola, característico dessa modalidade de assentamento.
PE Colônia Agrícola Hebert de Souza	Sociologia	<i>Subtração de prenome</i> [- José]
PA Paulo Freire	Educação	<i>Subtração de sobrenomes</i> [-Reglus; - Neves]
PA Paulo Freire II	Educação	<i>Subtração de sobrenomes</i> [-Reglus; - Neves] com acréscimo de elemento distintivo [numeral romano II]
PE Colônia Agrícola Paulo Freire	Educação	<i>Subtração de sobrenomes</i> [-Reglus; - Neves]. O elemento distintivo neste topônimo é a sigla seguida do nome genérico Colônia Agrícola, característico dessa modalidade de assentamento.
PE Colônia Agrícola Paulo Freire II	Educação	<i>Subtração de sobrenomes</i> [-Reglus; - Neves] com acréscimo de elemento distintivo [numeral romano II]. O elemento distintivo neste topônimo é a sigla seguida do nome genérico Colônia Agrícola, característico dessa modalidade de assentamento.
PA João Amazonas	Literatura	<i>Subtração de sobrenomes</i> [- de Souza; - Pedroso]
PA Karl Marx	Filosofia e	<i>Homonímia</i>

	sociologia	
PA Darci Ribeiro	Antropologia, Sociologia História.	e <i>Homonímia</i> com mudança lexical [Darcy > Darci]

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Há ainda outro aspecto que é revelado pela análise dos topônimos desses assentamentos rurais circunscritos no Campo Motivacional da Memória e da Identidade de maneira geral e não somente nesse subgrupo apresentado, embora neste e no grupo seguinte isso seja mais evidente. Estamos nos referindo ao fato de encontrarmos entre os nomes homenagens a personalidades ligadas às ideologias de esquerda, nomes esses que comumente não encontramos em outros espaços de aglomeração humana. Antes de desenvolvermos essa exposição, porém, notemos como os topônimos deste subgrupo estão dimensionados no espaço geográfico sergipano.

Chama-nos a atenção, por exemplo, nomes como Karl Max nomeando um assentamento. Percebemos, com isso, que neste Campo Motivacional encontraremos nomes que certamente encontrariam resistência se proposto em outros espaços geográficos da vida urbana – praças, ruas, avenidas, etc.

Chamamos a atenção para esse fenômeno na revisão de literatura quando apresentamos o conceito de Toponímia Rebelde. É chegado o momento de desenvolver melhor essa abordagem por ser ela crucial para o melhor entendimento da ideologia intrínseca no léxico denominativo desses lugares.

Netto (2011) faz uso do termo “toponímia rebelde” para se referir a esses lugares cuja nomeação constitui um ato de “rebeldia” frente ao que é esperado do processo de nomeação antroponímica dos lugares. Netto (2011, p. 4) faz uso ainda do termo “consciência histórica rebelde” para se referir ao mesmo conceito que estamos usando aqui como sinônimo de uma consciência histórica de pertencimento ou de tentativa de inserção histórica. Preferimos a nossa definição, embora seja muito importante apresentar a visão desse autor. Quanto ao termo “Toponímia Rebelde”, preferimos o uso do termo “Toponímia de Resistência” por acreditarmos que no momento histórico de escrita desse trabalho ser mais conveniente esse uso que o anterior. Não que aquele esteja incorreto, mas entre os termos “rebelde” e “resistência” preferimos o segundo por julgarmos que seu uso parte de uma visão interna do movimento camponês, enquanto que o outro talvez passe a impressão de ser uma visão de fora do movimento. Contudo, é apenas uma escolha analítica.

Essa nova concepção, contudo, não nasce nesse trabalho. Alencar (2017, p. 107) já apresenta a ideias de toponímia resultante da dor e da resistência. Para essa autora, corroborando nossas observações, devemos encarar esses topônimos como uma ferramenta linguística e social, ou em outras palavras, “o poder da palavra como um modo de luta”. Cada topônimo nomeado com o nome de alguém ligado ao movimento inscreve nesse nome a história de luta e resistência dessa pessoa e do movimento como um todo.

Veremos esse fenômeno de uma forma mais abrangente com o próximo subgrupo de topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade. São lugares que homenageiam mártires das causas sociais como um todo.

Quadro 46 – Assentamentos Rurais Sergipanos do Campo Motivacional da Memória e Identidade dos Mártires

Nome do Assentamento	Localização	Informações Biográficas
PA Maria Bonita I	Poço Redondo	<i>Maria Gomes de Oliveira</i> (1911 – 1938), esposa de Lampião, tornou-se símbolo feminino da luta de resistência contra os poderosos. Baleada e decapitada viva, em 1938.
PA Cheguevara	Poço Redondo	<i>Ernesto Guevara del Serna</i> (1928 - 1967) foi um médico, revolucionário e guerrilheiro argentino. Figura importante da Revolução Cubana, defendia que a revolução promovida por ele ali chegasse a outros países, tornou-se assim um símbolo da contracultura. Executado em 1967.
PA Sepé-Tiaraju	Gararu	<i>Sepé Tiaraju</i> (1723 – 1756) foi um guerreiro indígena brasileiro pertencente ao povo guarani, considerado mártir da causa da defesa dos povos indígenas. Morto pelo exército espanhol em 1756.
PA Seguidores de Canudos	Itabi	Referência ao Movimento de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro.
PA Luis Carlos Prestes	Carira	<i>Luis Carlos Prestes</i> (1898 – 1990) foi um político e militante comunista, líder da Coluna Prestes. Embora não tenha morrido nas mesmas condições dos outros mártires, é ainda assim considerado uma grande inspiração para as ideologias de esquerda.
PA Zumbi dos Palmares	Macambira	<i>Zumbi</i> , também conhecido como Zumbi dos Palmares (1655 – 1695). Grande líder da resistência no Quilombo dos Palmares. Traído, preso e morto em 1695.
PA Rosa Luxemburgo	Estância	<i>Rosa Luxemburgo</i> (1871 – 1919), tendo nascido Rozalia Luksemburg foi uma economista, filósofa e militante polaco-alemã. Perseguida e morta em 1919 devido a sua atuação militante e revolucionária.

PA Chico Mendes	Indiaroba	<i>Francisco Alves Mendes Santos</i> (1944 – 1988) foi um seringueiro, ativista e sindicalista brasileiro que defendeu a causa dos seringueiros na região norte do país. Assassinado em sua própria causa por retaliação às suas ações ativista.
PA Sepé-Tiaraju II	Indiaroba	<i>Sepé Tiaraju</i> (1723 – 1756) foi um guerreiro indígena brasileiro pertencente ao povo guarani, considerado mártir da causa da defesa dos povos indígenas. Morto pelo exército espanhol em 1756.
PA Carlos Gato	Araúá	<i>Carlos Alberto Oliveira Santos</i> (1967 - 2001) foi um sindicalista e vereador sergipano. Morto em 2001.
PA Luiza Mahim	Itaporanga D'Ajuda	<i>Luiza Mahim</i> ³⁷ (provavelmente 1812 - ?) foi uma mulher escravizada, tendo nascido na Costa Mina, na África, e trazida ao Brasil. Esteve envolvida na articulação de todas as revoltas ocorridas na Província da Bahia no início do século XIX. Não existe documentação sobre sua morte, porém acredita-se que fora deportada para Angola. Apesar de não se saber se morreu defendendo a causa abolicionista, tanto Luiza quanto seu filho Luiz Gama se tornaram símbolos da causa abolicionista brasileira.
PA PA Carlos Lamarca II	São Cristóvão	<i>Carlos Lamarca</i> (1937 – 1971) foi um militar brasileiro que desertou e se tornou um dos grandes opositores e líderes dos movimentos contra o regime militar. Assassinado com seu companheiro de luta em 1971.
PA Rosa Luxemburgo II	São Cristóvão	<i>Rosa Luxemburgo</i> (1871 – 1919), tendo nascido Rozalia Luksemburg foi uma economista, filósofa e militante polaco-alemã. Perseguida e morta em 1919 devido a sua atuação militante e revolucionária.
PE Dandara	Riachuelo	<i>Dandara dos Palmares</i> (1654 – 1694) foi guerreira negra do século XVII no Brasil. Presa em 1694, suicidou-se para não ter que voltar à condição de escravizada. A Lei n.º 13.816, de 24 de abril de 2019, inscreveu o nome de Dandara dos Palmares no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.
PA Olga Benário	Santo Amaro das Brotas	<i>Olga Gutmann Benário Prestes</i> (1908 – 1942) foi uma militante comunista alemã de origem judaica. Executada em 1942 na câmara de gás do Campo de Extermínio de Bernburg.
PA Carlos Lamarca	Simão Dias	<i>Carlos Lamarca</i> (1937 – 1971) foi um militar brasileiro que desertou e se tornou um dos grandes opositores e líderes dos movimentos contra o regime militar. Assassinado com seu companheiro de luta em 1971.
PA Maria Bonita	Simão Dias	<i>Maria Gomes de Oliveira</i> (1911 – 1938), esposa de Lampião, tornou-se símbolo feminino da luta de resistência contra os poderosos. Baleada e decapitada viva, em 1938.

³⁷Para saber mais sobre Luiza Mahim visite a página da Fundação Palmares no endereço <https://www.palmares.gov.br/?p=26662>, acesso em 02 de julho de 2023.

PA Zumbi	Tobias Barreto	<i>Zumbi</i> , também conhecido como Zumbi dos Palmares (1655 – 1695). Grande líder da resistência no Quilombo dos Palmares. Traído, preso e morto em 1695.
PA Antônio Conselheiro	Lagarto	<i>Antônio Vicente Mendes Maciel</i> (1830 – 1897) foi um líder religioso brasileiro responsável pelo próspero Arraial de Canudos, gerando a ira de poderosos e uma grande Guerra – a Guerra de Canudos. Não se sabe ao certo o motivo de sua morte, mas acredita-se tenha sido complicações geradas por ferimentos de uma granada.
PA Mártires do Eldorado	Lagarto	Referência aos militantes assassinados durante o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, por uma operação da Polícia Militar. 19 deles faleceram no local, dois não resistiram e morreram no hospital.
PA Dorcelina Folador	Itaporanga D’Ajuda	<i>Dorcelina Oliveira Folador</i> (1963 – 1999) foi professora, poetisa, ativista de campo e política brasileira. Assassinada em 1999 pelo próprio amigo e apoiador da campanha política de Dorcelina.
PA União dos Conselheiros	Monte Alegre de Sergipe	Referência a Antônio Conselheiro.

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Novamente, aqui temos o uso do nome com o qual a personalidade é conhecida, seu pseudônimo. A forma de criação lexical, da mesma forma que em casos anteriores, vai subtrair elementos, conforme a composição do pseudônimo e aproveitado nome do assentamento, salvo os casos de duplicidade, para os quais o nome utilizado para nomeação sofre variação, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 47 – Lexical dos Topônimos dos Assentamentos Rurais Pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade dos Mártires

Nome do Assentamento	Nome do homenageado	Lexical
PA Maria Bonita I ³⁸	Maria Gomes de Oliveira	<i>Subtração de sobrenomes</i> [- Gomes; - de Oliveira], acréscimo de qualificador na do apelido/pseudônimo [+ Bonita] e uso do numeral romano de valor distintivo (I)
PA Cheguevara	Ernesto Guevara del Serna	<i>Acréscimo de Apelido</i> [+ Che] e subtração de sobrenome na do apelido/pseudônimo [- Del Serna], com justaposição de apelido com sobrenome [Che Guevara >Cheguevara]

³⁸Chama-nos a atenção essa forma de distinção entre os Assentamentos Maria Bonita e Maria Bonita I, normalmente, o lugar pioneiro não usa o numeral romano distintivo (I), reservado ao uso a partir da segunda ocorrência da duplicidade.

PA Sepé-Tiaraju	Sepé Tiaraju	<i>Justaposição</i> de nomes com uso de hífen
PA Luis Carlos Prestes	Luis Carlos Prestes	<i>Homonímia</i> do ortônimo
PA Zumbi dos Palmares	Zumbi dos Palmares	<i>Homonímia</i> do apelido
PA Rosa Luxemburgo	Rosa Luxemburgo	<i>Homonímia</i> do ortônimo
PA Chico Mendes	Francisco Alves Mendes Santos	<i>Hipocorístico</i> [Francisco > Chico] e subtração de sobrenomes [- Alves; - Santos]
PA Sepé-Tiaraju II	Sepé Tiaraju	<i>Justaposição</i> de nomes com uso de hífen, com uso de numeral romano com valor distintivo (II)
PA Carlos Gato	Carlos Alberto Oliveira Santos	<i>Subtração de prenome</i> [- Alberto] e de sobrenomes [- Oliveira; - Santos] e acréscimo de nome na de apelido [+ Gato]
PA Luiza Mahim	Luiza Mahim	<i>Homonímia</i>
PA Carlos Lamarca II	Carlos Lamarca	<i>Homonímia</i> com uso de numeral romano com valor distintivo (II)
PA Rosa Luxemburgo II	Rosa Luxemburgo	<i>Homonímia</i> com uso de numeral romano com valor distintivo (II)
PE Dandara	Dandara dos Palmares	<i>Subtração do locativo do apelido</i> [- dos Palmares]
PA Olga Benário	Olga Gutmann Benário Prestes	<i>Subtração de sobrenomes</i> [-Gutmann; - Prestes] na do pseudônimo
PA Carlos Lamarca	Carlos Lamarca	Homonímia
PA Maria Bonita	Maria Gomes de Oliveira	<i>Subtração de sobrenomes</i> [- Gomes; - de Oliveira] e acréscimo de qualificador na do apelido/pseudônimo [+ Bonita]
PA Zumbi	Zumbi dos Palmares	<i>Subtração do locativo do apelido</i> [- dos Palmares]
PA Antônio Conselheiro	Antônio Vicente Mendes Maciel	<i>Subtração de prenome</i> [- Vicente], sobrenomes [- Mendes; - Maciel] e acréscimo de qualificador na do apelido [+ Conselheiro]
PA Dorcelina Folador	Dorcelina Oliveira Folador	<i>Subtração de sobrenome do pseudônimo</i> [- Oliveira]

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Outro aspecto importante ao se considerar sobre esses topônimos é o fato de alguns nomes recuperarem para a memória dos movimentos sociais minoritários a figura heróica de personalidades que podem já ter aparecido em outras narrativas e até mesmo na narrativa historiográfica tradicional, porém, aqui, alinhada com a ideia de construção de uma ideia de herói desse povo. É o exemplo das figuras de Maria Bonita, Dandara e Zumbi. A

historiografia os trata como “bandida” e “escravos fugitivos”, enquanto que outros grupos sociais os tratam como símbolos da luta contra os poderosos. Da mesma forma que a História oficial trabalha, em sua narrativa, para a construção da figura de heróis, o mesmo se dá na narrativa dos movimentos sociais minoritários. O mesmo ocorre com figuras menos conhecidas como Luiza Mahim ou Carlos Gato.

4.2.4. Memória, Identidade e Marcos Históricos

Dentro do Campo Motivacional da Memória e da Identidade encontramos alguns topônimos que são facilmente reconhecidos por sua escrita peculiar: são aqueles cuja denominação trazem inscrita alguma data. Chama-nos a atenção que em alguns casos, as datas são conhecidas: Assentamento Treze de Maio (encerramento da legalização da escravatura no Brasil) ou Assentamento Oito de Março (data da Manifestação Pão e Paz ocorrida na Rússia em 1917, um dos eventos históricos usados para a criação do Dia da Mulher), por exemplo, têm datas que são facilmente reconhecidas por fazerem parte das narrativas conhecidas e ensinadas em escolas ou que fazem parte de feriados e comemorações dentro do calendário oficial adotado pelo país. Outras datas, porém, não são tão fáceis de serem identificadas e nos chama a atenção sua existência. A existência de um Assentamento Doze de Março (ocupa as terras da Companhia hidroelétrica do São Francisco - CHESF), por exemplo, nos chama à reflexão sobre a existência de algum que seja digno de nota e memorialização.

O estudo desses topônimos, sua forma de escrita e sua significação simbólica será fundamental para entender o modo de agir dessa população. É importante, para isso, fazer uma reflexão sobre a relação do homem com o tempo. Desde sociedades que remontam o início das civilizações que o controle do tempo, através dos calendários, marca a vida social dos diferentes povos. Não há uma única sociedade ou civilização que não tenha lançado mão desse mecanismo de contagem da passagem do tempo para criar simbolismos na vida social. Jacques Le Goff (2013, p. 442) esclarece-nos que “a conquista do tempo através da medida é claramente percebida como um dos importantes aspectos do controle do universo pelo homem.” Com isso, o autor nos chama a atenção para o fato de que o controle do tempo sempre significou uma tentativa de controle da realidade percebida pelos sentidos.

Quando os povos do campo começam a criar datas ou marcos que para a sua sociedade são importantes percebemos que nestas datas estão intrínsecas à memória de algum acontecimento relevante para aquele meio social. A criação de datas não é nova entre esses

povos. Em diferentes sociedades, o período de início da estação chuvosa é marcado e conhecido por qualquer integrante desse meio. Da mesma forma, o início de épocas de secas é igualmente reconhecido. Tais inscrições, em uma espécie de calendário do campo, ajudam esta sociedade a se organizar. “Em muitas grandes civilizações, a primavera e o outono emanaram uma aura que os impõe à sensibilidade e à arte, de tal modo que sua expulsão do calendário parece impossível” (Le Goff, 2013, p. 464). As sociedades vão se organizando através de datas que regulam suas ações sociais e conseqüentemente vão criando culturas e costumes.

Em algum momento, o movimento campestre começou a perceber a necessidade de cultivar a memória de datas importantes para o movimento, criando para si um calendário próprio, marcado tanto por eventos sociais dignos de nota (data da primeira ocupação de uma terra improdutiva feita pelo movimento, data de um acontecimento terrível para o movimento, mas que serve para que a luta daqueles que perderam suas vidas nesses acontecimento não tenha sido em vão).

É mais do que importante trazer à luz o debate sobre esse calendário próprio dos assentamentos para que este conhecimento seja parte fundamental dos debates acerca da questão agrária no país. Nem sempre a memória da população de um assentamento é resguardada na oralidade. Algumas datas são conhecidas apenas internamente, o que dificulta o resgate do seu significado; outras têm apenas uma vaga noção de sua significação. Quando, porém, a data é materializada em suportes escritos, seu reconhecimento é mais rápido por quem a analisa. Todavia, sempre que possível esta pesquisa traz o significado por trás de cada data comemorativa no interior do MST, ao passo que sua ausência indica a necessidade e importância de mais pesquisas da mesma natureza.

Através do léxico denominativo notamos não apenas a significação da data, mas todo o evento por trás de cada acontecimento. Desse calendário trazemos aqui o recorte preenchido pelos nomes dos assentamentos rurais sergipanos. Visto em conjunto, em uma análise dos assentamentos rurais do Brasil em sua totalidade, uma análise como esta será capaz de mostrar outras datas que representam momentos históricos importantes para o Movimento dos Trabalhadores Rurais.

Abaixo, temos os nomes dos assentamentos rurais em Sergipe que trazem datas em sua nomenclatura:

Quadro 48 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Memória, Identidade e Marcos Históricos

Nome do Assentamento	Marco Histórico	Informações enciclopédicas
PE Oito de Julho	8 de julho	<i>8 de Julho de 1820</i> , data em que foi assinada a Carta Régia que emancipava a Capitania de Sergipe Del Rey, tornando-a um capitania independente.
PA Doze de Março	12 de março	<i>12 de março de 1996</i> , o MST ocupa as terras da Companhia hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Foi uma das maiores ocupações do Brasil.
PE Colônia Agrícola 09 de junho	9 de junho	<i>9 de junho de 2003</i> , data de ocupação da área do atual assentamento rural.
PA Primeiro de Maio	1 de maio	<i>1º de maio de 1886</i> , data do protesto de Chicago, feito por trabalhadores assalariados que reivindicavam melhores condições de trabalhos. O protesto seguiu-se por alguns dias, quando uma bomba explodiu resultando na morte de policiais e manifestantes. No Brasil, a luta operária se inspirou nessa data para manifestações e no governo de Arthur Bernardes o feriado foi instituído.
PA Treze de Maio	13 de maio	<i>13 de maio de 1888</i> , data da abolição da escravatura no Brasil.
PA 17 de Abril	17 de abril	<i>17 de abril de 1996</i> , data do Massacre de Eldorado dos Carajás, transformado pela Via Campesina Internacional no <i>Dia Internacional da Luta Camponesa</i> . No Brasil, decreto assinado pelo então presidente da República, FHC, transformou a data no <i>Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária</i> .
PA 27 de Outubro	27 de outubro	<i>27 de outubro de 1985</i> , data da consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nessa data, no Rio Grande do Sul ocorria a primeira ocupação.
PA 27 de Outubro II	27 de outubro	<i>27 de outubro de 1985</i> , data da consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nessa data, no Rio Grande do Sul ocorria a primeira ocupação.
PA 08 de Agosto	8 de agosto	<i>8 de agosto de 1990</i> , marcado pela batalha campal entre o MST e a Brigada Militar Gaúcha devido à ocupação dos canteiros da Praça da Matriz em protesto pela Reforma Agrária. (Fonte: Lerrer, 2003, p. 93)
PA 05 de Janeiro	5 de janeiro	n/e.
PA 27 de abril	27 de abril	n/e.

PA Oito de Março	8 de março	<i>8 de Março de 1911</i> : uma das versões diz que nesta data ocorre um incêndio em uma fábrica têxtil em Nova Iorque, tirando a vida de mais de 100 mulheres. Segundo outra versão, entre 23 de fevereiro e 8 de março de 1917, um grupo de operárias russas saiu às ruas para protestar contra a fome e a Primeira Guerra Mundial. A data foi instituída pela ONU em 1975. Para o MST, a data foi transformada no Dia das Mulheres Sem Terra e a semana de luta na qual se insere a data como a Jornada das Mulheres Sem Terra.
PA Oito de Outubro	8 de outubro	n/e.
PA 22 de novembro	22 de novembro	n/e.

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Notemos que todas as datas identificadas trazem para o movimento camponês uma significação singular: o desejo de trazer para a memória eventos importantes na luta pela igualdade social em atividades diversas. As datas não apenas ligam a memória à luta pela posse de terras ou pela Reforma Agrária, mas mostra uma agenda de luta por igualdade em diversas frentes. A data de Emancipação Política de Sergipe, por exemplo, serviu de base para a ocupação de uma área, posteriormente transformada em assentamento. É comum ao Movimento Camponês comemorar certas datas com marchas e ocupações. No quadro acima, as datas não identificadas, por exemplo, podem ter sido a data de ocupação do lugar que posteriormente veio a se transformar em assentamento rural. Embora não tenhamos encontrado registro histórico desse acontecimento, pois essas datas nem sempre batem com a data de criação do assentamento, data da obtenção da terra, ou da portaria de desapropriação ou criação do assentamento, a tendência de nomear esses lugares dessa forma nos leva a uma conclusão parcial de que a data seja a data de montagem das primeiras lonas pretas nesse espaço.

As datas 12 de março e 17 de abril, por exemplo, são incluídas porque existe a necessidade de comemorar a luta do movimento. Em 12 de março de 1996, por exemplo, o MST ocupou as terras da Companhia Hidroelétrica de Sergipe para um contraste existente entre a população desprovida de terra e os investimentos sociais em terras com outras finalidades. A ocupação pretendia indicar que o lugar poderia ser utilizado também para o combate a fome. A luta gerou resultado e sua lembrança para o movimento é importante. Da mesma forma, em 17 de abril de 1996 muitos camponeses perderam a vida no Massacre de Eldorado dos Carajás. A lembrança do fato mostra que a vida daqueles não foi levada em vão.

A luta continuou e sua lembrança ficou inscrita na memória do movimento através do ato denominativo.

Quanto à escrita dos nomes desses assentamentos temos uma configuração interessante entre os assentamentos rurais sergipanos: a) a data pode aparecer escrita por extenso completamente, como em Assentamento Primeiro de Maio, ou b) a data pode aparecer com o dia escrito em forma numérica (seguida ou não de zero no lado esquerdo do número menor que 10) e o mês escrito em forma numérica. O quadro abaixo mostra esse detalhe de forma mais detalhada.

Quadro 49 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Memória, Identidade e Marcos Históricos

Nome do Assentamento	Lexical	
	Dia	Mês
PE Oito de Julho	Escrito por extenso	Escrito por extenso
PA Doze de Março	Escrito por extenso	Escrito por extenso
PE Colônia Agrícola 09 de junho	Escrito na forma numérica	Escrito por extenso
PA Primeiro de Maio	Escrito por extenso	Escrito por extenso
PA Treze de Maio	Escrito por extenso	Escrito por extenso
PA 17 de Abril	Escrito na forma numérica	Escrito por extenso
PA 27 de Outubro	Escrito na forma numérica	Escrito por extenso
PA 27 de Outubro II	Escrito na forma numérica	Escrito por extenso seguido por um numeral romano de valor distintivo (II)
PA 08 de Agosto	Escrito na forma numérica	Escrito por extenso
PA 05 de Janeiro	Escrito na forma numérica	Escrito por extenso
PA 27 de abril	Escrito na forma numérica	Escrito por extenso
PA Oito de Março	Escrito por extenso	Escrito por extenso
PA Oito de Outubro	Escrito por extenso	Escrito por extenso
PA 22 de novembro	Escrito na forma numérica	Escrito por extenso

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Notemos como o ano não é indicado na data, conforme a tradição da historiografia tradicional, que conserva apenas mês e ano das datas comemorativas. O elemento distintivo apresentado é a indicação romana usada após a indicação do mês. Embora não haja exemplos em Sergipe, poderemos encontrar a distinção para duplicidade também através de variação dos outros elementos, entre escrito por extenso e escrito na forma numérica. Exemplo disso é o Assentamento 1º de Maio, localizado no Tocantins x Assentamento Primeiro de Maio, em Sergipe. É importante frisar que a duplicidade de nomes, mesmo sem qualquer indicação distintiva é comum nos nomes dos assentamentos localizados em diferentes territórios. Mas dentro do mesmo espaço – superintendência regional estadual –

SR), a duplicidade será resolvida por meio de algum mecanismo de distinção na forma da grafia do nome. Existe o Assentamento 13 de Maio no Ceará e um assentamento homônimo no Espírito Santo, mas caso houvesse outro assentamento com o mesmo nome seja no Ceará ou no Espírito Santo haveria uma forma distintiva indicada no nome desse assentamento.

4.3. O CAMPO MOTIVACIONAL DA RELIGIOSIDADE E DA FÉ

O Brasil presenciou a partir da segunda metade do século XX um crescimento industrial que causou grandes mudanças na configuração dos espaços. O surgimento de fábricas nas grandes cidades fez com que muita gente deixasse o campo para se aventurar na zona urbana, e conseqüentemente ampliando as populações das favelas, pois as dificuldades econômicas faziam com que essa nova população ocupasse esses novos espaços. Outra parcela da população continuava tentando a vida no campo. Contudo, esse novo contexto fez com que os investimentos governamentais se concentrassem nos ambientes urbanos e pouco existindo nas zonas rurais do país.

Neto (2007, p. 332) esclarece esse cenário ao dizer que “as décadas de 1950 e 1960 apresentaram um forte incremento industrial e uma intensa migração entre campo e cidade.” No mesmo texto, o autor ainda cita a situação relata acima: “como essas políticas beneficiaram, majoritariamente, setores da capital nacional, acabaram por criar um proletariado urbano e uma massa de moradores em favelas”.

Esse novo contexto foi responsável pelo surgimento de mobilizações políticas populares no campo e na cidade, “muitas delas influenciadas pela Revolução Cubana” (NETO, 2007, p. 332). Nesse contexto, a Igreja Católica entra em cena com uma forte participação e influência sobre as massas. “É nesse contexto que o chamado *cristianismo social* ganhou corpo nas pastorais operárias e em organizações políticas e humanitárias” (NETO, 2007, p. 332). De acordo com Boff (apud Neto, 2007, p. 332), “foi em um encontro de teólogos realizado em Petrópolis (RJ), em 1964, que Gustavo Gutierrez apresentou a proposta de uma teologia vinculada à prática social.”

Quadro 50 - Práticas Religiosas dos Cristianismos Sociais

Práticas Religiosas dos Cristianismos Sociais	
Teologia da Libertação	“é um movimento sócio-eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos.” (CAMILO, 2011, p. 1)
Teologia da Enxada	“é uma prática teológica bem colocada à experiência religiosa popular feita no interior da de futuros agentes e ministros rurais, orientada por teólogos do extinto Instituto Teológico do Recife.” (NETO, 2014, p. 22)

Teologia pé-no-chão	“é trabalhada por teólogos bem próximos ao povo e na própria linguagem popular ou pelas mesmas comunidades em folhas mimeografadas ou pequenas brochuras, sob a forma de reflexões sobre o cotidiano e sobre as pequenas lutas, de novenas, de via-sacra e de celebrações litúrgicas.” (NETO, 2014, p. 29)
---------------------	--

Fonte: Elaboração própria, com base em Camilo, 2011; Neto, 2014.

Essa nova política da Igreja Católica pode ser explicada pelos novos contextos sociais da segunda metade do século XX, e pelo fato de a Igreja não querer perder o poder sobre as massas. Viu-se, dessa forma, a necessidade de se aproximar mais dessa população menos favorecida, através de ações populares. “A Igreja Católica, buscando uma adequação ao momento político e não querendo perder o controle sobre as suas bases, convocou, entre 1962 e 1965, o Concílio Vaticano II, sob o papado de João XIII”. (NETO, 2007, p. 332).

É nesse contexto que a Igreja Católica irá se aproximar dos movimentos de esquerda nas cidades e no campo. Dessa proximidade, algumas práticas religiosas foram resultantes e tiveram forte influência em toda a trajetória dos movimentos campestinos, uma vez que a influência da Igreja Católica começa a ser exercida ainda na década de 1960 e o movimento campestino irá se organizar e obter suas primeiras vitórias apenas na década de 1980.

Segundo Neto (2014, p. 22), essa mudança na concepção religiosa refletiu-se na “ dos seminaristas” que por sua vez “acarretou em práticas de atuação junto às comunidades”. Esses novos seminaristas ampliaram a atuação da Igreja Católica frente aos movimentos sociais das minorias, sobretudo na zona rural, e em especial, com os Trabalhadores Rurais Sem Terra. “Como consequência, no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) incentivou a participação de leigos em seus órgãos anexos, como o Conselho Indigenista Missionário (MISSI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Comissão de Justiça e Paz (CJP).” (NETTO, 2007, p. 333). Vemos, portanto, as ações por meio das quais a Igreja Católica passou a estreitar seus laços em meio aos mais necessitados. Todos os movimentos sociais que irão surgir no período – a partir da década de 1960 – tem influência desse contato da Igreja Católica com a população menos favorecida, reforçando os movimentos e criando forças para a luta por melhorias: “foram muitos os movimentos sociais que surgiram no período: associações de moradores, de usuários de transporte coletivo, movimento ecológico, de mulheres, de negros, luta pela terra, contra a carestia e pelos direitos dos consumidores.” (NETTO, 2007, p. 334).

Esse ressurgimento de movimentos sociais revela a existência de movimentos sociais que de tempos em tempos emergem com força na tentativa de mudanças sociais que possam beneficiar a camada mais pobre da população. Esses movimentos surgidos a partir de 1960, de certa forma, dialogam com outros movimentos anteriores, como as lutas de Canudos e Contestado: “Nas conhecidas lutas de *Canudos* e *Contestado*, o viés religioso messiânico e fanático é bastante presente na tentativa de construção de sociedades locais, com regras próprias, rústicas e questionadoras do poder central”. (NETTO, 2007, p. 334). Aqui, o diálogo é inevitável, com o diferencial de haver um movimento de amparo por parte de membros da Igreja nas causas defendidas pelos manifestantes.

Vale destacar, entre os órgãos anexos surgidos nesse período, a atuação da Comissão Pastoral da Terra. “O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, em Goiânia, foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas.” (STEDILE; MANÇANO, 1996, p. 19-20). Com as ações desse órgão, o caminho para o surgimento do MST ficou pavimentado. De acordo com Neto (2007, p. 336), a primeira reunião de articulação regional da luta pela terra vai ocorrer no Paraná em 1982. Dois anos depois, ocorria o Primeiro Congresso Nacional dos Sem Terra e originava-se o MST. A atuação da igreja nesse congresso foi fundamental para dar norte ao movimento: “esse encontro teve o apoio e a participação do bispo de Chapecó, Dom José Gomes, e nele foram aprovadas diversas linhas de ação, com a escolha do nome *Trabalhadores Sem Terra*.” (NETO, 2007, p. 336)

É comum, então, devida a forte influência exercida pela Igreja Católica, bem como da ação ativa da Comissão Pastoral da Terra junto ao movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que houvesse uma penetração de um elemento religioso dentro da ideologia do movimento, principalmente porque essas ações dialogavam diretamente com as ideias do socialismo, que com o tempo, o movimento acabou tomando para si. Ajudava-se também o fato de a organização do MST ter sido guiada por membros com instrução. “A maioria dos militantes mais preparados do movimento teve uma progressista nos seminários da Igreja.” (STEDILE; MANÇANO, 1996, p. 59).

Para Vendramini (2000 *apud* Neto, 2007, p. 336), “as idéias religiosas críticas, juntamente com as teorias marxistas e as experiências concretas socialistas, tiveram um papel fundamental na de um modo de pensar dos militantes do MST” e isso podemos perceber pela lexical dos nomes de alguns assentamentos. Os nomes de assentamentos que homenageiam religiosos ligados às experiências de religiosidade popular, nesse contexto, há razões de ser. A

gratidão a esses nomes é algo intrínseco à ideologia do MST, uma vez que a atuação deste fora fundamental para as conquistas ocorridas. Em Sergipe, por exemplo, a Diocese de Propriá teve vários nomes ligados à Teologia da Libertação que exerceram grandes trabalhos tanto na ajuda aos menos favorecidos, como na ajuda da organização dos movimentos do campo. Abaixo, listamos os nomes dos Assentamentos cuja denominação levam homenagens a religiosos ligados às teologias populares.

Quadro 51 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Religiosidade e Ação Social

Nome do Assentamento	Teologia	Informações Biográficas
PA Padre Cícero	Não denominada	<i>Cícero Romão Batista</i> (1844 – 1934) foi um sacerdote católico com forte influência na ligação da atuação da Igreja católica entre a população mais pobre. Na devoção popular, é considerado santo, e neta forma é conhecido como Padim Ciço ou simplesmente Padre Cícero. O santo popular, porém, tem um processo de beatificação e canonização aberto e autorizado pelo Vaticano.
PA Irmã Maria Joana Hermínia	Teologia da Libertação	<i>Maria Pereira Chaves</i> (1943 – 2000), freira atuante em Itabi, Graccho Cardoso e Propriá. Sua forma de falar com o público, que se diferenciava da forma como os sermões ocorrem foi o grande destaque entre a sua forma de atuação frente ao público mais necessitado. Teve forte atuação frente ao movimento campestre, sendo uma intermediadora de conflitos. (FRANÇA, 2004, p. 80)
PA Padre Nestor	Teologia da Libertação/ Teologia da Enxada	<i>Nestor Mathriceu</i> (? – ?) foi um padre da Congregação do Santíssimo Redentor, que primou por uma teologia que inseria o leigo na relação fé e vida. Atuou na Paróquia de Pacatuba e teve perseguição dos latifundiários devido à sua atuação frente ao movimento campestre.
PA Padre José Comblin	Teologia da Libertação/ Teologia da Enxada	<i>José Comblin</i> (1923 – 2011) foi um sacerdote belga naturalizado brasileiro que teve forte influência devido à criação de seminários rurais. Sua proximidade com a população mais pobre e sua forma de atuação lançaram as bases da Teologia da Enxada.
PA Madre Tereza de Calcutá	Não denominada	<i>AnjezëGonxheBojaxhiu</i> (1910 – 1997) foi uma religiosa católica de origem albanesa e naturalizada indiana fundadora da Missionária da Caridade. Sua singularidade para com os pobres fez dela uma pessoa muito nobre e reconhecida. Foi canonizada em 2016 pelo Papa Francisco.
PA Dom José Brandão de Castro	Teologia da Libertação	<i>José Brandão de Castro</i> (1919 – 1999) foi um foi um sacerdote religioso bastante atuante na Diocese de Propriá na luta pela desigualdade social e principalmente guiando os caminhos do movimento campestre.

PA Padre Gerard Lothaire Jules Olivier	Teologia da Libertação/ Teologia da Enxada	<i>Gerard Lothaire Jules Olivier</i> (1936 – 2013) foi um sacerdote belga que fixou residência em Japarutuba, Sergipe. Ali se instalando, vendo a situação de penúria da população mais pobre, passou a atuar na luta pela desigualdade na região.
PA Bispo Dom Helder Câmara	Teologia da Libertação	<i>Helder Pessoa Câmara</i> (1909 – 1999) foi um arcebispo católico muito atuante e defensor dos direitos humanos.
PA Dom Oscar Romero	Teologia da Libertação	<i>Óscar Arnulfo Romero Galdámez</i> (1917 – 1980), mais conhecido como Santo Oscar Romero, foi um sacerdote católico salvadorenho que pregava a não violência e o amor aos mais pobres. Beatificado e santificado, Santo Oscar Romero é o primeiro santo da América Central.
PA Dom Helder Câmara	Teologia da Libertação	<i>Helder Pessoa Câmara</i> (1909 – 1999) foi um arcebispo católico muito atuante e defensor dos direitos humanos.
PA Padre Jósimo Tavares	Teologia da Libertação/ Teologia da Enxada	<i>Jósimo Morais Tavares</i> (1953 – 1986) foi um sacerdote brasileiro, coordenador da Comissão Pastoral da Terra com forte atuação entre o movimento camponês, sendo por este motivo morto a mando de latifundiários do Tocantins.
PA Camilo Torres	Teologia da Libertação	<i>Camilo Torres</i> (1929 – 1966) foi um padre católico e guerrilheiro colombiano, pioneiro da Teologia da Libertação.
PA Irmã Dorothy	Teologia da Libertação/ Teologia da Enxada	<i>Dorothy Mae Stang</i> (1931 – 2005) foi uma religiosa estadunidense naturalizada brasileira que atuou ativamente nos movimentos sociais rurais do Pará, considerada Mártir da Caridade da Amazônia.

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Neste quadro podemos perceber como alguns nomes são reflexos diretos da atuação da Igreja Católica por meio da Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada, e outros que fazem uma ligação direta com movimentos sociais semelhantes de um passado um pouco mais distante, fazendo uma ligação entre os momentos históricos e mostrando que a luta do presente é uma continuidade de lutas semelhantes iniciadas por outros agentes anteriores à do MST.

O mesmo pode ser compreendido no quadro abaixo através da ação da Teologia da Enxada. Os pequenos panfletos, os sermões das Missas aproximando a história do movimento camponês a santos da Igreja Católica que operam em causas muito próximas ao anseio de seus membros, bem como a própria influência da Igreja, o que lhe dá poder de voz para sugerir nomes para os futuros assentamentos, geram outra tendência de nomeação para esses lugares. Os hagiopônimos encontrados nesses espaços têm uma ligação direta com as ideias e os anseios desse povo.

Quadro 52 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Religiosidade e Ação Social

Nome do Assentamento	Associação Religiosa	Informações enciclopédicas
PA Santo Antônio do Betume	Santo Antônio de Pádua	Santo Antônio de Pádua é um santo católico que viveu entre os séculos XII e XIII. Considerado padroeiro dos pobres, pois sua doutrina religiosa ensinava a ajuda aos pobres e necessitados.
PA Independência Nossa Senhora do Carmo	Nossa Senhora do Carmo	Título atribuído à Maria, mãe de Jesus. Para os devotos de Nossa Senhora do Carmo, Deus não deixa de recompensar os benefícios feitos aos necessitados. As lições de Nossa Senhora do Carmo eram portanto uma forma de mobilizar a população para ajudarem os homens do campo.
PA São Raimundo	São Raimundo Nonato	São Raimundo Nonato é um santo católico que viveu no século XIII e se rebelou contra a escravidão.
PA Nossa Senhora do Carmo	Nossa Senhora do Carmo	Título atribuído à Maria, mãe de Jesus. Para os devotos de Nossa Senhora do Carmo, Deus não deixa de recompensar os benefícios feitos aos necessitados. As lições de Nossa Senhora do Carmo eram portanto uma forma de mobilizar a população para ajudarem os homens do campo.
PA Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	O título atribuído à Maria, mãe de Jesus refere-se à sua glorificação ao céu e a esperança de dias melhores, conforme as promessas de Cristo na Terra.
PA Nossa Senhora da Boa Hora	Nossa Senhora da Boa Hora	Devoção mariana atribuída à Maria, mãe de Jesus, para que interceda em momentos das maiores aflições.
PA São Cristóvão	São Cristóvão	Santo católico considerado padroeiro dos viajantes, como os retirantes que saem de uma região de seca em busca de terras melhores.
PA São José da Quixabeira	São José	Santo católico, esposo de Maria. A vida simples de São José inspira os movimentos sociais que têm contato com alguma linha religiosa. Seu lugar no calendário, como indicador do período de plantio e chegada das chuvas, deu ao santo forte apelo popular.
PAE Agroextrativista Federal São Sebastião	São Sebastião	Santo católico que ficou marcado na história de Roma por ter servido a dois senhores: pertencia ao exército romano, mas não participava do martírio dos mais necessitados.
PA Nossa Senhora da Conceição	Nossa Senhora da Conceição	É um dogma da Igreja Católica que afirma que a virgem Maria foi preservada do pecado original desde o seu nascimento. Uma santa de forte apelo popular.
PA Santana dos Frades	Nossa Senhora Santana	Nossa Senhora Santana é uma santa católica, avó de Jesus Cristo, sendo portanto importante na história da salvação cristã.

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Notemos como os santos que dão nomes a esses lugares são religiosos cuja biografia ou significação religiosa está ligada a aspectos que dialogam com a ideologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nossa Senhora simboliza o amparo da religião aos menos afortunados e os outros santos têm em sua lição de vida um diálogo que o faz parecer está próximo e intercedendo por este povo. Por isso, escolhemos estudar esses topônimos para

além da classificação em hagiotopônimos. Procuramos fazer esse resgate da influência da religião no contexto de mudança social ocorrida no Brasil a partir da segunda metade do século XX, que por sua vez reflete na aproximação da Igreja Católica com os movimentos sociais diversos, entre eles o MST, que vai surgir a partir de desse contato.

Ainda sobre a Teologia da Enxada, principalmente, sobre sua forma de ação, e, sobretudo, sua influência sobre as publicações internas do MST, destacamos um grupo de topônimos cuja nomeação, a priori, parece ser constituída de frases nominais aleatórias, ainda que possam ser encontradas neles, em alguns casos, ligação com o pensamento religioso, mas que com um olhar mais detalhado irá mostrar que nessa sentença nominal atua o poder de síntese de mensagens bíblicas, provavelmente herdadas dos sermões. Abaixo, fazemos essa associação entre os topônimos e os versículos bíblicos que podem ter servido de base na sugestão do nome do lugar posto em votação nas assembleias. Acreditamos que a atuação do pensamento religioso tenha criado na mente dessa população um desejo utópico de criação de uma sociedade ideal, sem desigualdades sociais, manifestado na adoção dessas sentenças de nomes de lugar.

Quadro 53 – Assentamentos Rurais Sergipanos: Religiosidade e Mística

Nome do Assentamento	Associação Religiosa	Informações enciclopédicas
PA Terra Prometida	Bíblica	Termo utilizado na Bíblia para se referir à terra dada por Deus aos israelitas: Hebreus 11:9, entre outros.
PA Nova Vida	Bíblica	Refere-se às promessas de vida nova encontradas em vários versículos da bíblia: Romanos 6:3-4; 1 João 1:9; Colossenses 3:11, entre outros.
PA Novo Paraíso	Bíblica	Refere-se às promessas de vida no paraíso encontrada em versículos da bíblia: Gênesis 8:12; Gênesis 25:23; Êxodo 4:7, entre outros.
PA Novo Paraíso II	Bíblica	Refere-se às promessas de vida no paraíso encontrada em versículos da bíblia: Gênesis 8:12; Gênesis 25:23; Êxodo 4:7, entre outros.
PA Novo Sonho	Bíblica	Refere-se às diversas profecias sempre ditas em sonhos, na Bíblia: Gênesis 31:11; Gênesis 31:24, entre outros.
PE Colônia Agrícola Nova Vida	Bíblica	Refere-se às promessas de vida nova encontradas em vários versículos da bíblia: Romanos 6:3-4; 1 João 1:9; Colossenses 3:11, entre outros.
PA Nova Esperança II	Bíblica	Refere-se ao tempo que há por vir, de esperança, mencionado diversas vezes na Bíblia: Gênesis 8:10; Êxodo 4:7, entre outros.
PA Novo Paraíso	Bíblica	Refere-se à promessa bíblica de uma vida melhor em um novo paraíso: Gênesis 8:12, entre outros.

PA Novo Paraíso II	Bíblica	Refere-se à promessa bíblica de uma vida melhor em um novo paraíso: Gênesis 8:12, entre outros.
PA Espírito Santo	Bíblica	Segundo a Bíblia, quem recebe o Espírito Santo nasce de novo: Salmos 51:11; Isaías 57:15, entre outros.
PA Canaã	Bíblica	Nome da terra prometida aos judeus: Gênesis 9:18; Gênesis 11:31, entre outros.
PA Belo Monte	Movimento messiânico de Canudos	Fazenda improdutiva ocupada por Antônio Conselheiro e seus seguidores.

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa

Essas menções na forma de frases nominais que podemos relacionar com passagens bíblicas mais uma vez corroboram a ideia de que a ação denominativa de lugar nesses espaços passou por uma forte influência da religiosidade, em especial da Igreja Católica. A própria tônica de organização do movimento de ocupação das terras é revelado quando pensamos esta forma de batizar o lugar. Como já dissemos, entre a fase de acampamento e de assentamento, alguns anos se passam, e é necessário perseverança e fé, usando palavras do campo semântico religioso, para que a empresa obtenha êxito. Dessa forma, as palavras contidas no livro sagrado do Catolicismo são fundamentais para entendermos os motivos pelos quais as pessoas continuavam fixos nos acampamentos apesar de todas as dificuldades e violências ocorridas naquele lugar.

A este respeito, observe o que diz Neto (2007, p. 337): “O período de ocupação e resistência, debaixo de lonas pretas, às vezes durava anos, requer enorme coesão e força de vontade, o que, talvez, sem a ajuda da mística, dificilmente seria possível.” A mística é, para o MST, “algo intangível, é a qualidade de confiança, coragem e firmeza ante situações favoráveis ou adversas da luta pela terra. Mística é também o nome dado a cerimônias com características rituais realizadas precipuamente com intuito motivacional.” (CHAVES, 2022, p.2) A importância dos rituais da mística e da influência da religiosidade é recuperada quando analisamos os nomes desses lugares. “As atividades místicas começaram e ter influência no MST desde as primeiras ocupações de terra. Por sua estreita vinculação com as Igrejas, os rituais místicos eram muito vinculados à fé” (NETO, 2007, p. 237).

CONCLUSÕES

Vivemos em um período histórico marcado pela busca constante por revisionismos históricos. Passadas duas décadas do século XXI, múltiplos vieses têm ganhado espaço, mostrando vertentes outras para os eventos contados até então apenas pela lógica da historiografia tradicional, pela ótica dos detentores de poder socioeconômico. Nessa perspectiva, algumas narrativas contemporâneas têm evidenciado a visão de mundo particular de classes minoritárias, que antes só ecoavam em gêneros de textos locais, próprios de suas esferas de circulação de atividades humanas.

É nesse contexto que, na atualidade, conseguimos contrastar pelo menos duas narrativas que tentam ganhar espaço na política e na mídia, notadamente como expressão de ideologias de grupos sociais: de um lado, o discurso tradicional, histórico no sentido mais tradicional do termo, que enxerga o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e todos os outros Movimentos Sociais do Campo como frutos de bandidagem ou rebeldia; e do outro, uma narrativa contra hegemônica. Essa batalha, que pode ser metaforicamente simplificada na expressão *invasão/ocupação*, como palavras símbolos de um discurso proferido por entidades de um ou outro espectro ideológico, traz para o centro das discussões a necessidade de entender, divulgar para o mundo, a legitimidade das reivindicações dos movimentos camponeses. A diferença entre os termos *invasão* e *ocupação*, por exemplo, quando vista aos olhos da lei, sem considerar argumentos criados para validar outro ponto de vista, revela o quão genuína é a luta das classes trabalhadoras rurais quanto a fazer valer a Constituição Federal quanto ao uso produtivo da terra. Dessa forma, procuramos situar nossa discussão dentro dessa batalha de narrativas.

Destrinchamos como se processa a de um acampamento rural, desde as perspectivas legais de sua criação até as ideologias que sustentam a sua permanência, simbolizando a luta pela terra, até a sua trans em Assentamento, consideramos que, mesmo essa última fase é feita de etapas menores, como o pré-assentamento, por exemplo. Destacamos particularidades dessa dinâmica populacional, como a trans do espaço geográfico de uma terra improdutiva em um lugar de existência provisória – a acampamento – e posteriormente, a assentamento rural. Tal dinâmica se manifesta na linguagem, assim como todas as manifestações humanas se refletem nos usos da língua, por meio do batismo desses lugares. Há, nesse processo, uma ligação entre os nomes: o nome do espaço anterior (a terra improdutiva, em sua dimensão

microc3smica, quando por exemplo, temos uma fazenda, ou macroc3smica, quando temos as terras que fazem parte de um povoado) algumas vezes 3 preservado, outras vezes 3 modificado; o nome do espaço anterior algumas vezes 3 modificado a partir do nome de origem, ganhando novos significados, seja pelo acr3scimo ou decr3scimo de termos, e outras vezes 3 dado um nome totalmente diferente ao nome original.

Percebemos que, *a priori*, nem sempre 3 poss3vel identificar a ligaço existente entre os nomes dos assentamentos rurais justamente pelo fato de a trans do espaço geogr3fico influenciar o entendimento das motivaço3es para os batismos. O que em uma terra improdutiva poderia existir uma 3ndole vegetal sendo o fio condutor para o ato denominativo do lugar, a manutenço deste nome quando da trans deste lugar para um assentamento pode significar n3o mais uma 3ndole vegetal apenas, mas uma verdadeira afeiço pelo lugar, uma topofilia com peso ideol3gico que pode, ainda que em escala menor, ser entendido dentro de uma gradaço de uma ideologia maior do movimento campesino.

Com isso, evidenciamos como o estudo s3cio-hist3rico dos assentamentos, bem como da ideologia de esquerda convergente dos movimentos sociais rurais, pode ajudar a compreender que existem campos motivacionais sobre os quais podemos encaixar alguns nomes de assentamentos – mas n3o apenas assentamentos rurais – para fins de estudos. Os que o *corpus* formado pelos nomes dos Assentamentos Rurais de Reforma Agr3ria pertencentes a SR-23, Estado de Sergipe, possui nomes que podem ser encaixados em tr3s grandes campos motivacionais: o campo motivacional da topofilia; o campo motivacional da mem3ria e da identidade e o campo motivacional da religiosidade e da f3.

Quanto ao Campo Motivacional da Topofilia, para al3m de tudo que os at3 aqui, ficam duas reflex3es: a primeira, que nos revela como o Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, antes de ser um movimento ideol3gico, organizado, 3 acima de tudo um grito de socorro, um eco de desvalidos que clamam pela possibilidade de poder usar a terra para retirar seu sustento e que dessa forma, a relaço que esta populaço ter3 com a terra ser3 mais evidente e est3 na origem de todo o movimento ideol3gico que surge posteriormente. A ideologia do MST, a luta pela Reforma Agr3ria 3 simbolizada pela oposiço terra improdutiva (inconstitucional) e terra cultivada (constitucional), da3 porque o MST faz quest3o de que suas aço3es cumprem o que preza a Constituiço Federal quando trata da funço social da terra. Muito se tem debatido sobre os movimentos do campo, mas a relaço *homem-meio ambiente* tem sido deixada de lado quando se prop3e a analisar esse espaço social. Aqui, esse

entendimento é fundamental para compreender as razões pelas quais certos nomes de batismos são preservados na renomeação do espaço, enquanto outros são modificações de um nome original, por exemplo.

A segunda reflexão que este campo motivacional nos traz é a verificação de uma lacuna existente nos estudos toponímicos para estes espaços. Foi evidenciado que algumas terras quilombolas sergipanas são terras que ganharam status legais a partir da constituição de um projeto de assentamento, que possui características próprias, mas que ainda é possível perceber uma relação entre as populações e o meio ambiente nestes lugares. Outra coisa evidenciada é que nem todo território quilombola forma um Assentamento Rural, logo, nos resta uma fatia de espaço habitado pelo homem que carece de estudo toponímico e cujo estudo em Toponímia Crítica pode semelhanças e diferenças com as características encontradas para os nomes de lugares dos Assentamentos Rurais surgidos em territórios quilombolas.

Quanto ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade, ficou evidente a necessidade que existe de um entendimento das lutas dos Movimentos Camponês, seus símbolos, seus heróis, suas memórias, suas datas. Os como a ideologia do camponês engloba aos lugares nomes ligados direta ou indiretamente com as ideologias socialistas, desde homenagens a pessoas importantes dentro do movimento local, nacional, internacional, pessoas que defendem os mesmos ideais que defendem o movimento. O estudo dos nomes desses lugares mostra como a ideologia de esquerda ligada ao movimento cria para si uma narrativa grandiosa.

Dentro dessa narrativa, minorias são vistas como uma única comunidade: um episódio de luta social ocorrido no Haiti, como o Movimento Camponês de Papay, por exemplo, é incorporado à história do movimento porque na ideologia de esquerda do MST não há um povo minoritário brasileiro, nordestino, caribenho – embora muitas vezes se use uma ou outra expressão, mas que não passa de expressão locativa, distintiva – e sim um movimento social único e unido. Da mesma forma, a incorporação simbólica de pessoas de outros países ao movimento, como os nomes de Hugo Chaves, Che Guevara, entre outros, também mostra outra face desse mesmo fenômeno ideológico que se reflete da linguagem, mais especificamente no batismo para os lugares de vivência da população do MST.

Além disso, o estudo dos nomes desses lugares mostra a importância de (re)conhecer a salvaguarda de uma memória cultural por datas e sujeitos. Os movimentos sociais entenderam os mecanismos pelos quais a história tradicional fixou suas datas, símbolos e heróis (o calendário é um desses mecanismos) e usa a mesma ferramenta para solidificar a sua história particular. O estudo desses nomes nos revela a importância do conhecimento do Massacre do Eldorado dos Carajás e da memória daqueles que perderam suas vidas neste trágico acontecimento. E cada data, imortalizada no nome de um assentamento, é a narrativa de uma parte da história do MST que clama para ser contada e compreendida. A existência de muitos assentamentos batizados com datas mostra que só no território sergipano há muito o que se ler apenas analisando os nomes desses lugares. O estudo, por sua vez, abre margem para o questionamento, lacuna que pode ser preenchida futuramente: o que nos revela a análise dos nomes dos assentamentos rurais brasileiros formados por datas importantes para os movimentos sociais do campo?

Quanto ao Campo Motivacional da Religiosidade e da Fé, os como os Movimentos Sociais cristãos ajudaram a solidificar a Mística existente nesses espaços e como os ensinamentos religiosos ajudaram a criar as bases para a permanência do indivíduo na luta, acampado em lonas, perseverante, crente em um futuro melhor. Mais do que isso, como as palavras de fé acabaram entrando na denominação desses lugares, ainda que muitas vezes pela simplificação de um ensinamento bíblico através de uma frase nominal ou pela homenagem a pessoas importantes ligadas aos movimentos sociais católicos. Não citamos a influência de outras religiões e credos que possam ter reflexos na denominação desses espaços. É sabido que muitas igrejas evangélicas têm surgido em espaços de Assentamentos Rurais e redondezas, mas não encontramos evidências dessa influência no corpus analisado. O que não significa que não exista! Isso, inclusive, abre margem para outras análises, senão no território sergipano, mas no Brasil como um todo.

Enfim, os nomes dos Assentamentos Rurais Sergipanos, como sabiamente assinalou Dick (1998), demonstram que a história dos Movimentos Sociais do Campo urge por ser compreendida, divulgada, externada, revisada, igualada à história tradicionalmente contada. Nossa contribuição, depois do exposto até aqui, parece ser uma contribuição mínima quando pensamos o que pode nos mostrar uma análise quantitativa maior. Há todo um corpus, se levarmos em consideração uma divisão regional ou mesmo a dimensão total do território brasileiro, que pode nos evidenciar outros nomes que podem ser encaixados dentro dos três

campos motivacionais elencados aqui, nomes que nos podem outros campos motivacionais, e, por conseguinte outras facetas da ideologia do MST. As possibilidades são muitas. A metodologia está traçada e detalhada neste trabalho. Trabalhos futuros podem fazer uso deste material para ampliar a análise com base em um corpus maior, talvez dividido por região, ou fazer uma análise a nível nacional.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Tales. *Ilusão, convicção e mentira: linguagem e psicopolítica da pós-verdade*. In: CURCINO, Luzmaraet alli (orgs.). *Discurso e (pós)verdade*. São Paulo: Parábola editorial, 2021.

AGUILERA, Vanderci Andrade. *Taxonomia de topônimos: problema sem solução?*. Signum: Estudos da Linguagem, v. 2, n. 1, 1999, p. 125-137.

ALENCAR, Claudiana N. de. *Gramática de Resistência do Movimento Campesino: toponímia, agência e dor*. In: ALENCAR, Claudiana N.de; VASCON, Mária F. *Discursos, fronteiras e hibridismo*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2017.

ALDERMAN, D. H. *Street Names as Memorial Arenas: The Reputational Politics of Commemorating Martin Luther King Jr. in a Georgia County*. In: *Historical Geography* 30, 2002, p. 99-120.

ALDERMAN, D. H. *Place, Naming, and the Interpretation of Cultural Landscapes*. In: *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. Graham, B. e Howard, P. (ed.). Ashgate Press, 2008, p. 195-213.

ALMEIDA, Ana Cristina O. de. *Manejo e Conservação da agrobiodiversidade em assentamento rural Olga Benário no Estado de Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Araras, Universidade Federal de São Carlos, 2014.

AMADO, Maria Zélia Alves. *O trabalho da mulher nos agroecossistemas um estudo no projeto de assentamento Dandara - Malhador/SE*. Dissertação (Pós-graduação em Recursos Naturais), Universidade Federal de Sergipe, 2007.

ANDRADE, K. dos S. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins - ATITO*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

ANDRADE, Maria Barbosa. *Os conflitos socioambientais presentes nos Assentamentos Rurais em Sergipe: o caso da Barra da Onça no município de Poço Redondo*. *Interfaces Científicas*, v.2,n.2, p. 21-29, Aracaju, fevereiro de 2014.

ARAÚJO, Maria do Socorro de M. *Estudo Toponímico antropocultural de Uiramutã - Roraima*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2019.

AULETE DIGITAL. *Dicionário Online*. 2018. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. último acesso em: 20 de julho de 2023.

BALDI, Fabiana; ORSO, Paulino José. *Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST - Educação em Movimento*. Revista HISTEDBR On-line, n.50, p. 275-285, maio de 2013.

BERG, L.; VUOLTEENAHO, J. (ed.). *Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming*. Farnham (UK): Ashgate, 2009.

BACKES, Ana Luiza; ARAÚJO, José Cordeiro (orgs.). *Adão Preto*. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BAER, Alejandro. *La memoria social: breve guía para perplejos*. In: ZAMORA, José Antonio & SUCASAS, Alberto (eds.). *Memoria - Política - Justicia*. Madrid: Editorial Trotta, 2010, p.131-148.

BAGNO, Marcos. *Uma história da linguística*. Tomo 1. São Paulo: Parábola editorial, 2023.

BARONE, Luis Antônio *et al.* *Trajetórias de Assentamentos Rurais*. *Perspectivas*, v. 17/18, p. 205-237. 1994-1995

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. *Acampamentos do MST e sua importância na da identidade do Sem Terra*. *Revista NERA Presidente Prudente* Ano, v. 17, n. 24, p. 71-85, 2014.

BOLETIM da Educação. *Como trabalhar a comunicação nos assentamentos e acampamentos*. MST, n. 3, julho de 1993. Disponível em: < <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>> acesso em 20 de julho de 2022.

BONFIM, Wellington de Jesus. *A “luta pela terra” no processo de regularização fundiária de território quilombola: o caso da Comunidade Brejão dos Negros - Se*. Tese. (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

BONJARDIM, Solimar G.M; ALMEIDA, Maria Geralda de. *Tradição e luta pela terra: a Diocese de Propriá e o fortalecimento da identidade católica*. *Geonordeste*, Ano XXIV, n.1,2013.

CALDART, Roseli Salette (org). *Dicionário da Educação no Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, Juliana Soares. *Comunidade quilombola povoado Forte*. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: contexto, 2021.

CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. *Aplicações da teoria dos signos na Onomástica*. Língua e Literatura (USP), v. 27, p. 299-309, 2011.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. *Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil). combatendo o apagamento toponímico. Apropos [Perspektivenauf die Romania], Nr. 8: ToponymeundErinnerungskultur in der Romania: Hamburg University Press, p. 14-30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15460/apropos.8.1928>. Acesso em: 12 de julho de 2023.*

CARVALHINHOS, Patricia. *Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória*. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). Revista USP, São Paulo, n. 56, p. 172-179, 2003.

CARVALHINHOS, Patricia. *Memória toponomástica de São Paulo: elbarrio Tatuapé*. In: XXIV Congrès Internacional d'ICOS sobre CiènciesOnomàstiques, 2014, Barcelona. Actes del XXIV Congrès Internacional d'ICOS sobre CiènciesOnomàstiques. Annex. Secció 6. Barcelona: Generalitat de Catalunya, Departament de Cultura, Direcció General de Política Lingüística, 2014. v. 1. p. 1033-1046. Disponível em: <http://www.gencat.cat/llengua/BTPL/ICOS2011/109.pdf>.

CARVALHINHOS, Patricia; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; LIMA, Adriana. *The ideologicalfunction in namesofpublicspaces in thecityof São Paulo, Brazil*. OnomasticaUralica, Debrecen-Helsinki, v. 14, p. 93-110, 2018. Disponível em: <http://mnytud.arts.unideb.hu/onomural/kotetek/ou14/08.pdf>.

CAVALCANTI, Thiago M. et al. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, 2019.

CHAVE, Cristine. *Rituais da Mística: a mística do MST e as aporias da ação coletiva*. Revista de Antropologia, v. 65, n. 3., 2022.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

DICK, Maria V. P. *Os nomes como marcadores ideológicos*. In: Acta Semiótica et Lingüística -SBPL. São Paulo: Plêiade, 1998. v. 7.

COSTA, Luciana Célia da S. *Quilombo Desterro*. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

CURADO, Fernando Fleury et al. (orgs). *Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe*. Aracaju : Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

CGU, Relatório de Auditoria. *Fazendas Desapropriadas da SR 23, Sergipe*. Disponível em: Início - Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br). Acesso em 20 de setembro de 2022.

DANIEL, Camilo Feitosa. *As transformações do mundo do trabalho camponês no alto sertão sergipano e as estratégias de reprodução camponesa*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe), São Paulo, UNESP, 2018.

DATALUTA, Banco de Dados da luta pela terra. Relatório 2005-2020. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/>. Último acesso em 20 de julho de 2023.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II*. Revista Trama, vol. 3, n. 5, p. 141-155, set. 2007.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: Serviços de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. Annablume: São Paulo, 1997.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

DOURADO, Auceia Matos. *Viver e pertencer: identidade e territórios nos Assentamentos Rurais de Sergipe*. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

DOU, Diário Oficial da União. Ministério do Desenvolvimento Agrário. n.79, 25 de abril de 2002.

FAGGION, Carmen Maria *et al.* *Ideologias no ato de nomear revelando mudanças nas relações de poder de uma sociedade*. Revista Entreletras, vol. 4, n. 2, p. 10-30, ago-dez, 2013.

FERRON, Jeferson da L; TROIAN, Alessandra. *O processo de implantação dos assentamentos rurais em Santana do Livramento (RS)*. Economia e Desenvolvimento, v.32, ed.esp., p. 1-15, 2020.

FIGUEIREDO, Gislayne C; PINTO, José M de R. *Acampamento e Assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra*. Psicologia e Sociedade, v. 26, n. 3, 2014, p. 562-571.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANÇA, Alex Sandro dos Santos. *A Conversão de D. José Brandão de Castro: a ação social de mediadores religiosos na Diocese de Propriá-SE*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FRIZERO, Mariana Gonçalves. *Quilombo Pirangi*. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

FURTADO, Sebastião da Silva. *Toponímia e Cartografia*. Curso de de Topógrafos, Rio de Janeiro, 1957.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Beatriz D *et al.* *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

GOLVEIA, Célia Gonçalves. *Outra vez Sem Terra: Uma análise dos egressos da organização do Assentamento Vitória da União*. 2001. Dissertação (Pós-graduação em Sociologia das Organizações), Curitiba, UFPR, 2001.

GONÇALVES, Elienai C; FERNANDES, Bernardo M. *Análise a mapeamento dos tipos de assentamentos de Reforma Agrária e Reforma Agrária de mercado no Brasil: contribuição para compreensão da diversidade e atualidade da Reforma Agrária Brasileira*. In: Observatório Geográfico da América latina. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiagraria/27.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2022.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990. (Biblioteca Vértice. Sociologia e Política, 21).

HELLELAND, Boltov. 2018. *Geographical Names as Cultural Heritage*. In *Toponymy Training Manual*, ed. United Nations Group of Experts on Geographical Names (UNGEGN). <<https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/UNGEGN/docs/CHAPTER%2022.pdf>>.

HEMEROTECA luta pela Terra. *Jornal Terra Livre 1954-1964 e outras publicações*. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13250>. Último acesso em 10 de julho de 2023.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e Semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Altabooks, 2018.

HOUGH, Carole (ed.). *The Oxford handbook of names and naming*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 371-381. (Oxford Handbooks in Linguistics).

HOUGENET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

INCRA, INSTITUTO Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2017. Disponível em: <<https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. último acesso em 30 de julho de 2023.

INCRA, MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>> último acesso em 30 de julho de 2023.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *A toponímia como signo de representação de uma realidade*. Revista História, UFMS, v.1, n.2, p. 27-46, julho-dezembro de 1997.

ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P. *Toponímia urbana: um estudo de caso a partir de dados do ATEMS*. Apresentação oral no XI ENGTLEX. Salvador, 2017. Slides disponibilizados pelas autoras.

LACERDA, Roberto dos S; SILVA, Gicélia Mendes da. *Reterritorialização, conflitos ambientais e saúde em comunidades quilombolas de Sergipe*. Revista da ABPN, v.8, n. 18, novembro de 2015, p. 239-254.

LAGARES, Xoan Carlos. *Qual política Linguística? desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola editorial, 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LERRER, Débora Franco. *Os silêncios do Conflito da Praça da Matriz*. *Lumina*, Juiz de Fora, Facom, UFJF, v.6, n.1/2, p.93-112, janeiro-dezembro de 2003.

LIGHT, Duncan; YOUNG, Craig. *Toponymy as Commodity: exploring the economic dimension of urban placenames*. *International Journal of Urban and Regional Research*. v. 19, n. 3, p. 435-450, maio 2015.

LIGHT, Duncan *et al.* *Toponymy and the Communist City: Street Names in Bucharest, 1948-1965*. *Geo-Journal* v. 56, n. 2, p. 135-144, 2002.

LIMA, Adriana Tavares. *Alterações toponímicas no município de São Paulo: as pontes sobre os rios Tietê e Pinheiros*. In: ENCONTRO DO CELSUL: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 10., 2012, Cascavel. Anais do X Encontro do CELSUL: Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Cascavel, 2012b, p. 1-12. Disponível em: https://www.academia.edu/2781171/Alter%C3%A7%C3%B5es_topon%C3%ADmicas_no_munic%C3%ADpio_de_S%C3%A3o_Paulo_as_pontes_sobre_os_rios_Tiet%C3%AA_e_Pinheiros.

LIMA, Adriana; CARVALHINHOS, Patricia. *Toponymic Inflation: When the Politics Dilates Names*. *The Bridges of São Paulo (São Paulo, Brazil)*. *Onomastica Uralica*, Debrecen-Helsinki, v. 12, p. 405-414, 2018. Disponível em: <http://mnytud.arts.unideb.hu/onomural/kotetek/ou12/28.pdf>.

LOPES, Jecson Girão. *O Assentamento rural como territorialização das lutas camponesas*. São Cristóvão, SE. *Revista GeoNordeste*, Ano XXIII, n.2, 2012.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. *Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/ 2005*. *Revista Scientia Plena*, v. 3, n. 1, 2007.

MADDEN, David J. *Pushed off the map: toponymy and the politics of place in New York City*. *Urban Studies* v. 55, n. 8, p. 1599-1614, 2017. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/69568/1/Madden_Pushed%20off%20the%20map_2017.pdf.

MARÉS, Carlos Frederico. *A Função Social da Terra*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.

MARTINS, Francisco. *O nome próprio: da gênese do eu ao reconhecimento do outro*. Brasília, Universidade de Brasília, 1991.

MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível*. *Tempo Social, Revista de Sociologia*, n.12, p. 97-128, outubro de 1999 (editado em fevereiro de 2000).

MARTINS, Ana Karina. *As intervenções técnicas em áreas de reforma agrária no Estado de Sergipe: possibilidades e desafios*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), São Cristóvão, UFS, 2011.

MARTINELLI, Marcello. *Mapas da Geografia e cartografia temática*. São Paulo: Contexto, 2021.

MENEZES, Paulo Márcio L.de; SANTOS, Claudio João B. dos. *Geonímia do Brasil: pesquisa, reflexões e aspectos importantes*. Revista Brasileira de Cartografia, n. 58,v.2, agosto de 2006.

MELO, Alvanira Ribeiro. *Condições do PRONAF: fortalecimento ou manutenção da submissão da agricultura camponesa em assentamentos de reforma agrária no alto sertão sergipano?* Dissertação. (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

MIRANDA, Roberto de Sousa; CUNHA, Luis Henrique H. *A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática*. Cadernos CRH, Salvador, v.26, n. 68, p. 363-376, maio-agosto, 2013.

NASCIMENTO, Irineia Rosa et al. *Emprego de metodologias participativas no reconhecimento do P.A. Padre Nestor/ Pacatuba-SE*. Cadernos de Agroecologia, v.10, n. 3, 2015.

NETO, Adauto Guedes. *Teologia da Enxada e ditadura militar: relações de poder e fé no Agreste Pernambucano entre 1964-1985*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

NETO, Antônio Julio Menezes. *A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Caderno CRH, Salvador, BA, v.20, n.50, p.331-341, maio-agosto de 2007.

NETO, Raul Marques; NASCIMENTO, Adelli C.S. *A (des) (re)territorialização dos agrocombustíveis e do campesinato em Capela-SE*. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-17.

NETTO, Sebastião L. P. V. *Memória histórica na toponímia das lutas sociais da história recente latino-americana*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

NETTO, Sebastião L. P. V. *“Cuidar la vida es cuidar la memoria” : toponímia rebelde dos movimentos sociais latino-americanos*. Revista Debates insubmissos, Caruaru, PE, v.1, n.1, janeiro -abril de 2018.

NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Cêurio de. *As origens psicossociais dos topônimos brasileiros*. Boletim Geográfico, v. 29, n. 215, p. 61-70, 1970.

PAIVA, Vera Lucia Menezes de O. *Manual de Pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola editorial, 2019.

PAULA, Eurípedes Simões de. *A propriedade rural*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Volume II, São Paulo, 1976.

PINKER, Steven. *Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana*. Trad. Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Trad. Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-5, 1989.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. *A ação do estado na inserção do agrodiesel em Sergipe: resistência e subordinação no assentamento Jacaré-Curituba*. Geonordeste, Ano XXIV, n2, 2013.

RIBEIRO JUNIOR, Eduardo Prado. *Assentados e não assentados no Povoado Boa Vista, capela/se: sustentabilidade e pequena propriedade*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), São Cristóvão, UFS, 2010.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.

ROCHA, Luiza Guasti D. *Assentamento Sete Brejos: Análise das relações de cooperação e reciprocidade entre agricultores*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Brasília, UNB, 2019.

RODRIGUES, Auro de Jesus *et al.* *As abordagens das correntes de pensamento geográfico para o ensino de geografia*. Ciências Humanas e Sociais, v. 2, n.2, p. 2, p. 209 -220, 2014.

ROSE-REDWOOD, Reuben; ALDERMAN, Derek. *Criticalinterventions in politicaltoponymy*. ACME: AnInternational E-Journal for CriticalGeographies, v. 10, n. 1, p. 1-6, 2011.

ROSE-REDWOOD, Reuben. *et al.* *GeographiesofToponymicInscription: New Directions in CriticalPlace-NameStudies*. In: Progress in HumanGeography v. 34, n. 4, 2010, p. 453-470. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309132509351042>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: editora UNESP, 2010.

SÁ, Talita Rodrigues de; SILVA, Maria do Perpétuo S.C. da. *Pelos caminhos da cartografia linguística paraense: estudos semântico-lexical do Distrito Mosqueiro numa perspectiva socieducacional*. Jundiaí: Paco editorial, 2018.

SANTANA, Mônica Cristina S. *Participação política e produtiva: estudo das relações de gênero no Assentamento Moacyr Wanderley - Quissamã (SE)*, Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) Campinas Grandes, Universidade Federal da Paraíba, 1997.

SANTOS, Ana Caroline Trindade. *Juventude rural e permanência no campo: um estudo de caso sobre a juventude do assentamento Flor do Mucuri/Se*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

SANTOS, Cezar A. N. dos. *Toponímia em Sergipe: descrição e análise*. 2019. 349f. Tese (Doutorado em Linguística Histórica) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2019.

SANTOS, Thaynara et al. *Uma análise quantitativa dos Assentamentos Rurais do Estado de Sergipe e no Brasil*. In: Anais do VII Simpósio de Engenharia de Produção de Sergipe, São Cristóvão, SE, outubro de 2015. p. 548-556.

SANTOS, Jailza Bispo de et al. *A Agricultura Tradicional na Promoção da Agrobiodiversidade: o Caso dos Quintais Produtivos no Assentamento Santana dos Frades, Município de Pacatuba, SE*. BrazilianJournalOfAgroecologyand Sustainability, v.3,n.1., 2021.

SANTOS, Nivalda Batista. *Resistência e desafios na garantia da posse da terra na comunidade quilombola de Mocambo no município de Porto da Folha - SE*, Dissertação, (Pós-graduação em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SANTOS, Suely Virginia dos. *O Quilombo de Caraíbas*. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

SANTOS, Eduardo de Jesus; SANTOS, Elaine Christian B. dos. *Reorganização socioambiental no Assentamento Curralinho Poço Redondo/SE*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, março de 2005.

SANTOS, Fábio Ferreira. *O fetiche da tecnologia no espaço agrário: O caso dos assentamentos Jacaré Curitiba e Edimilson de Oliveira em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2013.

SANTOS, Viviane Melo. *Territorialidades em construção no quilombo Terra Dura e Coqueiral em Capela/SE*. Dissertação (Mestrado em Geografia), São Cristóvão, UFS, 2020.

SANTOS, Marcos Antônio dos. *Do conflito à guerra simbólica: o 8 de agosto de 1990 em Porto Alegre e sua representação*. Revista Historiador, n. 5, Ano 5, dezembro de 2012.

SANTOS, Rogério Andrade dos. *Comunidades eclesiais de base na província eclesiástica de Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

SANTOS, Geane Corrêa dos. *Gerard Olivier: um missionário redentorista belga em Sergipe*. XII Encontro Cearense de História da Educação, 2013.

SANTOS, Marilene. *Práticas sociais da produção e unidades de medida em assentamentos do nordeste sergipano: um estudo etnomatemático*. Dissertação (Mestrado em Educação), São Leopoldo, UNISINOS, 2015.

SATELES, Ana Julia *et al.* *Desafios, concepções e vivências da promoção da saúde em comunidades quilombolas de Sergipe*. In: Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 3, 2020. São Cristóvão: PPGL/UFS, 2020.

SEABRA, M. Candida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

SEABRA, M. Candida Trindade Costa de. *Variação e mudança linguística de topônimos*. In: COSTA, Daniela de Souza Silva; BENÇAL, Dayme Rosane. *Nos caminhos do léxico*. Campo Grande: EDUFMS, 2016. p. 137-154.

SILVA, Elton Oliveira da *et al.* *Assentamentos Rurais e Acampamentos: dinâmicas recentes do Espaço Agrário*. In: Anais do Fórum da FEPEG, Unimontes, 2018.

SILVA, Aline Oliveira de. *Da Teologia da Enxada ao mst: conflitos, (re)ocupações e as experiências de reforma agrária do Peba e do Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do São Francisco, 1982-1989*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Alagoas, 2021.

SILVA, Nelmiros Ferreira da. *Crédito fundiário e desenvolvimento territorial entre o fetiche e o enfrentamento à questão agrária no Alto Sertão de Sergipe*. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

SILVA JUNIOR, Carlos Humberto F. *Ethos: uma proposta classificatória para a utilização do conceito na área da comunicação*. Revista Comunicologia, v. 12, n. 1, p. 54-68, jan.-jun. 2019.

SMITH, Grant W. *The symbolic meaning of names*. Onomastica Uralica, Debrecen-Helsinki, v. 11, p. 5-15.

SOBRAL, Ivana Silva. *Instrumentos de gestão ambiental como subsídio para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamentos de reforma agrária de Sergipe*. Tese (Doutorado em Geografia), São Cristóvão, UFS, 2012.

SOUSA, Alexandre Melo de; DARGEL, Ana Paula T. P. *Caminhos da toponímia no Brasil e as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick*. Revista GTLex, Uberlândia, v. 6, n. 1. julho-dezembro de 2020.

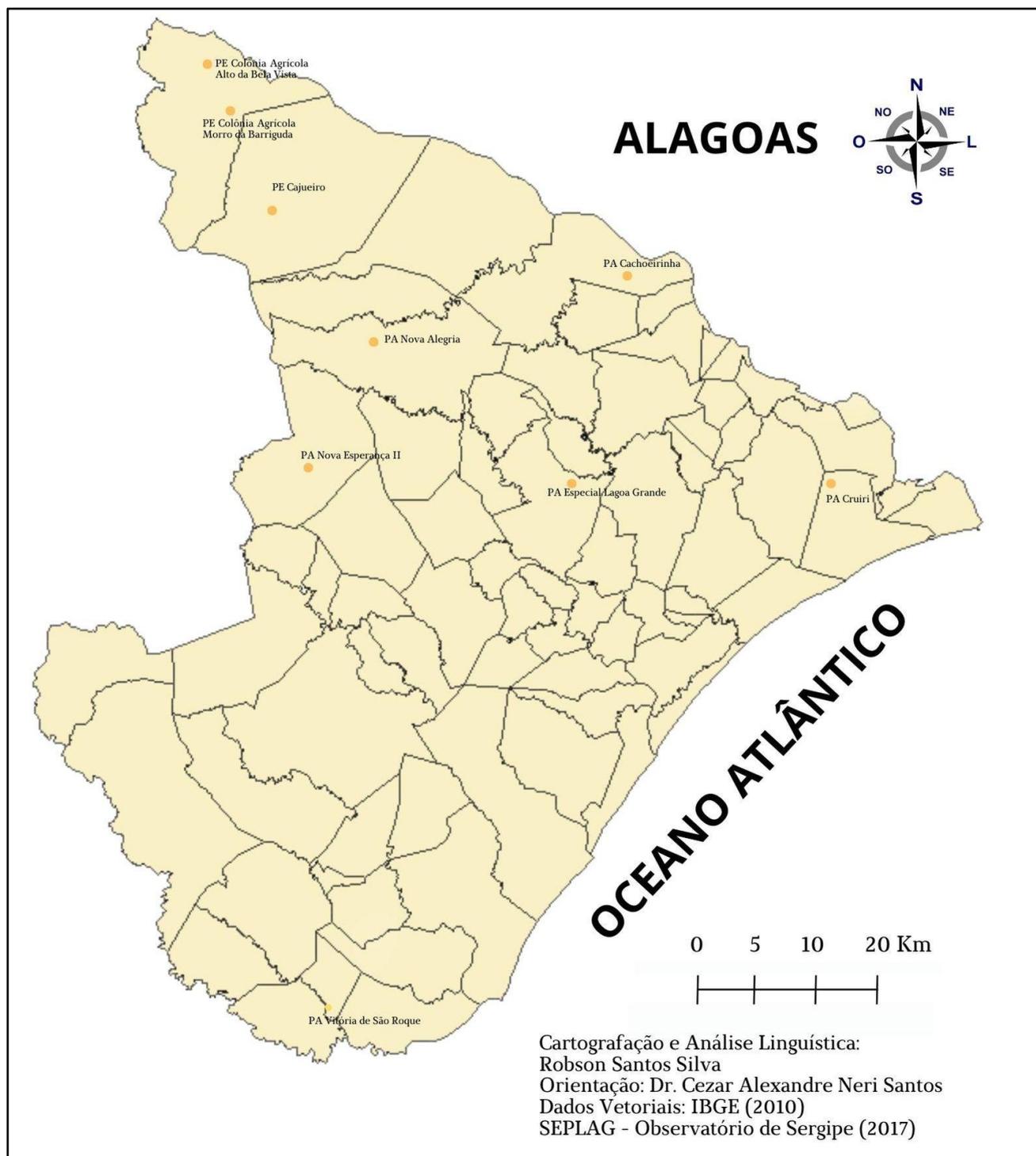
SOUSA, Alexandre Melo; MARTINS, Rozangela Melo. *A motivação toponímica na escolha dos nomes geográficos de origem indígena da zona rural da Regional do Baixo Acre*. Revista Tropos, v.6., n.2, dezembro de 2017.

SOUSA, Júnia Marise M. de; LOCATEL, Celso Donizete. *A identidade como lugar: algumas reflexões sobre o assentamento Cuyabá - Canindé de São Francisco/SE*. Revista Ateliê Geográfico, v.3, n. 2, p.19-37, 2009.

- TENT, Jen. *Approaches to Research in Toponymy*. Names, v. 63, n. 2, p. 65–74, jun. 2015.
- TRAPERO, M. *Para una teoríalingüística de latoponimia*. In: Para una teoríalingüística de latoponimia. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad, 1995, p. 21-55.
- TUAN, Yu-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: EdUel, 2012.
- TUAN, Yu-fu. *T, Paisagens do medo*. Londrina: EdUnesp, 2006.
- VIEIRA, Zara Peixoto. *O reflexo da memória social na toponímia: o espontâneo e o popular*. Cadernos do CNLF, Série V, nº. 02, 2010. Disponível em: . Acesso em: 13 de julho de 2023.
- VIEIRA, Fernando; ARAUJO, Tiago. *Construindo o silêncio: A Mídia brasileira e a desqualificação e a criminalização do MST junto à sociedade*. XXXI Congresso Alas Uruguay. Dezembro, 2017.
- VUOLTEENAHU, Jani; BERG, Lawrence D. *Towards Critical Toponymies*. In: BERG, Lawrence, D.; VUOLTEENAHU, Jani. *Critical Toponymies: the contested politics of placenaming*. New York: Routledge, 2016.
- WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola editorial, 2002.
- WHITAKER, Dulce C.A. *Reforma Agrária e meio ambiente: superando preconceitos contra o rural*. Retratos de Assentamentos, n12, 2009.
- ZANATTA, Yuri Potrichet al. *Toponímia, simbolismo e poder: estudo do nome dos municípios do norte do Rio Grande do Sul*. Caderno de Geografia, v. 32, n. 68, p. 324-347, 2022.

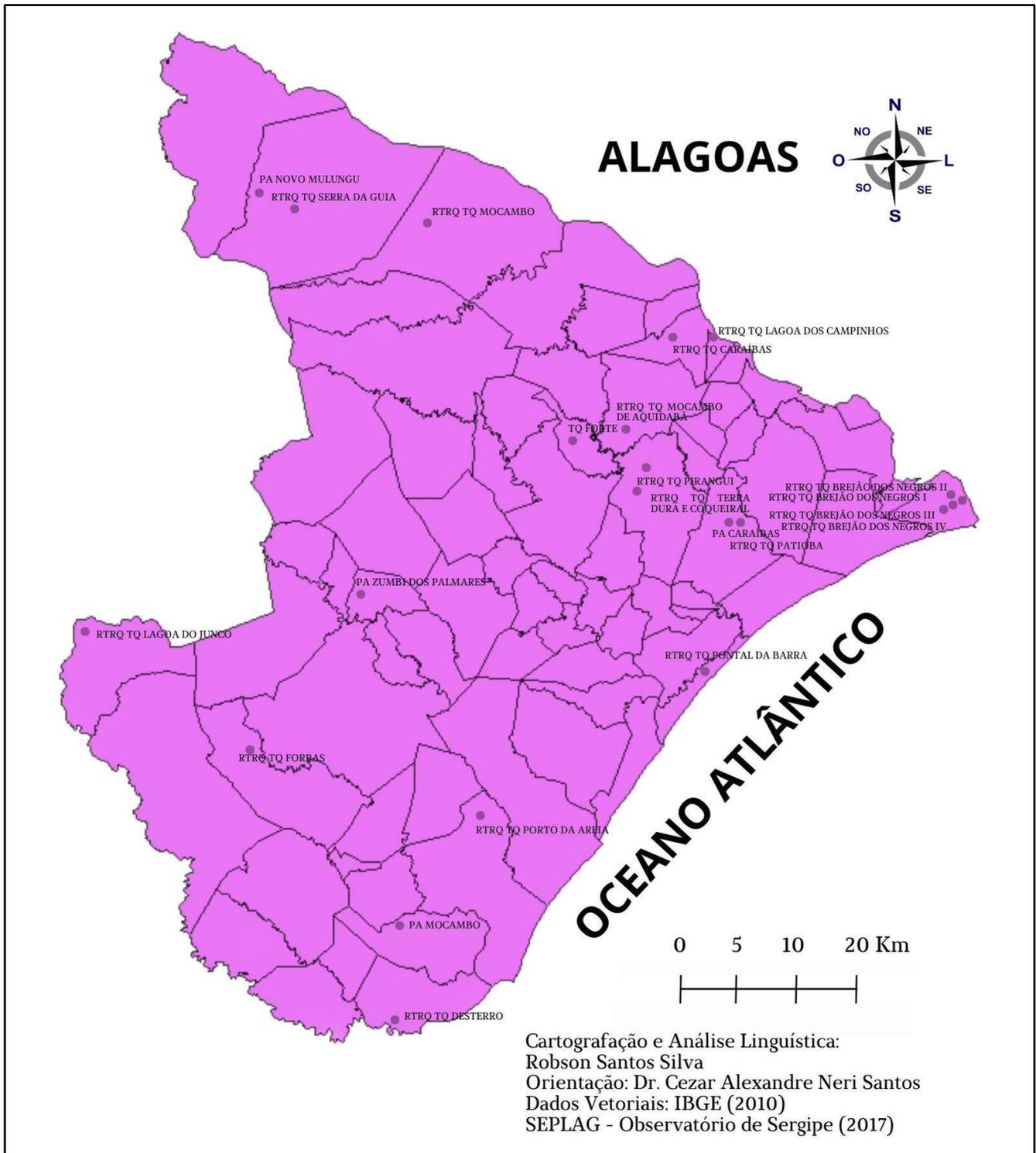
APÊNDICES

Carta Lexicográfica 02 –Assentamentos Rurais em Sergipe: topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Dicotomia Topofilia x Topofobia que conservam parcialmente o nome da terra improdutiva de origem.



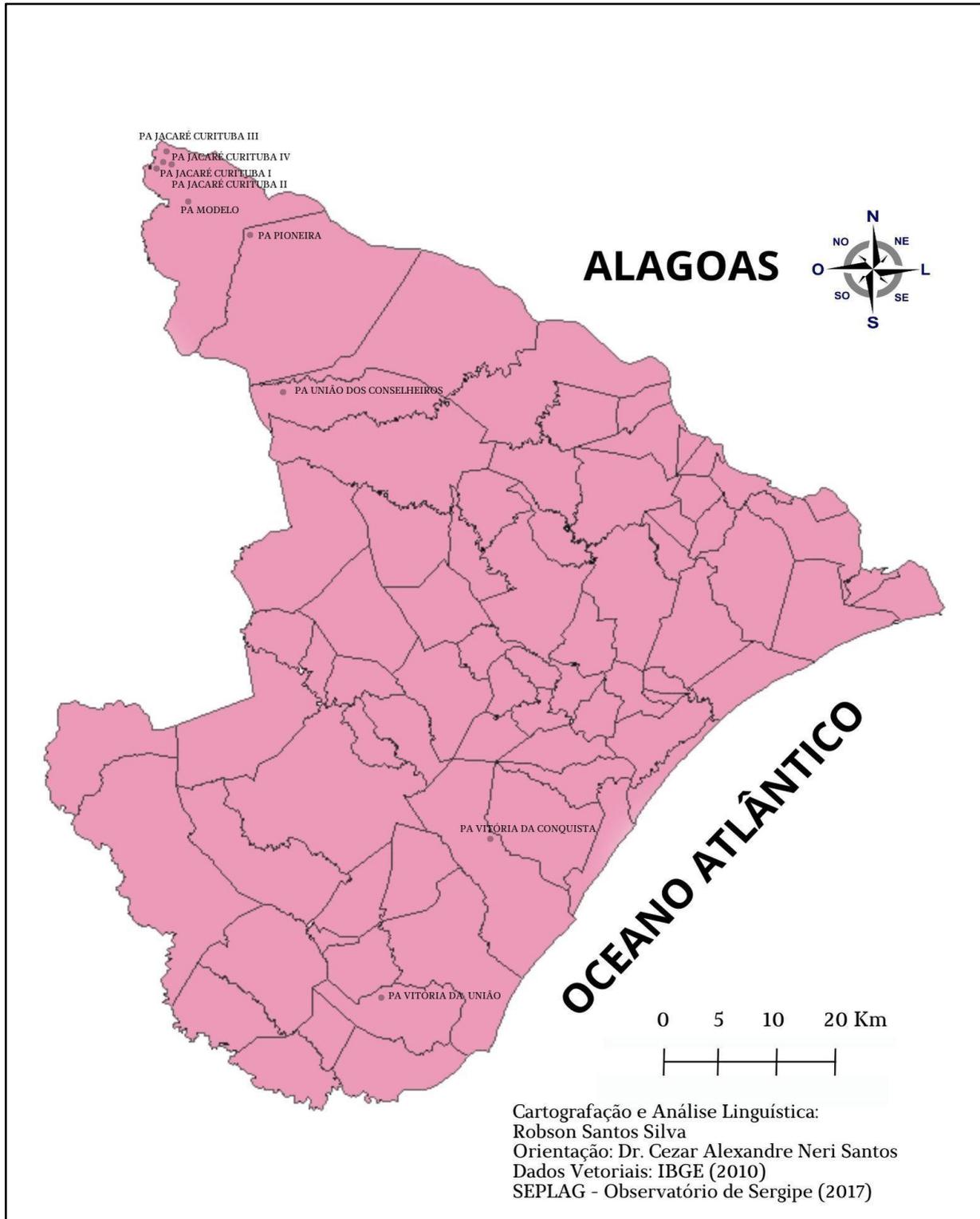
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Carta Lexicográfica 03 - Assentamentos Rurais em Sergipe: Topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Ancestralidade e Resistência



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Carta Lexicográfica 04 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe:
Simbolismo e Topofilia (-fobia)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Carta Lexicográfica 05 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade dos Meus



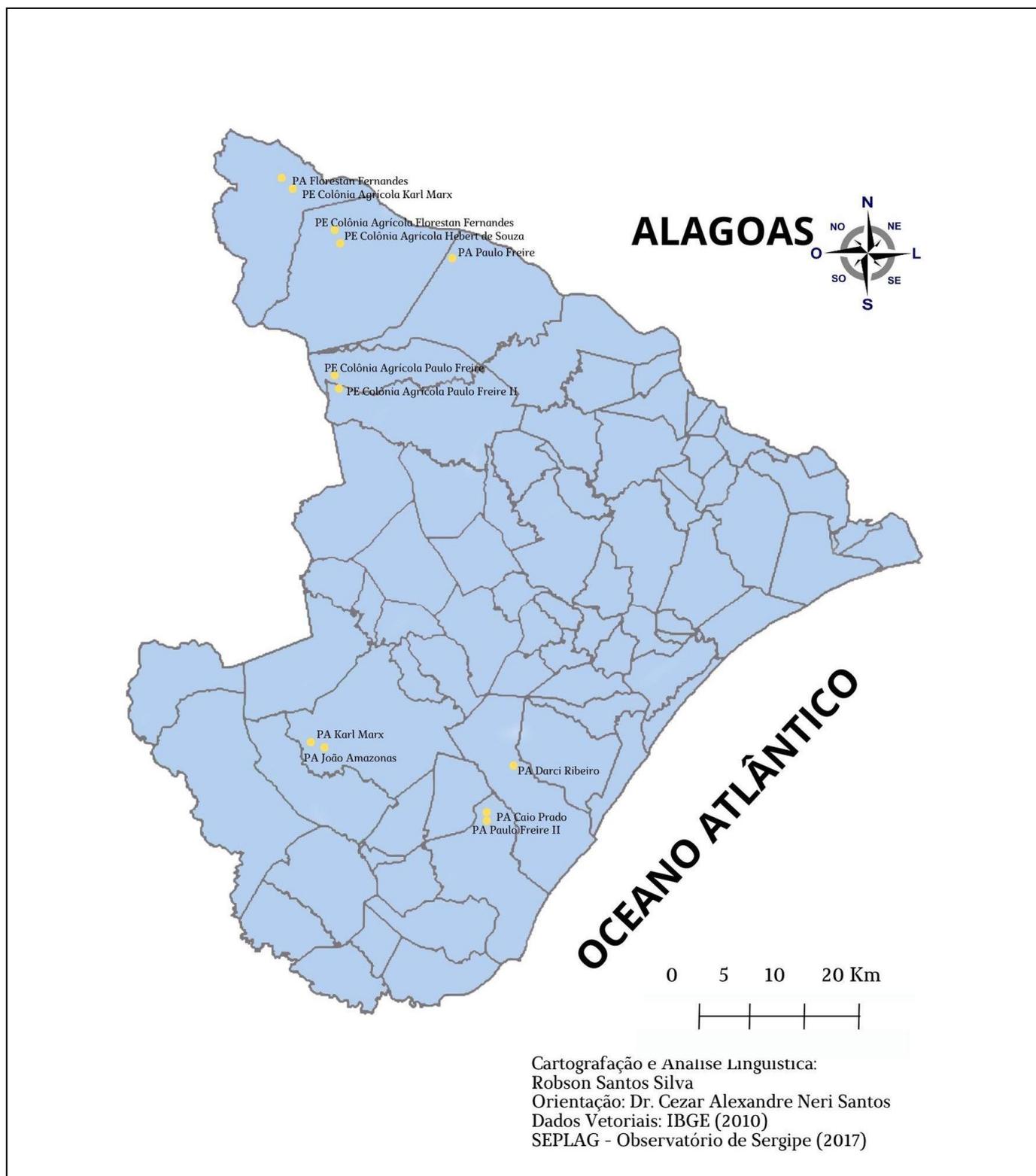
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Carta Lexicográfica 06 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade dos Nossos



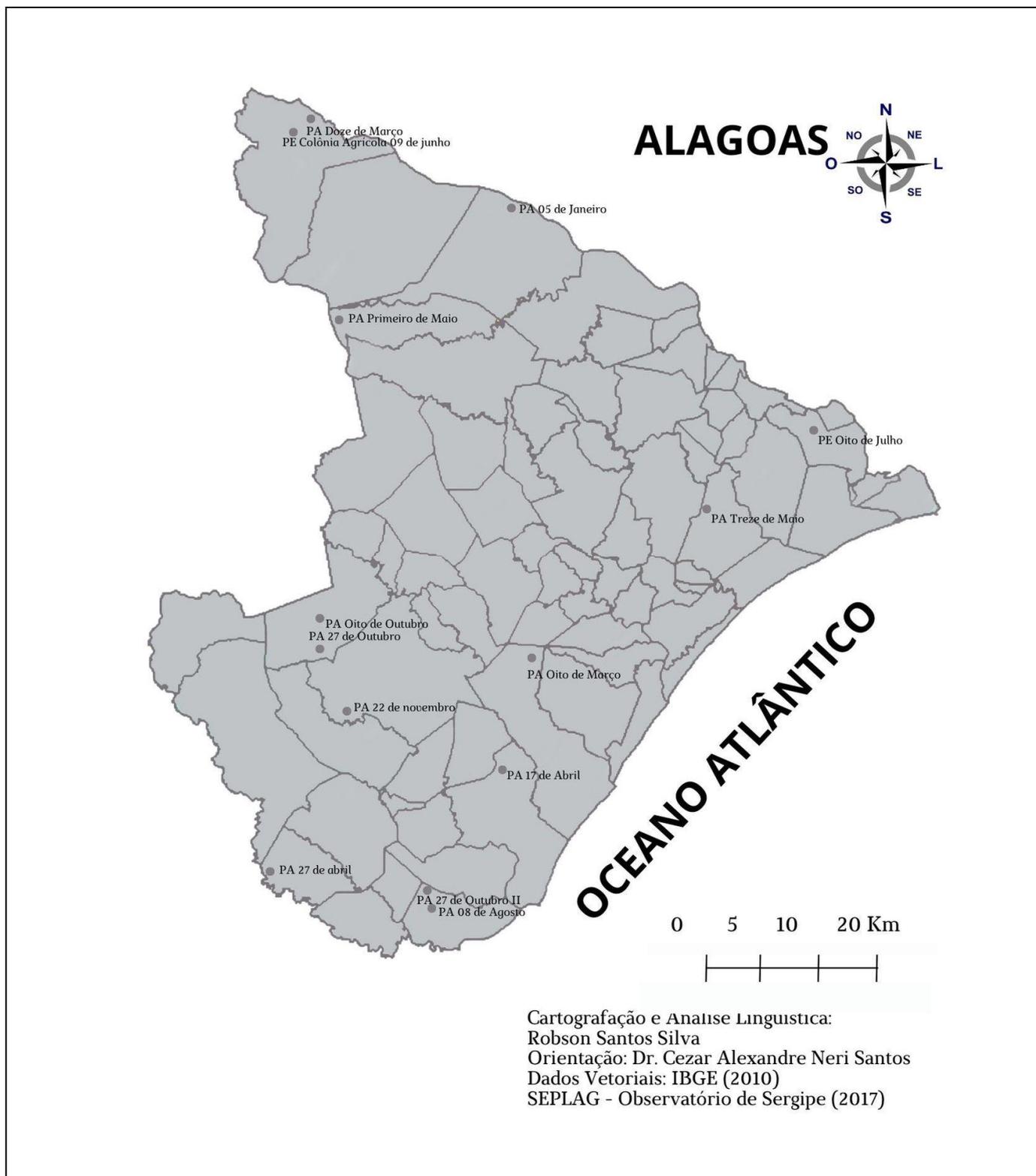
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Carta Lexicográfica 07 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe:
topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Memória e da Identidade dos Outros



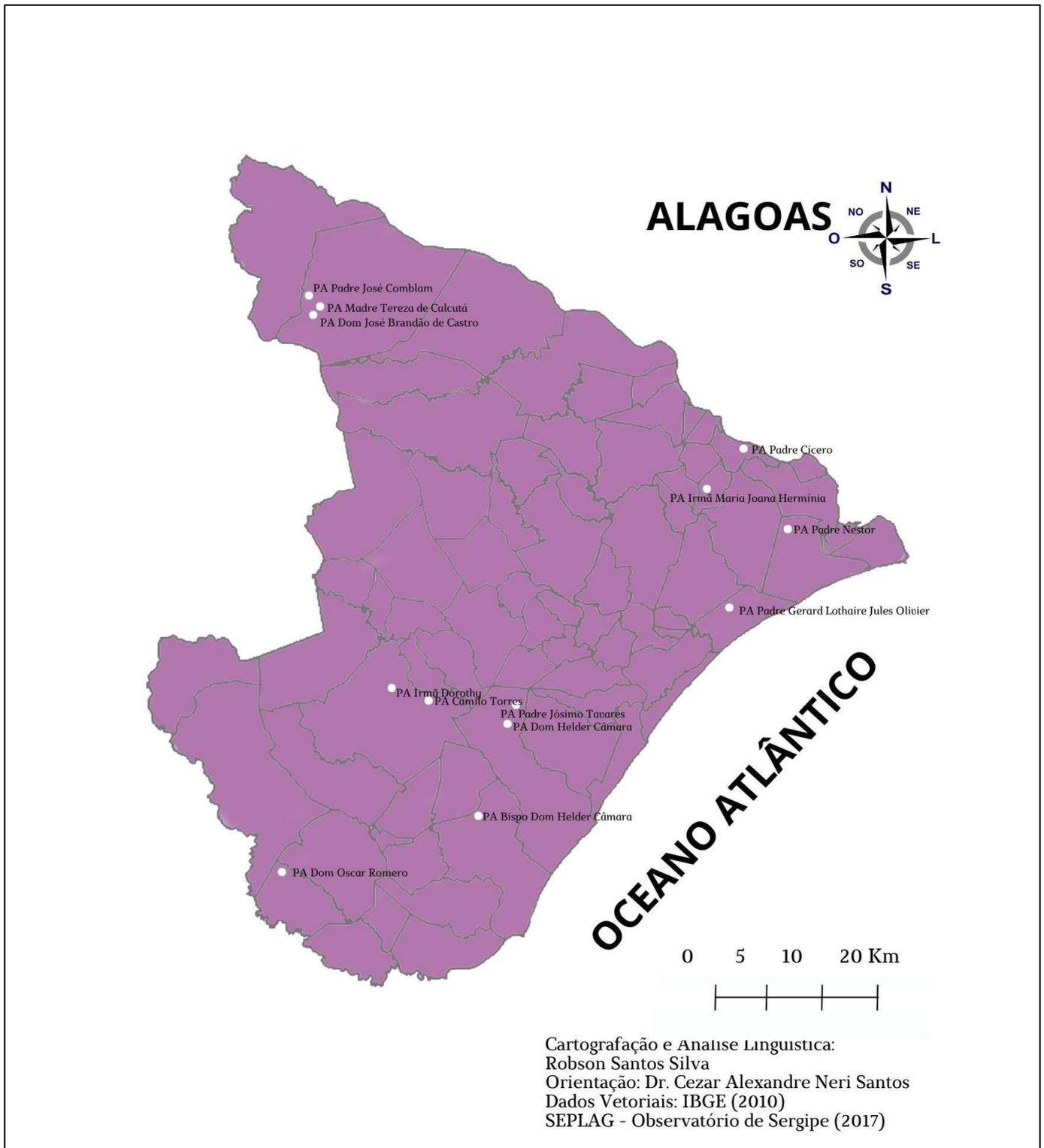
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Carta Lexicográfica 08 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe:
Memória, Identidade e Marcos Históricos



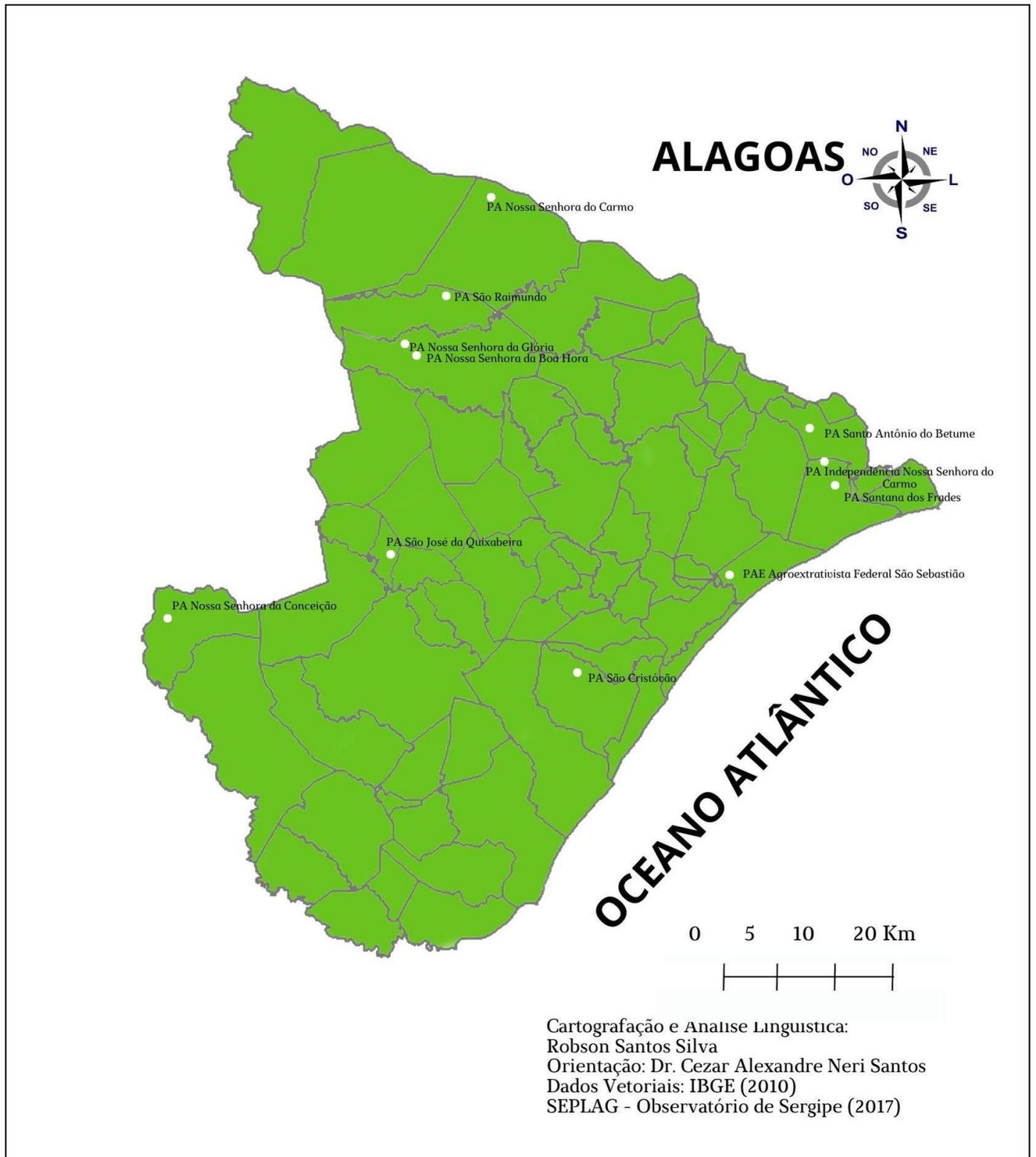
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Carta Lexicográfica 09 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe:
Religiosidade e Ação Social



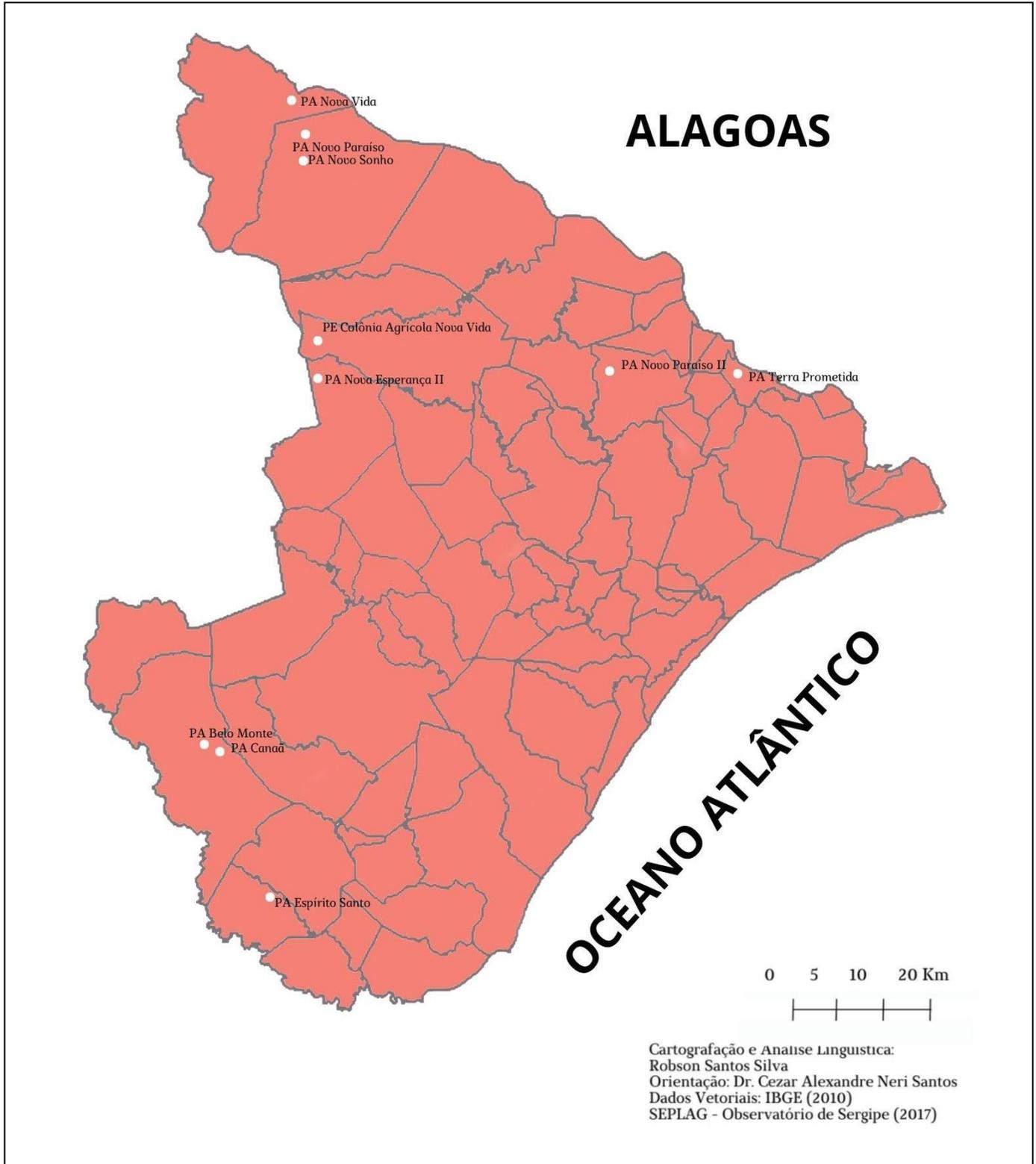
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Carta Lexicográfica 10 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe:
Religiosidade e Sentimento Utópico



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Carta Lexicográfica 11 - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe: topônimos pertencentes ao Campo Motivacional da Religiosidade e da Fé II



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Campos Motivacionais de Denominação Toponímica – Topônimos dos Assentamentos Rurais em Sergipe

Campo Motivacional (CM)	Subgrupo do Campo Motivacional	Critérios de Inserção dos Nomes dos Assentamentos	Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sergipe
Campo Motivacional da Topofilia	Cultura e Topofilia (-fobia)	Lugares que conservam o nome da terra de origem, com ou sem alteração em sua grafia, em virtude de um sentimento de afeição com a terra	PA Borda da Mata, PA São João Batista, PA Três Cancelas, PA Água Vermelha, PA Sambambira, PA Cuiabá, PA Mandacaru, PA Monte Santo I, PA Santa Maria, PA Santa Rita, PA Barra da Onça, PA Pedras Grandes, PA Curralinhos, PA Queimada Grande, PA Bom Jardim, PA Ilha do Ouro, PA Nova Esperança, PA Fortaleza, PA Caípe, PA Flor do Mucuri, PA Sete Brejos, PA Bela Vista, PA Jacurici, PA Santa Maria da Lage, PA Barroca Funda, PA São José de Nazaré, PA Campo Alegre, PA Caraíbas, PA Mocambo, PA Sol Nascente, PA Flor da Serra, PA Caldeirão, PA Vaza Barris, PCA Palmeiras , PA Mangabeira, PA Rita Cacete, PA Tapera, PA Cabocla, PE Colônia Agrícola Alto da Bela Vista, PE Colônia Agrícola Morro da Barriguda, PA Cachoeirinha, PA Nova Alegria, PA Nova Esperança II, PA Especial Lagoa Grande, PA Vitória de São Roque, PA Cajueiro, PA Cruiri.
	Ancestralidade e Topofilia (-fobia)	Lugares que conservam o nome da terra de origem sem alteração em sua grafia para além de um sentimento de afeição com a terra, mas cujo simbolismo com a terra se manifesta em aspectos étnicos e identitários.	RTRQ TQ Caraíbas, RTRQ TQ Lagoa dos Campinhos, RTRQ TQ Brejão dos Negros I Brejo Grande, RTRQ TQ Brejão dos Negros II Resina, RTRQ TQ Brejão dos Negros III Santa Cruz, RTRQ TQ Brejão dos Negros IV Carapatinga, RTQ TQ Serra da Guia, RTRQ TQ Mocambo, TQ Forte, RTRQ TQ Mocambo de Aquidabã, RTRQ TQ Piranguí, RTRQ TQ Terra Dura e Coqueiral, RTRQ TQ Patioba, RTRQ TQ Porto da Areia, RTRQ TQ Pontal da Barra, RTRQ TQ Lagoa do Junco, RTRQ TQ Forras, RTRQ TQ Desterro.
	Simbolismo e Topofilia (-fobia)	Lugares que possuem uma relação simbólica com a terra, fazendo de sua denominação uma espécie um indicativo de modelo a ser seguido na construção de novos lugares.	PA Jacaré Curituba I, PA Jacaré Curituba II, PA Jacaré Curituba III, PA Jacaré Curituba IV, PA Modelo, PA Pioneira, PA Vitória da Conquista, PA União dos Conselheiros, PA Vitória da União.
Campo Motivacional da Memória e da Identidade	Memória e Identidade dos Meus	Nomes que homenageiam militantes dos Movimentos Campesinos por suas ações dentro da luta pela terra.	PA Dionísio dos Santos, PA Margarida Alves, PA Maria Zenilde dos Santos, PA João Pedro Teixeira, PE Colônia Agrícola Sebastião Enéas, PE Colônia Agrícola Ana Patrícia, PE Colônia Agrícola Manoel Dionísio Cruz, PE Colônia Agrícola Valmir Mota Kenio, PE Colônia Agrícola José Nogueira, PE Colônia Agrícola

			Adão Preto, PE Colônia Agrícola Augusto Bezerra, PE Colônia Agrícola Daniel Ricardo dos Santos, PA José de Jesus, PE Colônia Agrícola Emília Maria, PA Emília Maria II, PA Maria Feitosa, PA Djalma Cesário, PA Carlito Maia, PE Colônia Agrícola Ronivaldo Farias, PE Colônia Agrícola Manrique, PE Colônia Agrícola Ana Patrícia II, PE Colônia Agrícola José Acácio, PA Raimundo Monteiro da Silva, PA Josenilton Alves, PA Raimundo Monteiro I, PE Colônia Agrícola José Renilson de Menezes, PA Colônia Agrícola José Unaldo de Oliveira, PA Colônia Agrícola Maria Vitória, PA Josenilton Alves II, PA José Ribamar, PA Luiz Beltrano, PA Zé Emídio, PA Adão Preto, PA José Félix de Sá, PA Manoel Martinho, PA Edimilson Oliveira, PA Jacinto Ferreira, PA José Emídio dos Santos, PA Ivan Ribeiro, PA Manoel Ferreira, PCA Nelson Emídio dos Santos, PA Geraldo Garcia, PA Edmilson Evaristo, PA Analício Araújo Barros, PA Cleonice Alves, PA Joelia Lima, PA Nicacio Rodrigues, PDS Antônio Araújo da Silva, PA Francisco José dos Santos, PA Ireno Alves, PA Tiago Soares Santos Ribeiro, PA Wanderley Santos Prata, PE Colônia Agrícola Salete Strozake, PA José Gomes da Silva
	Memória e Identidade dos Nossos	Nomes que reconhecem a atuação de pessoa de fora do Movimento Campesino, mas cujas ações ajudaram a ampliar a narrativa de construção de sociedades mais igualitárias.	PA João do Vale, PA Carlos Lamarca, PA Carlos Lamarca II, PA Moacyr Wanderley, PA Hugo Heredia, PA Celso Furtado, PA Nelson Mandela, PA Nelson Mandela II, PA Cleomar Brandi, PA Marcelo Déda, PA Apolônio de Carvalho, PCA Gov. Augusto Franco.
	Memória e Identidade dos Outros	Nomes que reconhecem a atuação de personalidades de diversos campos do saber cujas ideologias aliadas ao marxismo/socialismo exerceram grande influência dentro do movimento.	PA Florestan Fernandes, PA Caio Prado, PE Colônia Agrícola Karl Marx, PE Colônia Agrícola Florestan Fernandes, PE Colônia Agrícola Hebert de Souza, PA Paulo Freire, PA Paulo Freire II, PE Colônia Agrícola Paulo Freire, PE Colônia Agrícola Paulo Freire II, PA João Amazonas, PA Karl Marx, PA Darci Ribeiro.
	Memória, Identidade e Marcos Históricos	Nomes compostos por datas importantes dentro do Movimento Campesino.	PE Oito de Julho, PA Doze de Março, PE Colônia Agrícola 09 de junho, PA Primeiro de Maio, PA Treze de Maio, PA 17 de Abril, PA 27 de Outubro, PA 27 de Outubro II, PA 08 de Agosto, PA 05 de Janeiro, PA 27 de abril, PA Oito de Março, PA Oito de Outubro, PA 22 de novembro.
	Memória e Identidade dos	Nomes que homenageiam os mártires das causas sociais	PA Maria Bonita I, PA Cheguevara, PA Sepé-Tiaraju, PA Seguidores de Canudos, PA Luis Carlos Prestes, PA Zumbi dos Palmares, PA Rosa Luxemburgo, PA Chico

	Mártires	alinhadas à ideologia do Movimento Campesino.	Mendes, PA Sepé-Tiaraju II, PA Carlos Gato, PA Luiza Mahim, PA Carlos Lamarca II, PA Rosa Luxemburgo II, PE Dandara, PA Olga Benário, PA Carlos Lamarca, PA Maria Bonita, PA Zumbi, PA Antônio Conselheiro, PA Mártires do Eldorado, PA Dorcelina Folador, PA União dos Conselheiros.
Campo Motivacional da Religiosidade e da Fé	Religiosidade e Ação Social	Nomes que homenageiam religiosos pelas suas ações dentro do Catolicismo Popular (Teologia da Libertação, Teologia da Enxada, Teologia pé-no-chão).	PA Padre Cícero, PA Irmã Maria Joana Hermínia, PA Padre Nestor, PA Padre José Comblin, PA Madre Tereza de Calcutá, PA Dom José Brandão de Castro, PA Padre Gerard Lothaire Jules Olivier, PA Bispo Dom Helder Câmara, PA Dom Oscar Romero, PA Dom Helder Câmara, PA Padre Jósimo Tavares, PA Camilo Torres, PA Irmã Dorothy.
	Religiosidade e Sentimento Utópico	Nomes que remetem a santos católicos alinhados a uma ideologia de resistência e de sentimento utópico.	PA Santo Antônio do Betume, PA Independência Nossa Senhora do Carmo, PA São Raimundo, PA Nossa Senhora do Carmo, PA Nossa Senhora da Glória, PA Nossa Senhora da Boa Hora, PA São Cristóvão, PA São José da Quixabeira, PAE Agroextrativista Federal São Sebastião, PA Nossa Senhora da Conceição, PA Santana dos Frades.
	Religiosidade e Mística	Nomes compostos por frases nominais que indicam a presença da mística do MST dentro de uma religiosidade herdada da influência católica no interior do movimento.	PA Terra Prometida, PA Nova Vida, PA Novo Paraíso, PA Novo Paraíso II, PA Novo Sonho, PE Colônia Agrícola Nova Vida, PA Nova Esperança II, PA Novo Paraíso, PA Novo Paraíso II, PA Espírito Santo, PA Canaã, PA Belo Monte.

ANEXOS



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 16/11/2021

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)						UF: SE					
SE0002000	PA SANTANA DOS FRADES	PACATUBA	1.401,0000	93	88	07	RES	00248	13/09/1982	Desapropria	17/11/1981
SE0003000	PA BARRA DA ONÇA	POCO REDONDO	6.261,9400	211	208	07	POR	00736	01/10/1986	Desapropria	27/06/1986
SE0004000	PA ILHA DO OURO	PORTO DA FOLHA	1.320,3375	94	95	07	POR	00441	26/05/1987	Desapropria	05/12/1986
SE0005000	PA BORDA DA MATA	CANHOBÁ	1.210,0000	80	78	03	POR	00440	26/05/1987	Desapropria	17/12/1986
SE0006000	PA TRES CANCELAS	JAPOATA	484,8000	23	20	07	POR	00901	28/06/1988	Desapropria	04/09/1987
SE0007000	PA PEDRAS GRANDES	POCO REDONDO	636,8800	27	27	07	POR	01323	30/09/1988	Desapropria	15/04/1988
SE0008000	PA CRUIRI	PACATUBA	584,9500	35	34	07	POR	00129	16/08/1989	Desapropria	06/04/1989
SE0009000	PA IVAN RIBEIRO	JAPARATUBA	635,0942	43	40	03	RES	00017	05/03/1990	Desapropria	04/07/1989
SE0010000	PA NOVA ESPERANÇA	GARARU	1.003,6000	40	39	07	RES	00013	02/04/1991	Desapropria	04/07/1989
SE0011000	PA VITORIA DA UNIÃO	SANTA LUZIA DO ITANHY	798,0408	92	90	07	RES	00012	02/04/1991	Desapropria	06/07/1989
SE0012000	PA SÃO FRANCISCO	CRISTINAPOLIS	467,0000	51	51	07	RES	00007	02/04/1991	Desapropria	05/07/1989
SE0013000	PA SANTA LUZIA	SANTA LUZIA DO ITANHY	637,7200	62	60	07	RES	00004	02/04/1991	Desapropria	19/12/1989
SE0014000	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	400,0000	24	24	07	RES	00009	02/04/1991	Desapropria	05/07/1989
SE0015000	PA PADRE CICERO	PROPRIA	419,8802	41	39	07	RES	00015	02/04/1991	Desapropria	04/07/1989
SE0016000	PA NOSSA SENHORA SANTANA	PACATUBA	187,3939	38	37	07	RES	00387	15/12/1992	Compra e	08/08/1988
SE0017000	PA MOACIR WANDERLEY	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	355,9276	37	37	07	RES	00076	12/08/1993	Compra e	24/02/1993
SE0018000	PA CAIPE	NOSSA SENHORA DAS DORES	269,5000	20	20	03	POR	00223	25/03/1994	Compra e	25/01/1992
SE0019000	PA SANTO ANTONIO DO BETUME	NEOPOLIS	3.622,0004	323	276	06	POR	00012	04/07/1995	Doação	21/07/1994
SE0020000	PA OITO DE MARÇO	ITAPORANGA D'AJUDA	1.858,7450	100	93	03	POR	00027	31/10/1995	Desapropria	21/01/1994
SE0021000	PA FLOR DA SERRA	POCO REDONDO	917,8700	41	39	06	POR	00006	18/03/1996	Desapropria	18/03/1995
SE0022000	PA MOCAMBO	SANTA LUZIA DO ITANHY	299,0518	40	37	07	POR	00084	16/04/1996	Desapropria	12/01/1995
SE0023000	PA MANOEL MARTINHO	CARIRA	1.096,3915	60	59	07	POR	00007	26/06/1996	Desapropria	24/03/1995
SE0024000	PA BOM JESUS	INDIAROBA	325,1600	35	33	06	POR	00017	10/12/1996	Desapropria	10/07/1996
SE0025000	PA VAZA BARRIS	PINHAO	1.342,1450	50	48	07	POR	00023	30/12/1996	Desapropria	08/02/1996
SE0026000	PA CUIABÁ	CANINDE DE SAO FRANCISCO	2.023,9000	200	192	03	POR	22	30/12/1996	Desapropria	09/05/1996
SE0027000	PA CURRALINHO	POCO REDONDO	1.175,0000	50	47	06	POR	00021	27/12/1996	Desapropria	08/02/1996
SE0028000	PA FLOR DO MUCURI	DIVINA PASTORA	773,7579	80	80	07	POR	00020	27/12/1996	Desapropria	09/05/1996
SE0029000	PA 22 DE NOVEMBRO	LAGARTO	898,4624	50	48	06	POR	00019	27/12/1996	Desapropria	30/07/1996
SE0030000	PA MANGABEIRA	UMBAUBA	518,5600	50	49	07	POR	00001	10/03/1997	Desapropria	15/08/1996
SE0031000	PA JOSÉ GOMES DA SILVA	LAGARTO	548,7448	40	39	06	POR	00007	04/07/1997	Desapropria	24/10/1996



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 16/11/2021

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)						UF: SE					
SE0032000	PA MANOEL FERREIRA	ESTANCIA	230,0000	23	23	06	POR	00008	04/07/1997	Desapropria	20/12/1993
SE0033000	PA VITÓRIA DE SÃO ROQUE	CRISTINAPOLIS	195,9300	30	28	06	POR	00011	12/09/1997	Desapropria	05/11/1996
SE0034000	PA BOM JARDIM	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	603,6514	28	27	06	POR	00024	31/12/1997	Desapropria	08/05/1997
SE0035000	PA SANTA MARIA DA LAGE	POCO VERDE	433,5300	26	26	06	POR	00027	31/12/1997	Desapropria	24/10/1996
SE0036000	PA SETE BREJOS	INDIAROBA	340,0000	67	67	06	POR	00026	31/12/1997	Desapropria	31/12/1997
SE0037000	PA PIONEIRA	POCO REDONDO	453,2362	21	17	06	POR	00025	31/12/1997	Desapropria	11/07/1997
SE0038000	PA JACARÉ CURITUBA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	9.194,6851	829	776	03	POR	022	29/12/1997	Desapropria	24/09/1997
SE0043000	PA FORTALEZA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	922,6250	50	42	06	POR	00024	29/12/1997	Desapropria	11/07/1997
SE0044000	PA MODELO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	837,6151	30	30	07	POR	00001	16/04/1998	Desapropria	13/01/1998
SE0045000	PA QUEIMADA GRANDE	POCO REDONDO	3.909,5056	150	145	05	POR	00016	12/08/1998	Desapropria	24/09/1997
SE0046000	PA SERRA DO RIO REAL	TOMAR DO GERU	1.099,8622	45	45	05	POR	00017	12/08/1998	Desapropria	27/11/1997
SE0047000	PE OITO DE JULHO	NEOPOLIS	202,2700	29	30	04	POR	00026	03/09/1998	Reconhecim	03/09/1998
SE0048000	PA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	656,2600	28	28	05	POR	00027	09/09/1998	Desapropria	10/11/1997
SE0049000	PA OITO DE OUTUBRO	SIMAO DIAS	1.859,9271	82	81	04	POR	00028	09/09/1998	Desapropria	17/04/1998
SE0050000	PA CHICO MENDES	INDIAROBA	298,7446	33	30	07	POR	00036	15/12/1998	Desapropria	03/07/1998
SE0051000	PA TAPERA	LAGARTO	1.154,3022	80	79	06	POR	38	17/12/1998	Desapropria	29/04/1998
SE0052000	PA BELA VISTA	INDIAROBA	275,9254	28	27	07	POR	00034	15/12/1998	Desapropria	02/04/1998
SE0053000	PA CARLOS LAMARCA	SIMAO DIAS	617,3515	35	31	04	POR	00040	17/12/1998	Desapropria	02/04/1998
SE0054000	PA ANTÔNIO CONSELHEIRO	LAGARTO	794,4515	45	45	05	POR	00041	17/12/1998	Desapropria	20/08/1998
SE0055000	PA CAMPO ALEGRE	UMBAUBA	253,0000	25	23	04	POR	00042	17/12/1998	Desapropria	01/09/1998
SE0057000	PA ÁGUA VERMELHA	NEOPOLIS	651,0000	35	27	04	POR	00044	17/12/1998	Desapropria	25/11/1997
SE0058000	PA MARGARIDA ALVES	JAPOATA	376,5289	29	29	04	POR	00045	17/12/1998	Desapropria	01/09/1998
SE0060000	PA NOVO MULUNGU	POCO REDONDO	249,3766	10	10	04	POR	00047	17/12/1998	Desapropria	17/12/1998
SE0061000	PA CABOCLA	LAGARTO	330,5251	25	22	06	POR	00048	17/12/1998	Compra e	17/12/1998
SE0062000	PA ZUMBI DOS PALMARES	MACAMBIRA	1.907,0971	80	79	03	POR	00019	09/06/1999	Desapropria	07/12/1998
SE0063000	PA TIRADENTES	LAGARTO	730,6983	30	30	06	POR	00018	09/06/1999	Desapropria	05/11/1998
SE0064000	PA CAMILO TORRES	LAGARTO	701,6000	30	30	04	POR	00020	10/08/1999	Desapropria	20/07/1999
SE0065000	PCA NELSON EMÍDIO DOS SANTOS	ESTANCIA	77,4000	30	25	04	POR	00024	24/09/1999	Compra e	24/09/1999
SE0066000	PA SÃO JOSE DO NAZARÉ	POCO REDONDO	743,2000	26	21	05	POR	00030	04/11/1999	Desapropria	03/06/1998
SE0067000	PA 27 DE OUTUBRO	SIMAO DIAS	777,8131	37	37	04	POR	00032	23/11/1999	Desapropria	14/07/1999



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 16/11/2021

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)						UF: SE					
SE0068000	PA CACHOEIRINHA	GARARU	2.670,7916	99	88	04	POR	00035	26/11/1999	Desapropria	07/12/1998
SE0069000	PA LUIZ CARLOS PRESTES	CARIRA	736,3212	35	35	05	POR	00036	06/12/1999	Desapropria	14/07/1999
SE0070000	PA PARAÍSO DE SÃO PEDRO	SAO MIGUEL DO ALEIXO	1.511,4000	70	70	04	POR	00039	24/12/1999	Desapropria	24/12/1999
SE0071000	PA ROSELI NUNES	ESTANCIA	252,5600	35	35	03	POR	38	24/12/1999	Desapropria	24/12/1999
SE0072000	PA SAMBAMBIRA	SANTANA DO SAO FRANCISCO	238,3434	25	25	03	POR	00009	28/07/2000	Desapropria	30/09/1999
SE0074000	PA LAGOA DA AREIA	POCO REDONDO	3.984,8256	160	157	04	POR	42	29/12/1999	Desapropria	29/12/1999
SE0075000	PA CAJUEIRO	POCO REDONDO	2.825,2350	112	112	04	POR	00043	29/12/1999	Desapropria	14/07/1999
SE0076000	PCA PALMEIRAS	CARMOPOLIS	127,0000	46	43	04	POR	00040	24/12/1999	Reconhecim	24/12/1999
SE0077000	PCA GOV. AUGUSTO FRANCO	SAO CRISTOVAO	74,1200	30	31	03	POR	00003	23/03/2000	Reconhecim	22/03/2000
SE0078000	PA PAULO FREIRE	PORTO DA FOLHA	1.181,0000	40	37	04	POR	00017	20/11/2000	Desapropria	24/11/2000
SE0079000	PA INDEPENDÊNCIA NOSSA SENHORA DO CARMO	PACATUBA	2.812,3600	90	89	04	POR	00018	20/11/2000	Desapropria	20/11/2000
SE0080000	PA SÃO RAIMUNDO	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	266,4884	10	9	06	POR	00021	14/12/2000	Desapropria	18/11/1999
SE0081000	PA MARIA BONITA	SIMAO DIAS	1.010,7940	35	34	04	POR	00020	14/12/2000	Desapropria	09/02/2000
SE0082000	PA JOSÉ UNALDO DE OLIVEIRA	PORTO DA FOLHA	211,7718	15	15	06	POR	00007	21/06/2001	Desapropria	18/09/2000
SE0083000	PA ESPIRITO SANTO	TOMAR DO GERU	67,8837	11	11	04	POR	00006	21/06/2001	Desapropria	18/09/2000
SE0084000	PA DORCELINA FOLADOR	ITAPORANGA D'AJUDA	645,5874	51	50	03	POR	00008	21/06/2001	Desapropria	08/08/2000
SE0085000	PA UNIÃO DOS CONSELHEIROS	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	627,0131	25	25	06	POR	00009	21/06/2001	Desapropria	10/11/2000
SE0086000	PA SOL NASCENTE	NEOPOLIS	268,6133	40	39	04	POR	011	21/06/2001	Desapropria	08/08/2000
SE0087000	PA MANDACARU	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.649,4182	60	58	04	POR	00010	21/06/2001	Desapropria	10/04/2000
SE0088000	PA PAULO FREIRE II	ESTANCIA	278,2000	24	24	04	POR	00015	03/10/2001	Desapropria	10/04/2000
SE0089000	PA JOSE FELIX DE SÁ	AQUIDABA	239,0420	24	23	04	POR	00016	23/10/2001	Desapropria	04/10/2000
SE0090000	PA FLORESTAN FERNANDES	CANINDE DE SAO FRANCISCO	824,9744	31	29	06	POR	00006	09/04/2002	Desapropria	10/11/2000
SE0091000	PA 27 DE ABRIL	TOMAR DO GERU	690,5900	57	56	04	POR	010	12/04/2002	Desapropria	06/09/2001
SE0092000	PA CALDEIRÃO	POCO REDONDO	507,5300	19	19	06	POR	00008	09/04/2002	Desapropria	19/06/2001
SE0093000	PA CLEONICE ALVES	SANTA LUZIA DO ITANHY	620,3609	50	51	04	POR	007	09/04/2002	Desapropria	19/06/2001
SE0094000	PA NOSSA SENHORA DA BOA HORA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	502,1441	25	25	04	POR	00009	12/04/2002	Desapropria	20/08/2001
SE0095000	PA EDIMILSON OLIVEIRA	CARIRA	830,4336	40	40	04	POR	00012	06/05/2002	Desapropria	06/08/2001
SE0096000	PA NOVA VIDA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	424,1674	14	13	04	POR	015	20/06/2002	Desapropria	31/08/2001
SE0097000	PA MARTIRES DE ELDORADO	LAGARTO	945,6287	60	58	04	POR	0023	07/10/2002	Desapropria	26/11/2001
SE0099000	PA MONTE SANTO I	CANINDE DE SAO FRANCISCO	354,1129	14	11	06	POR	014	19/06/2002	Desapropria	26/11/2001



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 16/11/2021

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
						UF: SE					
SE0100000	PE DANDARA	RIACHUELO	3.893,6439	305	304	05	POR	22	26/09/2002	Reconhecim	26/09/2002
SE0101000	PA MARIA BONITA I	POCO REDONDO	1.092,4759	39	37	04	POR	0027	04/11/2002	Desapropria	19/07/2001
SE0102000	PA SANTA MARIA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	455,9462	16	16	06	POR	028	18/11/2002	Desapropria	26/11/2001
SE0103000	PA SANTA RITA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.143,1928	40	39	06	POR	103	25/11/2002	Desapropria	26/11/2001
SE0104000	PA JOÃO AMAZONAS	LAGARTO	379,0942	15	14	04	POR	024	10/10/2002	Desapropria	22/04/2002
SE0105000	PA NOVO PARAÍSO	POCO REDONDO	1.074,3189	40	39	04	POR	025	25/11/2002	Desapropria	25/03/2002
SE0106000	PA JOÃO PEDRO TEIXEIRA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	3.740,3164	145	145	04	POR	025	21/10/2002	Desapropria	19/07/2001
SE0107000	PA MARIA FEITOSA	POCO REDONDO	1.271,8579	45	44	04	POR	032	25/11/2002	Desapropria	25/03/2001
SE0108000	PA MARIA VITORIA	GARARU	420,3063	13	13	06	POR	00021	20/10/2003	Desapropria	18/09/2002
SE0109000	PA FLOR DA INDIA	GARARU	301,4281	11	11	06	POR	00022	20/10/2003	Desapropria	06/11/2002
SE0110000	PA JOÃO DO VALE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	559,1057	19	19	04	POR	024	22/12/2003	Desapropria	25/02/2003
SE0111000	PA RAIMUNDO MONTEIRO DA SILVA	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	602,4206	21	21	06	POR	025	22/12/2003	Desapropria	11/02/2003
SE0112000	PA TERRA PROMETIDA	PROPRIA	197,7816	12	12	04	POR	004	30/03/2004	Desapropria	05/11/2002
SE0113000	PA TREZE DE MAIO	JAPARATUBA	482,2378	42	42	04	POR	005	31/03/2004	Desapropria	18/07/2003
SE0114000	PE RITA CACETE	SAO CRISTOVAO	642,0300	55	55	04	POR	0030	13/09/2004	Reconhecim	13/09/2004
SE0115000	PA DIONÍZIO DA CRUZ	SAO FRANCISCO	500,7099	25	25	03	POR	0013	13/10/2004	Desapropria	29/09/2003
SE0116000	PA JOSÉ RIBAMAR	NOSSA SENHORA DA GLORIA	823,9632	32	32	05	POR	014	19/10/2004	Desapropria	25/02/2003
SE0117000	PA JOSENILTON ALVES	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	356,5423	14	14	04	POR	020	17/11/2004	Desapropria	02/04/2004
SE0118000	PA DOZE DE MARÇO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.413,2543	43	43	06	POR	005	24/03/2005	Desapropria	23/11/2004
SE0119000	PA KARL MARX	LAGARTO	969,4180	40	39	04	POR	021	13/12/2004	Desapropria	03/02/2004
SE0120000	PA RAIMUNDO MONTEIRO I	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	162,0059	6	6	06	POR	022	14/12/2004	Desapropria	30/09/2003
SE0121000	PA SÃO CRISTOVÃO	CARIRA	1.130,8144	53	52	03	POR	006	11/04/2005	Desapropria	14/04/2004
SE0122000	PA PRIMEIRO DE MAIO	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	665,3294	24	24	03	POR	008	11/04/2005	Desapropria	13/11/2003
SE0123000	PA LUIZ BELTRANO	NOSSA SENHORA DA GLORIA	536,2839	20	20	03	POR	007	11/04/2005	Desapropria	26/04/2004
SE0124000	PA DOM HELDER CAMARA	ITAPORANGA D'AJUDA	203,4321	20	19	03	POR	009	11/04/2005	Desapropria	10/09/2004
SE0125000	PA VITORIA DO SÃO FRANCISCO	PORTO DA FOLHA	477,2646	30	24	03	POR	010	11/04/2005	Desapropria	05/04/2004
SE0126000	PA 17 DE ABRIL	ESTANCIA	342,8920	30	30	03	POR	0012	10/05/2005	Desapropria	23/09/2004
SE0127000	PA NELSON MANDELA	POCO REDONDO	294,9129	17	15	03	POR	013	10/05/2005	Desapropria	23/09/2004
SE0128000	PA DJALMA CESÁRIO	POCO REDONDO	229,8369	9	9	03	POR	014	11/05/2005	Desapropria	23/09/2004
SE0129000	PA CARLITO MAIA	POCO REDONDO	146,9738	6	6	03	POR	015	11/05/2005	Desapropria	23/09/2004



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 16/11/2021

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
						UF: SE					
SE0130000	PA MADRE TEREZA DE CALCUTÁ	POCO REDONDO	196,7279	8	8	03	POR	016	11/05/2005	Desapropria	23/09/2004
SE0131000	PA TIAGO SOARES SANTOS RIBEIRO	TOBIAS BARRETO	198,6374	10	8	03	POR	21	01/06/2005	Desapropria	23/09/2004
SE0132000	PA BELO MONTE	TOBIAS BARRETO	366,7405	25	25	03	POR	22	01/06/2005	Desapropria	10/09/2004
SE0133000	PAE AGROEXTRATIVISTA FEDERAL SÃO SEBASTIÃO	PIRAMBU	610,3120	30	30	03	POR	023	08/07/2005	Desapropria	07/08/2001
SE0134000	PA JOELIA LIMA	INDIAROBA	507,4000	45	44	03	POR	24	19/07/2005	Desapropria	23/09/2004
SE0135000	PA NOVO MARIMBONDO	TOBIAS BARRETO	1.359,2455	76	76	03	POR	25	19/10/2005	Desapropria	29/12/2004
SE0136000	PA ZUMBI	TOBIAS BARRETO	413,9683	27	27	03	POR	26	19/10/2005	Desapropria	14/04/2004
SE0137000	PA IRMÃ MARIA JOANA HERMINIA	SAO FRANCISCO	239,3578	15	15	03	POR	27	20/10/2005	Desapropria	26/04/2004
SE0138000	PA ESPECIAL LAGOA GRANDE	NOSSA SENHORA DAS DORES	364,9107	250	248	06	POR	068	27/12/2005	Doação	14/06/2002
SE0139000	PA DARCI RIBEIRO	ITAPORANGA D'AJUDA	452,0522	40	34	03	POR	84	12/12/2005	Desapropria	25/05/2005
SE0140000	PA CAIO PRADO	ESTANCIA	1.009,0939	90	90	03	POR	85	12/12/2005	Desapropria	13/01/2005
SE0141000	PA JOSÉ EMÍDIO DOS SANTOS	CAPELA	3.130,8421	280	277	03	POR	86	12/12/2005	Desapropria	10/10/1996
SE0142000	PA ROSA DE LUXEMBURGO	ESTANCIA	266,7889	26	25	03	POR	087	19/12/2005	Desapropria	29/07/2005
SE0143000	PA SÃO JOÃO BATISTA	CEDRO DE SAO JOAO	199,8142	14	13	03	POR	088	19/12/2005	Desapropria	25/05/2005
SE0144000	PA HUGO HEREDIA	SANTO AMARO DAS BROTAS	312,1541	24	24	03	POR	89	15/02/2006	Desapropria	13/01/2005
SE0145000	PA CHEGUEVARA	POCO REDONDO	649,1572	33	32	03	POR	90	15/02/2006	Desapropria	13/01/2005
SE0146000	PA IRMÃ DOROTHY	LAGARTO	471,9073	28	28	03	POR	92	30/03/2006	Desapropria	10/09/2004
SE0148000	PA NOVA ALEGRIA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	490,1482	23	23	03	POR	93	30/03/2006	Desapropria	01/06/2005
SE0150000	PA PADRE JOSIMO TAVARES	ITAPORANGA D'AJUDA	307,1926	10	10	03	POR	95	02/10/2006	Desapropria	02/10/2006
SE0151000	PA JOSENILTON ALVES II	GARARU	598,9595	16	16	03	POR	96	09/10/2006	Desapropria	09/10/2006
SE0152000	PA DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO	POCO REDONDO	909,1831	41	37	03	POR	97	20/12/2006	Desapropria	12/04/2006
SE0153000	PA SÃO JOSÉ DA QUIXABEIRA	PEDRA MOLE	853,3394	35	35	03	POR	98	20/12/2006	Desapropria	20/12/2006
SE0154000	PA CANAÃ	TOBIAS BARRETO	389,3088	20	16	03	POR	001	12/04/2007	Desapropria	05/07/2006
SE0155000	PA BISPO DOM HELDER CÂMARA	ESTANCIA	236,6782	28	28	03	POR	002	23/04/2007	Desapropria	03/10/2006
SE0156000	PA SEGUIDORES DE CANUDOS	ITABI	282,3871	10	10	03	POR	003	23/04/2007	Desapropria	03/10/2006
SE0157000	PA OLGA BENÁRIO	SANTO AMARO DAS BROTAS	411,1906	34	34	03	POR	04	06/12/2007	Desapropria	28/12/2005
SE0158000	PA APOLONIO DE CARVALHO	GARARU	160,3523	5	5	03	POR	002	25/06/2008	Desapropria	25/06/2008
SE0159000	PA CARÁIBAS	JAPARATUBA	2.152,1461	115	115	06	POR	001	08/04/2008	Desapropria	19/06/2001
SE0160000	PA ZÉ EMÍDIO	NOSSA SENHORA DA GLORIA	852,0645	25	23	03	POR	003	27/08/2008	Desapropria	28/08/2007
SE0161000	PA LUIZA MAHIM	ITAPORANGA D'AJUDA	985,1736	25	23	05	POR	04	27/08/2008	Desapropria	27/09/2006



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 16/11/2021

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)						UF: SE					
SE0162000	PA GERALDO GARCIA	ESTANCIA	180,2061	16	15	03	POR	15	23/12/2008	Desapropria	23/12/2008
SE0163000	PA FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	POCO VERDE	223,0832	10	10	03	POR	014	23/12/2008	Desapropria	23/12/2008
SE0164000	PA ROSELI NUNES I	LAGARTO	1.389,0479	61	61	03	POR	017	29/12/2008	Compra e	20/10/2008
SE0165000	PE COLONIA AGRÍCOLA ALTO DA BELA VISTA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.502,3907	32	32	03	POR	21	30/12/2008	Reconhecim	30/12/2008
SE0166000	PE COLONIA AGRÍCOLA ELDORADO DOS CARAJÁS	CANINDE DE SAO FRANCISCO	937,1720	41	38	03	POR	18	30/12/2008	Reconhecim	30/12/2008
SE0167000	PE COLONIA AGRÍCOLA SEBASTIÃO ENÉAS	CANINDE DE SAO FRANCISCO	159,5381	6	6	03	POR	19	30/12/2008	Reconhecim	30/12/2008
SE0168000	PE COLONIA AGRÍCOLA RONIVALDO FARIAS	POCO REDONDO	1.190,9392	48	47	03	POR	20	30/12/2008	Reconhecim	30/12/2008
SE0169000	PE COLONIA AGRÍCOLA 09 DE JUNHO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.284,6700	53	53	03	POR	22	30/12/2008	Reconhecim	30/12/2008
SE0170000	PE COLONIA AGRÍCOLA KARL MARX	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.249,7360	55	54	03	POR	23	30/12/2008	Reconhecim	30/12/2008
SE0171000	PE COLONIA AGRÍCOLA EMILIA MARIA	POCO REDONDO	517,3300	22	19	03	POR	24	30/12/2008	Reconhecim	30/12/2008
SE0172000	PE COLONIA AGRÍCOLA ANA PATRICIA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	338,4235	14	14	03	POR	25	30/12/2008	Reconhecim	30/12/2008
SE0173000	PA JACINTO FERREIRA	CARIRA	215,7228	11	11	03	POR	2	12/02/2009	Desapropria	01/01/2009
SE0174000	PA EDMILSON EVARISTO	ESTANCIA	123,0453	10	10	03	POR	05	29/04/2009	Compra e	15/04/2009
SE0175000	PA CARLOS LAMARCA II	SAO CRISTOVAO	563,3507	28	27	03	POR	11	13/07/2009	Desapropria	01/01/2009
SE0176000	PA SEPE-TIARAJU	GARARU	516,5740	21	21	03	POR	014	10/08/2009	Desapropria	10/08/2009
SE0177000	PE COLONIA AGRÍCOLA MANOEL DIONÍSIO CRUZ	CANINDE DE SAO FRANCISCO	2.908,6100	117	117	03	POR	15	26/08/2009	Reconhecim	26/08/2009
SE0178000	PE COLONIA AGRÍCOLA ANTONIO CONSELHEIRO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.049,3500	40	39	03	POR	16	26/08/2009	Reconhecim	19/08/2009
SE0179000	PE COLONIA AGRÍCOLA VALMIR MOTA KENIO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	881,2400	33	27	03	POR	17	25/08/2009	Reconhecim	26/08/2009
SE0180000	PE COLONIA AGRÍCOLA MANRIQUE	POCO REDONDO	76,6985	4	3	03	POR	18	26/08/2009	Reconhecim	26/08/2009
SE0181000	PE COLONIA AGRÍCOLA FLORESTAN FERNANDES	POCO REDONDO	480,4300	20	20	03	POR	19	26/08/2009	Reconhecim	26/08/2009
SE0182000	PE COLONIA AGRÍCOLA JOSÉ NOGUEIRA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	310,3030	12	12	03	POR	20	26/08/2009	Reconhecim	26/08/2009
SE0183000	PE COLONIA AGRÍCOLA ANA PATRÍCIA II	POCO REDONDO	597,4375	26	25	03	POR	21	26/08/2009	Reconhecim	26/08/2009
SE0184000	PA ROSA LUXEMBURGO II	SAO CRISTOVAO	921,4801	41	41	07	POR	23	09/09/2009	Desapropria	01/01/2009
SE0185000	PA IRENO ALVES	POCO VERDE	229,7454	8	7	03	POR	27	17/11/2009	Compra e	04/11/2009
SE0186000	PA SEPE TIARAJU II	INDIAROBA	1.581,3590	91	90	03	POR	28	17/11/2009	Compra e	17/11/2009
SE0187000	PE COLONIA AGRICOLA JOSE RENILSON DE MENEZES	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	339,6096	14	14	03	POR	029	20/11/2009	Reconhecim	20/11/2009
SE0188000	PE COLONIA AGRICOLA PAULO FREIRE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	150,2000	6	6	03	POR	030	20/11/2009	Reconhecim	10/03/2004
SE0189000	PE COLONIA AGRICOLA ADAO PRETO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	2.725,8351	92	90	03	POR	031	20/11/2009	Reconhecim	20/11/2009
SE0190000	PE COLONIA AGRICOLA MORRO DA BARRIGUDA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	834,7900	35	35	03	POR	032	20/11/2009	Reconhecim	17/01/2009
SE0191000	PE COLONIA AGRICOLA ROSELI NUNES	CARIRA	278,0340	20	20	03	POR	033	20/11/2009	Reconhecim	20/11/2009



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 16/11/2021

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
						UF: SE					
SE0192000	PE COLONIA AGRICOLA HEBERT DE SOUZA	POCO REDONDO	5.691,8400	261	245	03	POR	034	20/11/2009	Reconhecim	12/11/2009
SE0193000	PE COLONIA AGRICOLA JOSE ACACIO	POCO REDONDO	336,5896	13	13	03	POR	035	03/12/2009	Reconhecim	12/11/2009
SE0194000	PA 27 DE OUTUBRO II	INDIAROBA	332,8748	25	23	03	POR	36	09/12/2009	Desapropria	29/04/2009
SE0195000	PA ANALICIO ARAUJO BARROS	ESTANCIA	91,0574	10	9	03	POR	37	18/12/2009	Desapropria	18/12/2009
SE0196000	PA NICACIO RODRIGUES	INDIAROBA	184,0097	11	11	03	POR	42	18/12/2009	Desapropria	18/12/2009
SE0197000	PA 08 DE AGOSTO	INDIAROBA	220,6310	7	7	03	POR	43	18/12/2009	Desapropria	18/12/2009
SE0198000	PA JACURICI	POCO VERDE	176,3870	11	10	03	POR	044	23/12/2009	Desapropria	06/05/2009
SE0199000	PA ADAO PRETO	NOSSA SENHORA DA GLORIA	2.462,8226	105	105	03	POR	045	29/12/2009	Desapropria	01/01/2009
SE0202000	PE COLONIA AGRICOLA NOVA VIDA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	409,7213	17	17	03	POR	7	06/05/2010	Reconhecim	05/05/2010
SE0203000	PE COLONIA AGRICOLA NOSSA SENHORA APARECIDA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	240,9795	11	11	03	POR	8	06/05/2010	Reconhecim	05/05/2010
SE0204000	PA CELSO FURTADO	SANTO AMARO DAS BROTAS	703,7153	30	30	03	POR	10	19/05/2010	Desapropria	05/07/2006
SE0206000	PA NOVA ESPERANCA II	CARIRA	126,1812	9	9	03	POR	19	20/08/2010	Compra e	17/05/2010
SE0208000	PE COLONIA AGRICOLA PAULO FREIRE II	NOSSA SENHORA DA GLORIA	605,0000	30	30	03	POR	25	22/10/2010	Reconhecim	25/08/2010
SE0209000	PE COLONIA AGRICOLA AUGUSTO BEZERRA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	815,9508	36	36	03	POR	26	18/11/2010	Reconhecim	20/09/2010
SE0210000	PE COLONIA AGRICOLA SALETE STROZAKE	POCO REDONDO	74,8900	4	4	03	POR	27	18/11/2010	Reconhecim	18/10/2010
SE0212000	PA NOVO PARAISO II	GRACHO CARDOSO	145,2000	10	9	03	POR	8	25/03/2011	Desapropria	14/07/2009
SE0213000	PA EMILIA MARIA II	PORTO DA FOLHA	311,6852	19	19	03	POR	14	02/08/2011	Desapropria	06/04/2009
SE0214000	PA 05 DE JANEIRO	INDIAROBA	1.627,4039	151	150	03	POR	18	30/11/2011	Desapropria	12/04/2006
SE0215000	PA NOSSA SENHORA DO CARMO	PORTO DA FOLHA	217,8924	12	12	03	POR	19	23/12/2011	Desapropria	16/02/2009
SE0216000	PA CARLOS GATO	ARAUA	160,2800	23	23	03	POR	05	20/03/2012	Compra e	17/01/2012
SE0217000	RTRQ TQ MOCAMBO	PORTO DA FOLHA	2.100,5400	185	182	04	POR	11	01/11/2017	Reconhecim	10/11/2017
SE0217001	RTRQ TQ SERRA DA GUIA	POCO REDONDO	9.013,1831	200	199	04	POR	573	12/04/2018	Reconhecim	07/04/2015
SE0217002	RTRQ TQ LAGOA DOS CAMPINHOS	AMPARO DE SAO FRANCISCO	1.263,9493	130	108	04	POR	895	29/05/2018	Reconhecim	29/05/2018
SE0217003	RTRQ TQ PONTAL DA BARRA	BARRA DOS COQUEIROS	325,6935	180	178	03	POR	1130	05/07/2018	Reconhecim	05/07/2018
SE0217004	RTRQ TQ PIRANGI	CAPELA	128,1984	65	60	03	POR	1.129	05/07/2018	Reconhecim	05/07/2018
SE0217005	RTRQ TQ BREJAO DOS NEGROS I BREJO GRANDE	BREJO GRANDE	130,0000	95	75	03	POR	1.672	15/10/2018	Reconhecim	15/10/2018
SE0217006	RTRQ TQ BREJAO DOS NEGROS II RESINA	BREJO GRANDE	339,5500	65	48	03	POR	1672	10/10/2018	Reconhecim	15/10/2018
SE0217007	RTRQ TQ BREJAO DOS NEGROS III SANTA CRUZ	BREJO GRANDE	130,0000	250	148	03	POR	1844	21/11/2018	Reconhecim	21/11/2018
SE0217008	RTRQ TQ BREJAO DOS NEGROS IV CARAPITANGA	BREJO GRANDE	130,0000	80	29	03	POR	1844	21/11/2018	Reconhecim	21/11/2018
SE0217009	RTRQ TQ CARAIBAS	CANHOBIA	0,0000	160	148	04	POR	1581	26/09/2018	Reconhecim	26/09/2018



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 16/11/2021

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
						UF: SE					
SE0217010	RTRQ TQ FORRAS	RIACHAO DO DANTAS	1,0000	150	130	04	POR	1768	06/11/2018	Reconhecim	06/11/2018
SE0217011	RTRQ TQ MOCAMBO DE AQUIDABA	AQUIDABA	1,0000	160	102	03	POR	00111	06/11/2018	Reconhecim	06/11/2018
SE0217012	RTRQ TQ DESTERRO	INDIAROBA	500,0000	45	33	04	POR	1775	07/11/2018	Reconhecim	07/11/2018
SE0217013	RTRQ TQ LAGOA DO JUNCO	POCO VERDE	600,0000	160	-	03	POR	1956	10/12/2018	Reconhecim	10/12/2018
SE0217014	RTRQ TQ TERRA DURA COQUEIRAL	CAPELA	0,1000	210	208	04	POR	1790	12/11/2018	Reconhecim	12/11/2018
SE0217015	RTRQ TQ PORTO DA AREIA	ESTANCIA	0,1000	250	-	03	POR	1798	13/11/2018	Reconhecim	13/11/2018
SE0217016	RTRQ TQ PATIOBA	JAPARATUBA	50,0000	200	186	04	POR	1881	29/11/2018	Reconhecim	29/11/2018
SE0217017	TQ FORTE	CUMBE	1.460,0123	140	139	04	POR	1843	27/08/2019	Reconhecim	09/08/2017
SE0218000	PA PADRE NESTOR	PACATUBA	288,9493	16	16	03	POR	07	03/05/2012	Desapropria	08/12/2008
SE0219000	PA BOA VISTA	PACATUBA	1.170,3442	44	44	03	POR	08	31/05/2012	Compra e	30/08/2011
SE0220000	PA MARIA ZENILDE DOS SANTOS	NEOPOLIS	241,9789	19	17	03	POR	16	17/08/2012	Desapropria	30/09/2010
SE0221000	PE CA DANIEL RICARDO DOS SANTOS	CANINDE DE SAO FRANCISCO	981,1453	45	43	03	POR	06	02/05/2013	Reconhecim	02/05/2013
SE0222000	PE CA JOSUE DE CASTRO	POCO REDONDO	589,0265	27	27	03	POR	11	18/09/2013	Reconhecim	18/09/2012
SE0223000	PA CLEOMAR BRANDI	LAGARTO	423,6014	33	32	03	POR	13	04/10/2013	Desapropria	23/12/2011
SE0237000	PA MARCELO DÉDA	MALHADOR	2.016,1913	201	197	03	POR	23	04/12/2014	Adjudicação	04/12/2014
SE0239000	PDS ANTONIO ARAUJO DA SILVA	ITAPORANGA D'AJUDA	214,1598	15	14	03	POR	06	13/05/2015	Desapropria	20/08/2012
SE0240000	PA NELSON MANDELA II	POCO VERDE	204,1574	10	10	03	POR	8	07/07/2015	Desapropria	24/10/2013
SE0241000	PA VITORIA DA CONQUISTA	ITAPORANGA D'AJUDA	1.315,3004	81	80	03	POR	12	24/08/2015	Desapropria	27/12/2012
SE0242000	PA PADRE GERARD LOTHAIRES JULES OLIVIER	PIRAMBU	401,4510	15	4	03	POR	14	23/10/2015	Desapropria	30/12/2014
SE0243000	PA JOSE DE JESUS	CANINDE DE SAO FRANCISCO	400,2227	10	10	03	POR	21	30/11/2015	Desapropria	30/11/2015
SE0246000	PA LUIZ ALBERTO I	CRISTINAPOLIS	1.013,2502	140	138	03	POR	30	09/12/2015	Compra e	09/12/2015
SE0247000	PA DOM OSCAR ROMERO	TOMAR DO GERU	1.024,4774	98	78	03	POR	31	09/12/2015	Compra e	09/12/2015
SE0248000	PA BARROCA FUNDA	TOBIAS BARRETO	250,6901	12	-	03	POR	582	13/04/2018	Desapropria	24/10/2013
SE0249000	PA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	POCO VERDE	286,3087	15	-	03	POR	588	16/04/2018	Desapropria	26/12/2013
SE0250000	PA PADRE JOSE COMBLAM	POCO REDONDO	387,0206	16	-	03	POR	1532	17/09/2018	Desapropria	26/12/2013
SE0251000	PA WANDERLEY SANTOS PRATA	RIACHAO DO DANTAS	953,8346	26	-	03	POR	1838	21/11/2018	Desapropria	26/12/2013

Total da SR : 236 Projetos

201.644,5994 13.418 12.217